

ensaios de
HISTÓRIA

Franca, v.15, n. 1/2, 2010

ISSN: 1414-8854



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Universidade Estadual Paulista

São Paulo State University

Reitor

Prof. Dr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Vice-Reitor

Prof. Dr. Julio Cezar Durigan

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor

Prof. Dr. Fernando Andrade Fernandes

Vice-Diretor

Prof. Dr. Célia Maria Davi

CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

Vice-coordenadora

Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História

Franca

v. 15, n. 1/2

p. 204

2010

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Comissão Editorial

Presidente

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

Aluana Mayra Borges Rodrigues

Amanda Cristina Stefan

Ana Paula Svirbul de Oliveira

Arthur Jorge Dias de Moraes Coelho

Bárbara Mariani Polez

Carolina Defensor Ribeiro

Danilo Medeiros Gazzotti

Francisco de Assis Sabadini

Joyce Aparecida Ferraz Vidal

Kátia Lima de Oliveira

Marcos Felipe Godoy

Nívea Lins Santos

Olinda Cristina Pacheco Scalabrin

Paula Fernandes Henrique

Tatiana Rodrigues Milanello

Thiago Fidelis

Publicação Semestral/*Semestral Publication*

Solicita-se permuta/*Exchanged desired*

Endereço/*Adress*

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Contato: Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900, Jardim Dr. Antonio Petrágli,

CEP 14409-160, Franca/SP, Brasil

ensaiosehistoria@gmail.com

Ensaio de História (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP) Franca,
SP, Brasil, 1996-2011, 1-16
ISSN 1414-8854.

Capa: Imagem retirada do Blog "musica, politica americana"
Desenho e arte final: <http://musicaspoliticas.blogspot.com.br>

APRESENTAÇÃO

Desde o ano de 1996, o curso de graduação (nas suas opções de bacharelado e de licenciatura) em História da Universidade Estadual Paulista campus Franca edita a revista *Ensaio de História*, fundada a partir da iniciativa de graduandos do curso, a revista tornou-se espaço de publicação de artigos resultantes da atividade de formação em diversas instituições de Ensino Superior. É notável o prestígio alcançado, de sorte que, ao longo dessa década e meia de existência, tem seus exemplares disponíveis em um número expressivo de bibliotecas em instituições universitárias, dentre as quais algumas no exterior. Além disso, é símbolo de pioneirismo entre as poucas publicações que tem como foco a veiculação da atividade de pesquisa de graduandos em percurso de formação.

A revista *Ensaio de História* vincula-se às diretrizes do Conselho de Curso e o tutor do Grupo Pet História preside a Comissão Editorial, tendo como membros discentes alunos da graduação do curso de História.

A importância dessa atividade como um espaço incentivador de pesquisas, seja de caráter individual ou coletivo, reúne os membros do grupo PET - História. Eles participam como Comissão Editorial, agregando alunos da graduação não pertencentes ao grupo PET e têm, para tanto, autonomia e liberdade para atuarem como corpo editorial e, com isso, forjar um veículo diversificado e amplo nas suas abordagens.

Trata-se de periódico que almeja o desenvolvimento institucional da graduação em consonância com o Conselho de Curso, buscando ainda, registrar as inclinações dos autores no tempo.

O envio de artigos é aberto a todas as áreas de pesquisa em História, sem restrição de assuntos ou temas, abordando inclusive os estudos sobre prática educacional e Pedagogia da formação, uma vez que nosso currículo acadêmico é também composto por disciplinas dessa natureza. O critério para acolhimento dos artigos, além dos aspectos da pertinência, da coerência e da consistência, é que os mesmos recebam o endosso dos respectivos professores orientadores, demonstrando assim comprometimento e responsabilidade em relação ao trabalho produzido.

O trabalho de editoração é subdividido entre duas comissões responsáveis: de correção gramatical e ortográfica e de normatização e diagramação de textos; de maneira a enviar exemplares à gráfica nos moldes usualmente requeridos para impressão, publicação e envio às demais bibliotecas e interessados.

Logo, o presente trabalho tem grande relevância, uma vez que atua de maneira a instigar os graduandos à atividade de pesquisa e a produção escrita dessas pesquisas. Nessa medida, acumulam densidade e servem de inspiração ao ofício do historiador.

Pedro Geraldo Tosi
Editor da Revista Ensaios de História 2007-2010

SUMÁRIO

“DA RÚSSIA COM AMOR” GUERRA FRIA E A CRIAÇÃO DE JAMES BOND EM CASSINO ROYALE.

Pollyanna Souza MENEGHETI.....09

“NUCLEOROSE”, ANTICOMUNISMO E EXCEPCIONALISMO OS ESTADOS UNIDOS DURANTE A GUERRA FRIA E SUA RESSIGNIFICAÇÃO PELO DOCUMENTÁRIO THE ATOMIC CAFE (JAYNE LOADER, KEVIN RAFFERTY, PIERCE RAFFERTY, 1982)

Isadora REMUNDINI19

A COLONIZAÇÃO RELIGIOSA NA AMÉRICA ESPANHOLA E A DEMONIZAÇÃO DA RELIGIÃO INCA

Joice do Prado ALVES29

A CONSTRUÇÃO DA SOLUÇÃO FINAL E SUA APLICAÇÃO PELOS FUNCIONÁRIOS DO TERCEIRO REICH

Marcos Felipe GODOY39

A CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO MITOLÓGICO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Mariana RODRIGUES51

A MÚSICA SERTANEJA VESTE A ROUPA DA INDÚSTRIA CULTURAL CLÁUDIO ARMELIN MELON

Cláudio Armelin MELON61

A SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO E SEU PROJETO DE BRASIL EM FINS DO SÉCULO XIX

Andréa Manfredi da COSTA71

ACROSS THE BEATLES UMA SOCIEDADE, UMA ÉPOCA, REPRESENTADA POR UMA BANDA

Ariane Pereira LIMA81

ANÁLISE DAS RELAÇÕES IMPERIALISTAS NO PERÍODO PRÉ-GUERRA

Danilo Medeiros GAZZOTTI89

ASCRA E TÉSPIAS UM CASO DE PÓLIS NO ALTO ARCAÍSMO GREGO

Renan Falcheti PEIXOTO99

CULTURA E MERCADORIA DA INDÚSTRIA CULTURAL À INDÚSTRIA CULTURAL GLOBAL

Amanda Cristina STEFAN109

DA ILUSÃO HIPPIE À REALIDADE YUPPIE PELAS LENTES DO CINEMA

Vinicius FATTORI119

DESENVOLVIMENTO DA CHINA DURANTE O PERÍODO ZHÔU ORIENTAL

Rud Eric PAIXÃO129

ESCRavidÃO E CRIMES NO BRASIL ASPECTOS SOBRE A PRESENÇA ESCRAVA NA CIDADE DE FRANCA NO SÉCULO XIX

Elvis DIANA
Welton SOUSA139

ESSA TAL PÓS-MODERNIDADE “TODO PENSAMENTO VEM E VAI, TODO SENTIMENTO SE DESFAZ”

Nivea Lins SANTOS149

ILUSTRAÇÃO E ANTIESCRAVISMO CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO DE JOSÉ BONIFÁCIO

Jaqueline ANDRADE
Patrícia SILVA155

MODERNIDADE X ROMANTISMO A NAÇÃO ALEMÃ

Bárbara Mariani POLEZ165

PENSANDO O ROCK LED ZEPPELIN, CULTURA E POLÍTICA

Ricardo Sinigaglia ARRUDA175

TELE-VISÃO A DISPUTA IMAGÉTICA NO CAMPO CULTURAL

Carlos Alexandre Silva RODRIGUES185

VANGUARDA NAZISTA O NACIONAL-SOCIALISMO COMPREENDIDO ATRAVÉS DA ASSIMILAÇÃO ALEMÃ DA MODERNIDADE.

Rosa Aparecida do Couto SILVA195

“DA RÚSSIA COM AMOR”: GUERRA FRIA E A CRIAÇÃO DE JAMES BOND EM CASSINO ROYALE.

Pollyanna Souza MENEGETI*

RESUMO: O interesse de pessoas comuns em histórias de espionagem, reviravoltas, conflitos políticos e informações de guerra definitivamente não é incomum. E, se tratando do período conhecido como Guerra Fria, a tendência era justamente o aumento deste interesse. Como uma forma de fomentar a imaginação e o desejo de aventura daqueles que viveram este período, surge James Bond, o super agente secreto inglês e portador do número 007.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fria. espionagem. James Bond. literatura.

INTRODUÇÃO: O MUNDO NO PÓS-GUERRA

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o mundo conheceu uma nova forma de sociedade: o mundo polarizado da Guerra Fria. No lado Ocidental estavam os Estados Unidos da América, os grandes vitoriosos da Segunda Guerra Mundial que enriqueciam cada vez mais devido ao auxílio que prestavam aos países europeus, consagrando sua hegemonia sobre os mesmos. Do lado Oriental estava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS, liderada por Stálin. Estes dois países, caracterizados por possuírem forças opostas (capitalismo x socialismo), acabaram por dividir o mundo do pós-guerra de acordo com suas zonas de influências, provocando assim o que se convencionou chamar de “Nova Ordem Mundial”.

Apesar de possuir esse nome, a Guerra Fria não foi uma guerra em seu sentido mais comum. Não houve ataques diretos entre os dois pólos e tampouco toda a movimentação ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, como Hobsbawm diz acertadamente, citando Thomas Hobbes:

[...] a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida. A Guerra Fria entre EUA e

* Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Franca.

URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve século XX, foi sem dúvida um desses períodos.¹

Ou seja, podemos considerar que apesar de não haver perigo iminente de ocorrer uma Terceira Guerra Mundial, a Guerra Fria se consolida como uma guerra de ameaças e informações, na qual cada um dos envolvidos tentava manter ou ampliar sua zona de influência e aumentar sua hegemonia sobre o inimigo. Era óbvio que tanto os EUA quanto URSS, recém-saídos de uma grande guerra, evitariam ao máximo se envolverem em outra que poderia significar uma derrota completa para um dos dois lados. Sendo assim, o período da Guerra Fria (1945 - 1989) é um período de relativa paz, marcado por conflitos locais, como a Guerra dos Mísseis em Cuba e a Guerra do Vietnã.

Nota-se que os EUA estavam envolvidos diretamente em ambos os conflitos, o que não é de se surpreender devido à política empregada por este país naquela época: a do medo de uma possível supremacia soviética no mundo, que levou os EUA a empreender guerras, políticas de "caça às bruxas" e demonstrar o "horror" que significaria a vitória do socialismo soviético no mundo, impondo a isto um tom apocalíptico. E enquanto os norte-americanos promoviam toda essa propaganda contrária ao comunismo, os soviéticos se preocupavam com a hegemonia que os americanos de fato exerciam no mundo: todas aquelas não ocupadas pelo exército vermelho.²

Sendo assim, neste mundo polarizado com a ameaça de uma guerra iminente que colocaria em risco a reconstrução dos países devastados pelas duas guerras mundiais e ainda com o tom apocalíptico imprimido pelos americanos a essa situação, houve um elemento que despertou a atenção das pessoas: a ação dos serviços secretos de cada país e a figura do espião.

Portanto, o que este artigo pretende analisar é justamente a ficção de espionagem produzida durante o período da Guerra Fria, em específico, as obras de Ian Fleming, autor e criador do conhecidíssimo espião James Bond, especialmente "*Cassino Royale*", primeira aventura do espião inglês.

1 JAMES BOND: A FIGURA DO ESPIÃO

Sir Ian Lancaster Fleming, nascido em 1904 em Londres e morto em 1964, trabalhou no Serviço Secreto Britânico durante a Segunda Guerra

¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001. p.224.

² HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001. p.231.

Mundial, além de ter servido à marinha inglesa no mesmo período. Com base nestas experiências colhidas durante a guerra, Ian Fleming criou aquele que viria a ser o maior e mais conhecido personagem no que concerne a romances de espionagem: o galante espião inglês James Bond, agente do Serviço Secreto Britânico.

Apesar de o personagem James Bond só ter surgido no pós-guerra, o gênero do romance de espionagem se originou no século XIX como um ramo do romance de aventuras, sendo considerado "irmão" do gênero policial. Normalmente, no gênero de aventura, a ação se dava mais pelo uso da força do que pelo uso da mente e da racionalidade. Enquanto no romance policial a racionalidade é predominante, no romance de espionagens há tanto o uso da força física quanto da mente, afinal, Bond tem que lidar com informações secretas, disfarces e jogos de lógica em suas missões. Em comum entre os três gêneros, há a eterna disputa entre o bem e o mal, sempre presente nas obras de Ian Fleming. No caso específico deste, os antagonistas de suas histórias são, na maior parte das vezes, representados por comunistas ou simpatizantes do comunismo, demonstrando a dinâmica existente na Guerra Fria que contaminou até mesmo a literatura popular na Inglaterra.

Desta forma, em suas aventuras, James Bond quase sempre se vê envolvido em tramas internacionais, assassinatos, torturas, espionagem e guerra de informações, normalmente combatendo os avanços comunistas e defendendo seu país. Sobre isso, Hobsbawm diz:

Nesse gênero, os britânicos como o James Bond de Ian Fleming, e os heróis agrídoces de John Le Carré - ambos tinham trabalhado nos serviços secretos britânicos -, mantiveram uma firme superioridade, compensando assim o declínio de seu país no mundo real.³

Pensando neste sentido, o personagem de James Bond, alto, forte, galanteador, inteligente, sempre acompanhado de belas mulheres, as famosas "*Bond Girls*", e sempre pronto a defender seu país, caracteriza-se como um modelo ideal do homem britânico e como este deveria agir perante a ameaça comunista e defender seu país. Outro grande atrativo do personagem é certamente o fato de ser ele um agente 00, designação que determina que possui permissão para matar, já tendo feito isto anteriormente. O "7" advém do fato de ele ser o sétimo agente a ser admitido nesta categoria.

³ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001. p. 226.

A primeira aventura de James Bond foi escrita em 1953 e recebeu o nome de "*Cassino Royale*", um cassino fictício existente na França. Nesta aventura, Bond tem de que enfrentar Le Chiffre, um agente russo, no jogo de bacará e impedir que este ganhe uma vultuosa soma de dinheiro que seria utilizada para reorganizar seus negócios e dar continuidade ao seu trabalho como agente. Para conseguir derrotar Le Chiffre, Bond conta com a ajuda de Vesper Lynd, assistente pessoal do chefe da Seção S, que é destacada para auxiliá-lo. O personagem Le Chiffre ("*A Cifra*", em francês), é o antagonista direto de Bond neste livro, e se caracteriza por ser um agente russo impiedoso e cruel, que não se importou em fazer uso de métodos violentos como a tortura para conseguir o dinheiro que James Bond ganhou no bacará. Dentre os outros personagens de destaque no livro temos M, o chefe da Seção S, chefe direto de James Bond, sempre misterioso e inteligente, procurando estar sempre um passo a frente do inimigo, e Mathis, do serviço secreto francês, que colabora com Bond nesta aventura. Há ainda o agente da CIA Felix Leiter, que é construído de forma a seguir um estereótipo do americano: animado, piadista e sempre se impressionando com qualquer figura que salte aos olhos.

Dentre as histórias mais conhecidas de James Bond estão "*Cassino Royale*" (1953), a primeira aventura do agente secreto, "*Moscou contra 007*" (From Russia With Love, 1957), "*007 contra o Satânico Dr. No*" (Dr. No, 1958), "*O Foguete da Morte*" (Moonraker, 1954), "*Viva e Deixe Morrer*" (Live and Let Die, 1954) e "*007 contra Goldfinger*" (Goldfinger, 1959).

Em muitas de suas aventuras, James Bond é posto em contato com agentes russos ou alguém de certa forma ligado ao serviço de espionagem soviético. Isto demonstra a tamanha fascinação que a população mundial passou a sentir durante a Guerra Fria por este aspecto da situação em que viviam.

Por exemplo, em "*O Foguete da Morte*", Bond é destacado para deter o empresário Sir Hugo Drax, idealizador e construtor do *Moonraker* "*O Explorador da Lua*", um míssil nuclear que está sendo construído para defender a Inglaterra contra os inimigos na Guerra Fria. Porém, Bond percebe que há uma trama por detrás da intenção de Drax e, com o auxílio de Gala Bland descobre que na realidade, Sir Hugo Drax não é quem dizia ser. Ele era mestiço de inglês e alemão, tendo sido educado em Leipzig e se afiliado ao Partido Nazista e lutado na Segunda Guerra Mundial como um soldado alemão. Porém, ao participar de uma operação de sabotagem às linhas britânicas, Hugo Drax quase morreu e ao ser resgatado usando um uniforme do exército inglês, tomou para si a identidade do soldado desaparecido Hugo Drax e seguiu adiante com seu plano de destruir a

Inglaterra usando o *Moonraker*. O que é ainda mais interessante nesta história é o fato de Drax ter sido financiado pelo governo soviético na construção do *Moonraker*, e ainda ter tentado fugir em um submarino russo, após seus planos terem sido descobertos. A trama narrada em "*O Foguete da Morte*" é marcada por conspirações, reviravoltas e inúmeras menções à Guerra Fria, elevando os soviéticos ao grau de principais antagonistas, visto que eles estavam financiando a vingança de Hugo Drax.

Já em "*Moscou contra 007*", a SMERSH, o departamento soviético de contra-espionagem que tem como objetivo central a eliminação de agentes ocidentais, elabora um plano para a eliminação de James Bond. Este livro é muito conhecido, sendo considerado um dos melhores e também um dos mais polêmicos, visto que, no fim, é narrada a possível morte do agente 007. A antagonista deste livro é Rosa Klebb, uma agente do serviço soviético de espionagem SMERSH, ela é uma das autoras do plano criado para eliminar Bond e, para tal, usa a agente russa Tatiana Romanov, jovem cabo do exército russo, fazendo-a pensar que está seguindo ordens do exército e não da organização SMERSH. Porém, o plano de seduzir Bond falha, visto que Tatiana acaba se apaixonando por ele e se decidindo a não matá-lo. Sendo assim, Klebb decide ela mesma realizar o serviço e envenena Bond.

Porém, no livro seguinte "*007 contra o Satânico Dr. No*", descobrimos que Bond não morreu, mas está na Jamaica se recuperando do envenenamento causado por Klebb. Provavelmente, Ian Fleming não teve coragem de matar seu mais famoso personagem ou até mesmo sofreu pressões dos fãs do agente secreto para continuar a escrever suas histórias.

2 CASSINO ROYALE E A GUERRA FRIA

Cassino Royale é a primeira aventura de James Bond, e é também uma das mais interessantes, apesar de não possuir um antagonista tão bem construído como Dr. No ou Rosa Klebb. O que mais atrai em Cassino Royale é a figura do próprio 007.

Como esta é sua primeira missão após receber o título de 007, Bond ainda não é o agente maduro, que não se importa em sacrificar algo para cumprir a missão. James Bond ainda é jovem e comete erros, se importando demais com Vesper Lynd para perceber que a moça na realidade não era tão confiável assim. Ele também comete erros durante o jogo de bacará, apostando demais, confiando em sua sorte e perdendo todo o dinheiro em certa rodada.

Como já dito anteriormente, na trama de Cassino Royale, Bond tem que enfrentar o quinta-coluna russo "*Le Chiffre*" na mesa de bacará,

objetivando derrotá-lo por completo de forma que este não possa reerguer seus investimentos. Em um relatório enviado a M, membro da Seção S e chefe direto de James Bond, nos é oferecida uma descrição de Le Chiffre e uma introdução ao personagem. Le Chiffre se caracteriza então como um agente russo sem nome de batismo, conhecido apenas por seu número de passaporte. De acordo com Ian Fleming, este personagem serve à SMERSH⁴, a organização soviética de eliminação aos espões. No mesmo relatório enviado à M, temos uma descrição dessa organização, sendo que sua sigla é a junção de duas palavras russas: "*Smiert Shpionam*", o que em uma tradução livre significaria "*Morte aos Espões*". O quartel-general desta organização seria em Leningrado, na Rússia:

Sua missão é eliminar todas as formas de traição e decadência dentro dos diversos ramos do Serviço secreto soviético e da Polícia Secreta na União Soviética e no exterior. É a organização mais poderosa e temida dentro da URSS, e desfruta a fama de jamais ter falhado em uma missão de vingança. (...) Acredita-se que a Smerch tenha sido responsável pelo assassinato de Trotski no México (22 de agosto de 1940). (...) Depois da guerra, a própria organização sofreu um amplo processo de limpeza, e agora consiste em apenas algumas centenas de agentes de qualidade elevadíssima, divididos em cinco seções:

Departamento I: Incumbido de contra-espionagem entre organizações soviéticas no território nacional e no exterior.

Departamento II: Operações, incluindo execuções.

Departamento III: Administração e Finanças.

Departamento IV: Investigações e Setor Jurídico. Departamento de pessoal.

Departamento V: Processos: a seção na qual são feitos os julgamentos finais de todas as vítimas.

(...)

Conclusão: Devemos empreender todos os esforços possíveis para aumentar nosso conhecimento dessa organização poderosa e destruir seus agentes.⁵

Destruir a organização é então o objetivo do Serviço Secreto Britânico, ao qual foi delegada essa missão. No entanto, em uma conversa entre o chefe da Seção S e M, podemos perceber que os EUA e a CIA, estariam mais do que felizes em colaborar com a missão. Bond é então convocado

⁴ Apesar de a tradução da Editora Record indicar a sigla SMERCH, o nome correto da organização é SMERSH. Esta organização realmente existiu e Fleming fez uso dela em suas obras ficcionais.

⁵ FLEMING, Ian. *Cassino Royale*, Editora Record: Rio de Janeiro, 2006. p.22-23

para realizar a missão e tem uma reunião com M, na qual lhe é passada a missão de derrotar Le Chiffre em um jogo de bacará e acabar com o capital do agente.

Bond acaba sendo derrotado por Le Chiffre no jogo e o que o salvou e permitiu que conseguisse obter sucesso foi justamente a ajuda de Felix Leiter, o agente da CIA, que assim como Bond, também contava com o apoio financeiro de sua respectiva agência. Portanto, contando com o capital de sua própria agência e também da CIA, Bond consegue derrotar Le Chiffre, conseguindo acabar com seu capital e impedindo que ele conseguisse reestruturar seus negócios em Paris. Bond fica, então, com posse de 40 milhões de francos e dá sua missão por concluída

No entanto, Le Chiffre não se conformou em perder o dinheiro e, aparentemente, seqüestra Vesper Lynd, a ajudante de Bond, em uma tentativa de fazer com que o agente lhe entregasse o dinheiro. Apesar de jurar que não iria se envolver para não comprometer a missão, Bond acaba cedendo e vai em busca de Lynd, caindo na armadilha do inimigo. Le Chiffre então tortura Bond e o obriga a contar onde está o dinheiro. A tortura que o quinta-coluna aplica não é apenas física, mas também psicológica, dizendo a Bond que este está apenas brincando de "*mocinho e bandido*". Mesmo assim, Bond se recusa a entregar o dinheiro e Le Chiffre avança para matá-lo, mas é interrompido pela chegada de um agente da SMERSH, que o mata. O agente se aproxima de Bond e, ao invés de matá-lo, o marca com um símbolo russo.

Bond é resgatado e, posteriormente, o agente Mathis, da França vem visitá-lo e eles conversam sobre a marca feita pelo agente soviético:

- Bem, eu vi a marca apenas de relance antes de desmaiar. Mas já vi os cortes várias vezes quando as enfermeiras trocaram os curativos. Tenho certeza absoluta de que é a letra russa para CH. Parece um M invertido com um rabo. Faz todo sentido. Smerch é a sigla de *Smiert Chpionan*... Morte aos Espões. O agente da Smerch acha que me rotulou como um *chpion*. É um incômodo porque, depois de voltar para Londres, M deve me internar outra vez para implantarem uma pela nova nas costas de minha mão. Mas isso não importa. Decidi que vou pedir demissão.⁶

Quando Mathis se surpreende e lhe pergunta o porquê dessa decisão, Bond responde:

⁶ FLEMING, Ian. *Cassino Royale*, Editora Record: Rio de Janeiro, 2006. p.153.

- Enquanto estava sendo espancado, percebi que gosto da idéia de estar vivo. Antes de começar a tortura, Le Chiffre me disse uma coisa que não me sai da cabeça: 'brincadeira de mocinho e bandido'. Disse que era isso que eu estava fazendo. Bem, agora acho que ele tinha razão.⁷

Nota-se, portanto, que as palavras de Le Chiffre foram fundo na mente do agente, a ponto de fazê-lo cogitar a demissão. É neste momento da história que o personagem de Bond se mostra mais frágil e não tão parecido com a imagem que o cinema nos proporcionou nas adaptações que fez dos livros de Fleming. Toda essa fragilidade momentânea de Bond pode ser exprimida na seguinte passagem, sendo também uma das mais fortes do livro:

- É claro que o patriotismo entra na equação e faz com que tudo pareça direito, mas esse negócio de certo-ou-errado-para-a-pátria está ficando um pouco fora de moda. Hoje estamos lutando contra o comunismo. Certo. Se eu já tivesse nascido há cinquenta anos, o conservadorismo dos dias de hoje seria praticamente considerado comunismo, e nós o estaríamos combatendo. A História está marchando muito rápido, e os heróis e os vilões estão trocando de papéis.⁸

Bond demonstra assim, a preocupação que sente com relação à sua própria figura. Ele é um espião com licença para matar, já o tendo feito duas vezes antes de receber o número de 007. No entanto, o que o torna diferente de Le Chiffre? Ambos acreditaram estarem fazendo o certo: defender seu país. A passagem "*os heróis e vilões estão trocando de papéis*", deixa claro o sentimento do personagem, o de que heróis e vilões se confundem neste mundo polarizado, dividido entre comunistas e não-comunistas. Ao quase ser morto por Le Chiffre, Bond sente o peso das palavras que ouviu ao receber o título de 007: os agentes 00 não vivem por muito tempo. Sendo assim, a fé e a confiança que Bond sentia em seu trabalho, em sua pátria, acabam por se abalar conforme ele se dá conta de que pode ser o vilão na história, caso ela seja estudada de outro ponto de vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Justamente por isto é interessante analisar esta primeira obra, na qual Bond está longe de ser o agente invencível que conhecemos. Ele foi

⁷ FLEMING, Ian. *Cassino Royale*, Editora Record: Rio de Janeiro, 2006. p.153.

⁸ FLEMING, Ian. *Cassino Royale*, Editora Record: Rio de Janeiro, 2006. p.154.

derrotado no bacará por ter sido muito autoconfiante. Caiu no truque de Le Chiffre, tendo sido atraído para o covil deste. Teve abalada sua confiança não apenas em si mesmo, mas também nas causas que estava defendendo. E, por fim, foi enganado por Vesper Lynd, na realidade uma agente dupla da SMERSH, visto que esta havia tramado seu próprio sequestro de forma a atraí-lo até o esconderijo de Le Chiffre.

Após o suicídio de Lynd, Bond acaba por recuperar sua antiga confiança, sendo motivado pelo sentimento de vingança que estava nutrindo contra a moça e contra a SMERSH como um todo:

Havia um alvo bem ao seu alcance. A partir de agora, Bond perseguiria a Smerch. Desprovido da Smerch, dessa arma fria de morte e vingança, a MVD seria reduzida a um punhado de funcionários públicos trabalhando no ramo da espionagem, nem melhores nem piores que nenhuma das organizações ocidentais. Toda a máquina russa funcionava assim. O medo era o motor. Para eles sempre seria mais seguro avançar que recuar. (...) Mas agora Bond atacaria o braço que empunha o chicote e a arma. Os burocratas que cuidassem da espionagem. Eles poderiam espionar e capturar espiões. Bond cuidaria de perseguir a ameaça por trás dos espiões, a ameaça que fazia deles espiões.⁹

Movido por este objetivo de destruir a SMERSH, que, indiretamente provocou o suicídio de Lynd, por quem ele estava apaixonado, Bond recupera sua confiança e após todo o choque pelo qual passou, acaba tornando-se por se tornar a uma pessoa mais racional e fria, que normalmente não deixa questões pessoais se envolverem em suas missões, ou seja, o James Bond ao qual estamos acostumados a assistir.

Sendo assim, concluo que *Cassino Royale* é uma obra passível de análise historiográfica, devido primeiramente às informações presentes em seu enredo, que são pertinentes à Guerra Fria, tendo sido escritas durante este período, justamente para cumprir a demanda por material literário do gênero romance de espionagem. Em segundo lugar, tal obra é importante justamente pela composição da figura de James Bond, o espião imbatível, que acabou por servir de modelo a muitas pessoas, sendo descrito por jornalistas como "*o homem que todos gostariam de ser*". Apesar de seguir esse ideal de espião patriótico, podemos ver neste livro que Bond fraqueja, se engana, falha. Ele, pelo menos nesse primeiro livro, não é um modelo de homem perfeito, apenas um homem que se esforça, raciocina e duvida. Mas

⁹ FLEMING, Ian. *Cassino Royale*, Editora Record: Rio de Janeiro, 2006. p. 204.

que no fim sempre consegue se manter firme e seguro ao se propor um novo objetivo.

James Bond, inserido no contexto da Guerra Fria é, portanto, um modelo do que se esperava que fosse feito pelos ingleses neste período: ser fiel à sua pátria, defendendo-a do avanço dos comunistas, cooperando com os aliados na luta para conter a URSS e vivendo inúmeras aventuras no âmbito da espionagem.

MENEGHETI, Pollyanna Souza. "From Russia with Love": The Cold War and the creation of James Bond in Casino Royale.

ABSTRACT: The interest of ordinary people in spy stories, turnarounds, political conflicts and war information, definitely, isn't uncommon. And, in reference to the period known as the Cold War, the trend was precisely the increased of this interest. As a way to foster imagination and sense of adventure of those who lived through this period, there is James Bond, the super-secret agent English and holder of the number 007.

KEYWORDS: The Cold War. spying. James Bond. literature.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antônio. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1968.

COUTINHO, Afrânio. *Da Crítica e da Nova Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FLEMING, Ian. *Cassino Royale*, Editora Record: Rio de Janeiro, 2006

_____. *Moscou contra 007*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2003

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

MOISÉS, Massaud. *Guia Prático de Análise Literária*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

"NUCLEOROSE", ANTICOMUNISMO E EXCEPCIONALISMO: OS ESTADOS UNIDOS DURANTE A GUERRA FRIA E SUA RESSIGNIFICAÇÃO PELO DOCUMENTÁRIO THE ATOMIC CAFE (JAYNE LOADER, KEVIN RAFFERTY, PIERCE RAFFERTY, 1982)

Isadora REMUNDINI*

RESUMO: O presente artigo tem por tema as manifestações da cultura estadunidense acerca da corrida armamentista, do anticomunismo e do excepcionalismo durante a Guerra Fria - entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 60. O tema foi abordado através de seu entendimento pelo documentário *The Atomic Cafe* produzido durante os anos da retomada do conflito no governo de Ronald Regan (1981-1989).

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fria. Documentário. *The Atomic Cafe*.

1 THE ATOMIC CAFE

A expressão dos meios de comunicação social é tema indispensável para o entendimento da história contemporânea, em especial, a história dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial e sua formulação pelo cinema, considerado "uma das formas de manifestação da identidade nacional norte-americana, como um importante canal de elaboração das mazelas da nação e da celebração de seus grandes feitos." (SPINI, 2006, p.1)

Assim, a imponência da indústria cinematográfica dos EUA possibilitou a difusão de inúmeros filmes que se dedicam ao tema da Guerra Fria, propagando diversificadas significações acerca dos acontecimentos do período - entre os filmes com temáticas afins à do presente artigo, podemos destacar *Dr. Fantástico* (Stanley Kubrick, 1964) sobre o cientificismo da corrida nuclear, *Boa Noite e Boa Sorte* (George Clooney, 2005) e *Testa-de-Ferro por acaso* (Martin Ritt, 1976) sobre a perseguição aos comunistas. Entretanto, apesar de não serem reconhecidos com a mesma familiaridade com que o são os filmes ficcionais, os documentários do período constituem uma fonte vasta para os estudos historiográficos.

*Aluna do 4º Ano de História pela UNESP- Campus Franca. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O presente artigo foi apresentado como trabalho de conclusão à disciplina de História Contemporânea IV, ministrada pelo Prof. Dr. José Adriano Fenerick.

The Atomic Cafe¹, documentário selecionado como fonte para o presente estudo, é constituído a partir do processo de colagem de trechos de vídeos de treinamento do exército americano, propagandas do governo, reportagens e canções das décadas de 40, 50 e 60. Construção esta que o torna documento privilegiado para o entendimento das relações entre o cinema e a história do período, uma vez que disponibiliza ao menos dois vieses de abordagem: a utilização do cinema como ferramenta de difusão política nos primeiros anos da guerra e sua ressignificação pela voz² do documentário lançado na década de 80, durante a ascensão da chamada "nova direita", com a eleição de Ronald Regan.

O filme volta-se, especialmente, a fatores relacionados à corrida armamentista e ao poderio bélico atômico, entretanto, essa temática prescreve a abordagem de tópicos recorrentes na historiografia do período como o anticomunismo e o excepcionalismo estadunidense, qual evidencia uma nação destinada a difundir ao mundo seus ideais. Seu recorte cronológico abrange o fim da segunda guerra, com a exibição das imagens dos feridos e entrevistas com os pilotos dos aviões que despejaram as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, até as cenas do chamado Kitchen Debate, programa de 1959, exibido pelas principais redes de televisão dos Estados Unidos, que mostrava o diálogo entre o então vice-presidente Richard Nixon e o primeiro ministro soviético Nikita Khrushchev.

2 O CINEMA DE PROPAGANDA E A LONGA ERA DA CATÁSTROFE

As seqüências iniciais do filme - acompanhadas pela ambiência soturna da Segunda Rapsódia Húngara de Franz Liszt - apresentam o primeiro teste com armamentos nucleares, o Trinity, realizado em julho de 1945, na região de Alamogordo (Novo México), seguidas pelas cenas dos bombardeios sobre o Japão em agosto daquele ano e os experimentos científicos realizados pelo governo americano com as vítimas mutiladas. Esta gênese da corrida nuclear, pautada na idéia de que os EUA atacara o Japão com a intenção de demonstrar seu poderio bélico a Moscou, ratifica a postura

¹ Lançado em 1982, o filme é co-dirigido por Jayne Loader e pelos irmãos Kevin e Pierce Rafferty. Foi o ganhador da categoria de melhor documentário pela Boston Society of Film Critics e do Flaherty Documentary Awards, da British Academy Film Awards, em 1983.

² O conceito de voz no cinema documental é definido pelo teórico Bill Nichols como "a idéia de uma lógica informativa que orienta a organização do documentário comparada à idéia de uma história convincente que organiza a ficção [...] a voz diz respeito a *como* a lógica, o argumento ou o ponto de vista nos são transmitidos." NICHOLS, Bill. *Introdução ao Documentário*. Campinas, SP: Papirus, 2005, p. 73-74

apresentada por Eric Hobsbawm de uma "crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim." (HOBSBAWM, 2005, p.228)

Além disso, as imagens iniciais da catástrofe nuclear ditam a tônica do filme, fundamentando o temor frente à iminência de um novo conflito atômico, o que condicionou o fato, também apontado por esse historiador, de que "gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade." (HOBSBAWM, 2005, p. 124)

Sem dúvida, é possível referir a ascensão de uma cultura midiática à vivência intensificada desta ameaça de guerra durante a segunda metade do século XX. Este fator é salientado no documentário pelo uso das numerosas canções, dos diversos formatos de documentação audiovisual e assinalado, especialmente, na formatação da mensagem governamental, visto que em grande parte dos vídeos de propaganda é apresentada a família tipicamente estadunidense, - delineada pelo sentido do american way of life - que recebe as informações sobre o conflito com a URSS pelo rádio, pela TV e pelo cinema.

Conforme explicitado acima, um dos elementos da propaganda estadunidense que figura nestes excertos de vídeos governamentais e nos cinejornais é o chamado excepcionalismo, ou seja;

a convicção de que os Estados Unidos da América (EUA) são uma nação excepcional, produto de uma trajetória histórica única, e com um papel no mundo (a que muitos se referem como missão) igualmente extraordinário. (FONSECA, 2007, p.150).

Uma das bases deste sentimento, a noção religiosa de que esta "missão" norte americana fora conferida por Deus, se faz presente já nas cenas iniciais do discurso proferido pelo presidente Harry S. Truman, aos americanos, - na ocasião da conferência de Potsdam em Agosto de 1945 - sobre o "fardo" da bomba atômica:

É uma enorme responsabilidade que recaiu sobre nós. Agradecemos a Deus que tenha recaído sobre nós, ao invés de sobre nossos inimigos, e rezamos para que Ele nos guie para utilizá-la à Sua maneira e para seus propósitos (The Atomic Cafe, 1982)

A componente laica do excepcionalismo encontra-se na democracia e, conforme colocada por Carlos da Fonseca, "tende a enfatizar as

peculiaridades do modelo político democrático e liberal construído no país, por vezes advogando a necessidade de promovê-lo (e reproduzi-lo) mundo afora." (FONSECA, 2007, p. 151). Tal aspecto é ressaltado na propaganda do período quando em um trecho do cinejornal "Universal International News" a Guerra contra a Coreia é justificada em um dos termos do excepcionalismo, mostrando o papel histórico do intervencionismo conferido às Nações Unidas. Conforme explicitado pela voz over do noticiário:

Um exército norte-coreano altamente treinado cruzou o paralelo 38 para atacar aos pouco preparados defensores da Coreia-do-Sul. Surpreendidos, estavam abatidos até que as Nações Unidas tomou sua missão histórica de intervir. (The Atomic Cafe, 1982)

Ademais, o excerto do noticiário dos estúdios "Universal" pode ser tema para uma reflexão sobre a historiografia da Guerra Fria, uma vez que reitera a noção de que a iminência do conflito deve-se exclusivamente ao expansionismo político soviético, idéia bastante recorrente nos estudos produzidos pelos Estados Unidos e presente no trecho do discurso de Truman apresentado pelo cinejornal;

Se as Nações Unidas se renderem às forças agressoras, nenhuma nação estará a salvo ou segura. Se a agressão triunfar na Coreia, podemos esperar que se expanda pela Ásia, Europa e pelo nosso hemisfério. (The Atomic Café, 1982)

O Prof. Paulo Vizontini aponta também a inversão desta leitura historiográfica que tende a conferir a responsabilidade ao "imperialismo americano" (de viés econômico), dentro de uma visão de história acidental ou dependente da vontade pessoal dos estadistas." (VIZENTINI, 2000, p. 198)

O pânico quanto à guerra nuclear é assentado, definitivamente, na ocasião em que se noticia a descoberta da bomba pela URSS, em agosto de 1949. Após um apanhado das manchetes de jornais sobre o novo armamento russo, o documentário apresenta uma compilação de propagandas voltadas às medidas de segurança que deveriam ser adotadas pelos cidadãos: o uso de vestimentas com camadas de chumbo, a construção de abrigos nucleares, e o treinamento para a proteção contra o ataque atômico. Neste sentido, destaca-se a exibição do vídeo "Duck and Cover" (Fig 1) pelas escolas primárias, em que o desenho animado da tartaruga Bert instrui as crianças a se abaixarem e se cobrirem ao menor sinal de um ataque nuclear soviético.

O filme ainda apresenta a invasão dos hábitos, caucados no american way of life, decorridos da chamada nucleorose. A prosperidade representada

pelo "acesso sem precedentes à economia de consumo de massas" (PURDY, 2007, p. 231) e fortemente difundida pela TV e o cinema, se reproduz sob a forma de bens de consumo voltados à conjuntura da corrida nuclear, o que é apresentado em diversos momentos do filme, como nas imagens em que a família reunida em torno do aparelho de TV assiste ao noticiário sobre as possibilidades de se utilizar armamento nuclear na Ásia, ou a cena em que duas jovens apresentam em sala de aula o conteúdo apreendido das aulas de economia doméstica: como cozinhar em um abrigo nuclear, utilizando alimentos industrialmente processados. Quando aparecem opiniões como a do Professor Seymour Melman, da Universidade de Columbia, que afirma a inutilidade dos abrigos nucleares frente a um ataque real, o temor assume maiores proporções. É mostrada, então, uma animação satírica em que um médico trata um paciente que sofre de "nucleorose", doença que, segundo a animação, acometia milhares de americanos à época (Fig 2). O diagnóstico do paciente, seus sintomas e a fórmula para sua cura são apresentados pelo médico:

Cegueira Nuclear: a única coisa que vê é uma nuvem em forma de cogumelo, ele está cego pelo medo que tem dela e surdo pelo som que ela emite; tem um curto-circuito em seu cérebro. Só consegue pensar na terrível ameaça da bomba atômica. Um abrigo antinuclear em seu subterrâneo lhe proverá um escudo adequado contra a chuva radioativa. (The Atomic Café, 1982)

Outro fator sobressalente no início da Guerra Fria, que se vinculou à corrida nuclear, foi o anticomunismo, uma vez que

quando a administração Truman anunciou que os russos haviam detonado sua primeira bomba atômica, o fim do monopólio nuclear americano foi atribuído à espionagem soviética. (DIVINE, 1992, p. 640).

Neste sentido, destaca-se no documentário a seqüência em que são exibidas as sessões de inquérito aos funcionários públicos acusados de espionagem, as imagens do vice-presidente Nixon que apresenta um microfilme que teria sido entregue à União Soviética por funcionários comunistas do governo americano e também as manifestações públicas em que se vêem cartazes com os dizeres "Every communist is Moscow's Spy". O trecho é conciliado pela música country de Carson Robison, com fragmentos da canção I'm no communist gravada em 1952:

We're living in a country that's the finest place of earth/ But some folks don't appreciate this land that gave them birth./ I hear that up in Washington they're having an awful fuss/ 'Cause Communists and spies are making monkeys out of us./ The bureaus and departments have been busy night and day/ They're figuring out just how we gave our secrets all away/ And Congress has appointed a committee so they said/ To find out who's American and who's a low-down Red. (ROBISON, 1952)

O referido comitê, a Comissão de Atividades Anti-americanas³, em conjunção com a Junta de Revisão de Lealdade, promovia verificações de segurança que, freqüentemente, culminavam em demissões no funcionalismo público e, em seu extremo, resultaram na execução do casal Ethel e Julius Rosenberg - apresentada pelo documentário - acusados de fornecerem informações referentes à bomba atômica.

O anticomunismo é também tema do cinejornal da Paramount Pictures, em 1947, no qual é simulada uma invasão comunista à cidade de Mosinee, Wisconsin. A propaganda, que inicia reafirmando a perspectiva historiográfica da Guerra Fria como fruto do expansionismo soviético, mostra a noção estadunidense acerca da administração comunista: o chefe de polícia é imediatamente encarcerado; o mesmo ocorre com o editor da imprensa livre, que tem seu jornal confiscado e reimpresso sob a alcunha de "Red Star". A caricatura se completa com a utilização de braçadeiras pelos agentes comunistas - em uma alusão direta às vestimentas nazistas - e com a explosão da estátua da liberdade, sob a afirmação de que o "punho comunista" destrói as bases do estado, da igreja e da família.

Por fim, a noção estadunidense acerca do comunismo, apresentada na propaganda do período, pode ser elucidada por dois momentos do documentário: o fim da simulação em Mosinee, em que o narrador faz a propaganda de dois shoppings centers na Califórnia - anunciando que

são exemplos concretos do idealismo prático que criou a América. Quando visitar estes dois belos centros comerciais, encontrará mais de quatro quadras de lojas [...] e claro, muitos estacionamentos gratuitos para todos os carros que nós, os capitalistas, adquirimos. Não poderá deixar de comparar as belas e práticas ambientações destes centros, com as quais encontraria sob o comunismo. (The Atomic Cafe, 1982)

- e a afirmação provocativa de Nikita Khrushchev ao vice-presidente Nixon, na ocasião dos Kitchen Debate, acima citados: "Se eu não sei tudo,

então direi que você não sabe nada sobre comunismo, exceto como temê-lo." (The Atomic Cafe, 1982).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VOZ DO DOCUMENTÁRIO E A ERA REGAN

Em seu ensaio *A voz do documentário*, o teórico Bill Nichols, se utiliza do *The Atomic Cafe* para estabelecer alguns dos parâmetros na delimitação desse conceito. Nichols compara o recurso do presente documentário, com o utilizado pelo diretor Emile de Antonio, ao instituir que, em ambos os casos a história não é um monólito, mas antes, é construída ao longo do filme:

A voz de De Antonio (subentendida, mas controladora) faz com que os depoentes se confrontem de modo a produzir para o filme um ponto de vista singular, diferente do de qualquer um dos depoentes (na medida em que inclui esta própria estratégia de contraposição). De maneira semelhante, a voz não expressa de *The Atomic Cafe* - evidente na competente montagem dos filmes de propaganda do governo sobre a bomba nuclear dos anos 1950 - conduz a uma leitura preferencial das imagens escolhidas. (NICHOLS, 2005, p. 59)

A eleição de Ronald Regan, em 1980, na conjuntura da crise do modo de consumo posterior à Segunda Guerra, da nova política republicana de estado mínimo, com corte nos impostos e nas verbas destinadas aos programas de assistência social, torna possível afirmar que a constituição da voz em *The Atomic Cafe* se alinha à ocasião da retomada da Guerra Fria e dos protestos contra a nova viragem à direita da política estadunidense, visto que através da montagem dos excertos busca anular os fundamentos da propaganda de guerra norte americana.

O questionamento ao excepcionalismo religioso é colocado no documentário pela contraposição entre a crueldade do uso de armamentos nucleares - apresentada pelas cenas dos mutilados nos ataques ao Japão e por testes realizados em porcos - e a moral cristã. Em diversos momentos do filme assistimos a figuras do clero que, em seu depoimento, tentam conciliar o comportamento religioso à necessidade de eliminar o inimigo, como na passagem de um vídeo de treinamento do exército em que o capelão fala da missão de proteger seus soldados e ainda complementa, ao explicar os efeitos da bomba atômica, que "quando você olha para cima vê uma bola de fogo, que sobe até o céu. É um espetáculo magnífico de se ver", ignorando por completo os efeitos da explosão aos atacados. Em outra propaganda é

³ House Un-American Activities Committee (HUAC)

realizada uma pesquisa popular, cuja pergunta "Devemos construir a Bomba H?", é respondida por um religioso da seguinte maneira:

Em minha opinião os Estados Unidos da América devem começar imediatamente a construção da bomba H. No entanto, queria acrescentar que os EUA não necessariamente devem utilizar esta bomba, mas considerá-la como uma protetora e guardiã pacífica das doutrinas americanas básicas da liberdade e democracia, contra os obstáculos colocados pela filosofia materialista e ateísta de um fascismo vermelho. (The Atomic Café, 1982)

A orientação crítica acerca da vertente secular do excepcionalismo, proposta pela voz do documentário, pode ser entendida através da relativização da democracia e cidadania nos Estados Unidos, conforme trabalhada pelo historiador Leandro Karnal que vislumbra, no modelo estadunidense, a inflexibilidade destes conceitos ao passo que acolhem alguns e excluem muitos. De acordo com o autor,

esta visão de mundo tende a reduzir o outro a relações autoritárias à medida que só pode existir eu e o anti-eu. A associação do conceito de liberdade individual, defendida com tenacidade por muitos norte-americanos acaba sendo uma chave de compreensão do universo que não pode comportar alteridades. (KARNAL, 2003, p.151-152)

Na montagem dos excertos em The Atomic Cafe um momento em especial pode ser salientado em relação à relativização da democracia. Um dos filmes de treinamento do exército mostra uma mulher que se manifesta em oposição à guerra na Ásia sob as alegações de que "todos os povos asiáticos querem o estabelecimento pacífico de governos próprios sem a intervenção dos Estados Unidos. Os comunistas não desejam a guerra." (The Atomic Cafe, 1982). Três militares param para assistir ao pronunciamento e, de forma retórica, a questionam: "Então, por que não vai morar num país comunista? Lá poderia falar assim na rua? Que cômodo, irmã, criticar o país que lhe dá liberdade de expressão!" (The Atomic Cafe, 1982). Na seqüência, em oposição satírica à liberdade estatuída pelos militares, é disposta a imagem de um dos interrogatórios da HUAC a um funcionário público que, ao fim, é retirado do tribunal pela segurança, sob alegação de vínculo ao comunismo.

Por fim, pode-se afirmar que a voz do documentário em The Atomic Café, ao utilizar, sistematicamente, o material de propaganda do governo americano e os trechos de discursos e canções do período, obtém sucesso

em demonstrar a existência, não apenas do tipo ideal de cidadão estadunidense, que entende como missão o combate ao comunismo e a difusão do ideal norte americano de liberdade e democracia, mas antes, aponta a existência dos grupos negados por esta propaganda, tais como os próprios comunistas e/ou cidadãos americanos que eram contrários ao posicionamento oficial ante a União Soviética e que vão se delineando nas lacunas e contradições desses documentos e tornando-se evidentes pela montagem ao longo do filme.

FIGURAS



Fig. 1 – "Duck and Cover", vídeo de defesa civil destinado às crianças.



Fig. 2 – O paciente acometido de "Nucleorose".

REMUNDINI, Isadora. "Nucleorose", Anticommunism and Excepcionalism: The United States during the Cold War and its resignification by documentary The Atomic Cafe (Jayne Loader, Kein Rafferty, Pierce Rafferty, 1982).

ABSTRACT: This article focuses on manifestations of north-american culture about the arms race, anticommunism and the american exceptionalism during the Cold War - between the end of World War II and the beginning of the 60s. This topic was approached in The Atomic Café, a documentary produced during the years of renewed conflict in the government of Ronald Reagan (1981-1989).

KEYWORDS: Cold War. documentary. The Atomic Cafe.

REFERÊNCIAS

Revista Ensaios de História, v. 15, n. 1/2, 2010

CRUNDEN, Robert M. *Uma breve história da cultura americana*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1990.

FONSECA, Carlos. "Deus Está do Nosso Lado": Excepcionalismo e Religião nos EUA. *Revista Contexto Internacional*. PUC Rio de Janeiro, vol. 29, nº1, janeiro/junho 2007, p. 149 – 185. ISSN 0102-8529 (Impresso) ISSN 1982-0240 (Online).

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos, Liberdade e Cidadania*. In: PINSKY, Jaime (org). *A História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2003. pp. 134 a 157.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao Documentário*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

PURDY, Sean. *O Século Americano*. In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp. 173 a 275.

SPINI, Ana Paula. *Mito da guerra e identidade nacional norte-americana no cinema de Hollywood*. In *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. (Cd-rom)

REFERÊNCIAS E FONTES FILMOGRÁFICAS

BOA NOITE E BOA SORTE (Good Night and Good Luck) EUA, 2005.

Direção: George Clooney Produção: Grant Heslov Distribuição: Warner Bros. 93 min., son, 35 mm, p&b.

DR. FANTÁSTICO (Dr. Strangelove or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb) EUA/Reino Unido, 1964. Direção e Produção: Stanley Kubrick Distribuição: Columbia Pictures. 90 min., son, 35mm, p&b.

TESTA-DE-FERRO POR ACASO (The Front) EUA, 1976. Direção e Produção: Martin Ritt Distribuição: Columbia Pictures. 95 min., son, 35mm, cor.

THE ATOMIC CAFE. EUA, 1982. Direção: Jayne Loader, Kevin Rafferty e Pierce Rafferty. Distribuição: Libra Films e Journeyman Pictures. 86 min., son, p&b e cor.

A COLONIZAÇÃO RELIGIOSA NA AMÉRICA ESPANHOLA E A DEMONIZAÇÃO DA RELIGIÃO INCA

Joice do Prado ALVES*

RESUMO: Neste artigo buscaremos analisar como a chegada das ordens religiosas na América Espanhola, durante os séculos XVI e XVII, afetaram a colonização do Peru colonial. Observando a mentalidade européia ainda atrelada às concepções feudais, analisaremos como o processo de cristianização indígena condenou e buscou extirpar qualquer resquício da religião inca, considerada pelos conquistadores como idólatra e herética.

PALAVRAS-CHAVE: Ordens Religiosas; Incas; Colonização.

AS ORDENS RELIGIOSAS NA AMÉRICA: OS JESUÍTAS, OS DOMINICANOS E OS FRANCISCANOS

As Ordens Religiosas que chegaram à América a partir do século XVI com a intenção de educar e propagar a fé cristã, vieram embutidas de um pensamento religioso oscilante entre a unidade do velho e do novo mundo. A história da América, tanto portuguesa quanto espanhola, foi em sua maior parte descrita através das crônicas e relatos principalmente de Franciscanos, Jesuítas e Dominicanos (THEODORO, 1992).

É reconhecida de maneira geral a extraordinária importância das ordens religiosas na introdução do cristianismo na América espanhola. Muitas são as razões concretas para isso: Por exemplo, maior zelo missionário e maior "manuseabilidade" de grupos específicos de trabalhadores. (BARNADAS, 1998, p. 529)

A Ordem dos Jesuítas ou Companhia de Jesus, que chegou ao Peru no século XVII com o intuito de catequizar os indígenas, nasceu em Roma em meados do século XIV, sendo conhecida originalmente como um pequeno grupo de cerca de nove sacerdotes que faziam apostolados e obras sociais para enfermos, menores abandonados, jovens estudantes e até mesmo prostitutas. (O'MALLEY, 2004).

Fundada pelo Padre Inácio de Loyola em companhia desse grupo de homens e oficializada em 1540 através de uma Bula Papal, a Companhia de

* Aluna do 4º ano de História da Universidade Estadual Paulista – Campus Franca.

Jesus ganhou tanto destaque positivo quanto negativo ao longo dos 450 anos de sua existência. Esse quadro iniciou-se e manteve-se em estado dualístico mesmo após a canonização, pelo Papa Gregório XV, de Padre Inácio e Padre Francisco Xavier.

Em meados do século XVI a Companhia já contava com inúmeros membros e espalhava-se rapidamente pelo mundo:

Por volta de 1565, estavam ativos em muitos países da Europa Ocidental, mas também no Brasil, na Índia, no Japão e em outros lugares. Pregaram, ensinaram o catecismo, propuseram novas práticas sacramentais e ajudaram órfãos, prostitutas e prisioneiros nos cárceres. (O'MALLEY, 2004, p.18)

A Companhia de Jesus tinha o ministério da palavra ou da pregação, como uma de suas tarefas obrigatórias (MURGUÍ, 2006), buscando-a levar através de seus missionários ao maior número de lugares possíveis. O Peru foi um dos primeiros países a que chegaram esses Jesuítas, logo iniciando a propagação da fé católica através da catequese indígena.

Leandro Karnal deixa claro que a religião que chegava a América não se encontrava em um momento indeciso, pelo contrário:

Não era um catolicismo em formação que se lançava sobre a nova área, mas um certo Catolicismo, com seus dogmas e teologias já estruturados, centralizados em torno da autoridade do magistério pontifício e, mais do que nunca, associado firmemente a um projeto estatal. (KARNAL, 1998, p.19)

Os jesuítas, em comparação às outras ordens religiosas que chegaram à América, possuíam maior nível intelectual e uma firme estrutura interna que os colocavam em melhor posição sobre as demais para a tarefa que se propunham. Por possuírem uma grande preocupação em transformar suas experiências missionárias em obras históricas, muitas das crônicas que chegaram até nós hoje foram escritas por padres jesuítas, sendo uma das mais famosas a "*História Natural e Moral das Índias*" de José de Acosta. Obviamente não devemos nos esquecer que esses escritos estavam impregnados da mentalidade ainda atrelada às concepções feudais e a um catolicismo tradicional.

[...] procuravam adequar suas descobertas culturais, fruto de um convívio cotidiano com os índios, às narrativas européias. Ou seja, o trabalho de catequese se fazia acompanhar por uma preocupação constante de institucionalização da ação desenvolvida em conjunto pelo Estado e pela Igreja. As

observações fragmentárias de substrato indígena só ganhavam existência quando podiam fazer parte da trama narrativa construída pelo relato bíblico. (THEODORO, 1992, p.87).

Devemos nos lembrar que a ordem Dominicana, representada principalmente pelo Frei Bartolomeu de Las Casas, se empenhou em desmistificar a crença de uma maioria jesuítica espalhada na Europa de que a América possuía apenas selvagens que necessitavam ser urgentemente trazidos à fé cristã, tão claramente propagada por Genis de Sepúlveda, por exemplo, filósofo e jurista com quem Las Casas teve um famoso embate retórico.

Como afirma Janice Theodoro, Las Casas não foi o maior indagador das culturas americanas, entretanto, através de seus escritos, se tornou um dos maiores defensores indígenas de sua época, causando indignação em ambos os lados do Atlântico:

Difundi-se na Europa a legenda negra, sustentada pela idéia de destruição das culturas índias e de grande parte da população americana. O texto de Las Casas era de tal forma convincente que os outros relatos pareceram ter importância menor. (LAS CASAS, 1875, p.144)

O apelo retórico e dominação do estilo dramático transformam os textos de Las Casas em verdadeiras denúncias de maus tratos e abusos por partes dos colonizadores, como podemos observar em suas palavras:

[...] no pudiendo sufrirla importuna carga de los tributos del oro que cada tres meses se les pedia, y la más onerosa y á ellos más intolerable, y aspérrima conversación de los cristianos, de comerles quanto tenían, y no se contentar con loque se les daban, sino, con malos tratamientos, miedos, amenazas, palos y bofetadas, llevarlos de unas partes á otras cargados, andarles tras las hijas é las mujeres, é otras vejaciones é injusticias semejantes, acordaron de se quejar al rey Guarionex y á inducirle á que mirase y considerase su universal captiverio y opresión, y vida tan malaventurada que pasaban com aquellos cristianos, que trabajasen de matarlos si pudiesen y libertarse. (LAS CASAS, 1875, p. 144)

Além disso, em 1509 o rei Fernando de Aragão legalizou o sistema de *encomiendas*, rebaixando os índios a condição de pertencentes aos colonos em caráter vitalício, ainda que não fossem considerados de fato escravos. Josep Barnadas mostra que pouco depois as reações dominicanas se mostraram firmes contra tais práticas coloniais:

Em dezembro de 1511, o frade dominicano Antonio de Montesinos denunciou do púlpito os colonos: "Todos vocês se encontram em estado de pecado mortal, e vão viver e morrer nele, por causa da crueldade e da tirania que estão infligindo a essas vítimas inocentes" Com este ataque eram traçadas as linhas da primeira batalha entre o evangelho e o colonialismo, na luta que seria um pára-raios para a vida da Igreja na América. (BARNADAS, 1998, p. 523)

Tanto Jesuítas quanto Dominicanos mantiveram perfis de escrita narrativos que se preocuparam em introduzir a história indígena na história bíblica através de metáforas e comparações. Isso permitiu a assimilação da língua e das crenças européias por parte dos índios e criou uma zona de conforto que possibilitou aos conquistadores aceitarem aquelas pessoas em sua realidade já conhecida. (THEODORO, 1992)

A Ordem dos Franciscanos, no início conhecida como "Os penitentes de Assis" e oficializada através de bula papal em 1223, também teve um papel singular na formação da história colonial sul-americana.

Ao invés de se aprofundarem em uma produção teórica capaz de explicar a América a partir da leitura dos textos bíblicos, optaram pelo convívio cotidiano com o indígena, pelo aprendizado das línguas indígenas e pelo ensinamento da fé cristã a partir de vivências circunstanciais, fragmentárias, capazes de despertar por si mesmas o sentido e o significado da fé cristã. (THEODORO, 1992, p.93)

No México, Frei Bernardino de Sahagún foi responsável por introduzir um método de convívio que permitiu aos índios compreender o mundo cristão através de representações, como por exemplo, exercícios de imitações e repetição de ritos cristãos.

Como mostra Theodoro, uma das principais preocupações de Sahagún foi a questão das idolatrias indígenas:

Os deuses que adoravam é matéria abordada em todo o Livro Primeiro. Sua preocupação central é com a idolatria, cujos cultos podiam ser mantidos sem que os religiosos pudessem percebê-los. (THEODORO, 1992, p.96)

Assim, o Frei elaborou um trabalho minucioso de descrição de detalhes sobre as divindades indígenas, que obteve a partir de descrições orais. Fica evidente, como a mesma autora aborda, que existe uma diferença notável na forma como Las Casas e Sahagún observaram os índios, posto

que para o segundo grande parte da obra de catequese era prejudicada pelo desconhecimento das cultura índias enquanto que o primeiro acreditava estar o problema na forma do mau tratamento indígena.

Barnadas mostra que a igreja tinha consciência da necessidade de formação de um clero local, já que só assim ambos os povos superariam a falta de conhecimento das respectivas culturas e as populações desenvolveriam maior contato e confiança na fé cristã. Entretanto, afirma que:

[...] embora os crioulos se somassem cada vez mais aos peninsulares, a Igreja permaneceu esmagadoramente branca durante todo o período colonial. Algumas tentativas iniciais de criar um clero nativo (indígena) para a Nova Espanha – por exemplo o Colégio de Santa Cruz em Tlatelolco, fundado em 1536 e dirigido pelos franciscanos, para a educação dos filhos da aristocracia indígena – produziram resultados tão escassos que pareceram justificar uma avaliação derrotista das possibilidades. (BARNADAS, 1998, p. 533)

Assim, o que percebemos é que esses evangelizadores estavam bastante interessados na conversão das almas desses indígenas, mas não podiam e não queriam que os mesmos integrassem suas ordens sagradas.

A CONSOLIDAÇÃO DA IGREJA E AS EXTIRPAÇÕES DE IDOLATRIAS

Já na primeira metade do século XVII, a Igreja em toda sua composição (regular e secular, clerical e laica) havia sido, de certa forma, transportada da Europa para a América.

O lema agora era, em todos os sentidos, estabilização e consolidação. Com efeito, a Igreja estava agora vivendo do rendimento que podia extrair do grande investimento em esforço que realizara no século XVI. (BARNADAS, 1998, p.538)

Para essa consolidação, a Igreja e o estado optaram por estimular o desenvolvimento das universidades: as da Cidade do México e de Lima patrocinadas pelo governo e as de Santo Domingo, Quito e Bogotá de caráter particular. Na opinião geral, essas nada mais eram que "instituições para a educação do clero", posto que a maioria oferecia apenas os cursos de filosofia e teologia.

Como observado, a preocupação com os cultos indígenas às suas divindades era geral, acabando por exigir alguma atitude dos evangelizadores.

Devemos ter em mente que ao se depararem com as sociedades andinas, o que esses missionários observaram prontamente foi uma série de templos e cultos feitos em homenagem a deuses pagãos (o deus Sol Inti, no caso Peru), imagens que lhes prestavam reverência, dentre outros que lhes causaram profundo horror, já que associaram todo aquele ornamento como culto ao demônio e adoração de idolatrias.

Em todas partes se señala la existencia de templos, construcciones singulares por su arquitectura, mezquitas consagradas al Sol o a ídolos de madera, como Pachacamac [...].(BERNAND; GRUZINSKI, 1992, p.25)

La idolatría contradecía al cristianismo porque reposaba sobre la adoración de criaturas, mientras que el cristianismo suponía que la adoración era debida exclusivamente al Creador, es decir, a Dios. Em general se admitía que los cultos idólatricos habían sido inspirados a los paganos por el demonio, definido como enemigo y al mismo tiempo imitador de Dios. (DUVIOLS, 1989, p.1)

Assim, do final do século XVI até meados do século XVIII, os colonizadores espanhóis acusaram os incas de praticarem uma falsa fé e realizaram o processo que ficou conhecido como "extirpação de idolatrias". Como demonstra Gruzinski, esse processo foi longo, passando pela fase de detecção, análise, entendimento e só posteriormente pela eliminação. Através das crônicas, como as de Cieza de León, podemos observar como os espanhóis observaram e classificaram as idolatrias incas. Para o cronista, a idolatria podia assim ser resumida:

Em suma, lo que consituye la esencia de la idolatría es la creencia de la veracidad de los oráculos, la negación de las causas naturales, la pretensión de influir sobre el movimiento de los astros y la regularidad de las estaciones porque "todos los movimientos del tiempo están encerrados en la sabiduría de Dios. (BERNAND; GRUZINSKI, 1992, p.34)

Mais de um Concílio foi realizado para que se determinassem as bases e os objetivos das extirpações, que claramente adquiriram traços da inquisição europeia:

Nos Concílios de Lima de 1551, 1556 e 1568 foram tratados os principais objetivos da extirpação de idolatrias e a forma como deveriam ser castigados aqueles que fossem acusados de idólatras. Chamou-se a atenção para que fossem perseguidos com mais intensidade os feiteiros e dogmatizadores, sendo que estes poderiam ser submetidos aos mais severos castigos, inclusive a pena de morte. (PORTUGAL, 2009, p.191)

Um denso embate entre clero regular (a favor da persuasão) e clero secular (a favor da extirpação) iniciou-se logo no começo do processo que visava a conversão total dos indígenas. Foi criado o cargo de *visitador*, que tinha como objetivo inquirir os índios sobre seus costumes.

Os visitadores agiam como evangelizadores e inquisidores a um só tempo, pois acrescentavam às tarefas propriamente pastorais à função de indicar os "feiteiros" mais afamados. (VAINFAS, 1992, p.1).

Se o século XVI foi o momento de conhecimento e troca de informações entre espanhóis e indígenas e o embrião das Campanhas de Extirpação, o século XVII é o momento mais forte do combate aos ídolos pagãos e seus adoradores. Com a frase: "*No vinimos para castigarlos sino para instruirlos*" (BERNAND; GRUZINSKI, 1992, p.153), os jesuítas peruanos, que tomaram a frente da tarefa de erradicar os cultos indígenas nos Andes, começavam sempre suas visitas às aldeias indígenas, iniciando a catequização dos mesmos.

Durante varios días el misionero, secundado por los notables del pueblo, emprende la catequesis de los indios, la verdadera, ya que los esfuerzos de sus predecesores fueron insuficientes para extirpar de sus corazones la idolatría. Hay sermones, prédicas, discusiones, pero también cortejos y cantos, parábolas y relatos de misterios, que sustituyen las fábulas y los *taqui* de los tiempos antiguos, se suceden desde las primeras luces de la aurora hasta la noche. (BERNAND; GRUZINSKI, 1992, p.153).

Sistematizadas pelo jesuíta José de Arriaga, as extirpações peruanas consistiram em um sólido processo de interrogatórios racionais, que visavam não apenas castigar os índios, mas impressioná-los e fazê-los aceitar a verdadeira religião (ainda que suas principais armas fossem, de fato, a intimidação e o castigo). À Companhia de Jesus coube, assim, a responsabilidade de travar uma luta árdua contra qualquer traço de paganismo que anteriormente pudessem ter sido relevados.

Para que se pudesse realizar essa tarefa de modo satisfatório, era necessário conhecer o "inimigo". Esse fato em si não era novidade, mas foi utilizado de modo totalmente novo por Arriaga que, diferentemente de outros cronistas, não tentou reconstruir a história dos costumes incas, mas ergueu um verdadeiro inventário sobre as possíveis "coisas" que eram adoradas pelos índios, que incluía uma lista de objetos e locais de culto. Dessa forma, os extirpadores puderam ter ferramentas para colocar em prática a extirpação das idolatrias indígenas, o que se deu durante todo o século XVII até meados do século XVIII, neste último, entretanto, já sem muita força.

Utilizando-se quer de métodos violentos, a exemplo da ação inquisitorial dos bispos, quer de métodos persuasivos, como foi a catequese jesuítica ou franciscana, a Igreja Colonial mobilizou o máximo de recursos a seu dispor para erradicar os "cultos diabólicos" que julgava existir no mundo indígena. (VAINFAS, 1992, p.1)

O que vemos aqui é sem dúvida um transporte da mentalidade européia para as colônias americanas, onde os colonizadores acabaram por associar os curandeiros incas às figuras que lhes eram mais familiares: a dos feiticeiros e bruxas medievais.

Dessa forma, a extirpação das idolatrias, se tornou um processo que durou quase dois séculos e utilizou tanto da coerção quanto da persuasão para evangelizar os indígenas pagãos, num sistema que consistiu de três etapas básicas, sendo a primeira ainda no século XVI com o catecismo em massa, a segunda aos fins do mesmo com a aceitação de uma possível mescla religiosa e a terceira já no século XVII com o retorno da preocupação idólatra e a prática mais radical da extirpação.

Assim, no processo de catequização, foi utilizado tanto formas violentas quanto passionais de evangelização dos indígenas. O papel das Ordens Religiosas, como observado, se fez essencial para que os nativos aos poucos fossem introduzidos no tão pouco familiar mundo cristão, moldando assim muito da religiosidade que encontramos tanto no Peru atualmente, quanto no restante da América Latina.

ALVES, Joice do Prado. Religious colonization in Spanish America and demonization of the Inca religion.

ABSTRACT: In this article we will try to analyze how the arrival of the religious orders in Spanish America during the sixteenth and seventeenth centuries, affected the colonization of colonial Peru. Looking at the European mentality still tied to feudal ideas,

consider how the process of Christianizing Indigenous condemned and sought to root out any vestige of Inca religion, considered by the conquistadors as idolatrous and heretical.

KEYWORDS: Religious Orders; Incas; Colonization.

FONTES

CIEZA DE LEÓN, P. *Crónica del Perú*. Madri, 1961.

LAS CASAS, Bartolomeu. *Historia de las Indias*. Madri: Imprenta de Miguel Ginesta, 1875.

REFERÊNCIAS

BARNADAS, Josep M. *A Igreja Católica na América Espanhola Colonial*. In: BETHEL, Leslie (org). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998, v. 1: América Latina Colonial.

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *De la idolatría: una arqueología de las ciencias religiosas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

DUVIOLS, Pierre. *Cultura Andina y Represión: procesos y visitas idolatrías y hechicerías, Catajumbo, siglo XVII*. Cuzco: Centro de estudios rurales andinos, 1989

KARNAL, Leandro. *Teatro da Fé – Representação Religiosa no Brasil e no México do Século XVI*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MURGUÍ, Luis Alberto Martín Dávila. *Viagens e encontros de José de Acosta: uma nova visão para o estudo da sua vida e obra*. Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC – 2006.

PORTUGAL, Ana Raquel. *O Jesuíta Anônimo e a Paródia Demoníaca*. Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, n. 3, Jan. 2009.

THEODORO, Janice. *América Barroca: Tema e Variações*. São Paulo: Edusp, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. *Idolatrias e Milenarismos: A Resistência Indígena nas Américas*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 1992.

A CONSTRUÇÃO DA SOLUÇÃO FINAL E SUA APLICAÇÃO PELOS FUNCIONÁRIOS DO TERCEIRO REICH

Marcos Felipe GODOY*

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo ponderar as problemáticas relativas ao antissemitismo na Europa e à consolidação da ideia de Solução Final para a questão judaica, a fim de perceber como a política nazista em relação aos judeus passou da expulsão para o genocídio. Ao longo desse processo, procura-se também matizar o problema da colaboração ativa de muitos alemães no funcionamento do Terceiro Reich.

PALAVRAS-CHAVE: Antissemitismo; Nazismo; Protocolo de Wannsee; Solução Final.

Como um grande número de alemães comuns puderam apoiar e fazer funcionar um governo autoritário, cuja impressão mais marcante deixada na história do ocidente foi a tentativa de eliminar por completo toda uma etnia? Será que essas pessoas se encontravam imbuídas de um ódio profundo e avassalador, ou simplesmente de uma frieza mórbida e torpe? Elas realmente tinham uma noção clara do que estava se passando, ou viviam em um cotidiano cercado de eufemismos e códigos de linguagem que formavam uma espécie de véu capaz de encobrir e distorcer a realidade à sua volta? Este artigo não tem a pretensão de responder a todas essas perguntas. O que se busca é propor uma reflexão acerca dessas questões a partir dos trabalhos de autores de diferentes vertentes explicativas, e assim matizar o problema mais amplo da Solução Final da questão judaica. Para a realização desse mister, primeiro devemos fazer algumas considerações sobre o antissemitismo e suas origens.

É sabido que desde a Antiguidade o povo judeu tem se espalhado pela Europa, na maioria das vezes incorporado aos quadros do exército romano, tendo estabelecido suas primeiras colônias na região da Germânia ao longo do século IV. Apesar de terem direito a um culto comum e administração própria, não deixavam de ser súditos do Império. *Os judeus (...) gozavam de direitos especiais. Formavam verdadeiras comunidades, que escolhiam seus dirigentes, pagavam seus impostos coletivamente e responsabilizavam-se pela instrução de seus filhos.* (SORLIN, 1974, p.16).

* Graduando em História pela UNESP/ Franca, sob a orientação do professor Dr. José Adriano Fenerick.

Durante o domínio romano, bem como no decorrer de toda a Idade Média, os judeus foram considerados estrangeiros, uma vez que viviam de acordo com suas próprias tradições, preservando costumes e claro, sua religião, o que tornava impossível sua integração à população local. Na Europa em geral, o judeu era considerado um elemento diferente visto, portanto, como 'o outro'.

Desde o século XI, os judeus já eram considerados elementos perigosos para a Igreja, e antes de combater o inimigo externo, os cruzados começaram por massacrar judeus dentro da Europa. Embora a Igreja assegurasse a liberdade religiosa dos semitas, seu vasto conhecimento das escrituras causava alguns desentendimentos com padres e paroquianos. Em muitas querelas pessoais, o fato de um dos rivais ser judeu pesava contra sua pessoa, que comumente costumava ser desapropriada de seus bens.

Os massacres eram de ordem religiosa, mas também material, já que os bens dos israelitas eram pilhados e alienados com frequência. A perseguição era proibida por lei, mas na prática, não provocavam indignação alguma. Apesar de o Imperador oferecer certa proteção aos judeus, os impostos sobre estes eram mais severos, e considerados o mais baixo estrato da sociedade. Não obstante, a Alemanha ainda parecia ser menos hostil a esse povo do que outros países Europeus, que num período de centralização política, passam gradativamente a expulsar as populações judaicas.

A crescente desconfiança para com os judeus os obrigou a viver em bairros específicos nas periferias, o que levou a um aumento radical da segregação, uma vez que os guetos separados do resto da cidade por paliçadas se fecham em si e o próprio idioma alemão falado em seu interior passa a adquirir características próprias, surgindo assim o *íidiche*.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, com o aumento do comércio, a experiência com o dinheiro e os serviços dos judeus se tornaram cada vez mais necessários, fazendo com que os soberanos passassem a garantir uma estabilidade real ao povo israelita, empregando muitos deles na administração das finanças da corte. Embora os *pogroms* tenham cessado, a discriminação e humilhação persistiram, e é apenas no último terço do século XIX que os judeus conseguem juridicamente um estatuto de igualdade de direitos, contudo tal igualdade não se verificava na prática. Aos judeus, independente da igualdade jurídica, eram vetados o acesso a cargos de alta administração e exército, ponto mais alto da hierarquia social alemã. A discriminação já não era revestida pela brutalidade da Idade Média, mas continuava viva no contexto alemão.

Com a difusão das ideias francesas – e dos exércitos – pós revolução, os judeus passam a reivindicar uma igualdade legítima, que já era gozada por seus irmãos franceses. “Esta época marca o surgimento de um relacionamento profundo entre o conservadorismo social e o antissemitismo, parcialmente encoberto por uma grande perturbação da consciência nacional”. (SORLIN, 1974, p.50).

Após as invasões napoleônicas, os ideais iluministas mesmo amplamente difundidos não encontram grande adesão na Alemanha. É nesse momento que o nacionalismo alemão começa a ser teorizado, tomando forma principalmente em oposição às pretensões universalistas do Iluminismo francês. Herder, seu teórico pioneiro, entende que a melhor maneira de definir a singularidade de um povo é através da língua, que por si só é capaz de estruturar o pensamento e a visão de mundo. Com contribuições posteriores de Fichte, a concepção alemã de nacionalismo se liga, além da língua, também a fatores étnicos e raciais. O que define uma nação é uma história em comum, que une os indivíduos em uma comunidade de destino. Diferentemente da concepção francesa, a nação não é algo artificial, mas uma alma legítima e lentamente erigida ao longo da história, em torno do idioma, da raça, dos costumes, enfim, da cultura. Por isso, pode ser chamado de nacionalismo etnocultural.

Vale lembrar que, enquanto na França a ideia de nacionalismo começou a se definir a partir da Revolução Francesa, num momento em que o Estado já estava consolidado, na Alemanha a unificação só aconteceria em fins do século XIX. Portanto, para os alemães, que já tinham um sentimento de identidade uns com os outros, não faria sentido atribuir essa unidade a um Estado, já que este não existia. Os alemães se entendiam como alemães pela sua ligação sanguínea e pela cultura em comum herdada de seus antepassados. Foram esses os aspectos que consolidaram a noção de povo alemão, em oposição aos demais¹. Essa concepção peculiar de nacionalismo inerente aos alemães é de extrema importância para a compreensão do motivo pelo qual mesmo famílias de judeus – ou ciganos, ou de membros de qualquer outra cultura e etnia – que habitavam a Alemanha há gerações, continuavam sendo percebidas como elementos de um outro povo dentro da nação alemã, e por isso não deveriam gozar dos mesmos direitos.

Apesar de no último quarto do século XIX o antissemitismo ter se deflagrado rapidamente, durante a Primeira Guerra, germânicos e israelitas uniram forças. Muitos judeus lutaram na *front* e investiram dinheiro na indústria bélica. Com a derrota e a implantação da República, os judeus

¹ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

passaram a ter acesso a cargos importantes da administração pública, às profissões liberais, e professores e intelectuais de origem israelita passaram a ser reconhecidos – Freud e Einstein são apenas dois exemplos. Desse modo, no pós-guerra, a convivência harmônica entre judeus e germânicos parecia ser possível. Entretanto, como os judeus surgiram como os grandes beneficiados pela derrota da Alemanha na guerra e a consequente instalação de um regime republicano, não tardou a serem acusados de traição. Aliado a isso, a crise de inícios da República de Weimar gerou uma série de manifestações de ordem comunista, que estremeceram a nação e fizeram com que a burguesia tendesse a se aliar à extrema direita. Devido ao caráter internacional da revolução, e ao fato de alguns revolucionários de destaque serem de origem judia, logo se identificou a figura do judeu com o comunismo.

Num momento conturbado, de inflação, desemprego e crise econômica, o estrangeiro passa a ser visto com suspeita, como aquele que rouba os empregos dos nacionais. Some-se a isso o ancestral descontentamento e a desconfiança latente para com os judeus, o fato de muitos deles serem banqueiros num período em que a especulação monetária não era bem vista pela população, e o fato da situação dos judeus ter melhorado após a derrota na Primeira Guerra Mundial – ao contrário do que aconteceu com a maioria da população alemã; não é de se admirar que esse seria o primeiro povo a ser mal visto pela população.

Todos esses sentimentos, uma vez insuflados pelos discursos da direita nacionalista ganharam grandes proporções, de modo que durante as décadas de 1920 - 30, o ódio aos judeus aumenta consideravelmente de maneira confusa e ambígua, o que revela sua incoerência e falta de fundamentação.

Muitos alemães provam um sentimento vago de inquietude e ódio ao judeu; ao mesmo tempo, conhecem pessoalmente alguns israelitas, amigos seus, que não desejam (...) ver lançados no gueto (...) [O] "grande judeu" anônimo, capitalista, desalmado, foi enfim denunciado; o judeu que mora perto de casa, o farmacêutico simpático, nada tem a temer. (SORLIN, 1974, p.79).

Foi durante as supracitadas décadas, envoltas nessa atmosfera dúbia e caótica, que o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) ganhou a confiança do eleitorado alemão², e através de uma série

² Entretanto, esse apoio aos nazistas deve ser matizado, uma vez que mesmo em 1932, quando o partido recebeu a maior porcentagem de voto popular, esta foi de apenas 37%.

de intrigas políticas, Hitler é nomeado chanceler em 30 de janeiro de 1933. Em questão de meses uma campanha violenta neutralizou os adversários políticos, os sindicatos foram dissolvidos e a Alemanha se tornou um Estado de partido único. *O Estado nazista que emergiu desses desdobramentos era um que não tolerava nenhuma forma de oposição(...) procurava também mobilizar a mente de todo o povo sob a liderança do Führer, mediante uma propaganda ativa.* (GEARY, 2010, p.57).

Norbert Elias, por sua vez, entende a ascensão de um movimento nacionalista extremista como resultante de um *habitus* específico do povo alemão, sedimentado ao longo de um processo histórico peculiar e baseado na crença da necessidade de um homem forte que garanta a unidade e coesão do povo, uma valorização da violência e um certo descrédito em relação à democracia. Assim, as preocupações dos nazistas em modelar toda a educação e a propaganda a fim de legitimar o governo, serviriam apenas para reforçar uma tendência já existente na estrutura de personalidade dos alemães³.

Apesar de muitos aspectos do governo nazista serem do interesse da população, qualquer gesto de discordância com a política do Reich era combatida com brutalidade, e uma série de inimigos e indivíduos considerados 'associados' foram presos pela *Schutzstaffel*. Todas as formas de agremiação coletiva foram dissolvidas e substituídas por instituições vinculadas ao Partido. Sem a possibilidade de organização independentemente, as pessoas que, individualmente se mostravam resistentes ao regime, eram silenciadas. A vigilância sistemática exercida pela *Gestapo* sobre a opinião pública e a natureza terrorista do regime também desempenharam papel fundamental na opressão.

Num Estado totalitário, com agências do governo sendo criadas rapidamente a fim de penetrar nos diversos níveis da sociedade, a associação ao NSDAP surgiu como uma ótima oportunidade de subir na vida. Assim, um grande número de alemães comuns associou-se ao partido vislumbrando uma carreira promissora, e de fato, muitos chegaram a posições importantes dentro do Reich. O próprio fato de tantos oficiais de alto escalão serem jovens revela a possibilidade de ascensão rápida na hierarquia, o que sem dúvida atraiu muitos indivíduos que não partilhavam

Para um maior aprofundamento sobre a adesão popular ao NSDAP durante a República de Weimar, vide GEARY, Dick. *Hitler e o nazismo*. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

³ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. Para uma análise mais aprofundada, ver FAUSTO, Boris. *A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias*. Mana 4 (1): 141-152, 1998.

necessariamente a ideologia do partido, ou ao menos, não de maneira muito radical.

Isso não quer dizer que os homens que fizeram a máquina administrativa do Estado funcionar eram simples oportunistas que em nada se identificavam com a política nazista, mas a possibilidade clara da ascensão social sem dúvida exerceu forte influência na decisão de muitos alemães em apoiar Hitler. De qualquer modo, o fato de ser mais ou menos identificado com os ideais nazistas poderia ser de grande valia na busca de um lugar ao sol, o que fazia com que o discurso dos oficiais estivesse sempre em consonância com a vontade do *Führer*. A questão judaica não era uma exceção.

Na Alemanha nazista em geral, a falta de responsabilidades claras e a superposição de instituições estatais herdadas, novas agências do Partido e os órgãos híbridos situados entre uns e outros, incentivavam a competição pelo poder. A política judaica proporcionava a arena perfeita para homens ambiciosos afirmarem suas credenciais ideológicas. Sabia-se que ela merecia especial atenção de Hitler e nunca encontraria oposição séria". (ROSEMAN, 2003, p.18).

O antissemitismo surgia assim como um crachá distintivo que poderia ser usado pelos homens mais ambiciosos na luta por influência dentro da estrutura do Reich, a ponto de ser difícil saber até que ponto essa crença era de fato arraigada em seus corações, ou até que ponto o antissemitismo era usado de maneira meramente instrumental a fim de galgar uma posição de autoridade.

Um exemplo claro dessa postura é o caso de Adolf Eichmann, um membro do *RHSA* responsável pela deportação dos judeus. Durante a guerra, com as dificuldades em extraditar a população judaica, a política passou a ser a sua eliminação em câmaras de gás, de modo que, a partir de então, o trabalho de Eichmann passou a ser o de encaminhar os carregamentos humanos para os campos de extermínio. A análise feita por Hannah Arendt de seu julgamento em 1962 levanta uma série de questões interessantes acerca da mentalidade dos oficiais nazistas e como era o funcionamento interno do Terceiro Reich⁴.

Ao contrário do que se possa imaginar, esse homem não tinha nada pessoal contra os judeus. Tinha amigos judeus, lidava com as lideranças

⁴ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

judaicas com reconhecido respeito durante o período em que trabalhou no setor de extradição, e inclusive tinha ligações familiares com judeus. Eichmann não era nenhum monstro, apenas um homem com o objetivo de subir na vida, que encontrou possibilidades para isso entrando para o Partido Nazista e cumprindo suas funções e as ordens que recebia. Afirma inclusive ter recebido com grande tristeza a ordem de Hitler de exterminar fisicamente os judeus. Seu trabalho até então era auxiliar e organizar a saída dos judeus da Alemanha, num primeiro momento por meio de emigrações, e depois a partir de 1938, por meio da expulsão. Embora muitos assassinatos de judeus ocorressem no front oriental, pelos chamados *Einsatzgruppen*, a 'solução' para o 'problema' judeu até então se resumia a sua expulsão do território do Reich, não a sua eliminação da face da terra. A partir da conquista de territórios a leste da Alemanha – Polônia, península balcânica, Hungria, etc. –, o número de judeus no Reich aumentou muito, agravando as dificuldades de deportação. Com a entrada da União Soviética na guerra a situação piorou ainda mais, mudando os planos alemães quanto ao destino dos judeus.

Até a metade de 1941, ainda havia a intenção de continuar a empurrar os judeus mas para a leste, para dentro do território soviético. Mas antes que isso acontecesse, era preciso ganhar a guerra. A partir de setembro, Hitler deu luz verde às deportações para o leste. Como os campos de concentração não tinham condições de absorver um número maior de judeus, as autoridades locais foram obrigadas a tomar medidas drásticas para recebê-los. Os fuzilamentos em massa começaram a ser praticados na Sérvia e na Galícia – não mais apenas na União Soviética, onde já era uma prática comum –, o uso de câmaras de gás móveis se intensificou, e começaram as experiências com cianureto.

Os historiadores ainda não entraram em consenso a respeito do momento exato em que aconteceu essa viragem nos planos nazistas, ou seja, quando o plano deixou de ser a expulsão dos judeus dos territórios dominados pelos alemães e passou a ser a eliminação definitiva. Uma ordem dessa magnitude só poderia ter vindo de Hitler, mas ao que tudo indica, essa ordem nunca foi escrita. O mais provável é que devido ao caráter caótico da estrutura administrativa do Reich, que ao mesmo tempo em que instigava a competição entre as várias agências – (des)organizadas em uma hierarquia muito mal definida –, e justamente por isso, abria margem para uma grande autonomia dessas agências, a ideia de que a Solução Final só poderia dizer respeito à eliminação física dos judeus foi tomando forma independentemente de uma ordem direta, mas a partir de declarações menos incisivas de Hitler. A ideia de solução territorial para o problema rapidamente se dissolveu numa metáfora.

...a passagem de políticas de ocupação marcadas por uma negligência assassina e brutal para medidas de genocídio ocorreu de início na ausência de um conjunto abrangente de ordens emanadas do centro. O centro, acima de tudo Himmler, foi consultado em quase todos os casos que consideramos. Mas nem Hitler nem Himmler estavam fornecendo um plano bem definido ou mesmo uma ordem fundamental a ser cumprida pelos escalões inferiores. (ROSEMAN, 2003, p.58).

Mesmo sem podermos localizar com certo grau de certeza o momento em que se deu essa mudança, pode-se ao menos destacar a importância da Conferência de Wannsee. Essa reunião aconteceu na manhã do dia 20 de janeiro de 1942 e reuniu quinze altos funcionários do Reich, essencialmente aqueles a quem os assuntos relacionados à questão judaica diziam respeito. Apesar de não ter sido a ocasião em que a decisão foi tomada, foi sem dúvida a partir dela que se tornou claro que o genocídio havia se convertido na política oficial a ser seguida. A partir do protocolo de Wannsee ficou claro que todos os judeus deveriam morrer. Ao longo das migrações e do trabalho forçado, muitos sucumbiram e aqueles que sobrevivessem deveriam ser eliminados a fim de não gerarem uma nova estirpe mais vigorosa.

No curso da Solução Final e sob comando apropriado, os judeus deveriam ser postos para trabalhar no leste. Em grandes colunas de operários de um único sexo, os judeus aptos para o trabalho avançarão para o leste construindo estradas. Sem dúvida a grande maioria será eliminada por causas naturais. E sem dúvida qualquer remanescente final que sobreviva consistirá dos elementos mais resistentes. Será preciso lidar com eles apropriadamente, porque do contrário, por seleção natural, formariam a célula germinal de um novo renascimento judaico. (Vejam as experiências da história). (Protocolo de Wannsee).

Deste modo, pode-se perceber que a elaboração da Solução Final se deu de maneira complexa, impossibilitando que se afirme categoricamente que a eliminação total e sistemática dos judeus já era um plano previamente elaborado. A própria política de emigração levada a cabo pelos nazistas nos anos que antecederam a guerra, e os diversos planos de reassentamento dos judeus – como o “Plano Madagascar” – elaborados durante os primeiros anos da guerra tornam difícil acreditar que o genocídio era algo previamente planejado.

Além disso, os caprichos da política antissemita, o que Schleunes tem descrito como a “sinuosa estrada para Auschwitz”, torna difícil ter certeza de que Hitler e os nazistas já tivessem uma visão distinta de como lidariam com os judeus. Não está claro que tenham sempre tido a intenção de cometer genocídio. (GEARY, 2010, p.100).

O caminho aqui traçado buscou mostrar, a partir do desenrolar do processo histórico, que a atmosfera conturbada na qual se encontrava a Alemanha pós Primeira Guerra Mundial ofereceu elementos nefastos que culminaram na ascensão ao poder do Partido Nazista. Mas não devemos olhar a história em retrospectiva, fixando o Holocausto como uma consequência direta e necessária das políticas nazistas, e imaginando que, dadas as condições, este era o único desfecho possível. Como pudemos notar, a transformação da ideia de solução para a questão judaica se deu de maneira complexa e às vezes bastante conflitante. É verdade que o antissemitismo era um sentimento comum entre os alemães, mas não apenas entre eles, e não há nada que indique que esse sentimento era maior entre os alemães do que entre europeus de outras nacionalidades. Seja como for, ao contrário do que se possa especular⁵, há um grande hiato entre aprovar a cassação dos direitos e a pressão para a emigração de um povo, e o consentimento com sua total destruição.

Buscou-se também compreender o antissemitismo como um fenômeno de longuíssima duração, que se desenvolveu de maneiras variadas por toda a Europa, mas que passou por um período de rápida transformação durante os quase treze anos em que o Partido Nazista esteve à frente da Alemanha. Nesse período, uma série de fatores contribuiu para que muitas pessoas, mas não a totalidade do povo alemão, acreditassem que a eliminação total do povo judeu era de vital importância para a Alemanha e para a humanidade, a ponto de contribuir ativamente para a eliminação sistemática de milhões de pessoas. Vale lembrar que nosso intuito aqui não é o de julgar, e nesse caso, distribuir aos envolvidos suas respectivas parcelas de culpa; mas sim dar voz a uma época, e entender como em determinado momento histórico, inserido em determinada conjuntura, no cerne de um número consideravelmente grande de pessoas, foram concebíveis e de fato realizadas ações aparentemente incompreensíveis se visadas em retrospectiva. Como nos lembra Lucien Febvre⁶, o ofício do historiador não é

⁵Ver GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

⁶ FEBVRE, Lucien Paul Victor. *Combates por la historia*. Barcelona: Ariel, 1970.

juizar outras épocas ou conjunturas a partir de nossos valores, mesmo que esses valores sejam tidos como supostamente universais e trans-históricos, e sim tentar compreender como certas práticas faziam total sentido, e se articulavam com o instrumental mental disponível no momento. No entanto uma coisa é indiscutível: o Holocausto deixou marcas profundas na história da humanidade, e devido à relativa recentissidade do fenômeno, é difícil deixar a dimensão passional de lado na hora de esboçar uma interpretação acerca do assunto. Por mais que tentemos, é difícil não fazer nenhum tipo de juízo de valor em relação às ações de homens que foram responsáveis pelo assassinato de milhões de pessoas. Mas como historiadores, nosso dever é, na medida do possível, dar significação às motivações e ações – e também à distância entre essas duas instâncias – dos homens ao longo do tempo, colocando numa mesma equação tanto as estruturas que limitam e moldam suas trajetórias, quanto a liberdade individual que lhes garante uma maior ou menor margem de manobra dentro dessas estruturas.

GODOY, Marcos Felipe. The construction of the Final Solution and its application for employees of the Third Reich.

ABSTRACT: This article aims to examine issues relating to anti-Semitism and to strengthen the idea of the Final Solution to the Jewish question in order to understand how Nazi politics toward Jews shifted from expulsion to the genocide. Throughout this process, also seeks to nuance the problem of active collaboration of many Germans in the functioning of the Third Reich.

KEYWORDS: Anti-Semitism; Nazism; Wannsee protocol; Final solution.

REFERÊNCIAS

Protocolo de Wannsee. ROSEMAN, Mark. *Os nazistas e a solução final: a conspiração de Wannsee: do assassinato em massa ao genocídio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

ARENDRT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GEARY, Dick. *Hitler e o nazismo*. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

ROSEMAN, Mark. *Os nazistas e a solução final: a conspiração de Wannsee: do assassinato em massa ao genocídio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

RESUMO: Tendo por base os ideais do povo empreendedor, excepcional dos americanos, assim como o processo de construção de um nacionalismo e sentimento de pertencimento a uma nação, o objetivo desta análise é decifrar acerca de pontos essenciais – como o Destino Manifesto, Duolingo Monroe, Guerra de Independência e Secession – que levaram aos que, no decorrer do longo século XIX, foram sendo fundidos na união dos Estados Unidos uma unidade nacional que formaria esta grande potência que conhecemos nos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos, Imaginário Social, Estados Unidos

INTRODUÇÃO

O termo-nação, tal como se conhece hoje e geralmente considerado apropriadamente pelo estimado historiador Eric Hobsbawm, é recente quando pensamos em um processo temporal, datando do final do século XIX.

O dicionário da Real Academia Espanhola, cujas várias edições foram pesquisadas com este objetivo, não usa a terminologia de Estado-Nação e surgiu no sentido moderno antes da sua edição de 1884. (HOBSBAWM 1960, p. 27).

Hobsbawm, em seu livro *Nações e Nacionalismo desde 1750*, propõe trabalhar de maneira árdua este controverso e sutil conceito de nação, sendo que o próprio autor busca deixar de lado qualquer consideração de origem como entidade social originária ou imutável. Sendo assim, é necessário refletir sobre um panorama geral, levando-se em consideração as condições econômicas, administrativas, técnicas, culturais, políticas, entre outras, para se detectar como foi construído o sentimento de pertencimento a uma nação pelos norte-americanos, levando-se em conta todos os propósitos de união, que caracterizam o nacionalismo¹. “Em uma palavra, para os propósitos de análise, o nacionalismo tem antes das nações. As nações não

A CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO MITOLÓGICO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Mariana RODRIGUES*

RESUMO: Tendo por base os ideais de povo extraordinário, excepcional dos norte-americanos, assim como o processo de construção de um nacionalismo e sentimento de pertencimento a uma nação, o objetivo deste artigo é discorrer acerca de pontos essenciais – como o Destino Manifesto, Doutrina Monroe, Guerra de Independência e de Secessão – que fariam com que, no decorrer do longo século XIX, fosse sendo fundida no imaginário dos Estados Unidos uma unidade nacional que formaria esta grande potência que conhecemos nos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Culturais, Imaginário Social, Estados Unidos

INTRODUÇÃO

O termo nação, tal como se conhece hoje e que seria estudado aprofundadamente pelo estimado historiador Eric Hobsbawm, é recente quando pensamos em um processo temporal, datando do final do século XIX.

O dicionário da Real Academia Espanhola, cujas várias edições foram pesquisadas com esse objetivo, não usa a terminologia de Estado, Nação e língua no sentido moderno antes de sua edição de 1884. (HOBBSAWM, 1990, p. 27).

Hobsbawm, em seu livro *Nações e Nacionalismo desde 1780*, propõe trabalhar de maneira árdua este controverso e mutável conceito de nação, sendo que o próprio autor busca deixar de lado qualquer consideração de nação como entidade social originária ou imutável. Sendo assim, é necessário refletir sobre um panorama geral, levando-se em consideração as condições econômicas, administrativas, técnicas, culturais, políticas, entre outras, para se detectar como foi construído o sentimento de pertencimento a uma nação pelos norte-americanos, levando-se em conta todos os propósitos de análise, que caracterizam o nacionalismo¹. *“Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não*

* Graduanda do terceiro ano do curso de História, pela UNESP – FCHS Campus Franca, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Portugal

¹ HOBBSAWM, 1990, p.19

REFERÊNCIAS

Protocolo de Wannsee. ROSEWELL, Mark. Os nazistas e a solução final: a conspiração de Wannsee; do assassinato em massa ao genocídio. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ARENOT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GERRY, Dick. Hitler e o nazismo. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto" (HOBSBAWM, 1990, p.19).

Levando este panorama em consideração, será possível pensar como foi cunhado o sentimento de pertencimento a um território e acima de tudo, como ocorreu a perpetuação de um sentimento nacionalista, de amor à pátria entre os norte-americanos.

As nações modernas, integrando razão, vontade e justiça, formaram-se na Europa e nos Estados Unidos no século XIX. Foram construídas pelas mobilizações nacionais criadoras das sociedades modernas, acarretando uma ruptura profunda com o passado, com as comunidades tradicionais e com a ordem hierárquica dos Antigos Regimes, assim como promovendo a unificação econômica, política e cultural em torno das instituições comuns. Tornada necessária pelas economias industriais em plena expansão, a integração nacional surgiu como a forma política e social mais adaptada a modernidade. (MARTINS, 2002, p.120).

Entretanto, analisar o pensamento nacionalista dos Estados Unidos sem perpassar suas doutrinas de pensamento, como a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto², além de suas políticas de vida embasadas nas morais e éticas fomentadas pela religião acarretariam em um estudo errôneo que deixa de lado aspectos do imaginário considerados essenciais e estimados por estes.

No imaginário estadunidense, a importância de certos ritos e práticas coletivas reflete a ênfase da religião civil, disfarçada de "moral e éticas cristãs" em compreender Deus como elemento unificador da pátria. O mote desta questão é a apropriação de elementos morais já existentes como legitimadores destas práticas, que por sua vez disseminam e legitimam estes elementos morais, num jogo dialético de somas e trocas de força, num jogo de influências entre as elites econômicas dominantes e a população pobre. (RAMOS, 2007, p.04)

² "A expressão Destino Manifesto foi cunhada por John L. O' Sullivan, fundador e editor do periódico The United States Magazine and Democratic Review, que afirmava que: *Cumprir nosso Destino Manifesto é expandir o continente como quer a Providência para o livre desenvolvimento e para que nos multipliquemos aos milhões.*" (JUNQUEIRA, 2001, p. 50)

Entendendo tais crenças e mitos fundamentados no século XIX, se poderá compreender como os Estados Unidos se consideram uma nação excepcional e exclusiva, legitimando assim suas ações na esfera doméstica e internacional.³

UMA MISSÃO A SE CUMPRIR

Fomentados pela ideia de Destino Manifesto – que traria consigo o sentimento de um povo eleito por Deus e destinado a levar a civilização para além de suas fronteiras –, os norte-americanos viram-se com uma missão a cumprir. Os designios do Destino Manifesto seriam tão fortes para estes homens desbravadores quanto à necessidade sentida por estes de construir uma história do zero, livre da interferência britânica, visto que se apoiavam na ideia de um direito natural, na qual Deus lhes concedia a divina providência das treze colônias norte-americanas e dava-lhes a missão de tomar para si toda a parte continental da América do Norte com o objetivo de levar civilização às terras bárbaras.⁴

O mito de que os norte-americanos são um povo excepcional, um país fadado ao sucesso – especialmente o econômico – e que são, de alguma forma, condutores da humanidade não é recente. Ele foi elaborado durante o século XIX. É um mito fundador da identidade e nacionalidade norte-americana e que permeia a cultura daquele país. (JUNQUEIRA, 2001, p.11).

Durante sua colonização, os norte-americanos tiveram por um longo período o respaldo da Inglaterra, que deixaria suas treze colônias em segundo plano em seu quadro administrativo, sem, portanto, grandes interferências na organização destas. Somente quando os conflitos com a França e Espanha começaram, a Inglaterra perceberia que um maior controle de suas colônias era necessário, o que irritaria profundamente os americanos colonizados que almejavam a cada dia mais a independência de suas terras. Começaria assim as críticas ao colonialismo da América, aumentando ainda mais o desejo por uma América para os americanos, frase esta que resumia os desejos estimulados pela Doutrina Monroe⁵. Como cita Leandro Karnal "é importante lembrar que não havia na América do Norte, de forma alguma, uma nação unificada contra a Inglaterra. Na verdade, as 13 colônias não se

³ JUNQUEIRA, 2001, p.13

⁴ Op. Cit., p. 50

⁵ CERVO, 2001, p. 89

uniram por um sentimento nacional, mas por um sentimento antibritânico" (KARNAL, 2003, p. 81).

Influenciada pelo Iluminismo, e também por conquistas derivadas da Revolução Francesa, as treze colônias, em seu processo de independência, criticariam a exploração de suas colônias assim como seus monopólios através de um movimento filosófico⁶. "Evidenciaram, até por volta desses períodos, as possibilidades de que dispunham para integrar-se à construção do mundo liberal do século XIX, em parceria com as potências européias". (CERVO, 2001, p. 96).

Os Estados Unidos da América entrariam no século XIX independentes, detentores de uma nacionalidade regional, devido às divergências entre as antigas colônias – principalmente devido à divisão entre Norte e Sul – e de uma forte ligação com a terra onde se vive, visto que muitos de seus habitantes eram imigrantes de várias localidades, que ali escolheram viver ou grupos religiosos distintos.⁷

Mary A. Junqueira afirmaria que este trabalho, de construção de uma identidade, de uma unidade nacional seria muito mais difícil que o processo de decidir sobre o símbolo do país – uma ave – e a bandeira que os representaria.⁸ O que viria a consolidar uma unidade nacional e voltar à atenção dos norte-americanos para uma idéia de nação, minimizando os conflitos no mercado, seria o mito dos pais fundadores, além do passado comum de conquistas e de realização de uma cultura superior às demais. Ao se constituir uma identidade a este povo, viram a necessidade de tornar legítima uma origem única, para uma cultura diversificada.⁹ Entretanto, Hobsbawm já teria dito anteriormente que "na verdade, também não é possível reduzir nem mesmo a nacionalidade a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra." (HOBSBAWM, 1990, p.17). Assim, se pode perceber que,

Ao se estudar os acontecimentos políticos sociais dos Estados Unidos na própria emancipação das ditas Treze Colônias, base territorial fundante do país, percebemos a importância da coletividade, diversificada, porém agregada pelo discurso unificador de "One Nation Under God", que se apropria dos valores que estas sociedades já traziam, tais como a família, o trabalho, o esforço individual (aquilo que Weber coloca como Ética Protestante) e os difundem, legitimando-os como valores-

⁶ KARNAL, 2003, p. 79

⁷ JUNQUEIRA, 2001, p.23.

⁸ KARNAL, 2003, p. 91

⁹ JUNQUEIRA, 2001, p. 31

base para a nova Nação que se coloca no cenário mundial. Em suma, uma sociedade de imigrantes que se quer unir em torno do discurso do nacionalismo. (RAMOS, 2007, p. 01)

O mito dos pais fundadores da nação consistiria em tornar símbolos aqueles homens responsáveis pela independência das colônias, aqueles que se tornariam símbolos públicos e que atingiriam o imaginário dos norte-americanos contribuindo para a criação de um sentimento de comunidade.¹⁰ "Além de George Washington, também é cultuado como herói da nação Thomas Jefferson, autor da Declaração de Independência de 1801 a 1804." (JUNQUEIRA, 2001, p. 30)

Associado a estes pais fundadores, outros homens seriam responsáveis pela constituição da nação, além de responsáveis por disseminar uma visão romanceada do Oeste, afirmando o Destino Manifesto e implementando esta ideia no imaginário do povo, sendo estes: políticos, poetas, jornalistas, escritores.¹¹

No século XIX, a literatura popular, as biografias, os jornais e as apresentações como as de Búfalo Bill foram aos poucos reforçando o Oeste – em especial a zona de fronteira – como um lugar mítico, na qual o povo norte-americano construía uma sociedade baseada na ação. (JUNQUEIRA, 2001, p. 60)

Os norte-americanos passariam então a se posicionar de uma maneira nova, vigorosa, procurando assim basear nos conceitos da modernidade, os seus ideais de nacionalismo.¹²

Sobre o nacionalismo norte-americano, em meados do século XIX, deve-se citar que o mesmo era regional nos estados do Sul, havendo sim uma ligação e identificação da população com os seus respectivos estados, onde a preservação do trabalho escravo era primordial. Entretanto, no Norte, este protonacionalismo que surgiu através do Partido Nativista (depois conhecido como Partido Americano) estava mais calcado em um xenofobismo econômico, pois os estrangeiros que chegavam ao país, principalmente alemães e irlandeses, concorriam no mercado de trabalho, em muitos casos ocasionando desemprego de pessoas nascidas no país porque trabalhavam por salários mais baixos, e religiosos, pois a religião dos irlandeses recém chegados, que era católica, não agradava

¹⁰ Op. Cit, 2001, p.29

¹¹ JUNQUEIRA, 2001, p. 33

¹² Op. Cit, p. 36

a uma população protestante. Assim sendo, o nacionalismo norte-americano surgiu na mesma época de outros nacionalismos europeus, como o alemão e o italiano, ou seja, foi forjado através da guerra. O presidente Abraham Lincoln, neste caso pode ser comparado a outros estadistas, como Bismarck e Mazzini, que unificaram a Alemanha e a Itália. No caso dos Estados Unidos, o nacionalismo foi forjado entre irmãos, para evitar a divisão, e que este seguiu a ordem teorizada por Hobsbawm, de primeiro vir os estados e o nacionalismo para depois formarmos uma nação. (MORAES, 2010, p.10)

Os conflitos entre o Norte industrializado e o Sul agrário dividiria a nação norte-americana em uma Guerra de Secessão na segunda parte do século XIX. A busca por uma unidade nacional seria então interrompida, até o fim da guerra, por forças maiores que decidiriam o destino de toda a nação.

13

Com o fim da Guerra Civil, a elite dominante nortista passou a ditar as regras do jogo político e as transformações se aceleraram nos Estados Unidos. Os trilhos das ferrovias cortaram o país de Leste a Oeste, estabelecendo comunicações, escoando matérias-primas, favorecendo a migração para as regiões afastadas e o povoamento do oeste, propiciando o desenvolvimento do comércio e da Indústria. (JUNQUEIRA, 2001, p.93)

Sempre crescendo e se expandindo, em territórios e conquistas, em 1890 os Estados Unidos já se confirmavam como uma potência não Européia.¹⁴

Os norte-americanos construiriam o seu Estado Nacional. Segundo essa 'perspectiva vencedora', no entanto, quem elaborou tal estado não foram homens comuns, mas homens excepcionais – chamados de founding fathers (pais fundadores). (...) Em seguida os norte-americanos multiplicaram seu território de forma impressionante – anexaram terras que iam do oceano atlântico ao pacífico e construíram o mito do Oeste, nos quais o desbravador e o cowboy eram homens comuns, rudes e simples que levavam consigo a civilização. (CERVO, 2001, p.12)

¹³ Op. Cit, p.54

¹⁴ JUNQUEIRA, 2001, p. 98

O valor representado pelo termo *nação*, sobretudo os que circulavam na literatura, era de cunho político, este significado de nação,

Equalizava o "povo" e o Estado à maneira das revoluções francesa e americana, uma equalização que soa familiar em expressões como Estado-nações, Nações Unidas ou a retórica dos últimos presidentes do século XX. Nos EUA, o discurso anterior preferia falar em povo, união, confederação, nossa terra comum, público, bem estar público ou comunidade, com o fim de evitar as implicações unitárias e centralizantes do termo nação em relação aos direitos dos estados federados. (HOBSBAWM, 1990, p. 31)

Mesmo não pertencendo a Europa, fruto da modernidade, os Estados Unidos fizeram questão de não se manter muito atrás, portando-se como grande potência, fazendo negociações voltadas aos seus interesses nacionais e impondo suas vontades, quando o fator de risco baixo permitia. Agiriam então como árbitros, principalmente nos assuntos voltados à América, defendendo os interesses de seus irmãos seja em conflito de fronteiras, seja em conflitos internacionais. Mesmo fora do Concerto Europeu, os Estados Unidos se portavam como grande potência, negociando interesses nacionais, colaborando quando possível, impondo a vontade quando bons cálculos de risco permitiam.¹⁵

No entanto, os Estados Unidos fundavam assim uma unidade, ampliavam o sentimento de pertencimento nacional, mas disseminavam ainda mais a semente de exclusão social. Compunham então uma imagem de excepcionalidade, que por outro lado, mostrava-se extremamente excludente.¹⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados Unidos, por meio de seus líderes e homens de poder, construiriam o sentimento nacionalista em seu povo, forjariam sua história do zero, procurando excluir resquícios de participação inglesa em suas decisões e escolhas. De um nacionalismo regional, foi-se tecendo um nacionalismo mitológico com base em heranças passadas de sentimento de pertencimento que resultariam na implantação, no imaginário popular, do amor pela pátria e defesa desta e de seus interesses.

¹⁵ CERVO, 2001, p. 99

¹⁶ JUNQUEIRA, 2001, p. 35

Durante todo o século XIX, terras foram conquistadas e o território norte-americano alcançou do oceano Atlântico ao Pacífico, conquistas estas efetuadas à custa do enfrentamento com os indígenas e a consequente destruição de suas reservas. Em meio ao avanço dos pioneiros, índios foram muitas vezes vítimas de genocídio¹⁷. Muitos destes mitos que seriam construídos durante o século XIX permanecem até hoje perpetuados nos sentimentos dos norte-americanos, permanecem como uma espécie de herança que ainda é utilizada como justificativa de muitas ações (positivas ou negativas) tomadas pelos norte-americanos.

RODRIGUES, Mariana. The construction of the USA's mythological nationalism.

ABSTRACT: Based on the ideals of extraordinary people, extraordinary Americans, as well as the process of building a sense of nationalism and belonging to a nation, the aim of this article is to discuss about key points – such as Manifest Destiny, Monroe doctrine, the War of Independence and Secession – that would make the long course of the nineteenth century were being fused in the imagination of the United States would form a national unity that this great power we know today.

KEYWORDS: Cultural studies, Social imaginary, United States of America

REFERÊNCIAS

- CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, José Flavio Sombra (ORG.) *Relações internacionais – dois séculos de história. Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)* Brasília: IBRI, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. RJ: Paz e Terra, 1990
- JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos: A consolidação da nação*. SP: Contexto – 2001.
- KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da nação*. SP: Contexto 2003
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais: economia política e globalização*. Brasília: IBRI, 2002

¹⁷ JUNQUEIRA, 2001, p. 113.

MORAES, Alex Guedes de. Considerações finais in: *A diplomacia do presidente Abraham Lincoln: a política no período pré-guerra*. ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRP- Año II - Noviembre 2010 - Nº 5 – ISSN: 1688 – 5317.

RESUMO: Este artigo tem por finalidade mostrar a forma como se deu a construção do imaginário da nação dos Estados Unidos a partir da década de 1870 e na década de 1890. Para isso, a análise se concentra no período de construção da identidade nacional brasileira através da construção de uma grande narrativa histórica. Nesse sentido, houve a construção de uma narrativa histórica que serviu para justificar a expansão territorial dos Estados Unidos, uma nova narrativa para os brasileiros, como foi o caso de José de Alencar.

PALAVRAS-CHAVE: Mitos nacionais, identidade nacional, Construção e Nação, José de Alencar.

ABSTRACT: This article has as its purpose to show the way in which the national identity of the United States was built from the 1870s and in the 1890s. For this, the analysis focuses on the period of construction of the national identity of Brazil through the construction of a great historical narrative. In this sense, there was the construction of a historical narrative that served to justify the territorial expansion of the United States, a new narrative for the Brazilians, as was the case of José de Alencar.

[...] 1890 construiu um novo sentido de identidade para os brasileiros. Nesse sentido, houve a construção de uma narrativa histórica que serviu para justificar a expansão territorial dos Estados Unidos, uma nova narrativa para os brasileiros, como foi o caso de José de Alencar.

Em 1890 houve um fortalecimento do imaginário nacional brasileiro através da construção de uma grande narrativa histórica. Nesse sentido, houve a construção de uma narrativa histórica que serviu para justificar a expansão territorial dos Estados Unidos, uma nova narrativa para os brasileiros, como foi o caso de José de Alencar.

A MÚSICA SERTANEJA VESTE A ROUPA DA INDÚSTRIA CULTURAL

Cláudio Armelin MELON*

RESUMO: Este artigo tem por finalidade mostrar a nova roupagem que a música sertaneja incorporou na década de 70 e na década de 90. Com isso, a música sertaneja vai ser fortemente abraçada pela indústria fonográfica nesses mesmos anos por representar grande rentabilidade. Mesmo assim, houve na década de 90, artistas que não seguiram o mesmo caminho traçado pela indústria fonográfica e trilham, de forma independente, uma nova linguagem para este gênero, como foi o caso de Ivan Vilela.

PALAVRAS-CHAVE: Música sertaneja, indústria fonográfica, Chitãozinho e Xororó, Ivan Vilela.

A música sertaneja ganhou grande proporcionalidade, em termos de vendagem, na década de 90 como jamais havia alcançado em sua trajetória. No entanto, esse grande sucesso atingido é devido à forte presença da indústria fonográfica no Brasil desde sua atuação na década de 60 e 70, e assim explica Rita Morelli:

[...] 1968 constituiu também um ponto de referência para as histórias interligadas da indústria fonográfica do Brasil e da música popular brasileira na década de 1970. Acompanhando o crescimento acelerado do mercado de bens de consumo da classe média – ocorrido durante os anos do chamado milagre brasileiro, que se iniciava então –, a indústria do disco crescerá a uma taxa média de 15% ao ano durante a década de 1970, mesmo enfrentando por duas vezes o problema de escassez de matéria-prima, por ocasião dos dois choques do petróleo. (MORELLI, 2009, p.61)

Em 1968 houve um crescimento da economia brasileira, revertendo à situação ruim que o Brasil abarcava desde o início da década de 60. Com isso, o regime militar concentrou os seus esforços investindo em infraestrutura e também na expansão dos meios de comunicação, fazendo com que a indústria cultural se aproveitasse dessas estruturas para desenvolver e consolidar-se nesse mesmo período no Brasil.

* Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista sob orientação do professor Dr. José Adriano Fenerick.

REFERÊNCIAS

- CERVO, Amado Lúis. Hegemonia colímbica e equilíbrio: a construção da nação liberal (1815-1871). In: SARAINA, José Flavio Scortino (ORG.) *Relações Internacionais – dois séculos de história. Entre a preponderância europeia e a emergência americana: o Brasil (1815-1947)* Brasília: IBRI, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. *Napões e Ne-colonialismo desde 1700: programa para o realismo*. RJ: Paz e Terra, 1980.
- JUNQUEIRA, Mary A. Estrela Maria. *A consolidação da nação*. SP: Contexto – 2001.
- KARNAL, Leandra. *Estrela Unida: a formação da nação*. SP: Contexto 2003.
- MARTINS, Estelita Chaves de Rezende. *Relações internacionais: economia política e governança*. Brasília: IBRI, 2002.

O autor Walter de Souza em seu livro "Moda Inviolada" traz alguns dados importantes com relação ao gênero sertanejo na década de 70, "uma pesquisa feita em julho de 1976 pela TV Tupi revelou que a chamada 'música sertaneja' representava 22% do mercado fonográfico" (SOUZA, 2005, p.168). Esse é um dado importante que mostra a grande proporção que nesse período a música sertaneja alcançou no Brasil. Representando quase um quarto do mercado, esse gênero trouxe as atenções de diversas gravadoras.

No entanto, a música sertaneja que sempre esteve fortemente ligada ao interior do estado de São Paulo passou a ganhar notáveis proporções, não igualmente comparadas ao "sertanejo romântico" da década de 90. Mas, conseguiu ser tocada em todo o Brasil superando as vendas das primeiras duplas da década de 30.

As duplas que estavam se destacando em ótimas vendas para as indústrias fonográficas eram basicamente: Milionário e José Rico e Léo Canhoto e Robertinho. Porém, eles, juntamente com a indústria fonográfica, reformulavam-se de um jeito diferente para conseguir vender, era necessário mudar a música sertaneja convencional, aquela trazida por Cornélio Pires, Alvarenga e Ranchinho e Tônico e Tinoco, décadas antes, para uma música sertaneja que trazia novos elementos, compostos por novas referências, advindas dos gêneros norte-americanos como o *country* e *rock*. A jornalista Rosa Nepomuceno nos traz a descrição:

A estreia em disco de Léo Canhoto e Robertinho na RCA, em 1969, surpreendera. O desejo de modernizar a cara da música e do próprio artista sertanejo de ser aceito pela nova classe média urbana estava escancarado. O figurino não deixava dúvidas [...] inauguravam um estilo, na verdade mais exagerado, misturando trajes de boiadeiro com roqueiro. Sob as camisas berrantes de estampados psicodélicas abertas ao peito, tilintava uma profusão de medalhões e pulseiras. E os cabelos tinham crescido. (NEPOMUCENO, 1999, p.179)

Nesse momento houve uma separação entre aquele sertanejo que vinha com Cornélio Pires, que passou por Tônico e Tinoco e estava se firmando com Tião Carreiro, para um novo ramo instaurado por Léo Canhoto e Robertinho, o sertanejo eletrificado.

Com essa incorporação de novos instrumentos – como a guitarra -, novos estilos musicais como: o *rock* e *country*, a música sertaneja alcançou patamares jamais vistos por esse gênero. Sem contar que mesmo incorporando elementos norte-americanos, as duplas pertencentes a esse novo segmento da música sertaneja apoiavam-se em características dos filmes de faroeste, com isso "a dupla dos 70 resolveu casar a "malvadeza"

rural com a "esperteza" do urbano moderno, incorporando os instrumentos eletrônicos do rock" (SOUZA, 2005, p.165).

Com isso, as gravadoras passaram a obrigar os artistas da ala sertaneja a implementar em suas músicas novos elementos, pois Léo Canhoto e Robertinho estavam atingindo ótimas vendas. Tônico e Tinoco que eram reconhecidos por adquirir linguagem do povo caipira e também utilizarem apenas de instrumentos como a viola e o violão, foram obrigado pela Chantecler – sua gravadora – a também acrescentar novos elementos, mais especificamente, os mesmos que as duplas do "novo sertanejo" estavam utilizando. Sendo assim, não concordaram com a Chantecler e passaram dois anos sem gravar nenhum disco.

A indústria cultural norte-americana na década de 70 tinha acabado de consolidar-se e sabia exatamente o que iria colocar no mercado. As experiências com a contracultura e os *Beatles*¹ na década de 60 serviram de amadurecimento para a nova indústria cultural. Com isso, a indústria fonográfica atenta aos acontecimentos e vendas do mundo, tomou a iniciativa de incorporar elementos de outros gêneros que estavam fazendo sucesso em outros países, sobretudo Estados Unidos, na música sertaneja.

Juntamente com isso, nesse mesmo período, a indústria fonográfica tomou como estratégia a segmentação do mercado, ou seja, "a indústria englobaria todas as pessoas, voluntariamente ou não" (MORELLI, 2009). Haveria tudo para todos, desde *Beatles* a Léo Canhoto e Robertinho. Walter de Souza relata:

Nessa equação, há um imperativo: o elemento caipira não existe mais, pois conduz à rusticidade que a vida urbana, moderna, praticamente abomina. Assim, elementos do discurso da música caipira são eliminados da nova música "sertaneja". Permanece a estrutura vocal da dupla que canta em terças, mas o discurso musical se molda aos modismos de época, como as guitarras do iê-iê-iê ou os pistons mariachis mexicanos. (SOUZA, 2005, p.168)

Nesse mesmo período, a televisão estava começando a desempenhar uma relação forte com a sociedade brasileira e "a importância que a televisão teve como fator de crescimento do mercado brasileiro de discos nos primeiros anos da década de 1970 foi através da edição discográfica de trilhas sonoras de novelas" (MORELLI, 2009, p.90).

¹ Sobre os Beatles, ver FENERICK, José Adriano. MARQUIONI, Carlos Eduardo. SGT PEPPER'S LONELY HEARTS CLUB BAND: uma colagem de sons e imagens. In: Revista Fenix de História e Estudos Culturais. Vol. 5. Jan/fev/mar 2008.

O primeiro canal de televisão do país, a rede Tupi, incluiu Tônico e Tinoco – que estava em grande sucesso no rádio – na sua programação inaugural. “A viola trazida por Tônico e Tinoco que antes apenas tinha sons no rádio, passou a ter, agora também, imagem” (SOUZA, 2005). Essa estreia em rede televisiva mostra que o gênero sertanejo estava em plena atividade na década de 50, período em que a rede Tupi estreou no Brasil, notoriamente, pela ocasião, já tinha reconhecimento pelo público. A música sertaneja não alcançou, nesse mesmo período, grandes proporções como aconteceu com a MPB², mas era recorrente nas programações de rádios e televisões.

A televisão serviu para colocar a música sertaneja como música de massa, principalmente com a aparição posterior da nova ramificação desse gênero, com Milionário e José Rico e Léo Canhoto e Robertinho. Estes que foram responsáveis por deixar de lado o vínculo com a ruralidade brasileira, principalmente do interior do Estado de São Paulo, e passaram a incorporar novos elementos estrangeiros, modernizando-a, deixando de ligar-se ao rural para estar fortemente ligada à urbanização. Sendo assim construíram na década de 60 e 70 uma “nova” música sertaneja.

Por fim, nesse período, os grandes artistas, para a indústria fonográfica brasileira, no gênero sertanejo, foram Léo Canhoto e Robertinho e Milionário e José Rico que conseguiram alcançar grandes números de discos vendidos, devido à modernização da música sertaneja convencional, trazida especialmente por Cornélio Pires e Tônico e Tinoco.

AS DÉCADAS DE 80 E 90

Na década de 80, a indústria fonográfica brasileira não vivia um bom momento em termos de mercado. Márcia Tosta Dias nos traz as informações:

Na primeira metade da década de 80, a média de unidades vendidas foi de 51 milhões e na segunda metade, 65 milhões de unidades. O crescimento verificado respondeu a consolidação do mercado de música para jovens, o pop-rock, e a lenta ascensão de outros segmentos, como o de música sertaneja. (DIAS, 2000, p.105)

A instabilidade política e econômica desse período no Brasil fez com que a indústria fonográfica entrasse em uma forte crise. A música sertaneja que tinha sido muito vendida na década de 70 não conseguiu alcançar os

² Ver MORELLI, Rita C. L. Indústria Fonográfica: um estudo antropológico. 2. Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.

mesmos números mercadológicos nesse período. Houve um esgotamento daquilo que estava sendo produzido pela nova música sertaneja da década de 70, esta não era como a MPB que tinha um forte requinte musical. A música feita por Milionário e José Rico e Léo Canhoto e Robertinho não tinha o mesmo suporte, era baseada na fácil assimilação e os cantores eram denominados como “artistas de marketing”, de pouca técnica e exploração musical e com isso, para o seu não esgotamento, era necessário sempre inovar. Como consequência disso, essa música sertaneja que obteve grandes proporções nos anos 1970, caiu no esquecimento, e não conseguiu se manter.

A criação dos “artistas de marketing” não foi uma invenção da indústria fonográfica dos anos de 1990. Isso já ocorria há muito tempo. As gravadoras, sempre que puderam, “inventaram elas mesmas as suas próprias coisas”. De fato, a lógica da indústria fonográfica sempre foi segmentação de mercado, onde as produções calcadas em marketing – de grande vendagem imediata, mas de pouco fôlego – procuravam se equilibrar com as produções dos chamados “artistas de catálogos”, como os nomes da MPB – que tinha uma média anual relativamente baixa de vendas de disco, mas contínua. (FENERICK, 2007, p.131)

Com isso, a década de 80 marcada pelo *rock* nacional não conseguiu se sustentar por muito tempo e novas transformações a indústria fonográfica precisava apresentar, e a introdução do CD, a recuperação econômica e estabilidade política ajudaram para que ascendesse três novos gêneros musicais, denominados por Luiz Tatit, “o trio de ferro”. O historiador José Adriano Fenerick nos mostra como aconteceu à estabilidade econômica:

O mercado de discos só apresentaria melhoras a partir de 1994, com a relativa estabilização da economia, ou ao menos com o controle dos índices de inflação proporcionado pelo Plano Real, criado no governo do então presidente Itamar Franco, e com introdução (popularização) de uma nova tecnologia: o *compact disc* (CD). (FENERICK, 2007, p.127)

Devido à forte presença da globalização que o mundo estava vivendo, especificamente no início dos anos 90, o autor continua:

Como a nacionalidade em um mundo globalizado deixa de fazer sentido, a não ser se for para atribuir algum tipo de diferenciação mercadológica, a indústria fonográfica, passou a produzir “músicas de marketing” colando-as a ritmos e gêneros musicais

fincados na tradição cultural da música brasileira. (FENERICK, 2007, p. 132)

Sendo assim, há uma revitalização ou então uma remodelagem das músicas que eram tidas como tradicionais brasileiras: a música caipira, o samba e os ritmos afro-baianos. Nesse sentido, será discutida apenas a nova música sertaneja, esta agora produzida na década de 90, e também, a maneira com que artistas e intelectuais independentes, como Ivan Vilela e Paulo Freire, trabalham com esse novo aparecimento do gênero.

DE CHITÃOZINHO E XORORÓ A IVAN VILELA E PAULO FREIRE

Para entender a nova roupagem que a música sertaneja utilizou nos anos 90, primeiramente precisamos entender o cenário econômico da época, já que o Brasil vinha de uma crise política e econômica, com os sucessivos planos econômicos que não obtinham êxito e também a redemocratização do país. Sem contar a introdução de uma nova tecnologia para a indústria fonográfica que foi o CD (*Compact Disc*), este que foi realmente explorado no Brasil em 1993 e que revitalizou as vendas que vinham em franco declínio.

Se na década passada, a ascensão do *rock* nacional era visível no mercado fonográfico, na década de 90 o estilo chegou ao seu esgotamento. Sendo assim, novas reformulações de gêneros tradicionais brasileiros foram feitas em busca de uma nova explosão de vendas. Nesse momento foi à vez da dupla Chitãozinho e Xororó utilizar novos recursos para entrar no mercado fonográfico.

Ainda na década de 80, Chitãozinho e Xororó apresentavam programas nas rádios e também já haviam vendido 100 mil cópias do LP *60 Dias Apaixonados* em 1979. Anos depois, conseguiram uma explosão de vendas com o disco *Somos Apaixonados* incluindo a música *Fio de Cabelo*.

A repercussão da gravação configurou um fenômeno inesperado para a indústria fonográfica: um milhão de cópias vendidas. A receita do sucesso estava, então, num ingrediente básico: a sensualidade emprestada ao fio de cabelo da mulher amada que, esquecido no paletó, guardava a lembrança da noite de amor. "Assim começava a ser estilizado o gênero 'sertanejo romântico', que renderia tantos sucessos, tantas duplas e tanto dinheiro à indústria fonográfica nas duas décadas seguintes" (SOUZA, 2005, p. 185).

No final da década de 80, a música sertaneja já alcançava quase um terço do total de vendas de disco no nosso país, mesmo com a crise econômica e política pela qual o Brasil estava passando. Contudo, nova música para ser introduzida pela indústria fonográfica precisava uma nova

roupagem, que suprisse algumas ausências. O historiador José Adriano Fenerick traz com clareza essa passagem:

A solução encontrada pelas gravadoras estava em explorar esse nicho, ao máximo, com aquilo que ficou caracterizado como "música sertaneja", "na esperança de compensar o período prolongado de ausência de temas acentuadamente românticos". A fonte de inspiração a ser utilizada, era a tradicional música caipira, amplamente difundida no interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, por duplas que cantavam em terças sobrepostas ao som de uma viola de dez cordas – a viola caipira. Entretanto, com uma "roupagem" globalizada, muito próxima do pop internacional. (FENERICK, 2008, p.133)

No entanto, para alguns autores como Rodrigo Duarte, o marco do início do processo de globalização é em 1990. Sendo assim, a influência norte-americana ao redor do mundo é vigente, sendo ela capaz de oferecer produtos em todos os aspectos desde bens de consumo, até mesmo produtos culturais (DUARTE, 2003, p.160). Com isso, a música sertaneja passa por influências norte-americanas também, pois foi nesse mesmo período que a Guerra Fria acabou e deixou como consequência a hegemonia econômica e cultural sobre o mundo.

Então, a indústria fonográfica brasileira começa a apoiar-se em produtos de fácil assimilação, mas que também remetem a uma nova roupagem daquilo que era tradicionalmente brasileiro, como o samba e a música caipira. Chitãozinho e Xororó foram os inauguradores do segmento "sertanejo romântico", onde, sem dúvida, tiveram como principal recurso para vendagem o "marketing", apoiando-se essencialmente na imagem da dupla recém-lançada.

Para se ter idéia desse enorme *marketing* que foi feito em volta da dupla, no final da década de 80 eles apareceram ao lado de Roberto Carlos – ícone da Jovem Guarda e já consagrado em vendas – no seu especial de fim de ano da TV Globo, sem contar as aparições em novelas e também participações em trilhas sonoras das mesmas. Isso serviu ainda para aumentar a popularidade dos dois artistas. A música sertaneja de Tônico e Tinoco foi abruptamente mudada e recebeu uma nova roupa, incorporando o estilo romântico adolescente. Não tinha mais nenhum aspecto parecido com aquele amor rural que era trazido pelos primeiros artistas do gênero. Essa música sertaneja romântica não trazia muita exploração do aporte musical, era feita para ser fácil digerida pelo público, apenas para conseguir uma ótima vendagem instantânea. Apoiados nesses parâmetros, a música de Chitãozinho e Xororó foi muito vinculada com a sua imagem, passando a

originalidade caipira para a estética do *cowboy* norte-americano, passando por feiras de agropecuária, rodeios e tudo aquilo que ainda lembrava a vida rural nos ares urbanos. "Polygram, Sony Music, Warner e BMG-Ariola passaram a disputar os 'passes' das duplas que vendiam milhares de cópias dos seus discos, assim como a patrocinar luxuosas apresentações" (SOUZA, 2005, p.187).

Isso tudo era produto da indústria cultural que buscava universalizar, incorporando vários elementos de outros gêneros e utilizando-se da globalização para conseguir um maior público. Aquilo que era restritamente do interior do estado de São Paulo na década de 30, passou agora, a entrar praticamente no Brasil todo, não de maneira totalmente tradicional, mas apoiando-se em novos segmentos para englobar novos consumidores do seu produto final, como aconteceu com Chitãozinho e Xororó.

Contudo, encontramos artistas que dão uma nova roupagem para a música sertaneja não se apoiando nos conceitos empregados pela indústria cultural, mas, pelo contrário, construindo uma música sertaneja independente, com técnicas musicais muito mais elaboradas que aquelas veiculadas pelo mercado fonográfico. São além de artistas, estudiosos que conseguiram empregar, na música sertaneja, novas fórmulas e que de certa maneira remodelaram-na para uma melhor qualidade musical. Nesse segmento estão artistas que estudaram música e que nele estão inclusos Ivan Vilela e Paulo Freire.

A maneira empregada por Ivan Vilela é de fazer uma música, empregando a viola, diferente daquela trazida por Chitãozinho e Xororó ou "sertanejo romântico". Pois esses estudiosos da música apareceram no mesmo momento com que a música sertaneja voltou fortemente para o mercado fonográfico, mas com outro objetivo, uma revitalização do instrumento. Em entrevista cedida para Mariana Maynard, Ivan diz que suas principais influências para as composições são: a primeira geração do choro, música regional brasileira – posteriormente músicas regionais do mundo todo –, rock progressivo e MPB. Cabe ressaltar, que Ivan estudou música na Unicamp e em 1992 começou a compor uma Ópera Caipira, composta por uma mistura entre música clássica e música tradicional. Além da viola, Ivan contou com outros instrumentos para as suas composições, como baixo e rabeca. No entanto, a música de Ivan Vilela não aparece entre as mais vendidas, pois ele não se apoia nas fórmulas obrigatórias da indústria cultural e serve-se de sofisticados arranjos musicais que não interessam à indústria fonográfica.

Da mesma maneira segue Paulo Freire, que pesquisou sobre a música sertaneja tradicional para tocá-la. Foi para o interior de Minas Gerais,

especificamente em Uruçuia, em busca da música regional, trazendo assim a revitalização da música sertaneja de maneira totalmente diferente da imposta pelas gravadoras. De forma independente e com sofisticação, esses dois principais artistas, sob variadas influências, percorrem e compõe música, trazendo principalmente a viola como instrumento principal.

Dessa forma, se uma vertente da música sertaneja segue à risca os comandos da indústria fonográfica e se caracteriza por um empobrecimento musical para a fácil assimilação pelo público e conseqüente vendagem; a outra, liderada por Ivan Vilela e Paulo Freire, segue um novo caminho, norteado pela qualidade musical e pela proposta de uma música na qual a viola figura enquanto instrumento, mas sem o apoio do mercado fonográfico.

Desse modo, a música sertaneja da década de 70 e, posteriormente, da década de 90 foi incorporada pela indústria cultural, tanto com Milionário e José Rico, Léo Canhoto e Robertinho quanto com Chitãozinho e Xororó, sendo levada a incorporar diversos elementos que não eram tidos como tradicionais dessa música para que, assim, conseguissem vender e alcançar um grande público. Com isso houve uma inovação apenas da imagem do sertanejo, pois os elementos de linguagem passaram para uma regressão, contando apenas com elementos românticos adolescentes de fácil assimilação, sem contar o poder de marketing – principalmente na década de 90 – como principal veículo de venda. Já Ivan Vilela e Paulo Freire propõem uma modernização da música caipira no sentido de dar uma nova roupagem com elementos de linguagem, ou seja, uma sofisticação musical, não uma regressão - em termos adornianos - conforme é feito com as músicas do Chitãozinho e Xororó.

Em suma, essas reformulações que a música sertaneja trouxe nas décadas de 70 e 90 estão ligadas ou ao mercado fonográfico e ao consumo, ou a uma proposta de alcançar uma nova linguagem que beneficiasse a qualidade musical, mas que, no entanto, não despertaria interesse das grandes gravadoras.

MELON, Cláudio Armelin. The Sertaneja Music Wears Clothes of Cultural Industry.

ABSTRACT: This article has by goal show the new drapery that the sertaneja music incorporated in the 1970's and also, after in the 1990's. With this, the sertaneja music will be strongly embraced by the phonographic industry in these years by represent a great profitability. Nevertheless, in the 1990's there were artist that don't followed the way proposed by the phonographic industry and threshed, in an independently way, a new language for this genre, like Ivan Vilela.

KEYWORDS: Sertaneja music, phonographic industry, Chitãozinho e Xororó, Ivan Vilela.

REFERÊNCIAS

- CALDAS, Waldenyr. *Acorde na Aurora: música sertaneja e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- DIAS, Márcia Tosta. *Os donos da voz*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- FENERICK, José Adriano. *A globalização e a indústria fonográfica na década de 1990*. Revista ArtCultura. Uberlândia, MG: EDUFU, vol. 10, n.16, jan-jun. 2008.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MORELLI, Rita de Cássia Lahoz. *Indústria Fonográfica: um estudo antropológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- NEPOMUCENO, Rosa. *Música Caipira: Da Roça ao Rodeio*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SOUZA, Walter. *Moda Inviolada: Uma história da música caipira*. São Paulo: Quiron, 2005.
- TATIT, Luiz. *O século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

A SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO E SEU PROJETO DE BRASIL EM FINS DO SÉCULO XIX

Andréa Manfredi da COSTA*

RESUMO: A Sociedade Central de Imigração articulava um projeto de Brasil com bases na imigração europeia e na pequena propriedade. Por meio da colonização conjunta entre europeus e nacionais, acreditavam ser possível alcançar o progresso e o engrandecimento da pátria brasileira, atingindo o modelo de país, civilizado e branco, que se desejava.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade nacional; representações; imprensa.

A Sociedade Central de Imigração (SCI) foi a maior e mais influente das sociedades imigrantistas brasileiras. Seus membros foram reformadores que exerceram importante papel nas discussões mais relevantes do fim do Império. Entre eles estavam Visconde de Taunay, André Rebouças, Jaguaribe Filho, José Vergueiro, Visconde de Mauá, Dr. Fleury, Campos Sales, Rodrigues Alves etc.

Estes reformadores, em geral de boa instrução e condição financeira, tinham o projeto de reformar e modernizar um país considerado atravancado por uma ordem arcaica e estática. Vislumbraram naquele momento a possibilidade de progredir e civilizar sua população baseando-se em bons elementos de origem europeia, vistos como transportadores de hábitos civilizados e progressivos para a população brasileira. Para isto, incentivaram e organizaram a vinda de europeus para trabalhar em todo o território nacional, garantindo-lhes boas condições de viagem, instalação e trabalho.

O Brasil passava por um momento extremamente significativo para sua história e formação identitária, a SCI funcionou durante um período relativamente curto (1883 – 1891), marcado pelo final da escravidão e da Monarquia. Uma importante característica desse período foi a busca pelo progresso, havendo a concepção de que este só poderia ser alcançado em parceria com a ciência. Desta forma, diversas teorias científicas deram suporte para se pensar sociedades em desenvolvimento.

* Graduanda em História pela UNESP/Franca. Pesquisa realizada na vigência de Bolsa PIBIC-CNPq sob orientação da Profª Drª Marcia Regina Capelari Naxara.

Estas teorias, principalmente a teoria da evolução de Charles Darwin, levavam em consideração a evolução dos povos e forneciam suporte para as visões mais recorrentes acerca da questão racial, depreciando qualquer raça que não a branca. Assim, eram possíveis classificações que opunham os conceitos: civilização x barbárie, progresso x atraso e elite x povo. Como também na ideia de branqueamento, que consistia em miscigenar brancos com negros para gerar filhos gradativamente de pele mais clara até que os negros fossem minoria ou até mesmo desaparecessem.

A população brasileira desse período pode ser pensada em duas camadas, uma minoria intelectualizada em contraposição a uma maioria ignorante considerada atrasada. Em fins do século XIX e início do século XX, os vistos como "nacionais" eram as pessoas de poucas condições, consideradas mal nascidas, geralmente negras e mestiças, escravas ou ex-escravas.

A mentalidade advinda das teorias raciais serviu como suporte para as ideias imigrantistas, visto que o nacional era desvalorizado seria preciso atrair o imigrante. Entre 1850 e 1891, diante das discussões sobre imigração, a maior preocupação era com os aspectos organizacionais, por isso seria importante à criação de um grupo encarregado de realizar isso. Os fundadores da SCI foram: Koseritz, Blumenau e Gruber. A sessão inaugural aconteceu em 1883, contando com a presença de D. Pedro II, o que demonstrou o apoio do governo ao projeto. O grupo era composto de um diretor, um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um primeiro e um segundo secretário, doze diretores e os sócios.

A imigração europeia foi vista pela SCI como estratégia na tentativa de resolver o atraso brasileiro. Comparavam o Brasil a um doente que teria como remédio o europeu. *"Estamos na posição de um doente prostrado por dolorosa e séria enfermidade, que tendo à mão e ao seu lado um valente remédio específico capaz de curar os seus males estancar todos os seus sofrimentos".*²

Empenhavam-se em realizar propaganda de dois tipos: uma interna, para convencer os brasileiros acerca das vantagens da imigração, e outra externa, para os governos e a populações dos países alvos. A SCI publicou, quase mensalmente, de dezembro de 1883 a abril de 1891, o jornal *A Imigração*. Era ela própria quem custeava as publicações que eram enviadas às demais filiais.

Esse periódico, provavelmente, era lido somente por uma elite letrada, as discussões são bastante específicas, composto por atas, estatutos, manifestos, discursos, cartas e estatísticas. Contudo, não era um material de

² Jornal *A Imigração*. Boletim nº 5. Setembro de 1884. p. 3.

distribuição exclusiva entre a SCI e suas filiais, acredita-se que a população tinha a possibilidade de acesso, não sendo possível dizer em que quantidade.

A SCI localizava-se na cidade do Rio de Janeiro, mas possuía sedes espalhadas por todo o país. Cada Sociedade desempenhava um papel específico no processo imigratório, por exemplo, a Sociedade de Santos ficava encarregada de receber os imigrantes em seu porto, já a Sociedade da Capital Paulista se ocupava de melhor distribuir os trabalhadores, dando a assistência necessária. Pela grande quantidade de filiais é possível perceber o quanto as ideias da SCI tiveram aceitação.

Defendiam a ideia de incentivar a imigração em todas as regiões do Brasil, porém com o passar dos anos consideraram que algumas localidades, (região norte), não estavam aptas para receber os imigrantes. Todas as regiões brasileiras eram descritas no jornal, mas de forma desigual.

Entre as questões abordadas pela SCI aparece, acompanhando a questão imigratória, o tema da escravidão. A abolição, neste momento, apresentava-se como importante, sendo utilizada como uma justificativa a mais para a importação de mão de obra. Desde 1870 houve discussões sobre a valorização do nacional enquanto trabalhador, mas sempre com resistência em efetivar projetos que, de fato, incluíssem os ex-escravos. Nos primeiros projetos de reforma social a população nacional não aparecia e como justificativa reforçou-se a ideia do brasileiro caracterizado como indisposto para o trabalho. Apresentou-se também a ideia da escassez de trabalhadores e o melhor preparo dos imigrantes. Dos diversos problemas que dificultavam a inserção da numerosa população de livres pobres na sociedade, a ideia da ociosidade sobrepõe-se as demais.

Para a SCI a escravidão representava uma forma de repelir o imigrante, pois a situação de escravização gerava medo e desconfiança de que ele próprio viesse, também, a ser tratado como tal. O Brasil era, ainda, um dos poucos países escravistas e isto não era bem visto internacionalmente. Essa questão frequentemente era discutida pelo grupo, mas no exemplar que relata o dia 13 de maio pouco se falou sobre, e logo as atenções voltaram-se para a imigração.

Após a abolição não se pensou na inserção do ex-escravo na sociedade. Os reformadores do período não almejavam uma grande mudança feita por brasileiros, viam-na como algo que só poderia ser alcançado pelo europeu. A ideia de um Brasil que seria reconstruído por estrangeiros pôde ser observada dentro da SCI, através do seguinte trecho, que repudiava a escravidão, mas não considerava o negro oriundo dela. *"Passar da exploração do homem pelo homem, na condenada escravidão,*

para o imigrante-proprietário, livre e independente, é realizar uma evolução importantíssima".¹

A abolição fora pensada, não apenas como uma forma de acabar com a desvalorização do negro e da condição humana, mas, principalmente, como uma forma de findar com o atraso que o escravismo representava perante os olhos estrangeiros.

A Europa, nesse período, era considerada o modelo a ser seguido, o que gerou um pensamento idealizado sobre sua população. Acreditavam que os europeus eram pessoas já predispostas ao trabalho. Desta forma, os imigrantes ficariam encarregados de diversas tarefas fundamentais. Entre todas as expectativas depositadas sobre eles, ou ligadas à sua chegada estavam: resolver a questão de mão de obra preparada para a agricultura, intensificar a produção, solucionar o problema dos latifúndios, revigorar a imagem negativa do trabalho, trazer valores mais civilizados e progredir o país.

São claramente expostos os incentivos concedidos pelo governo aos imigrantes, em grande parte por mérito das pressões exercidas pela SCI. E aos nacionais que tipo de incentivo foi realizado? Após a abolição o governo não realizou nenhum projeto com a intenção de beneficiá-los, nem financeiramente, nem de outra forma qualquer. Com os incentivos à imigração acreditavam que os imigrantes dariam retorno ao país de tudo o que fora investido, já o negro ao invés de retorno daria mais prejuízo.

De acordo com Hall, a maioria dos membros da SCI era preconceituosa. Para ele:

Talvez a maioria de seus membros, eram racistas fervorosos. [...] Não há dúvida que eles consideravam a sua própria população rural - altamente não-branca - com severas limitações, caracterizando-a, em várias ocasiões, como 'indolente', 'caprichosa' e 'inconstante'. (HALL, 1976, p. 159)

Porém, é possível perceber que seus membros reconheciam que a inferioridade do negro estava ligada a sua situação de despreparado e de marginalizado socialmente. No periódico não aparece uma desvalorização do negro relacionada explicitamente à cor, mas relaciona-se sua inferioridade à condição de escravização, estando presente a ideia de deformação do negro pela escravidão. Aparentemente as concepções da SCI estavam mais relacionadas ao condicionamento do meio que ao da raça.

¹ A *Imigração*, Rio de Janeiro, boletim nº 8, jan.1885. p. 1

Desta forma, não excluía completamente o papel dos nacionais em seu projeto de reforma, mas atribuía a eles função consideravelmente menor, o brasileiro apenas ao entrar em contato com o estrangeiro, acompanhá-lo-ia, e pouco a pouco incorporaria seus bons atributos, elevando sua índole e caráter.

A colonização brasileira intermeada a estrangeira é conveniente auxiliar da autoridade na manutenção da ordem pública. A proverbial indolência do pequeno lavrador brasileiro desaparece pelo exemplificador contacto com o activo colono estrangeiro. [...] A sensível e imediata modificação de índoles e costumes que nascem daquela conversão e do contacto com o estrangeiro laborioso, inteligente e económico [...] ²

Para a SCI o nacional não estava condenado ao fracasso absoluto, a menos que obtivesse ajuda do europeu para se civilizar e ser por ele organizado.

Com a liberdade deve o preto ir recebendo a educação e a elevação moral de que tanto carece. Só o europeu, porém, poderá servir de guia à raça mestiça [...] O africano tem sido, até agora, o tipo genuíno do trabalhador nacional. Menos hábil [...] dando o maximum de produção sómente sob a direcção do branco, entregue a si o sob a pressão do uma ferroz concorrência ficaria entregue á vagabundagem e á miséria. ³

A inferioridade não é atribuída somente ao negro, mas também ao branco morador do campo, desprovido de recursos. A população mais valorizada encontrava-se nas cidades, os trabalhadores rurais eram vistos como caipiras, incapacitados, rústicos e ignorantes, sendo outro entrave para o progresso. Para estes, do mesmo modo, o exemplo europeu seria considerado essencial.

Impossível a conveniente evolução moral do liberto, do aggregado, do camarada, do caipira, do capanga, do sertanejo e do capoeira, em trabalhador livre, independente e laborioso, sem as lições do exemplo, sem o estímulo dado praticamente pelas mais adiantadas raças da Europa, ricas de idéas [...] ⁴

² A *Imigração*, Rio de Janeiro, boletim nº 8, jan.1885. p. 8.

³ *Ibid.* p. 4.

⁴ *Ibid.* p. 2.

Propunha-se misturar raças para a obtenção de um resultado melhorado, contando sempre que o elemento considerado inferior herdasse as características daquele considerado mais avançado. Argumentavam:

Custa muito desenraizar máus hábitos tradicionais; mas aqui há também trabalho nacional bem sensível, e do cruzamento das raças européas com os nacionais produzir-se há a nacionalidade que saberá levantar o Brasil à posição que merece.⁵

A ideia de se pensar o país através da temática racial teve início de forma mais consistente com o indianismo no início do século XIX. Do mesmo modo, a tentativa de se construir uma identidade brasileira que abarcasse o país não era tão nova, iniciara-se oficialmente com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. "*O instituto procurava estabelecer um laço de continuidade entre a história do Brasil e a história européia, fixando, dessa maneira, o Brasil na tradição civilizatória*". (SANDES, 2000)

Fora constante durante todo o século XIX a tentativa de construir a ideia de nação brasileira, repensando sua história e a formação de seu povo. As raças que compunham o país foram sempre o ponto norteador dessas tentativas, levando em diversos momentos a interpretações preconceituosas.

Definir a nação não é uma tarefa simples, não se pode chegar a uma definição precisa. De acordo com a acepção pensada por Anderson, pode-se considerar: "*Mais que inventadas, as nações são 'imaginadas', no sentido de que fazem sentido para a 'alma' e constituem objetos de desejos e projeções*". (SCHWARCZ, 2008, p. 10). Desta forma, a nação pode ser considerada como uma imaginação da sociedade que se considera ideal para cada época, adequada aos propósitos e valores de quem a imagina. Esta criação baseia-se na tentativa de atribuir ao novo uma caracterização de antigo e ver com naturalidade um passado que, além de recente, possui memórias que são provenientes de uma seleção na maioria das vezes consciente. As nações americanas são predominantemente "*produto da engenharia institucional de suas elites políticas e não o reflexo de um passado imemorial*". (RICUPERO, 2004, p. 27). Na falta de um passado que se gostaria de ter tido, busca-se pensar uma inspiração projetada no futuro, é a idealização de um projeto para a nação. Desse modo, pensar a função do periódico na construção da identidade nacional é fundamental, sendo possível estabelecer uma importante relação entre o processo de construção da nação e o surgimento do jornal. Este distribuído em maior escala que os

⁵ A *Imigração*. Rio de Janeiro, boletim nº 15, Nov.1885. p. 1.

livros, e de caráter mais efêmero – no mês seguinte é outro e no seguinte outro – tem como objetivo adentrar na vida cotidiana das pessoas o que se pretende veicular. Assim, leitores anônimos e que não se conhecem entre si, que o leem em diversas partes, podem ser inseridos em uma comunidade de pessoas que recebem as mesmas informações e são levadas a pensarem de maneira semelhante, contribuindo para a criação da nação.

Deste modo, o periódico *A Imigração* desempenhou o papel de ligar pessoas que não se conhecessem entre si necessariamente, mas que se sentiam parte de um mesmo grupo. A ideia de contiguidade e unidade estava bastante presente no periódico, pois trabalhava assuntos referentes a todas as regiões brasileiras, umas mais, outras menos, mas mesmo que desigualmente tentavam apresentar uma ideia de nação homogênea. É a ideia de um "nós" comum que se liga e se identifica com os demais. A nação imaginada enquanto comunidade, mesmo com as desigualdades, tem um caráter de companheirismo profundo. Essa ideia é a motivadora da lealdade à nação, que faz com que as pessoas matem e morram por ela, isso pode ser encontrado no princípio dos nacionalismos.

A ideia de patriotismo está profundamente ligada a esta concepção de comunidade enquanto família, remetendo à ideia de amor desinteressado. A SCI em seu discurso levantava constantemente a ideia de patriotismo, demonstrando que partilhar da mesma causa era sinal grandioso de amor à pátria. Partindo da ideia de que "[...] toda a questão da nação, para a maioria das pessoas comuns de qualquer classe social, é que ela é desinteressada. E exatamente por essa razão ela pode pedir sacrifícios". (ANDERSON, 2008, p. 202).

Na tentativa de se criar uma identidade para a nação, fora preciso eliminar o direito de uma maioria. Partindo da ideia de que todos os indivíduos devessem pertencer a uma cultura comum, a cultura oficial. Este conceito de nação passa pelo mesmo governo, Estado e passado. E é evidente que na tentativa de criar uma identidade única, em um território tão vasto, que não fora possível abarcar todos os tipos de brasileiros, constituiu-se como um projeto excludente. Nesse momento, apresentou-se um problema, pois a maioria da população era vista como possuidora das características rejeitadas pela mentalidade eurocêntrica daquela época. O Brasil apresentava-se semelhante a tudo que sua elite desejava que ele não fosse.

Pensar uma identidade para a nação se faz um exercício constante, havendo resignificações de um passado já pensado em outras épocas e através de outras perspectivas.

Em cada época marcante de sua história, a sociedade brasileira tem sido levada a pensar-se novamente. É como se ela se debruçasse sobre si mesma: curiosa, inquieta, atônita, imaginosa. Não só se formulam novas interpretações como se renovam as anteriores. (IANNI, 2004, p. 7)

Desta forma, repensar essas questões pode

[...] reacender a discussão, sempre presente entre nós, sobre nossa nacionalidade tropical e uma identidade invariavelmente definida pela 'falta'. [...] é interessante pensar como, em meados do século XIX, em pleno Império, nos entendíamos como europeus ou no máximo indígenas (tupis de preferência), isso quando mais de 80% da população era constituída de negros e mestiços. (SCHWARCZ, 2008, p. 16)

Repensar qual o papel a ser ocupado pelas camadas menos favorecidas da sociedade, faz parte do processo de construção de uma memória nacional que pode ser manuseada mediante os interesses dos que se encontram melhor posicionados na sociedade. Para a SCI o Brasil que se pretendia, estava essencialmente ligado à presença do europeu. Configurando-se uma proposta que se apresentava parcialmente brasileira. A busca pelo direito de naturalização aos imigrantes pôde ser considerada uma tentativa de transformar o que era estrangeiro em brasileiro. Assim, legitimando um projeto de nação com características estrangeiras, que passaria a ser nacional.

Como já apontado, a SCI atuou durante um período bastante turbulento da história do país. A mudança de regime gerou certo abalo ao grupo. Pode-se perceber o quanto a Proclamação da República os inquietou, pois a publicação do jornal é interrompida de outubro de 1889 a janeiro de 1890; este último consta como referente a novembro e dezembro de 1889 e janeiro de 1890, no entanto pouco contém sobre a mudança de regime. Não apresentaram nenhuma justificativa a respeito da pausa nas publicações, apenas desculpam-se, sendo possível perceber que há alguma relação entre o governo e a interrupção do periódico.

Após o 15 de novembro, os membros monarquistas da SCI ficaram desmobilizados sem o apoio do imperador. O próprio André Rebouças embarcou para a Europa juntamente com D. Pedro II. A SCI entrou em um período de decadência, passando por situações de descrédito frente aos países europeus. Com esta mudança, seu projeto que pretendia a "democracia rural" perde força. Os latifundiários apoiaram os republicanos por medo da reforma agrária que ansiava ser empreendida pelos

aboliconistas e que D. Pedro II provavelmente apoiaria. A abolição e a reforma agrária eram projetos de reforma social que andavam juntos, não somente nas concepções da SCI, mas entre os aboliconistas de um modo geral. Os latifundiários, ex-senhores de escravos, sentiram-se abalados com a abolição, mas consideravam ainda mais perigosa a reforma agrária.

O ideal da SCI só obteve êxito em partes, no conjunto ele deixou de ser uma expectativa. Os que detinham o domínio dos altos setores da sociedade não tinham o menor interesse que um novo grupo surgisse pretendendo realizar certas reformas na sociedade, que abalariam a estrutura tradicional do país e criariam forte oposição. Na constituição de 1891 havia algumas leis no objetivo de incentivar e facilitar a imigração, mas não leis tão reformadoras como as que a SCI pretendia. A forma de governo foi alterada, mas as estruturas foram mantidas. Quanto a SCI,

[...] muitas das suas proposições específicas seriam adotadas pela República: o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a naturalização tácita e outras mais. Embora nenhuma dessas medidas pareça ter tido muito efeito na história posterior da imigração. (HALL, 1976, p. 169)

Atualmente o brasileiro ainda é, por vezes, visto como incapaz para o desenvolvimento, tanto pessoal, quanto do país, acarretando uma imagem de preguiçoso, desmotivado e estático. Esta imagem negativa perdura influenciando, mesmo que inconscientemente, concepções preconceituosas. Da mesma forma, a imagem que se tem do estrangeiro, melhor qualificado e superior, igualmente resiste.

Depois de 120 anos do fim da SCI, seu estudo e o de sua contribuição na construção da identidade nacional ainda são pertinentes como forma de melhor compreender o presente. Possibilitam repensar visões de caráter discriminatório, que ainda estão infiltradas na sociedade, fomentando a construção de uma memória coletiva de caráter pejorativo em relação ao brasileiro e à sua história.

COSTA, Andrea Manfredi da. The central society of imigração and your project for Bazil in the 19TH century.

ABSTRACT: The Central Society of Immigration articulated a Brazil Project with basis in European immigration and small property. Through joint colonization between Europeans and nationals, believed to be possible to achieve progress and enhancement of the Brazilian nation, reaching the country model, civilized and white, which is desired.

KEYWORDS: National identity; representations; press.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HALL, Michael McDonald. *Reformadores de classe média no Império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração*. Revista de História. São Paulo, ano 27, n°105, 1976.
- IANNI, Octavio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- JUCA, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870-1920*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VASSILIEFF, Irina. *A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a "democracia rural"*. Tese/Doutorado – FFLCH, USP, São Paulo, 1987.

ACROSS THE BEATLES: UMA SOCIEDADE, UMA ÉPOCA, REPRESENTADA POR UMA BANDA

Ariane Pereira LIMA*

Dirigido por Julie Taymor e lançado em 2007, o musical estadunidense *Across the Universe* retrata a década de 60 marcada por guerras, revoltas e movimentos em prol da contracultura liderados pela juventude. Toda essa conjuntura é retratada através de uma história de amor entre Jude, - um jovem de Liverpool que vai aos Estados Unidos com a pretensão de conhecer seu pai e arriscar a vida por lá, - e Lucy, irmã de Max, o melhor amigo que Jude faz na aventurada viagem à América do Norte.

O que mais chama a atenção e caracteriza esse musical, é o fato de ele ter toda a trilha sonora composta por clássicos dos Beatles. A propósito, o próprio filme acaba se tornando uma alegoria da trajetória da banda inglesa que estourou nos anos 60: tem o início de maneira ingênua, em Liverpool, e logo depois nos Estados Unidos, quando os jovens protagonistas se conhecem, tornam-se amigos e passam a conviver juntos, - um momento retratado por músicas alegres e sem pretensões à ideais políticos. Com o desenvolvimento do musical, a trilha sonora acaba se incorporando aos acontecimentos da época. Por exemplo, o contexto de tensão gerado pelas guerras, principalmente a Guerra do Vietnã e a favor da contracultura, são representados por músicas do momento mais psicodélico e crítico da banda, além de conter o clímax da história do musical e da carreira dos próprios Beatles; a última fase é a mais profunda, séria e reflexiva, na qual se retrata bem os últimos anos vividos pelo quarteto enquanto banda, em que repudiam a fama e as drogas e se voltam mais para princípios espirituais e reflexivos sobre a humanidade.

A escolha da carreira dos Beatles como modelo para se relatar uma década tão repleta de significados e acontecimentos históricos, pode ser explicada pelo argumento de José Adriano Fenerick, de que

[...] os Beatles, entre outras coisas, foram uma espécie de sismógrafos de seu tempo. [...] Para o bem ou para o mal, indicaram vários caminhos artísticos e registraram muitas das tendências que, latentes na década de 60, vieram a se consolidar a partir dos anos subsequentes, amalgamando - sob

* Graduanda em História pela UNESP/ Franca, sob a orientação do professor Dr. José Adriano Fenerick.

a égide do mercado global – culturas que cada vez mais perdiam seus contornos próprios. (FENERICK, 2008, p. 20).

Além disso, eles se tornaram

[...] porta-vozes de uma geração jovem, que se mostrava insatisfeita com o modo como o Estado conduzia política, econômica, social e culturalmente o ocidente capitalista, que se utilizou da música para gritar ao mundo suas insatisfações. (SARMENTO, 2006, p. 10).

Essa geração jovem a que Luciana Sarmento faz referência, na sua grande maioria, era integrante do emergente movimento de contracultura que despontou na década de 1960. Eles se manifestavam contra o sistema vigente, o capitalismo, o industrialismo, o consumismo e a tecnocracia (SARMENTO, 2008, p. 9).

O filme começa fazendo um paralelo entre dois ambientes, um em Liverpool, com Jude e sua atual namorada num show de rock, e Lucy num baile em Princeton, dançando com o namorado. Dois ambientes diferentes, em continentes diferentes, tocando a mesma música, *Hold me tight*, da banda de rock de maior sucesso do momento, os Beatles.

Com a pretensão de ir aos Estados Unidos conhecer seu pai, Jude se despede da namorada ao som de *All my loving*, ao mesmo tempo e tom que Lucy se despede do namorado, o qual está partindo como soldado para uma confrontação em Detroit.

Já em Princeton, Jude encontra o pai na universidade onde trabalha como zelador, e ambos conversam na única pretensão de saberem que um existe para o outro, e nada mais. Mas logo, de forma inusitada, ele conhece Max, um estudante rebelde e que acaba se tornando o melhor amigo de Jude. Numa divertida coreografia, Max apresenta seus amigos e as drogas a Jude no contexto de *With a little help from my friends*.

Em um jantar de comemoração do *Thanksgiving* na casa de Max, para o qual Jude foi convidado, há um diálogo entre a família (notadamente integrante de uma camada social mediana) que representa bem o pensamento da época, um pensamento estruturalmente novo para a geração, na qual os pais começam a se preocupar com o futuro dos filhos, não poupando esforços para colocá-los em uma universidade, pois este era o meio de garantir-lhes um futuro promissor (HOBSBAWN apud SARMENTO, 2006, p. 31). Durante a conversa, Max declara que irá deixar a faculdade e partir para Nova Iorque, e se irrita com a pressão dos familiares que insistem em querer saber o que ele irá fazer de sua vida. Bem como um jovem inconformado com as ideias tradicionais do tempo em que vive, Max declara

que não é o que ele faz que define quem ele é, mas sim o contrário, e Jude complementa com a opinião de que não importa o que se faz, mas como se faz. Tais ideais são visivelmente reprovados pelos familiares, os quais estão naturalmente embebedados pelas maravilhas do capitalismo.

Indiferentes às reprovações dos mais velhos, Max e Jude embarcam para Nova Iorque, em busca de uma vida sem pretensões, à base apenas de diversão. Hospedam-se na casa de Sadie, uma cantora talentosa e independente que, apesar de não ser declarado no longa, faz nítida alusão a Janis Joplin.

O primeiro momento em que a guerra é relatada é quando Lucy recebe o comunicado da morte do namorado em Detroit. Sob a comovente música *Let it be*, aparecem imagens da confrontação racial entre a polícia e a população negra em Detroit, e de um garotinho que é morto após se esconder atrás de um carro durante a troca de chamas, em seguida há um sequente paralelo de imagens entre o funeral do soldado estadunidense e do menino negro.

Um dos soldados sobreviventes da guerra ganha destaque quando retorna à Nova Iorque – cidade que o surpreendeu pelas contradições, de um lado, da sociedade que vivia plenamente o capitalismo e a tecnocracia e, do outro, a sociedade “bárbara” que vivia contra a cultura – e logo é contratado como guitarrista por Sadie, integrando-se àqueles que iam à contramão da ordem vigente. Esse interim é representado pelo som de *Come together*. Jojo, como se identificava, é outra nítida versão de um clássico músico da época, Jimmy Hendrix e, além de fazer parceria profissional com Sadie, acabou se tornando também seu par romântico.

Nas férias de verão do colégio, Lucy vai visitar o irmão em Nova Iorque e leva a ele uma intimação de que deveria apresentar-se ao exército para o alistamento em poucos dias. Como já havia desistido da universidade, Max não tinha como se esquivar, apesar de se negar a ir. Talvez aí ele tenha percebido as desvantagens de não seguir as normas impostas pela sociedade tradicional, de ser um rapaz direito, estudar numa universidade e saber o que irá fazer da vida.

Ao tempo em que Lucy e Jude se apaixonam e ficam juntos, Max irá ter um encontro com o “Tio Sam” ao som de *I want you*. Esta encenação pode ser considerada como uma das mais significantes e representativas do filme, remetendo-se à força do Estado sob a sociedade: Max, dentre outros alistados, é entregue a um exército de robôs e enviado, contra a vontade, para o Vietnã. De repente, os rapazes alistados surgem andando com grandes botas e destruindo o país vietnamita, ao mesmo tempo em que carregam a estátua da Liberdade cantando o trecho *she is so heavy*. Tal

cena transborda de significados e emoções e dá margem para se pensar sobre o peso de ir para a guerra em nome de um país, ou o peso de uma missão em busca de liberdade, ou pode-se também pensar qual o sentido da estátua da Liberdade num país que não concede liberdade aos cidadãos ou, até mesmo, o peso da própria liberdade em um mundo que te prende ao sistema.

Logo os jovens já aparecem numa passeata em que está acontecendo um protesto contra a ocupação dos Estados Unidos no Vietnã, na qual os revoltos exigem que as tropas americanas saiam do país vietnamita. Sensibilizada com a convocação de participação do irmão na guerra e, não apenas, mas por também ter se identificado com as causas da manifestação, Lucy vai em busca do idealizador e se declara interessada em participar como militante do grupo revolucionário.

É interessante notar que, no longa, quem adere ao movimento rebelde é a mocinha e não o rapaz, o que faz remeter diretamente à época na qual estão inseridos que, além de ser marcada por guerras, pela ascensão do rock e dos movimentos contraculturais, também remete à emergência dos movimentos feministas e do despontamento das mulheres como agentes sociais e políticos numa sociedade que, até então, era marcadamente machista. Este é, portanto, um período assinalado pela "[...] reavaliação de formas e gêneros de expressão cultural tradicionalmente desvalorizadas." (SARMENTO, 2006, p. 19)

Demonstrando o que muito acontecia com os artistas talentosos e independentes da época, Sadie recebe o convite de entrar para uma gravadora e resiste a princípio, apesar de gostar da idéia. É a Indústria Cultural que tenta absorver tais músicos para transformá-los em produto para a rentável cultura de massa. Um antagonismo permeava, então, a vida destes artistas que defendiam a contracultura, pois eles eram engolidos pela Indústria Cultural, vendo-a como o único meio de divulgarem seus trabalhos e ideais para um maior contingente de público possível. No entanto, seus próprios trabalhos e ideais eram comprometidos no contrato com a Indústria, pois ela visava à padronização das artes para uma fácil e rápida absorção do público.

Os próprios Beatles foram comprados pela Indústria Cultural, mesmo sendo contra ela. A propósito, foi essa mesma Indústria que os levou à fama, mas eles foram os únicos que conseguiram se valer dela para manifestarem seus ideais em seus trabalhos sem perderem a autonomia de criação e direção. Os integrantes da banda foram os compositores e intérpretes das próprias canções e, além disso, o quarteto foi capaz de conter em si toda a

essência da cultura contemporânea, trabalhando com música, imagem, TV e vídeo (FENERICK, 2008, p. 3-4).

De volta ao musical, Sadie, junto com seus companheiros de moradia, vai conhecer o estúdio da gravadora que quer contratá-la. Lá eles encontram com Dr. Robert, interpretado por Bono Vox, um proeminente artista psicodélico que os leva para um lugar desconhecido em seu ônibus nomeado de "Carga Esquisita". Esse ônibus em muito lembra o análogo lendário do filme dos Beatles *Magical Mystery Tour*, que promete levar o passageiro para longe, garantindo-lhe satisfação. Segundo Luciana Sarmento, era

Um artifício dos Beatles para falar aos jovens sobre o mundo das drogas, através de representações de consumo, pensando em construir uma sociedade diferente daquela que ali se apresentava, uma outra sociedade bem longe, que se aproximasse do movimento de contracultura. (SARMENTO, 2006, p. 93).

A viagem, ao som de *I am the walrus*, de fato é repleta de coloridos e loucuras características da psicodelia e muito alusiva à contracultura, ao novo, ao inusitado. Dr. Robert abandona os jovens de Manhattan neste lugar, identificado como "Quartel General da Liga de Libertação Espiritual", pois não consegue se encontrar com o Dr. Geary, também psicodélico, e pelo qual estava lá. E vai embora para Califórnia. Neste lugar desconhecido, os jovens imergem num mundo de drogas, pois então, tudo é fantasia. Bem como sugere a música *Being for the benefit of Mr. Kite*, eles interagem com um circo excêntrico, composto por colagens e imitando a *pop art*, retratado por Paul McCartney e John Lennon nas letras da mesma música. Em seguida, interpretam *Because* no azul do céu e do mar e também em fantasia.

Esta, por sinal, é uma das partes mais criticadas do filme por não apresentar nexos com o contexto e por ser representada de maneira tão surreal. O único sentido que se pode depreender destas cenas, é a intenção na referência à carreira dos Beatles – principalmente na ocasião da confecção do álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* –, em que estaria simulado justamente o momento mais psicodélico da banda, no qual os integrantes se envolvem com as drogas, inventam uma banda fictícia e projetam nela seus alter-egos, e engajam-se mais acirradamente em reflexões sobre a Indústria Cultural, considerando a possibilidade de fazer música popular dentro desse sistema (FENERICK, 2008, p. 8).

Logo após esta viagem (no sentido literal e figurado da palavra), Max vai, de fato, para a guerra no Vietnã; Sadie aceita o contrato com a gravadora e, para isso, abandona Jojo; Lucy começa a trabalhar de garçonete numa

lancheonete e participa ativamente dos movimentos estudantis; Jude, por sua vez, continua produzindo seus desenhos artísticos.

No entanto, o relacionamento do casal começa a ser desgastado devido à militância de Lucy, principalmente pelo fato de Jude não apresentar interesses comuns de cunho político. Além disso, ele sente ciúme da amizade da namorada com o líder da militância e, num acesso de despeito amoroso, passa a fazer "arte viva" com morangos, cravando-os na parede e cantando *Strawberry fields forever*, ao mesmo tempo em que a guerra do Vietnã é transmitida pela televisão, e os morangos passam a representar o sangue derramado pelos soldados nos confrontos. De um lado, os morangos representam a tinta atirada na parede que colore a arte masoquista de Jude; de outro, os morangos são os mísseis atirados na guerra que explodem em vermelho, de morango, de sangue, de amor, de tristeza e medo.

Após um desentendimento entre Jude e Lucy sobre as perspectivas de cada um, de trabalhar como desenhista profissional e de se rebelar contra a guerra do Vietnã, respectivamente, Jude invade o comitê de militantes onde Lucy está, e os agride verbalmente cantando a música *Revolution*, a qual foi escrita no intuito de discutir qual o lado se deve tomar dentro da revolução cultural pela qual o mundo passava, pois na própria contracultura havia dois lados a se seguir: dos revoltos que partiam para o confronto físico e daqueles que se colocavam mais ao lado dos movimentos pacifistas (SARMENTO, 2006, p. 113). É nitido que o casal estava seguindo, cada qual, para lados diferentes. Tal acontecimento é o estopim para o término do romance entre Lucy e Jude.

No entanto, durante a solidão causada pelo abandono de Lucy e ao som de *Across the Universe*, Jude sai à busca da amada e a encontra em um protesto, sendo levada por policiais e, na tentativa de salvá-la, ele vai preso junto com os insurgentes. Jude é o último a deixar a cadeia por não ser cidadão estadunidense e não estar legalizado para residir no país. Seu pai, contatado por Lucy, tenta ajudá-lo, mas não consegue por não ter provas da paternidade do garoto. Jude é, então, deportado para Liverpool.

Chegando a Liverpool, Jude reencontra sua ex-namorada, que agora está noiva e grávida, mas mesmo assim se mostra descontente com o abandono do ex-namorado.

Max retorna da guerra e fica em recuperação num hospital.

Sadie está insatisfeita com o contrato firmado junto à gravadora e com o mal desempenho do guitarrista que é obrigada a trabalhar, e abandona o acordo.

Lucy continua ativa nos protestos contra a guerra, mas logo descobre que os próprios militantes do grupo que participa também são agressores,

pois estavam secretamente fabricando bombas caseiras dentro do comitê. A garota fica desiludida com o movimento, pois acreditava que "era o outro lado quem atirava bombas".

Esse momento do filme relata bem o período de incertezas por que os Beatles passavam à beira do fim da carreira, no final dos anos 60. Houve ocasiões de desentendimentos entre os integrantes, de tentativas, de encontros e desencontros. O futuro da banda era claramente duvidoso

A guinada final do longa acontece quando Jude lê uma notícia no jornal sobre militantes que são mortos por uma bomba caseira em Nova Iorque e, ao som encorajador de *Hey Jude*, o jovem decide voltar aos Estados Unidos, consegue o visto e, chegando lá, logo se encontra com seu amigo Max. Ambos vão ao encontro de Sadie e Jojo que estão cantando juntos no telhado do estabelecimento onde Jude trabalhava como artista e que levava o nome de *Strawberry fields*, com o símbolo do morango que o garoto fez – o mesmo morango que outrora significou desesperança, agora significava a união. E, claro que esta cena não é em vão, pois ela faz referência à apresentação ao vivo que os Beatles fizeram no telhado dos estúdios de gravação da *Apple*, chamada *Roof Top Concert* (SARMENTO, 2006, p. 77).

Lucy não consegue entrar no prédio para subir ao telhado, pois os policiais já haviam bloqueado a porta de entrada e foram impedir os músicos de continuarem cantando, pois não tinham licença para fazerem o show, apesar de haver centenas de pessoas nas ruas ao redor do prédio ouvindo às músicas e maravilhadas. No entanto, Jude se esconde e consegue ficar no telhado enquanto seus amigos são levados embora. O garoto toma posse do microfone e começa a cantar *All you need is love*. Os policiais voltam no intuito de retê-lo, mas são convencidos a deixá-lo cantar com os argumentos de Sadie, dizendo apenas "love, love, love". Lucy reconhece a voz de Jude e sobe ao telhado do prédio em frente para poder reencontrá-lo. O filme acaba na certeza de que vão continuar juntos.

Lucy in the sky with Diamonds encerra o musical, simbolizando, bem como a criação da música, que é advinda de um sonho, o aspecto sonhador e de fantasias do musical, da carreira dos Beatles e da sociedade idealista que a juventude dessa época criou, colocando-a em tensão com a própria sociedade (real) que a inventou.

REFERÊNCIAS

FENERICH, José A. *Sgt. Peppers Lonely Hearts Club Band: uma colagem de sons e imagens*. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 5, n. 1, jan.-mar. 2008.

SARMENTO, Luciana. *Ticket to ride: as tensões entre contracultura e consumo nas letras dos Beatles*. Dissertação de Mestrado (Departamento de Comunicação Social - Pontifícia Universidade Católica). Rio de Janeiro, 2006.

TAYMOR, Julie. *Across the Universe*. [musical-vídeo] Estados Unidos. Columbia Pictures, 2007. 133 min.

ANÁLISE DAS RELAÇÕES IMPERIALISTAS NO PERÍODO PRÉ-GUERRA

Danilo Medeiros GAZZOTTI*

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo explicar sobre a conjunção de fatores que corroboraram para o início do conflito armado denominado Primeira Guerra Mundial.

UNITERMOS: Primeira Guerra Mundial, Imperialismo, alianças.

INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre o início do primeiro conflito armado do século xx com proporções mundiais logo se vem em mente o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, sobrinho do Imperador Francisco José e herdeiro do trono Austro-Húngaro, e sua esposa Sofia, duquesa de Hohenburg, quando faziam uma comitiva a céu aberto na Sérvia. Alguns dias depois o Império Austro-Húngaro declarou guerra a Sérvia dando início ao conflito.

Mas, de que maneira esse assassinato, que segundo Marc Ferro não causou comoção nem na família real, conseguiu ser o estopim de um dos maiores confrontos armados da história?

Nenhum país da época esperou uma guerra, principalmente de um ato extremista isolado num canto do mundo, conforme nos explica Hobsbawn:

Até o fim de seus dias, Gavrilo Princip, o assassino do arquiduque Francisco Fernando, não conseguiu acreditar que sua minúscula iniciativa tivesse ateado fogo ao mundo. A crise final de 1914 foi tão completamente inesperada, tão traumática e, vista retrospectivamente, tão persistente porque foi essencialmente um incidente na política austríaca que exigia, na opinião de Viena, que se "desse uma lição a Sérvia". A atmosfera internacional parecia calma. Nenhum ministério das relações exteriores esperava problemas em junho de 1914, e personalidades públicas há décadas eram assassinadas com uma certa freqüência. Em princípio, ninguém se preocupou com o fato de uma grande nação intervir pesadamente num vizinho

* Graduando do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Bolsista do SESU/MEC através do Grupo PET-História, que é subordinado a tutoria do Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi.

pequeno e problemático. Desde então cerca de cinco mil livros foram escritos para explicar o aparentemente inexplicável: como, dentro de pouco mais de cinco semanas após Sarajevo, a Europa se encontrava em Guerra. (HOBBSAWM, 1992, p.446)

No decorrer deste artigo se explicará essa questão e também se mostrará de que forma o complexo sistema de alianças da época estava tão ligado a essa declaração quanto às disputas imperialistas globais.

O IMPERIALISMO E A FORMAÇÃO DAS ALIANÇAS

A Europa foi dividida aos poucos em dois blocos com grandes diferenças em sua constituição e com composições que seriam impossíveis de se pensar no século XIX, que ocorreram apenas pelo contexto ali presente, é o que pensa Janotti:

Aos poucos formam-se dois blocos políticos distintos: de um lado, os impérios centrais (Alemanha e Império Austro-Húngaro) e, de outro, Inglaterra, França e Rússia. A Itália que ainda tinha antigas alianças com os impérios centrais, aproximava-se da França. Os dois blocos não apresentavam uniformidade em sua constituição. Havia mesmo entre eles diferenças profundas apenas toleradas pelas circunstâncias históricas em que se encontravam. (JANNOTI 1992, p. 12).

A triplíce aliança, formada em 1882, era composta pela Alemanha, o Império Austro-Húngaro e a Itália, mas que no decorrer da guerra, segundo Hobsbawm, acabou compreendendo uma aliança austro-alemã já que o país peninsular acabou se afastando e logo se uniu ao campo antialemão em 1915. Antes do início da guerra o Império Otomano se uniu a essa aliança.

Para entender a aliança austro-alemã é preciso remeter-se as guerras de unificação alemã contra a Áustria, conduzidas brilhantemente por Bismarck em 1864 e 1866. Segundo Hobsbawm após a vitória nesse conflito e com a fomentação da autonomia húngara dentro do império dos Habsburgo, Bismarck conseguiu a paralisia da Áustria como força política alemã e também a preservação desse império, o qual ele iria dar vários presentes diplomáticos depois. Isso foi feito para tornar a supremacia da Prússia maior que a austríaca nos estados menos germânicos e mais antiprussianos, pois se a monarquia de Habsburgo ruísse com todas as suas nacionalidades, seria impossível evitar que os austríacos alemães se unissem com a Alemanha, e com isso abalar a supremacia da Prússia no Território alemão.

Não é difícil entender a permanência da aliança entre Alemanha e Austro-Hungria, que foi forjada por Bismarck após 1866, pois segundo Hobsbawm "o equilíbrio interno do novo império alemão tornou essencial manter vivo o multinacional Império Habsburgo" (1992, p.430). Já a permanência da Itália nessa aliança não era mais viável, pois a sua aliança com os impérios centrais tinha apenas caráter defensivo e se estenderia apenas em uma guerra contra a França. Com a declaração de guerra pelas potências centrais sem consultá-lo, o governo italiano não se sentiu obrigado a seguir a aliança e permaneceu neutro no início do conflito. Mais tarde com as pressões da Grã-Bretanha e da França, esses países firmaram secretamente o pacto de Londres, onde a Itália entraria na guerra contra a triplíce aliança em troca de algumas conquistas territoriais. O não cumprimento desse e de outros acordos após o fim da guerra foi um dos motivos que a levaram a aliar-se ao eixo na segunda guerra mundial. Ao analisar esses fatores pode-se notar o caráter imperialista das alianças italianas, pois ao perceber que seu acordo com as potências centrais já não era mais relevante, sentiu-se a vontade para se aproximar da entente, conforme Marc Ferro explica:

O caso da Itália reforça os traços deste esquema. A aliança celebrada, há mais de vinte anos, com a Áustria e a Alemanha correspondia, por volta de 1900, aos interesses de certos meios político-econômicos e expansionistas, em parte controlados pelo capital de além-Reno. Como parecia presunçoso hostilizar as forças doravante aliadas da França e da Inglaterra, senhoras do mediterrâneo e do abastecimento de carvão para a indústria italiana, bastava que Londres ou Paris manifestassem "Compreensão" relativamente às "legítimas" aspirações da Itália em conquistar posições além-mar para que esta esboçasse um passo na direção desses países. (FERRO, 1983, p. 48-49)

Nessa época o Império Otomano já estava fraco e conseqüentemente ameaçado de desintegração. Suas províncias clamavam por independência e eram respaldadas pela Rússia, que exercia forte influência na região. Observando a situação do império vizinho e vendo nisso a possibilidade de expandir-se econômica e militarmente na região, a Alemanha ofereceu uma aliança ao Império Otomano, que a teve como vital para sua manutenção, como nos diz Marc Ferro:

Ameaçadas de rebentar a partir do interior pela acção da força centrífuga das nacionalidades, a Áustria-Hungria e a Turquia estavam necessariamente associadas à Alemanha. Para a Turquia, a ameaça provinha sempre da Rússia, onde o czarismo

e o movimento pan-eslavista tinham pretensões claramente expressas sobre os Estreitos. Ora, a Inglaterra, antes protectora da Turquia, estava agora associada ao czarismo. Duplamente ameaçado, "o homem doente" aceitou a protecção da Alemanha de Guilherme II. Esta substituiu rapidamente a Inglaterra, desempenha o papel de protector e, para o "defender", começou a colonizar o império o sultão. (FERRO, 1983, p. 47).

A Tríplice entente, que teve sua configuração concluída em 1907, apresentou como integrantes iniciais, França, Rússia e Grã-Bretanha, obtendo a adesão de outras nações como EUA e Japão, assim como a saída da Rússia, no decorrer da Guerra. Essa mudança entre os países da entente pode ser facilmente explicada.

O caso do Japão é considerado um dos mais surpreendentes. Segundo Hobsbawm, de todo os países não europeus ele era o único que poderia encontrar e derrotar o Ocidente em território inimigo. Isso graças à drástica mudança na política japonesa, que sofreu uma "revolução de cima", saiu do sistema militar feudal-burocrático dos Xoguns e conseguiu uma restauração imperial denominada "Restauração Meiji". Com essa revolução, os japoneses começavam a imitar o ocidente; iniciando a sua expansão imperialista no oriente, que teve seu primeiro expoente na guerra russo-japonesa. Como explica Hobsbawm "O que está além de qualquer dúvida é que o Japão estava mais disposto a imitar o ocidente do que muitos outros países não europeus e era também o mais capaz de fazê-lo" (2007, p.212).

Já a Rússia no decorrer da guerra passou por uma grande revolução social, que foi a Revolução bolchevique. Ao assumirem o poder, os bolcheviques sabiam que era inviável a continuidade no conflito, que foi um dos fatores que contribuiu para o aumento das tensões sociais somado a sua chegada ao poder, então, decidem, se retirar do conflito em 1917. Ao verem a saída da Rússia da guerra e percebendo o entusiasmo das potências centrais renovado, com apenas uma frente de guerra, e com isso a possibilidade de perderem seu investimento na venda de armamentos bélicos numa eventual derrota da entente, os E.U.A. decidem entrar na guerra ao lado desta, contribuindo ainda mais para a vitória dos ocidentais e para a sua saída como uma grande potência do conflito.

Já para entender a aliança inicial da entente é preciso saber que a França era inimiga da Prússia desde a guerra franco-alemã, na qual saiu como grande derrotada, além de perder os territórios da Alsácia-Lorena. É fácil compreender também a aliança entre ela e o Império Russo. A Alemanha era aliada russa desde os acordos de paz concretizados por Bismarck, feitos após a formação da Alemanha como nação. Porém, a

Aliança da Alemanha com a Áustria-Hungria, inviabilizou a continuidade desta, pois o Império Russo estava em conflito com a última por uma influência na região dos Balcãs, e por isso, a Alemanha teve que escolher com qual das duas potências manteria relações diplomáticas. A escolha dela por Viena abriu espaço para uma aliança Franco-Russa. Hobsbawm discorre sobre este fato:

Uma vez mais era óbvio que a Áustria, envolvida nos turbulentos assuntos dos Balcãs devido a seus problemas multinacionais, e, mais profundamente que nunca, depois de ter conquistado a Bósnia-Herzegovina em 1878, se achava em oposição à Rússia naquela região. Embora Bismarck tenha feito o máximo para manter relações estreitas com a Rússia, era previsível que cedo ou tarde a Alemanha seria forçada a escolher entre Viena e São Petersburgo e que só podia optar por Viena. Ademais, uma vez que a Alemanha tinha desistido da opção russa, como aconteceu no final da década de 1880, era lógico que a Rússia e a França se unissem- como de fato o fizeram em 1891. Friedrich Engels cogitara dessa aliança ainda nos anos 1880, naturalmente dirigida contra a Alemanha. (HOBSBAWM, 1992, p. 432).

A entrada da Inglaterra na aliança Franco-Russa era tão improvável quanto inesperada. A Grã-Bretanha foi historicamente inimiga da França em quase todas as guerras européias desde 1688, e, além disso, o atrito entre as duas potências se tornava cada vez maior, pois competiam pelo mesmo território e influência como nação imperialista. As relações com a Rússia também não eram amigáveis. Os dois impérios tinham sido antagonistas permanentes na zona dos Balcãs e do Mediterrâneo. Os dois países haviam inclusive se enfrentado no século XVIII na guerra da Crimeia. Já com a Alemanha, até o fim do século XVIII os ingleses não tinham nenhuma tradição nem motivo para um possível atrito. Hobsbawm resume essas relações:

Dado o modelo consagrado de diplomacia britânica, uma guerra contra a Alemanha era uma possibilidade tão remota que devia ser ignorada. Uma aliança permanente com qualquer nação continental parecia incompatível com a manutenção do equilíbrio de poder, que era o principal objetivo da política externa britânica. Uma aliança com a França seria considerada improvável, uma com a Rússia quase impensável. (HOBSBAWM, 1982, p. 434).

Mas essa situação mudou, principalmente porque, segundo Hobsbawm, ambos os jogadores, bem como as regras do jogo tradicional da

diplomacia internacional, mudaram. O imperador Alemão Guilherme II pediu "um lugar ao sol" para seu estado na década de 1890 e começou a expandir sua influência econômica e militar, com o aumento de sua industrialização, e a penetração econômica e estratégica no Império Otomano com a expansão de seu exército e esquadra naval. Essas transformações no Império Alemão deixaram a Grã-Bretanha receosa de ter encontrado um grande rival capaz de fazer frente a sua dominação mundial.

Essas preocupações não seriam suficientes para se deflagrar um conflito mundial, mas foram determinantes para antecipar a formação de uma aliança anglo-franco-russa. Através do "entendimento cordial" de 1904, os franceses e ingleses fizeram uma aliança na troca de que os franceses desistiriam de reivindicar o Egito e os ingleses apoiariam suas reivindicações no Marrocos, o qual a Alemanha desejava também. Com a derrota da Rússia na Guerra Russo-Japonesa e o seu enfraquecimento militar, se tornou possível também um esvaziamento das antigas disputas russo-britânicas. Hobsbawn nos dá um resumo do porque essa aliança foi possível:

A Grã-Bretanha defendeu ao máximo a preservação do status quo e a Alemanha sua modificação – inevitavelmente, mesmo se não intencionalmente, às custas da Grã-Bretanha. Nessas circunstâncias e dada a relatividade econômica entre as indústrias dos dois países, não admira que a Grã-Bretanha considerasse a Alemanha o mais provável e perigoso de seus adversários potenciais. Era lógico que se aproximasse da França e – uma vez o perigo russo minimizado pelo Japão – da Rússia, ainda mais porque a derrota russa destruiu, pela primeira vez na memória das pessoas ainda vivas, o equilíbrio entre as nações do continente europeu que os chanceleres britânicos tinham dado por certo durante muito tempo. Esse fato revelou que a Alemanha era a força militar dominante na Europa, de longe, a mais temível. Esses foram os antecedentes da surpreendente Tríplice Entente anglo-franco-russa. (HOBSBAWM 1992, p. 442).

Com a formação dessas alianças uma guerra era eminente, mas os seus protagonistas não imaginavam que este conflito seria mundial. A Alemanha e a Áustria queriam um conflito localizado nos Balcãs, com no máximo a interferência da Rússia e França, que logo seriam minadas. Uma participação britânica era imaginável. A tríplice aliança precisava apenas de uma oportunidade para começar o conflito e ela veio em 28 de junho de 1914.

O ATENTADO E AS DECLARAÇÕES DE GUERRA

Como já foi dito, o atentado não causou grande comoção entre a família real e se fez exéquias de terceira classe ao príncipe herdeiro. Tal atitude foi tomada porque o Imperador Francisco José e os militares austríacos desconfiavam das concepções liberais do herdeiro, e também achavam que ele não seria um bom imperador. Por isso, o governo austríaco resolveu tomar atitudes moderadas contra a Sérvia.

Quem não gostou dessa atitude do governo austríaco foi a Alemanha, que o pressionou para que fosse feita uma guerra preventiva contra a Sérvia. Ela acreditava que o motivo para intervir nos Balcãs era suficiente e acreditava que a guerra ficaria por lá, pois considerava que ia ser difícil a intervenção das outras potências. Marc Ferro explica essa questão:

Em Berlim, os meios dirigentes estavam divididos. Os militares preconizavam uma guerra preventiva contra a Sérvia; o assunto podia ser rapidamente resolvido, pois a Rússia não estava pronta para intervir militarmente. Guilherme II não deu de encarar a eventualidade de uma intervenção da Rússia e da França. Mas tal hipótese foi afastada: o czar não podia declarar-se solidário com regicidas; quanto à França, o seu exército não tinha artilharia pesada. Assim, para a Áustria, o caminho estava aberto. Durante estas discussões entre Austríacos e Alemães em Viena ou em Berlim, analisou-se o problema de uma intervenção eventual da Bulgária ou da Romênia, aflorando-se a da Rússia e, muito remotamente, a da França. Nunca esteve em questão a Inglaterra. Tratava-se de uma crise nos Balcãs, nada mais. (FERRO, 1983, p. 72-73)

Impulsionada pela Alemanha a Áustria enviou um ultimato a Sérvia, no qual havia seis pontos que, entre outras coisas, praticamente acabava com a autonomia Sérvia e a submetia ao Império Austro-Hungaro. Como já era previsível a Sérvia negou-se a cumprir todos os pontos do ultimato e como consequência disso os dois países romperam as relações diplomáticas, e decretaram a mobilização de seus exércitos:

A 23 de julho, a Áustria enviava o seu ultimato à Sérvia. Nos termos do texto enviado pelo ministro de Francisco José a Belgrado, a Sérvia dispunha de quarenta e oito horas para aceitá-lo. O governo sérvio devia comprometer-se a dissolver as sociedades que se dedicassem à propaganda política e a "aceitar a presença junto dele de funcionários austro-hungaros que participariam na supressão do movimento subversivo". Esse ponto 6 colocava praticamente a administração do país sob a

tutela da Áustria...Tendo em vão pedido um prazo aos austríacos, os Sérvios deram a resposta a 25 de Julho. Aceitavam todas as cláusulas do ultimato excepto o ponto 6. Era o momento esperado. O representante da Áustria em Belgrado, o barão Giesl, rompeu imediatamente as relações diplomáticas. Meia hora mais tarde, os diplomatas austríacos abandonavam a capital. Chegados à fronteira, telegrafam a dar notícia ao seu governo. Já os Sérvios e Austríacos tinham decretado a mobilização. (FERRO, 1983, p. 74-75)

No dia 28 de junho a Áustria-Hungria declarava guerra a Sérvia e a Alemanha a apoiou. Em retaliação, a Rússia e a França declararam que seus exércitos se mobilizariam contra os dois impérios. Com isso, a Alemanha enviou um ultimato exigindo a suspensão das mobilizações dos exércitos russo e francês, além de um pedido à Bélgica para que esta desse livre passagem as suas tropas em caso de guerra com a França, o qual foi negado. Por fim a Alemanha tentou, ainda, que a Inglaterra se declarasse neutra no conflito, e lhe deu algumas garantias para que isso ocorresse. A Inglaterra negou, dizendo que em caso de um conflito continental não ficaria neutra.

Com a recusa da França e Rússia ao ultimato alemão e da Bélgica a livre passagem de suas tropas, a Alemanha declarou guerra aos dois países e invadiu o território belga. Depois dessa violação a Inglaterra cessou suas hesitações e declarou guerra a Alemanha. Marc Ferro explica esta série de acontecimentos:

Por consequência, a 20, Bethmann-Hollweg pedia à França para cessar os seus preparativos militares, começados há alguns dias, e a Rússia para revogar a sua ordem de mobilização, mesmo contra a Áustria. Ao mesmo tempo, A Alemanha pedia à Bélgica a livre passagem para as suas tropas. Tentava igualmente obter a garantia de que a Inglaterra permaneceria neutra em causa de conflito continental. A Alemanha garantia a integridade territorial da França e da Bélgica na Europa e oferecia a Londres um acordo de neutralidade para o período pós-guerra. Grey respondeu imediatamente que, em caso de guerra continental, a Inglaterra não permaneceria neutra: todo o plano alemão estava em vias de desmoronar. A 1 de agosto, a ordem de mobilização geral foi lançada mais ou menos ao mesmo tempo, à mesma hora, em Berlim e em Paris. Não se tendo a Rússia e a França submetido, a Alemanha declarou guerra à Rússia a 1 de Agosto. Guilherme II quis ficar por aí, mas as "necessidades" do plano militar alemão implicavam o ataque prévio à França e a violação do território da Bélgica. Os

serviços oficiais alemães declararam que aviões franceses tinham bombardeado Nuremberg; esta falsa notícia justificou a declaração de guerra à França e a violação da Bélgica. A violação do território belga pôs fim às últimas hesitações da Inglaterra. Grey dirigiu um ultimato a Berlim, ameaçando entrar na guerra se as tropas alemãs não evacuassem a Bélgica nesse mesmo dia. O ultimato foi rejeitado. Começara a Grande Guerra. (FERRO, 1983, p 77-78)

Assim, por causa desse complexo sistema de alianças e das disputas imperialistas vigentes, o que era pra ser apenas uma disputa local entre duas potências e suas regiões de influência, acabou-se por se tornar o primeiro conflito mundial da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste grande atentado a paz um fator, segundo Marc Ferro, era comum a todas as potências envolvidas, que quanto mais depressa ocorresse a guerra, mais depressa ela seria ganha.

No início da crise de Sarajevo, nenhum dos envolvidos sabia que a guerra iria ocorrer. Se ela seria local ou continental, se seria com Inglaterra ou sem ela, mas dentre todas essas possibilidades, segundo Marc Ferro, uma coisa essas potências não imaginavam: que a guerra seria fatal para três monarquias e para vinte milhões de pessoas.

GAZZOTTI, Danilo Medeiros. *Analysis of imperialist relations during Pre-War.*

ABSTRACT: This article aims to explain about the conjunction of factors that corroborated to the beginning of the armed conflict called World War.

KEYWORDS: First World War, Imperialism, alliances.

REFERÊNCIAS

FERRO, Marc. *A primeira guerra mundial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 1992.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital 1848-1875*. 13ª Ed. Rios de Janeiro: Paz e Terra; 2007

JANOTTI, Maria de L. *A primeira grande guerra - O confronto de imperialismos*. 8ª Ed. São Paulo: Atual; 1992

ASCRA E TÉSPIAS: UM CASO DE PÓLIS NO ALTO ARCAÍSMO GREGO?

Renan Falcheti PEIXOTO*

RESUMO: Hesíodo foi um aedo que viveu na aldeia de Ascra por volta do século VIII a.C. e escreveu dois poemas essenciais para o estudo da Grécia Arcaica: *Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*. Este tem objetivos bem claros e visam direcionar ao seu irmão Perses, a alguns poderosos que fazem arbitragem nos centros urbanos (*basileis*), bem como a pequenos agricultores, conselhos e acusações elaboradas sob a égide da justiça perfeita e absoluta de Zeus. Aliando as pesquisas arqueológicas realizadas na região do poeta e a análise dos seus relatos, pretende-se discutir se há pólis ou não entre a aldeia do poeta, Ascra, e o núcleo urbano mais próximo, Téspias.

PALAVRAS-CHAVES: Beócia; Hesíodo; pólis

A Grécia Arcaica, particularmente o Alto Arcaísmo (século VIII a.C.), compõe uma etapa de significativas mudanças em todas as esferas da vida do grego antigo, diferentes planos de um panorama ligado não somente à reestruturação da situação interna, mas também à ampliação dos horizontes externos. Uma das mais significativas alterações desse decurso foi, sem dúvida, a instalação do sistema de pólis, o forjamento de identidade comunitária que reconfigura daí por diante as formas de organização social dos gregos.

O que foi uma pólis? Pólis, do grego πολις, é a palavra raiz da qual derivam palavras como "política"; sua etimologia de origem indo-europeia remonta ao significado original de um lugar fortificado, ao contrário de como a conhecemos no Período Clássico: a cidade (e seu território derredor). Com aquele sentido, o termo é sinônimo ao de *akropólis* (acrópole), de um assentamento fortificado em uma elevação. É importante, pois, que nessa altura do trabalho se defina as características de uma pólis completa entendida no Período Arcaico e Clássico, que nos referiremos daqui por diante. Nesses parâmetros, Mogens Hansen (2006, p. 40-41, tradução nossa) oferece uma definição do que foi uma pólis grega:

[...] uma pólis foi um pequeno governo institucionalizado e autônomo da sociedade, uma comunidade política de cidadãos adultos do sexo masculino (*politai* ou *astoi*) que, junto de suas famílias, viveram em uma – usualmente – cidade fortificada

* Graduando de História pela UNESP FCHS Campus Franca

(também chamada pólis ou, às vezes, *asty*) ou em seu território interior (*chora* ou *ge*), juntamente com duas categorias de habitantes, não-cidadãos livres (*xenoi* ou, frequentemente, *metokoi*) e escravos (*douloi*).

Sua origem é imprecisa e está fundamentalmente em um período em que as fontes escritas não têm muito a dizer. Durante muito tempo, explicações teóricas de seu advento regularam as reconstituições teóricas dos historiadores, de forma similar àquela oferecida pelo filósofo Aristóteles.

Aristóteles oferece no livro primeiro de *A política* uma descrição socioeconômica da origem da pólis, que é basicamente um desenvolvimento natural em que, primeiramente, uma unidade familiar (*oikia*) se junta com outras unidades do tipo para formarem um povoado (*kome*) em vistas de fins comuns para, por fim, uma porção de povoados formados por essas unidades familiares se agregarem e estabelecerem conjuntamente uma cidade (pólis) (ARISTÓTELES, 2009, p. 15-16).

Atenas, Argos e Corinto são os exemplos mais eminentes de evidência do impacto da absorção de pequenas aldeias vizinhas em uma pólis nuclear. Por exemplo, o arqueólogo inglês Snodgrass propõe em seu livro *Archaic Greece: the age of experiment* (1980) que a formação de um novo tipo de associação política mais complexa entre os gregos está vinculada ao ritmo meteórico de crescimento populacional em meados do século VIII a.C., fato que só poderia ser engendrado pela redução populacional substancial da queda do mundo micênico (século XI a.C.) e recuperação paulatina de séculos seguintes. Na Ática, por exemplo, cinco aldeias vizinhas, com apenas 200 habitantes cada, são aglutinadas em apenas uma geração no espaço de uma cidade com mais de 4000 habitantes (SNODGRASS, 2006, p. 207).

No entanto, essas evidências não devem ser levadas como padrões gerais explicativos porque o sinecismo (*synoikismos*¹) e a instalação de um número considerável de pessoas em uma nova localidade não são variáveis absolutas do surgimento da pólis. Atenas é apenas um exemplo e não deve ser tomada como parâmetro único. Reconhecer essa falha dos documentos literários é manter em perspectiva que uma explicação puramente teórica da formação da pólis disposta em um período vago do arcaísmo grego não responde a todas as especificidades de várias regiões no mapa da Grécia.

¹ Agregação em uma cidade através de habitação conjunta (consensual ou forçosamente). Aglomeração de diferentes vilas para a formação de uma única comunidade, ou pólis.

Datar, procurar as causas e meios relativizando empiricamente para cada região particular é levantar e fazer o balanço que os materiais da arqueologia oferecem de maneira relevante. O trabalho auxiliar entre os arqueólogos e historiadores é a única via para superar a dificuldade de ambas as matérias e buscar diferentes alternativas para fundamentação documental de suas respectivas análises.

THE CAMBRIDGE/BRADFORD BOEOTIAN EXPEDITION

A Beócia localiza-se na parte central da Grécia continental, entre os golfos de Eubeia e Corinto e é cercada fronteiriçamente por Mégara no sul e a Ática no sudeste. Esta região, particularmente o território de Ascra e Téspias, não apresenta taxas acentuadas de ocupação nos níveis dos períodos Geométrico e Arcaico. Na análise de indícios obtidos nos primeiros quatro anos de levantamentos intensivos da superfície em uma área limitada de 21 km² na Beócia, publicados por John Bintliff e Anthony Snodgrass em um jornal de arqueologia de campo de Boston sob o título *The Cambridge/Bradford Boeotian expedition* (1985), os autores apresentam um quadro no qual o tamanho médio dos sítios do Período Arcaico excursam uma densidade populacional pequena (1985, p. 139).

Os levantamentos realizados nessa área compreendem um alcance completo de assentamentos, desde a *asty*, o núcleo urbano, até a menor e mais isolada habitação do território. Os resultados apontam que apenas no Período Clássico podemos falar de um clímax da densidade demográfica. No Período Clássico, Ascra parece superar a casa do milhar vivendo em seu território, com um número de aproximadamente 1.300 pessoas (BINTLIFF, 1996, p. 197 apud EDWARDS, 2006, p. 18). Já o sítio de Téspias, que apresenta evidência de ocupações do Geométrico em diante, está longe de parecer um largo sítio densamente ocupado nos séculos VIII, VII e boa parte do VI a.C. Nesse período, não há qualquer razão para alegar dispersão dos habitantes da cidade para a área rural. No geral, Téspias parece um aglomerado de aldeias de pequeno porte. (SNODGRASS, 2006, p. 279).

Este quadro todo apresenta uma situação diversa das teses que abordam sobre tensões de terra como consequência do aumento populacional em finais do século VIII a.C. que afetou muitas regiões da Grécia. De acordo com teses do tipo, a colonização arcaica para a Magna Grécia e Sicília foi promovida como válvula de escape de algumas regiões diretamente afetadas pela carência do solo disponível para sustentar uma população em crescimento. Cálcis, Corinto, Mégara e cidades da Acaia

sofreram diretamente essa escassez e partiram para soluções colonizadoras da Sicília e Magna Grécia. Ao contrário, Atenas, Argos, Tessália e Beócia parecem ter contornado essa solução ultramar pelas terras ainda disponível em seu interior e estendido sua população nas áreas adentro de seu território.

Nas últimas décadas, falta de terras relacionadas à sobrecarga demográfica têm sido questionadas como motivos insuficientes para promover o movimento colonial ultramar, uma vez que o nível populacional alcançado na metade do século VIII a.C. foi muito menor daquele ocorrido no século V a.C.

Quais seriam, então, esses motivos suplementares?

Relações de terra são intermediadas por sistema político-sociais. Então, continuemos nossa análise realocando nosso foco para a complexidade da estrutura de poder que Hesíodo como fonte histórica nos permite iniciar.

ASCRA E TÉSPIAS

O poeta sofre injustiças privadas relativas ao patrimônio paterno dividido entre seus herdeiros após sua morte. Não obstante a primeira divisão, Perses, aliciando os árbitros da justiça presentes na ágora do centro urbano (Téspias) com subornos, pretende abocanhar uma parcela maior à custa das terras de seu próprio irmão, Hesíodo.

Fartado disto, fazer disputas e controvérsias
contra bens alheios poderias. Mas não haverá segunda vez
para agires. Decidamos aqui nossa disputa v. 35
com retas sentenças, que, de Zeus, são as melhores.
Já dividimos a herança e tu de muito mais te apoderando
Levaste roubando e fizeste também para seduzir reis
Comedores-de-presentes, que este litígio querem julgar.
(HESÍODO, 2006, p. 23).

Essa questão do conflito entre os irmãos apresenta um problema espinhoso a respeito do balanço da jurisdição legal exercida pelos *basileis*, uma vez que não há como derivar deste trecho um sistema institucional claro operando em Ascra e Téspias. Isto dá razão a uma miríade de diferentes leituras especulativas que pretendem discorrer sobre a relação real destes dois polos.

A este respeito, por exemplo, os historiadores franceses Michel Austin e Pierre Vidal-Naquet (1986, p. 68) propõem um modelo teórico de conflito

envolvendo pequenos e médios contra grandes proprietários, dois grupos bem distintos e definidos. O primeiro grupo é envolvido em uma dependência onde a rapacidade dos ricos em auferir novas terras e mão-de-obra por meio de seu controle exclusivo do poder aos poucos ascende uma convulsão de revolta. Esta revolta não é instantânea, pois abrangeria dois testemunhos de literatura antiga que, mesmo separados por mais de um século e situados em duas regiões bem distintas – o próprio Hesíodo e Sólon na Atenas do século VI a.C. -, configuram um mesmo conflito diretamente ligado às tensões deflagradas entre os dois grupos de proprietários. Situação esta devida principalmente pela sobrecarga de uma população crescente que muitas áreas da Grécia parecem ter sofrido no século VIII a.C., causa que foi ampliada pelos agravantes como a exploração insuficiente do solo, repartição desigual das terras e a prática da divisão de patrimônio entre os herdeiros do falecido que desfavorecia os pequenos proprietários de terra que não podiam dividir indefinidamente suas posses sem serem reduzidos à miséria (atestação encontrada na divisão conflituosa do patrimônio paterno entre os irmãos em *Os trabalhos e os dias* e o conselho de Hesíodo (2006, p. 49, versos 376-377) para o proprietário não multiplicar a prole pois, se assim o fizer, esvairá sua fortuna).

Este é um consenso comum de aliar esses dois autores antigos, Hesíodo e Sólon, para retratar uma situação político-econômica e tecer uma narrativa política unívoca dos gregos fundada em um artigo de Édouard Will, datado de 1957, chamado *Aux origines du régime foncier grec: Homère, Hesiodé et l'arrière-plan mycénien* (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p. 69, nota 17).

Os elementos chaves das considerações de Will – um sistema de herança levando ao débito e perda de terra pelos pequenos proprietários, opressão por ricos aristocratas, e a conexão do relato de Hesíodo em *Os trabalhos e os dias* com Sólon – reaparece regularmente em discussões posteriores do contexto histórico de *Os trabalhos e os dias*. (EDWARDS, 2004, p. 1, tradução nossa).

Moses Finley (1990, p. 110) também elaborou um esquema em que cada grupo social ocupa um lado de um sistema político-econômico bipolarizado. De um lado, os ricos, aristocratas residentes no núcleo urbano que cerraram fileiras após a queda dos reis micênicos e auferiram os instrumentos políticos do poder (militares e judiciais). Do outro, a massa dos plebeus vinculados a essa aristocracia por obrigações econômicas de sua produção no campo e que são destituídos do exercício desses mecanismos

de poder. Finley defende um modelo mediterrâneo de servidão por débitos característicos do mundo greco-romano e asiático. Embora a noção de *asty* e *chora* conceitualmente complementares para os antigos, tanto em termos psicológicos (não se pensa em cidade sem seu território envolto, concatenados por cultos e tradições comuns), quanto econômicos (a cidade depende da produção do campo), permeie a obra deste historiador, em sua proposição de um modelo assaz econômico, se percebe que ambos são distanciados pela exploração de uma elite rural centrada na cidade à custa dos trabalhadores do campo.

O que aparta socioeconomicamente cidade e campo e causa a *stasis*² é a própria contradição que esta organização social é posta neste período de crescimento populacional em que a massa de pobres da lavoura campal se multiplica e sua situação em medida inversa piora com o sistema vigente de posse e débito de favorecimento exclusivo dos nobres. Concomitantemente, há uma massa de guerreiros que exigiam direitos de participação política baseados em seu serviço na falange hoplita. Este sistema, então, comportaria seu germe de superação porque inerentemente porta o conflito social dos grupos divididos por sua respectiva situação econômica (FINLEY, 1990, p. 111-112). Para Austin e Vidal-Naquet, o caráter de reinvidicação social de Hesíodo assume a própria posição de "[...] testemunha do grupo dos hoplitas, sem os quais as cidades não poderão enfrentar os seus inimigos e que, um pouco por toda a parte, as irá dominar em princípios do século VIII." (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p. 69).

A falange de infantaria pesada, a formação hoplita, é a pólis transformada em ação, a emergência militar de uma nova concepção política. A conclamação de determinados cidadãos ao dever em servir o exército de suas respectivas pólis induz à consciência de sua importância e à reinvidicação de sua participação no governo da pólis.

Porém, devemos manter sérias reservas em associações do tipo para Hesíodo, em vista de três fatos, dois que concernem ao material arqueológico e um ao próprio poema.

Primeiramente, os registros arqueológicos indicam que a adoção da tática hoplítica foi muito menos um processo revolucionário e instantâneo do que uma reforma gradual de aperfeiçoamentos da armadura militar provindo de diferentes lugares e momentos realizada séculos antes que culminasse no completo equipamento de vestimenta do soldado hoplita e sua formação em falange característica, atestada propriamente apenas na metade do século VII a.C. Como já escrito: "[...] a evidência da 'panóplia hoplítica' foi um

² Indica uma série de sintomas da perturbação interna.

prolongado, processo fragmentado, que não ocasionou nenhuma mudança radical nas táticas." (SNODGRASS, 2006, p. 311, tradução nossa).

O segundo motivo é que o mundo da valoração da ética guerreira não corresponde ao universo espiritual de Hesíodo. A *areté*³ não se conquista como valor herdado ou com proezas heroicas nos campos de batalha, mas no trabalho da terra, que se configura como própria prática de piedade religiosa porque são os trabalhos que os deuses reservaram exclusivamente aos homens da raça de ferro, raça em que o poeta enquadra os homens contemporâneos.

Sobre concessões de sobrecarga demográfica na região do poeta, procuramos na seção anterior expor a insustentabilidade de afirmações do tipo, embasando-nos nos dados arqueológicos obtidos através da prospecção da superfície nessa área.

Viver em aldeias sem um centro urbano real foi tido no Período Clássico como uma forma superada de estabelecimento pertencente a uma etapa pré-pólis (HANSEN, 2006, p. 68). Para Hansen, em seu estudo da caracterização política, econômica, espacial e demográfica da pólis da Era Clássica, uma das peculiaridades da cultura de cidade-estado grega é a ausência de um sistema igualitário de pólis independentes. Independência ou autonomia não é um pré-requisito para a condição de pólis, não mais que certa propriedade de autogoverno e administração política interna. O que há, na verdade, é uma rede hierárquica de pólis sob a influência de outras pólis. Essa noção de gradação de cadeia de influência entre pólis leva o autor sem dificuldades a ampliar a sequência e incluir os pequenos assentamentos rurais que por ventura estejam no território como satélites de uma pólis. A *kome* de Hesíodo, portanto, está sob a esfera da pólis de Téspias (HANSEN, 2006, p. 131).

Carol G. Thomas e Craig Conant também pensam em uma comunidade rural integrada sob o controle político-econômico exercido pela cidade sobre o campo quando escrevem sobre Ascre e Téspias. Cientes de que o que a arqueologia levantou do século VIII a.C. para Ascre sugere "Uma comunidade a meio caminho entre a simplicidade de um assentamento da Idade Obscura como Nicória e a complexidade de uma pólis arcaica como Corinto estava se tornando." (THOMAS; CONANT, 1999, p. 148, tradução nossa), os autores pensam em uma aldeia, comum em regiões das partes centrais da Grécia, que não sofreu um desenvolvimento substancial para o sistema de pólis, mas que é incluída, assim como outras aldeias, em um sistema de regime único na órbita política de uma pólis.

³ Virtude, intrepidez, excelência.

Pelo contrário, Anthony E. Edwards defende a tese de que não há evidência textual de que a disputa entre os irmãos tenha sido julgada pelos reis de Téspias e que um sistema de resolução de litígios funcione na ágora da cidade, e não nos próprios confins da aldeia. Para ele, o problema se encontra na alegação dos estudiosos de que Ascra e Téspias estão integradas em uma relação territorial de pólis, uma vez que não há qualquer indício disso. Nessa maneira de olhar Hesíodo como um produto do processo realizado em outras áreas da Grécia, Edwards considera que viceja a própria preocupação em cobrir a interrupções materiais e literárias da cultura grega entre o colapso micênico e o surgimento da pólis.

Certamente este autor faz uma consideração muito importante no que é de fato um problema de grande soma: afirmar se existia ou não pólis no período de Hesíodo nessa região e transformar as particularidades regionais da formação da pólis em um contínuo progresso homogêneo que tem em alta conta o futuro a linearidade do pensamento político grego. Mas o problema do autor é de que, pelo fato de Hesíodo não indicar em nenhum momento do poema um dispositivo de débito que esses aldeões devem às elites cidadinas, pressupor a ausência deles e a completa separação jurisdicional dessas duas localidades. Para Edwards, é certo que há a acusação de Hesíodo contra Perses de suborno para os "reis comedores-de-presentes", mas isso lhe parece, pelo contrário, indicação da falta de tal sistema em funcionamento. Em miúdos: se todos os aldeões devem tal obrigação, porque Hesíodo clamaria tão ardentemente contra seu irmão que oferece supostas obrigatoriedades?

Se fosse mérito de palpite neste caso especulativo entre duas possibilidades – se há débito ou não da aldeia para a cidade – e de perseguir os efeitos colaterais da adoção de uma delas – se a cidade e campo estão agregados, ou Ascra e Téspias estão separados – o que nos parece mais razoável é presumir que há débito sim e que Hesíodo se refere a presentes oferecidos aos *basileis* para, dentre um de seus fins, estes homens influentes arbitram os litígios na ágora. No geral, há consenso entre os pesquisadores de que a cidade deve ser pensada no contexto de seu território. O que produz profundas discórdias é a concepção da natureza dessas relações (ALDROVANDI, 2009, p. 28).

Hesíodo claramente faz a identificação entre cidade e ágora, o local onde os *basileis* anunciam suas sentenças. Na *Teogonia*:

Ela [Belavoz] é quem acompanha os reis venerandos. 80
A quem honram as virgens do grande Zeus
e dentre reis sustentados por Zeus vêm nascer,
elas lhe vertem sobre a língua o doce orvalho

e palavras de mel fluem de sua boca. Todas
as gentes o olham decidir as sentenças 85
com reta justiça e ele firme falando na ágora
logo à grande discórdia cónscio põe fim,
pois os reis têm prudência quanto às gentes
violadas na ágora perfazem as reparações
facilmente, a persuadir com brandas palavras. 90
(HESÍODO, 2007, p. 107).

Esta arbitragem dos *basileis* é um acordo informal e não regulamentado porque é um compromisso que antecede a codificação legal que só os séculos seguintes realizarão, onde ainda não há sistematização judiciária que equilibre e julgue igualmente as partes e que opera também como um arranjo em troca de proteção contra agressores externos e para a preservação da ordem interna de pequenas comunidades. O que é marcante em Hesíodo não é sua falta de explicação desse dispositivo, isto está reconhecidamente fora do propósito de *Os trabalhos e os dias*; mas seu apontamento sobre a sentença feita de maneira torta em vista a beneficiar a parte da querela que subornou o árbitro, ferindo os propósitos da justiça.

CONCLUSÃO

Hesíodo não foi um cronista e ele não se pretendia fornecedor de um testemunho detalhista das coisas que interessariam sobremaneira os historiadores das instituições políticas das gerações futuras. Desta forma, concluir argumentos derivados de suas palavras é arriscado. No entanto, de acordo com a análise do poema como fonte histórica, combinado com a observação dos levantamentos arqueológicos, a existência da pólis entre Ascra e Téspias em torno do início do século VIII a.C. pode ser defendida com razoabilidade.

PEIXOTO, Renan Falchetti. Ascra and Téspias: A case of polis during the High Archaic period in the Greece?

ABSTRACT: Hesiod was a bard who lived in the village of Ascra around the eighth century BC and wrote two poems essential to the study of Archaic Greece: *Theogony* and *Works and Days*. This has clear goals and aim to direct his brother Perses, to powerful few who make arbitration in urban centers (*basileis*), as well to small farmers, councils and accusations prepared under the aegis of absolute and perfect justice of Zeus. Combining archaeological research conducted in the region of the poet and the analysis of his reports, we intend to discuss whether or not there polis between the village of Hesiod, Ascra, and the nearest urban center, Téspias.

REFERÊNCIAS

ALDROVANDI, Cibele Elisa V. Arqueologia do ambiente construído: uma incursão pelos fundamentos teórico-metodológicos. In: FLORENZANO, Maria Beatriz B.; HIRATA, Elaine Farias V. (Org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Ed. USP, 2009.

ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Nestor S. Chaves. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2009.

AUSTIN, Michel; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1986.

BINTLIFF, John L.; SNODGRASS, Anthony M. *The Cambridge/Bradford Boeotian expedition: the first four years*. Boston: J. Field Archaeology, vol. 12, n° 2, p. 123-161, 1985.

EDWARDS, Anthony T. *Hesiod's Ascra*. London: University of California Press, 2004.

FINLEY, Moses I. *Grécia primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

HANSEN, Mogens H. *Polis: an introduction to the ancient Greek city-state*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2006.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*: (primeira parte). Introdução, tradução e comentários de Mary C. N. Lafer. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1996.

_____. *Teogonia: a origem dos deuses*. Estudo e tradução de Jaa Torrano. 7. ed. São Paulo: Iluminuras, 2007.

SNODGRASS, Anthony M. *Archaic Greece: the age of experiment*. Berkeley: University of California Press, 1980.

_____. *Archaeology and the emergence of Greece*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

THOMAS, Carol G.; CONANT, Craig. *Citadel to city-state: the transformation of Greece, 1200-700 B.C.E.* Bloomington: Indiana University Press, 1999.

CULTURA E MERCADORIA: DA INDÚSTRIA CULTURAL À INDÚSTRIA CULTURAL GLOBAL

Amanda Cristina STEFAN*

RESUMO: O presente artigo tem por intuito fazer uma análise sobre o conceito "Indústria Cultural" desenvolvido pelos críticos teóricos Adorno e Horkheimer no livro "Dialética do Esclarecimento", publicado em 1947, buscando compreender como se deu o processo de mercantilização da cultura, além de discorrer sobre como se efetivou esta mercantilização nos dias atuais, associada ao fenômeno da globalização.

UNITERMOS: Indústria cultural. Cultura de massas. Escola de Frankfurt. Sociedade de consumo. Indústria cultural global.

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita sobre o conceito de "Indústria Cultural", proposta por Adorno e Horkheimer e a posterior transformação das relações culturais em uma sociedade global, cabe-nos destacar alguns pontos que se entrecruzam quando discutimos esta temática, dentre elas, a importância do pensamento da Escola de Frankfurt e o desenvolvimento da chamada "Teoria Crítica".

A denominada "Escola de Frankfurt", fundada em 1923, tinha por intuito discutir questões relacionadas à sociedade contemporânea, com embasamento filosófico e sociológico de orientação marxista. Associada ao Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt na Alemanha, agregava nomes como Marcuse, Horkheimer, Adorno e Walter Benjamin, pensadores que buscavam fazer uma análise crítica do período em que se inseriam desenvolvendo uma teoria denominada "crítica da razão contemporânea".

A crítica da razão contemporânea foi formulada devido à necessidade de se pensar criticamente os tempos técnicos no qual os autores estavam inseridos, em outras palavras, esta teoria nasceu do que os pensadores diagnosticaram como "crise da razão". Inseridos neste meio e na busca de explicação para as indagações vividas neste período é que nasce a obra

* Aluna do 4º ano de graduação em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP – Campus de Franca/SP, sob orientação do professor Dr. José Adriano Fenerick

"Dialética do Esclarecimento" de Adorno e Horkheimer, de 1947. Para os pensadores, esta crise da razão é resultado da excessiva racionalização pela qual passou o ser humano em toda sua trajetória. Para fazer esta análise, os autores traçaram o caminho da racionalização, buscando sua gênese antes mesmo do Iluminismo do século XVIII – como fizera Kant – mas em tempos ainda mais remotos: na Antiguidade Tardia.

O diagnóstico da situação vivenciada é a famosa tese de que a razão ocidental nos possibilitou a saída do estado de barbárie, mas que, no entanto, o homem continua a praticar a barbárie na medida em que exerce dominação na natureza de maneira repressiva. Ocorre uma separação entre o sujeito e a natureza, uma vez que o homem acredita estar na posição de dominador desta, constituindo, então, uma "nova" barbárie na sociedade moderna. Em outras palavras, a razão iluminista, apontada com instrumento de emancipação da vida do ser humano, por sua capacidade de progresso e produção tecnológica, resultou no inverso de seu esperado: Ao invés de sua emancipação, a humanidade de afundou em uma nova espécie de barbárie.

A modernidade, dessa forma, se fazia como um projeto que prometia libertar a humanidade de seu ranço tradicionalista, libertá-la dos mitos e de tudo aquilo que não é considerado racional – um projeto que deveria permitir ao homem sua plena realização enquanto indivíduo. No entanto, este projeto de "libertação" acabou por gerar novas sujeições e novas formas de dependência que resultaram em sintomas regressivos da cultura e uma preocupante coisificação da sociedade, como bem salienta o autor F. Rudiger, em seu livro: "Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade".

A racionalização instrumental das condições de existência (reificação) é um processo cuja origem remonta aos primórdios da vida social e do emprego de meios técnicos na luta pela sobrevivência. Durante milênios, desenvolveu-se à sombra das narrativas míticas e dos controles comunitários. As circunstâncias históricas que presidiram ao aparecimento do capitalismo também procederam à sua progressiva liberação; encetaram um processo através do qual a racionalidade instrumental, transformada em paradigma, passou a dominar todas as esferas da sociedade. A formidável crise cultural em que nos achamos provém do fato de que, através desse percurso, os valores, anteriormente articulados pelas narrativas míticas, passaram a ser operados de maneira instrumental.¹

O resultado desta tecnicização não poderia ocorrer de maneira diferente em âmbito cultural. A Indústria Cultural será então resultado deste processo

¹ RUDIGER, F. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Editora Edipucrs, 1999. p.15

de acentuado "elogio" da técnica na sociedade, característica marcante do decorrer do século XIX para o XX.

Adorno e Horkheimer:

[...] foram os primeiros a ver a importância daquilo que chamaram "indústria cultural" na reprodução das sociedades contemporâneas, uma vez que as chamadas cultura e comunicações de massa ocupam posição central entre as atividades de lazer, são importantes agentes de socialização, mediadoras da realidade política e devem, por isso, ser vistas como importantes instituições das sociedades contemporâneas, com vários efeitos econômicos, políticos, culturais e sociais.²

É importante levar em consideração o contexto na qual esta teoria crítica no âmbito da produção cultural foi formulada. Um contexto especificamente turbulento e de intensas mudanças:

A II Guerra estava em curso; não havia mais o Estado Liberal. Na Europa, a barbárie nazista ainda não terminara, e o socialismo consumira-se no sistema totalitário. Resumidamente, assistia-se ao que os autores chamaram de colapso da era moderna. O problema para eles consistia não só em saber os motivos históricos, mas em situar esse momento, de sentido universal, no plano do processo civilizatório.³

Segundo Francisco Rudiger, o capitalismo neste período passava pelo processo de transição da livre iniciativa para a competição corporativa, deixando seu direcionamento liberal e tornando-se um Estado intervencionista. Soma-se a este fato, a ascensão da burguesia que abalou toda a estrutura de classe decorrente de mudanças econômicas e políticas, desencadeando em todo um processo de massificação da sociedade. Com isso, surge uma "cultura popular industrial" que passa a agir diretamente a formação da subjetividade da maior parte da população.

Com esta mutação do capitalismo, ocorre neste instante, uma fusão entre economia e cultura – setores anteriormente autônomos – que servirão de apoio mútuo e caminharão em um mesmo movimento. "Em virtude disso, a crítica da economia política precisa ser suplementada por uma crítica da indústria cultural. Somente assim poderemos entender a sociedade contemporânea." (RUDIGER, 1999, 16).

² KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Edusc: 2001. pg. 44

³ RUDIGER, F. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Editora Edipucrs, 1999. p. 14

Assim nasce o conceito de "Indústria Cultural", termo que, para os autores, é utilizado para designar toda indústria que possui interesse de produção de bens culturais em larga escala. Sintetiza uma crítica à cultura produzida em massa – característica da sociedade contemporânea.

Os teóricos críticos analisavam todas as produções culturais de massa no contexto da produção industrial, em que os produtos da indústria cultural apresentavam as mesmas características dos outros produtos fabricados em massa: transformação em mercadoria, padronização e massificação.⁴

Resultado da expansão das relações mercantis na vida social, a indústria da cultura também se expande, chegando a um ponto onde, praticamente, todo o mundo é obrigado a passar pelo filtro da indústria cultural.

Esta propagação cultural em massa leva a um processo de fetichismo dos bens culturais. A arte como matéria a ser consumida causa a sensação de que sua aquisição, sua posse, implica, conseqüentemente, na aquisição de sua essência - seu espírito ou a aura da obra de arte, como bem cita Walter Benjamin: "Os indivíduos com acesso à coisa, em alguma medida, sempre consumiram valores estéticos sem que os mesmos fossem realmente compreendidos" (BENJAMIM, 1985, 169)

Ocorre que, neste processo, este fenômeno é extremado, chegando ao ponto de ter-se diluído a interação entre a pessoa e a obra, ocasionando numa falsa sensação de aquisição de cultura e conhecimento. Neste sentido, a maior preocupação desta indústria é ampliar a difusão e produção dos bens culturais pelas novas tecnologias.

As tecnologias de reprodução das obras de arte, exploradas pelos interesses econômicos, tornaram corrente a suposição de que os estímulos estéticos se destinam à diversão mercantil e os valores espirituais podem ser comprados, levando ao eclipse a própria idéia de cultura. A contrapartida da expropriação das condições para cultivarem suas vidas, a que o sistema submeteu a maior parte dos indivíduos, é, a princípio, a extensão dessa ilusão, cada vez mais fugaz, para o conjunto da população.⁵

Dessa forma:

⁴ KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Edusc: 2001. p. 44

⁵ RUDIGER, F. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Editora Edipucrs, 1999. p. 26.

A produção estética integra-se à produção mercantil em geral, permitindo o surgimento da idéia de que é possível fazer-se por meio da compra de bens de consumo. Os conglomerados privados passam a conferir um poder cada vez maior às tecnologias de reprodução e difusão de bens culturais, encaixando-os na estratégia de utilizar plenamente a capacidade de produção de acordo com o princípio "do consumo estético massificado"⁶

No período em que os autores desenvolvem esta teoria, as duas ferramentas mais recorrentes da Indústria Cultural eram o rádio e o cinema. Na obra, os autores discorrem sobre o fato de tanto o cinema quanto o rádio transformarem-se em indústrias, e, como toda indústria, objetivarem unicamente a aquisição de capital, ao invés de terem por preocupação a difusão da cultura.

O cinema e o rádio não têm mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade de que nada são além de negócios lhes serve de ideologia. Esta deverá legitimar o lixo que produzem de propósito. O cinema e o rádio se autodefinem como indústria, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores-gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos⁷

Neste trecho, notamos o esvaziamento da preocupação com a produção cultural, deslocando o seu único objetivo para a venda. "Os programas de rádio servem para vender cerveja e, os filmes, no mínimo, para vender fitas de vídeo e sessões de cinema" (RUDIGER, 1999, 20).

Inserido neste contexto, ao consumidor cabe apenas o papel de mero receptor desta cultura pronta, não havendo espaço para que desenvolva sua criatividade, tornando-se uma relação fria de venda e consumo. Parte deste complexo mercadológico, sua subjetividade passa a ser moldada. "As mercadorias se transformam, como imagens, no próprio conteúdo da mídia, passando a constituir um só processo com ela, nos diversos contextos da vida em sociedade." (RUDIGER, 1999, 17)

Desse modo, o consumidor fica reduzido a números estatísticos. A classificação de produtos como sendo dirigidos para as classes A, B ou C, significa apenas uma estratificação simplista que visa hierarquizar a

⁶ RUDIGER, F. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Editora Edipucrs, 1999. p. 17.

⁷ ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 8

"qualidade" de determinados produtos, direcionando o comportamento do consumidor segundo seu nível. O consumidor passa a ser um simples receptor desta mercadoria, sem participação ativa, privando-o de sua condição de sujeito. Um exemplo desta recepção passiva, para os autores, é o rádio, que "torna todos os ouvintes iguais ao sujeitá-los, autoritariamente, aos idênticos programas de várias estações." (ADORNO, 2002, 9). Nesse caso, a massa receptora é vista homoganeamente, perdendo sua subjetividade:

A verdadeira novidade se origina no fato de os consumidores encontrarem-se mais e mais na situação de bastarem apenas com a compra do bem cultural. A pretendida assimilação de seu conteúdo se esvaneceu. A crescente reificação leva a um embotamento dos sentidos. (...) Desde algum tempo, desencadeou-se um processo por meio do qual o conteúdo objetivo dos bens culturais está se tomando mais e mais indiferente à subjetividade.⁸

Assim sendo, o consumidor deixa de ser sujeito ativo e assume o papel de sujeito passivo, mero receptor de uma cultura que lhe é oferecida.

Os frankfurtianos, certo ou não, desejam dizer com isso que a satisfação das necessidades passa a coincidir com o exercício – direto ou indireto – do poder de compra, numa época em que a cultura vem se reduzindo à agência de centralização da vida na atividade de consumo. Trocando em outras palavras, as atividades de compra convertem-se, em si mesmas, na maneira pela qual os sujeitos crêem que podem se apropriar das faculdades humanas que o sistema os impede de desenvolver ou, então, mutila mais ou menos dolorosamente.⁹

Mas se em meados da década de 40, período em que os autores escrevem o livro "Dialética do Esclarecimento", a cultura foi reduzida a mercadoria da atividade de consumo, como fica a questão cultural atualmente? Quais as transformações ocorridas nesta indústria levando em consideração o contexto globalizado no qual estamos inseridos?

Com o advento da globalização e seu apogeu na década de 1990, há a necessidade de se repensar a teoria da Indústria Cultural, englobando as modificações culturais ocorridas com esta maior interconexão mundial. "[...]

⁸ RUDIGER, F. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Editora Edipucrs, 1999. p. 26.

⁹ RUDIGER, F. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Editora Edipucrs, 1999. p. 29.

dentre outras coisas, a globalização forçosamente reintroduziu num âmbito mais amplo o debate sobre a indústria cultural" (DUARTE, 2003, 147). Nesta rediscussão, o termo "Indústria Cultural Global", desenvolvido pelo sociólogo inglês Scott Lash vem muito a calhar.

A análise que Scott Lash faz da Indústria Cultural Global é bem interessante, dando enfoque para as modificações em âmbito tecnológico e da produção cultural centralizada por grandes corporações. Para o autor:

[...] esse modelo recente de Indústria cultural se difere dos anteriores, na medida em que é menos dependente de conteúdo e mais de tecnologia (que, na verdade, se funde com o conteúdo), embora prossiga – e mesmo aprofunde – no traço básico do modelo anterior, que é a formação de monopólio. Aliás, é mesmo a existência de oligopólios que leva ao compulsório consumo de determinada tecnologia e tem multiplicado o faturamento de corporações, criando verdadeiros impérios.¹⁰

Para o filósofo brasileiro Rodrigo Duarte, os meios de comunicação, a partir, principalmente dos anos 1990, vêm sofrendo algumas modificações, resultantes do processo de globalização, como o maciço investimento de corporações, resultando em um excessivo controle das mercadorias culturais. Com isso, cria-se um oligopólio que domina e, mais que isso, determina a disposição de mercadorias culturais. Com o grande investimento feito por estes oligopólios, a indústria cultural passou a sofrer algumas alterações, afinal, o retorno do investimento – agora em escala global – deveria se dar na mesma proporção.

Para Rodrigo Duarte, uma diferença a ser levada em consideração é a questão de que, hoje, a indústria do entretenimento se tornou uma das vanguardas do capitalismo, não sendo tão mais dependente de setores específicos como o petrolífero, química, por exemplo, como defenderam Adorno e Horkheimer, passando a ser objeto de interesse de outros conglomerados industriais, como a eletrônica. Nesse sentido, há uma maior preocupação com o desenvolvimento de tecnologias de divulgação da cultura, que com a própria cultura em si. Dentro desta interatividade, o consumidor leva no pacote, além do conteúdo, a tecnologia. Entram como aparato nesta lógica de produção mercadológica, uma infinidade de mercadorias, como CDs, filmes, DVDs, etc.

O autor também ressalta o fato de que os produtos culturais denominados "étnicos", antes relegados ao esquecimento, possuem, agora,

¹⁰ DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Editora UFMG: 2003, pg. 172.

uma maior visibilidade dentro da Indústria Cultural Global, o que o autor explica como possivelmente "pode estar ligado [...] à carência de conteúdos por parte das centenas de canais oferecidos pela televisão a cabo, adensados agora por transmissões diretas via Internet" (DUARTE, 2003, 179). Nem mesmo a cultura produzida em âmbito regional fica relegada ao esquecimento, uma vez que se constitui como um campo de exploração diversificado, e seu caráter "exótico" é um facilitador de vendas justamente por sua "aura" diferenciada.

Apesar da necessária venda de produtos regionais, a programação "internacional" ainda predomina. O autor nos exemplifica com o caso da MTV:

A MTV pode ser vista como o exemplo acabado da Indústria Cultural global, pois a despeito de certa – até mesmo mercadologicamente necessária – regionalização, ela exhibe um núcleo de programação "internacional" (entenda-se norte-americana, ou, pelo menos, de língua inglesa) para um público constituído de duzentos milhões de lares em dezenas de países.

11

Para Rodrigo Duarte, por mais controvérsias que haja sobre os prós e contras da globalização, ele crê no caráter avassalador e padronizado da oferta atual na "cultura de massa", pois como em uma "aldeia global" o mesmo tipo de mercadoria, filmes e programas, são vistos em todo o mundo, além da intensiva concorrência por mercados.

Com este mesmo posicionamento, o historiador José Adriano Fenerick, apesar de focar unicamente na indústria fonográfica, em seu artigo sobre "globalização e indústria fonográfica", defende que esta Indústria cultural global busca esta padronização:

A indústria fonográfica globalizada [...] antes de se constituir em um verdadeiro mostruário dos "sons do mundo", vem atuando mais no sentido de transformar a multiplicidade de formas musicais do mundo todo em um único som, um único mantra: *music is Money! Just it!*¹²

Fato que notamos é que, quaisquer elementos culturais podem ser transformados em "Money", quando se tem um conglomerado de indústrias objetivando unicamente o lucro. Neste sentido, a cultura transforma-se em

¹¹ DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Editora UFMG: 2003, pg. 163

¹² FENERICK, José Adriano: *A Globalização e a Indústria fonográfica na década de 1990*. 2007.p.

mais uma mercadoria, como outra qualquer, a ser exposta em uma prateleira de supermercado. É neste sentido que percebemos a ainda atual possibilidade de aplicação da teoria dos frankfurtianos, salvo todas as transformações necessárias ao se pensar a cultura atualmente. Fato é que esta teoria se faz viva e aplicável ainda hoje evidenciando a grandeza de pensamento destes autores.

STEFAN, Amanda Cristina. *Merchandise and Culture: From the cultural industry to the global cultural industry*.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to analyze the concept of "Culture Industry" coined, in 1947, by critical theorists Adorno and Horkheimer in the book "Dialectic of Enlightenment", trying to understand how started the process of commodification of culture, and discussing how this commodification is coupled with the phenomenon of globalization today.

KEYWORDS: The culture industry. Mass culture. Frankfurt School. Consumerist society. Global culture industry.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política – Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.

FENERICK, José Adriano: *A Globalização e a Indústria fonográfica na década de 1990*. 2007.

KELLNER, Douglas, *A Cultura da Mídia e o triunfo do Espetáculo*. 2004.

RUDIGER, Francisco. *Comunicação e Teoria Crítica Da sociedade*. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, 1999.

DA ILUSÃO HIPPIE À REALIDADE YUPPIE PELAS LENTES DO CINEMA

Vinicius FATTORI*

RESUMO: A cultura hippie, um dos símbolos máximos dos movimentos contra-culturais dos anos de 1960/70 cedia espaço, após a retirada das tropas estadunidenses da Guerra do Vietnã, a uma geração profundamente marcada pelo conservadorismo e ideal do *self-made man*. O cinema hollywoodiano trabalhou esta geração, conhecida como yuppie, partindo para a denúncia do vazio existencial e futilidade desses representantes do consumismo e do capitalismo agressivo. Como objetos de análises deste artigo, serão utilizados os filmes *Psicopata americano* e *Clube da luta*, obras que provocaram reações diversas em seus lançamentos, e alçaram os respectivos autores à categoria cult.

PALAVRAS-CHAVE: hippie; yuppie; cinema; clube da luta; psicopata americano.

I

Enquanto observam uma lápide branca, que quase se perde em meio à infinidade de outras lajes sepulcrais inquietantemente homogêneas, os hippies entoam uma melancólica canção de lamento ao trágico incidente que resultou na morte de um dos integrantes do grupo, enviado por engano ao Vietnã durante a guerra. A cena narrada corresponde aos instantes finais do musical *Hair* (inicialmente uma peça *off-Broadway*), levado ao Cinema pelas mãos do diretor tcheco, mas com nacionalidade estadunidense, Milos Forman, em 1979. A música em questão, *Let the sunshine in*, é um apelo dramático para que se deixem entrar algumas luzes de esperança capazes de afastar o negrume emocional que abatia uma nação já condenada dos efeitos devastadores de um conflito bélico sem previsão para se encerrar.

Prosseguindo com a observação do filme, e associando-o ao movimento interno pelo qual passaram as culturas hippies nos Estados Unidos, estamos muito distantes dos minutos iniciais da produção. A canção de abertura, que celebrava o advento da Era de Aquário, não passava de uma sombra utopista jamais concretizada; o endurecimento das guerras, a tensão constante do período da bipolarização, e os quadros de instabilidades políticas que marcavam a América Latina e a África eram realidades que pareciam postergar ao infinito o momento em que, segundo a letra da música, a paz guiaria o planeta, e as ações humanas se pautariam na

* Graduando de História pela UNESP FCHS Campus Franca

harmonia, compreensão, revelações místicas e verdadeira libertação da mente ("*Harmony and understanding / Sympathy and trust abounding / No more falsehoods or derisions / Golding living dreams of visions / Mystic crystal revelation / And the mind's true liberation*")¹. A construção de uma nova sociedade, a partir de perspectivas que desconsiderassem a competitividade capitalista e o frio racionalismo, via-se minada pela realidade dos fatos. Esta vertente esotérica do movimento hippie, contudo, carecia da militância necessária para conduzir seus projetos:

O estilo de vida destes *hippies* apresenta uma característica particular: embora inventassem espaços à margem dos mecanismos dominantes do mercado, estas frágeis e aparentes "comunidades" *hippies* nunca adotaram um modo de vida coletivista. Pelo contrário, esta "subcultura hippy pode ser vista ajustada a um imbrincado sistema de valores que realça os tempos livres, o consumo, a autonomia e o individualismo" (Brake, 1985: 94). A sua "consciência anárquica" (Brake, 1985: 52) e a sua miopia política foram suplantados por outros movimentos juvenis mais "militantes", mais empenhados em transformar o tipo de relações dominantes (RESENDE; VIEIRA, 1992, p. 133).

Após a retirada das tropas estadunidenses do Vietnã, uma vitória da opinião pública contrária à guerra, os movimentos *hippies* cediam espaço ante a política de aprofundamento liberal empreendida por Ronald Reagan nos anos 80. O fracasso do socialismo real ajudou a sepultar toda ideologia que pudesse insinuar causas sociais, coletivismo ou pacifismo/não-belicismo, e o capitalismo em nova fase agressiva pôde se instalar mais comodamente. O antigo ideal mítico estadunidense do *self-made man*, do indivíduo que se auto-constrói dispensando o auxílio de terceiros ou de políticas assistenciais

1 O pensamento astrológico a respeito da aproximação da Era de Aquário, superando-se, destarte, a Era de Peixes, em que todos os avanços científicos e humanitários ainda não haviam sido adequadamente empregados na libertação do indivíduo, e na coexistência pacífica entre as nações, divide os esotéricos. Algumas projeções apontam o século XXV, outras para o XXVI, etc. Há unanimidade, no entanto, sobre a possibilidade de serem percebidos os efeitos desta aproximação. Tal pensamento obteve ampla repercussão nas utopias *hippies*, que declaravam como certo o caminhar do progresso e da felicidade baseando-se nas movimentações planetárias: "*When the moon is in the Seventh House / And Jupiter aligns with Mars / Then peace will guide the planets / And love will steer the stars / This is the dawning of the age of Aquarius*". Maiores informações em: <<http://www.rosicrucian.com/zineen/magen119.htm>>. Acesso em: 31 out. 2012. Para a letra da canção, consultar: <<http://letras.mus.br/hair/73742/traducao.html>>. Acesso em 31 out. 2012.

do Estado, desta vez foi retomado com roupagens juvenis, grupo social anteriormente ligado à ruptura ideológica e ao inconformismo (dos jovens transgressores da era do Rock and roll aos *hippies* radicais), mas que então se voltava aos ideais tradicionalistas e conservadores da busca pelo sucesso pessoal e profissional.

As vestimentas já são um indicativo da mudança que se verificava: saem de cena os trajes multicoloridos e sobrepostos, referências ao psicodelismo, abuso de drogas, e ao desapego material e dos ditames da moda, para se deixar entrar as roupas de grifes famosas e o estilo sóbrio-profissional dos ternos e *tailleurs*, símbolos máximos do poder executivo de uma geração instruída em um sistema de valores que defende, acima de tudo, a competição, a livre iniciativa individual, e a meritocracia (RESENDE; VIEIRA, 1992, p. 144). Sua imagem externa, portanto, deveria corresponder exatamente à auto-imagem que se tinham, produto de um elevado grau narcisístico de importância.

Os *yuppies*, cuja nomenclatura deriva da sigla YUP – ou Young Urban Professionals – desde cedo buscavam o sucesso profissional em cargos superiores dos ramos empresariais, financeiros, administrativos, ou de negócios, como a Bolsa de Valores:

Os *yuppies* [...] cuja característica distintiva é fundamentalmente a precocidade com que protagonizam um fulgurante processo de mobilização social ascendente numa "profissão liberal ou muito especializada" (Pearl, 1985: 493). As coordenadas de seu sucesso, ou seja, de sua meteórica ascensão profissional parecem basear-se numa trajetória escolar irrepreensível numa universidade altamente selectiva, em cursos directa ou indirectamente associados à economia e ao mundo financeiro, à qual se encontra associada a incorporação de uma ética do trabalho e da eficiência (*Expresso*, 1987) (RESENDE; VIEIRA, 1992, p. 138).

A excepcionalidade desta condição e o estilo de vida regulado por altos padrões de consumo (tecnologias, carros, grifes, férias, lazeres), drogas caras (como a cocaína nos anos 80), preocupações estéticas, e procura por espaços privativos e exclusivos, foram a marca estilística do modo de vida *yuppie*, e, de certa forma, o sentido encontrado para suas vidas. O consumo não deve ser encarado em aspectos puramente utilitários, mas como algo simbólico e capaz de gerar poderosas e eficazes representações coletivas. Para os *yuppies*, tornou-se operação de prazer, recompensa pelos esforços praticados, ou mesmo terapia que reduza o stress cotidiano:

[...] o consumo como expressão de *status* e como fenômeno capaz de construir uma estrutura de diferenças. Séries de produtos e serviços se articulam, pelo consumo, a séries de pessoas, grupos sociais, estilos de vida, gostos, perspectivas e desejos que nos envolvem a todos num permanente sistema de comunicação de poder e prestígio na vida social (ROCHA; BARROS, 2006, p. 38).

A cultura hippie, ainda que persista em certas localidades muito específicas e de ligeira concentração, perdeu sua força com o transcorrer dos anos, quando as utopias que a sustentavam se viram irremediavelmente atacadas e comprometidas. Os yuppies, por outro lado, expandindo sua influência mesmo em anos de intensas crises financeiras e de confiança nos mercados internacionais, não parecem ter ficado circunscritos aos anos 80. Seu modo de vida ainda marca decisivamente as culturas ocidentais, fazendo com que seus mais antigos adeptos percebessem o vazio existencial que se criou em suas vidas e partissem deste estado de reflexão como uma ameaça (real, imaginária, ou potencial) não apenas à sociedade em geral, mas também a si mesmos:

Duas décadas depois [dos anos 80] ainda se fazem valer o culto à aparência, a obsessão por bens materiais, a supervalorização do *status* social. "As décadas só existem na nossa imaginação temporal. As transformações ocorridas no final da década de 80 entraram de rompante na década de 90 e estão-nos agora em casa" (Santos, 1995) – talvez esses valores contemporâneos tenham sido disfarçados pelos discursos cada vez mais politicamente corretos, mas, ainda que velados, eles não perderam sua força (MARTINS, 2008, p. 41).

II

O cinema hollywoodiano soube absorver a polêmica produção literária que se realizou nos Estados Unidos durante a década de 90. *Psicopata americano*, de Bret Easton Ellis, foi publicado em 1991, enquanto *Clube da luta*, de Chuck Palahniuk, foi lançado em 1996. O primeiro suscitou manifestações feministas e quase deixou de ser editado, sendo que o segundo, de acordo com o próprio autor, foi odiado por críticos e leitores, vindo a adquirir *status cult* principalmente após o lançamento, no mercado de *home video*, do filme comandado por David Fincher em 1999².

²Como explica o sucesso de *Clube da Luta*? E por que as pessoas falam tanto nele até hoje? - Que sucesso? Tanto o livro e quanto o filme foram fracassos gigantescos na época. Levou anos até que encontrassem um público. Os críticos odiaram e os leitores

Em *Psicopata americano*, película dirigida por Mary Harron no ano 2000, Christian Bale encarna Patrick Bateman, um quase tipo-ideal weberiano do jovem profissional urbano que marcou os anos de 1980. Bateman, que também é o narrador da história, é um executivo brilhante, que sempre almoça nos melhores restaurantes, pede os pratos mais sofisticados, trata com preciosismo sua aparência (além de exercícios físicos e dieta balanceada, ele passa um sem-número de cremes, óleos, hidratantes e máscaras faciais logo ao acordar) e, sempre que pode, encontra meios para agredir ou assassinar mendigos, prostitutas, ou colegas mais bem sucedidos; e faz isso com uma inventividade sem igual: a golpes de machado (enquanto utiliza uma capa de chuva), mordidas, com uma serra elétrica jogada do alto da escada, com uma pistola de ar comprimido para pregos. Bateman também tenta inserir gatos abandonados em caixas eletrônicas e explode carros da polícia munido com uma pistola. Os absurdos que cercam seus crimes se acumulam de tal maneira que a seriedade inicialmente requerida pelo filme se perde em meio ao excesso de humor negro.

Quando, ao final da produção, Bateman procura apagar as evidências de suas ações retornando ao apartamento onde escondia os cadáveres de suas vítimas, ele encontra o local vazio, não mobiliado e posto à venda. É quando nos damos conta de que a narração dos eventos apresentados ao público era, em grande medida, fruto da imaginação febril do protagonista. O máximo de materialidade permitida aos crimes de Bateman foram desenhos sinistros de mortes e mutilações em sua agenda de trabalho. O fato de os altos executivos da empresa sequer terem conhecimento do nome real de Patrick atesta que ele está longe da imagem de importância que formou (e transmitiu ao público) de si mesmo³. Percebemos, então, que Bateman é tão inseguro e ridículo quanto os crimes com os quais ele devaneava. O psicopata americano do título deixa de ser um indivíduo para se tornar a representação de um modo de vida (conquistado por poucos, desejado por muitos) que se revela cada vez mais vazio de significados, que não é capaz de satisfazer ou tornar suportável a realidade, sem que se tenha de abandoná-la em fantasias extravagantes:

tipicos ficaram ofendidos. Talvez tenha sido essa 'maldição' que manteve as pessoas falando sobre eles". Entrevista concedida à revista *Veja*, disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/brad-pitt/>>. Acesso em 31 out. 2012.

³ Em outra interpretação, pode-se entender a constante confusão de nomes envolvendo Bateman como uma crítica humorada ao fato de estes yuppies possuírem modos de vida tão homogêneos que exigir uma identidade pessoal começaria a soar como um disparate.

"Talvez o capitalismo seja o verdadeiro psicopata americano" (Aronovich, 2001). Ou talvez o seja a contemporaneidade como um todo – pois capitalismo (como modo de produção e processo civilizatório) e contemporaneidade (como temporalidade histórica e social) encontram-se intimamente entrelaçados. A questão principal parece não ser apenas apontar um culpado, mas se perceber nos dois lados dessa moeda – produtor e produto de uma sociedade paradoxal, fragmentada, globalizada, excludente, integrada, consumista, ecológica, fútil, íntegra, hipócrita, em busca da verdade. Se estão todos dentro desse universo social e se de certa forma compactuam com ele, então talvez todos sejam – cada um à sua maneira – um pouco psicopatas... (MARTINS, 2008, p. 41).

Patrick Bateman, apesar de conviver em ambientes conservadores e traduzir ideologias alinhadas ao que o modo de produção tem de mais frio e desumano, jamais chega a colocar em prática a fúria interna resultante da consciência de seu vazio existencial. Ele é, portanto, uma ameaça imaginária ao convívio social – destituído, inclusive, de potência para se tornar um nihilista destrutivo.

O protagonista de *Cube da luta*, filme dirigido por David Fincher em 1999, contudo, irá superar este limite da não-ação, o que o torna ainda mais explosivo, uma ameaça real. Apesar do formato em *flashback*, novamente trata-se de uma história narrada em primeira pessoa, desta vez, com Edward Norton assumindo o papel principal. Logo nas cenas iniciais somos apresentados a um jovem executivo sofredor de insônia que preenche sua vida através do consumo de bens supérfluos: os objetos não mais servem unicamente às suas funções, mas precisam traduzir a personalidade de seu proprietário. É com a chegada de Tyler Durden, personagem de Brad Pitt, que o yuppie abandona suas tentativas de se auto-aperfeiçoar e percebe como estava se tornando escravo "de uma obsessão por um estilo de vida". Juntos, os dois amigos fundarão um clube de lutas clandestino para extravasar a raiva interna de jamais conseguirem alcançar a realização prometida pelos cinemas, comerciais e tabloides sociais. As pessoas que se reúnem no clube, em número sempre crescente, percebem que o consumismo não preenche suas vidas cada vez mais desperdiçadas, e preferem sentir – pela carne pulsante depois de um soco, ou pelo gosto de sangue que escorre através da garganta – a manifestação da vida e da virilidade que lhes foram negadas com a zona de conforto representada pelo estilo yuppie.

Com tal ideologia, o clube se expande por todo o país, e logo se torna uma grande organização anarco-terrorista com a missão de espalhar o caos

e destruir símbolos do consumo e da modernidade; seus membros estão por todos os lugares, e as autoridades se vêem ou comprometidas com a causa, ou atadas pela ameaça. O narrador não concorda com os rumos tomados e tenta impedir, quando percebe que, para isso, precisaria lidar consigo mesmo: Tyler sempre fora o narrador, ou melhor, a projeção de homem que este narrador sempre quisera ser, uma imagem diametral a que, por toda sua juventude, viveu e lutou para preservar. Quando, ao final da projeção, ele atira em sua própria boca, com a bala atravessando parte do maxilar, a personagem de Edward Norton (que não tem nome) demonstra que já pode prescindir da companhia de Tyler; este "morre", mas o grande projeto dos inconformados membros do clube da luta se concretiza, e os prédios-sedes das grandes companhias de cartões de crédito explodem. Impassível ao lado de Marla Singer, mulher que precipitou o declínio psicológico do protagonista, o casal apenas observa tudo, como peixes num aquário.

O filme de Fincher apenas superficialmente afirma que a solução ao vazio existencial do homem moderno é a violência gratuita e o terrorismo caótico. O clube da luta precisa ser encarado como algo metafórico, algo capaz de fazer com que as pessoas voltem a se sentir vivas e superem o estado de letargia oferecido pelo comodismo yuppie. Não há respostas fáceis para como isso deva se dar, a procura é interna, e deve partir da reflexão e crítica da realidade vivida; tal qual *Laranja mecânica*, dirigido por Stanley Kubrick em 1971, *Clube da luta* nunca pretendeu ser a solução, mas o pontapé necessário para se realizar uma mudança de perspectiva através da análise da sociedade:

[...] o clássico de Kubrick antecipou a tendência dos filmes hiperviolentos que remetem a uma possível análise da sociedade contemporânea, por meio da presença de uma violência instintiva e sem uma clara configuração social ou psicológica, por meio da tribalização da sociedade em grupos e por uma violência inesperada e trágica. O tom futurista de Kubrick é deslocado em Fincher a partir do momento que *aquele futuro possível de Laranja mecânica* torna-se presente em *Clube da luta*, onde terrorismo e confrontação física tornam-se presentes enquanto estratégias de atuação dos personagens (RIBEIRO, 2002, p. 228).

Algumas décadas após o padrão de vida yuppie ter se consolidado, não apenas na cultura estadunidense, mas nas sociedades ocidentais em geral, superando definitivamente a utopia hippie dos anos 1960/70, o brilho falso que tal estilo emanava foi virulentamente denunciado pela produção literária e cinematográfica do país que lhe deu a melhor forma e origem. Os

autores e diretores responsáveis por esta empreitada, ainda que atacados e incompreendidos em um primeiro momento, adquiriram o status de cults e importantes observadores da sociedade moderna, capazes de, pela arte, chocar e levar seu público a reflexões contundentes sobre como pensar e agir. A aproximação dos anos 80 pode ter destruído o sonho de uma geração inteira, mas também proporcionou ao homem – através da realidade dos fatos – conhecer a si mesmo e continuar imaginando novas formas de ser, ver-se e, também, superar-se.

FATTORI, Vinicius. From the illusion hippie to reality yuppie by the lens of cinema.

ABSTRACT: The hippie culture, a symbol of the countercultural movements of the 60/70' opened space, after the withdraw of U.S. troops from Vietnam War, to a very conservative generation. The Hollywood cinema has worked that generation, called as yuppie, denouncing his existential emptiness and futility. The objects of analysis by this paper will be the controversial movies, *American Psycho* and *Fight Club*.

KEYWORDS: hippie; yuppie; cinema; fight club; american psycho.

FONTES:

CLUBE DA LUTA (filme). Dirigido por David Fincher, 1999. 139 min. son. cor.

ELLIS, Bret Easton. *Psicopata americano*. Tradução de Luis Fernando Gonçalves Pereira. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

HAIR (filme). Dirigido por Milos Forman, 1979. 121 min. son. cor.

PALAHNIUK, Chuck. *Clube da luta*. Tradução de Cassius Medauar. São Paulo: LeYa, 2012.

PSICOPATA AMERICANO (filme). Dirigido por Mary Harron, 2000. 102 min. son. cor.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES SOUSA, Rainer. *Sociologia da juventude*. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/sociologia/sociologia-juventude.htm>>. Acesso em 31 out. 2012.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: EDUSC, 2001.

MARTINS, Simone. Contemporaneidade: uma psicopatia americana?. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 35-42, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a04.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2012.

RESENDE, José; VIEIRA, Maria Manuel. Subculturas juvenis na sociedade moderna: os hippies e os yuppies. In: *Revista crítica de ciências sociais*, Lisboa, n. 35, p. 131-147, jun. 1992. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/35/Jose%20Resende,%20Maria%20Manuel%20Vieira%20-%20Subculturas%20Juvenis%20nas%20Sociedades%20Modernas.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

RIBEIRO, Paulo Jorge. A era da frustração: melancolia, contra-utopia e violência em *Clube da Luta*. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 45, n. 1, fev. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000100007>. Acesso em 01 nov. 2012.

ROCHA, Everardo; BARROS, Carla. Dimensões culturais do marketing: teoria antropológica, etnografia e comportamento do consumidor. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 46, n. 4, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902006000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov. 2012.

ROSICRUCIAN FELLOWSHIP. *The aquarian age*. Disponível em: <<http://www.rosicrucian.com/zineen/magen119.htm>>. Acesso em 31 out. 2012.

DESENVOLVIMENTO DA CHINA DURANTE O PERÍODO ZHŌU ORIENTAL

Rud Eric PAIXÃO*

RESUMO: Fundada em 1046 AEC, suplantando os Shāng, os Zhōu foram a mais longa dinastia na história chinesa e uma das que mais contribuiu para a formação de sua civilização, em especial durante seu período oriental, assim denominado em decorrência da mudança da capital de Hàojīng para Luòyáng. Este período da dinastia Zhōu divide-se em duas partes: "Primaveras e Outonos" e "Reinos Combatentes"; embora esta divisão não cubra a totalidade temporal dos Zhōu orientais, estes foram períodos nos quais ocorreram significativas alterações em diversas esferas da sociedade chinesa, criando as bases para a formação do Estado centralizado fundado pelos Qin e configurando aspectos comuns à mentalidade chinesa.

PALAVRAS-CHAVE: História Antiga; China; dinastia Zhōu.

O PERÍODO DAS PRIMAVERAS E OUTONOS

O fim dos Zhōu Ocidentais, a partir da derrota para a tribo Quǎnróng, provinda das regiões a oeste, e da mudança da capital para Luòyáng, no leste, a submissão dos diversos principados existentes no território chinês aos Zhōu passou a ser quase nula. Porém, o direito de realizar sacrifícios ao Céu e o título de Filho do Céu permaneceram exclusivos à linhagem real e nenhum dos governantes dos outros reinos ousou reivindicá-los até o fim da dinastia.¹

Durante as "Primaveras e Outonos", período que pode ser visto como de declínio da sociedade nobiliárquica,² esboça-se uma diferenciação entre "as cidades da Planície Central, cujas linhagens principescas remontam à fundação dos Zhōu [...] e as cidades periféricas que começavam a formar unidades políticas mais vastas e mais poderosas"³. Três grandes reinos periféricos começaram a tomar forma neste período: Jin, no vale do rio Fén,

* Graduando em História pela UNESP/ Franca, sob a orientação da professora Maria Celeste Fachin.

¹ MORTON, William Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986, p. 48-49.

² GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974, p. 63-66.

³ *Ibid*, p. 63.

na região de Shānxī; Qí, no noroeste do Shāndōng; Chǔ no Médio-Yángzǐ e nos vales de Húběi.⁴

A autoridade e poder destes reinos aumentaram devido às pressões por parte das tribos estrangeiras; para mútua proteção. Foram criadas confederações locais nas quais desempenharam o papel de líderes. A partir do poder obtido, começaram a se formar hegemonias locais e, em pouco tempo, os juramentos de aliança passaram a serem impostos aos reinos mais fracos pelos mais fortes como forma de legitimar seu domínio.⁵

Uma mudança fundamental desse período ocorreu na guerra. Antes vista como uma atividade cavalheiresca e a ser praticada apenas por nobres, teve sua natureza alterada: "as atitudes começaram a mudar e os ritos, cerimônias e hierarquia passaram a ser menos respeitados; a polidez dos combates foi posta de lado"⁶. As lutas deixaram de ser meras querelas entre as famílias nobres e se tornaram meios de adquirir novos territórios.⁷ Também se mudou a forma de fazer a guerra. Nesta época, a espada de bronze foi introduzida no território chinês, provavelmente adotada dos nômades das estepes, os quais também contribuíram com a implementação da cavalaria, primeiramente nos reinos do norte, mais rápida e eficaz que os carros de combate. Ainda, a besta⁸ surgiu no século V AEC, dando alto grau de eficiências aos disparos. Com essas novidades no campo militar, a nobreza começou a perder sua importância em batalha, e a infantaria foi tornando-se o principal tipo de tropa utilizada.⁹ Por fim, também data deste período, o surgimento das principais escolas do pensamento chinês: o Confucionismo e o Taoísmo.

O PERÍODO DOS REINOS COMBATENTES

Nesta época, localizada entre fins do século V e 221 AEC, a sociedade chinesa sofreu grandes transformações em todos seus aspectos, muitas delas com início nas Primaveras e Outonos e se desenvolvendo ao longo desta. Este foi como diz Gernet:

[...] um daqueles períodos excepcionais, em que alterações sucessivas e concomitantes, arrastando-se e reforçando-se

⁴ GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974, p. 63.

⁵ *Ibid.*, p. 63-64.

⁶ MORTON, William Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986, p. 49.

⁷ GERNET, op. cit., p. 65.

⁸ Conhecida também por "arco de repetição".

⁹ MORTON, op. cit., p. 49-50.

mutuamente, precipitaram o curso da evolução histórica e provocaram uma completa mutação da sociedade, dos costumes, da economia e do pensamento.¹⁰

Não é por nada que se nomeou esta época de Período dos Reinos Guerreiros: "[...] é uma dinâmica guerreira que conduz os territórios chineses do fim da Antiguidade pelos caminhos que levam ao Estado centralizado"¹¹. Em comparação ao período anterior, o número de reinos neste é menor, encontrando-se em número de sete: Hán, Wèi e Zhào, nascidos da divisão de Jin, Qí, Chǔ, Yān, e Qín.¹²

A partir do declínio da sociedade nobre, o qual começou em torno dos séculos VI e V, intimamente ligado ao que ocorria em suas instituições e crenças, a tendência fundamental foi o desligamento do poder político em relação aos contextos familiar e religioso, passando a ser percebido como uma realidade específica. Esta tendência era ligada a certa forma de expansionismo militar onde, à luta do poder central para se ver livre da influência das grandes famílias, sucedem-se as guerras em busca de novos territórios e recursos.¹³ "Essa relação íntima entre os conflitos internos e os combates no exterior, é o verdadeiro motor das transformações neste período"¹⁴.

Na época das Primaveras e Outonos, juntamente com os nobres que participavam da administração em altos cargos, havia também membros de uma pequena nobreza, encarregados de funções menores, porém indispensáveis; estes eram nascidos nas famílias de outros filhos que não o primogênito dos nobres, ou eram filhos de segundas esposas. Foi justamente entre esta camada social, que os governantes passaram a recrutar seus oficiais no período dos Reinos Guerreiros, colocando de lado os direitos de nascimento e dando preferência a uma seleção por mérito, onde os funcionários eram remunerados e suas funções revogáveis, tornando-os uma extensão do poder central.¹⁵

¹⁰ GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974, p. 67.

¹¹ *Ibid.* p. 68.

¹² O nome dos reinos é derivado da região onde este se localiza, existindo, ao longo da história chinesa, vários reinos que compartilham do mesmo nome. Para diferenciá-los, se coloca o nome da família que governa ou de sua posição geográfica. Um exemplo é o reino de Wú, do Período dos Três Reinos, conhecido tanto por Sūn-Wú quanto por Wú Oriental.

¹³ GERNET, op. cit., p. 67.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.*, p. 68-70.

A forma de administração territorial também teve uma mudança fundamental. Em torno dos anos de 688-687 AEC, surgiu nos reinos periféricos de Qín, Jin e Chǔ, a denominação de condado, aplicada aos territórios recém-conquistados; apesar da diferença na nomeação, a princípio estes também entraram no sistema tradicional de concessões territoriais. Entretanto, quando o rei começou a ter sucesso em suprimir o poder das nobrezas locais, passou a tomar para seu controle estes territórios a partir da nomeação de funcionários oriundos da pequena nobreza para sua administração, mantendo o condado em dependência direta do poder central; este se tornou o modelo de um novo tipo de poder local. Aplicado primeiramente pelos Qín entre 361 e 338 AEC, foram criadas diferentes circunscrições administrativas, subordinadas umas às outras. Os condados, dessa forma, foram agrupados em conjuntos, que receberam a denominação de capitania, sendo dependentes do poder central e tendo ambos seus administradores próprios.¹⁶

Em uma época onde o motor das transformações era a guerra, esta não ficou incólume às mudanças. Como dito anteriormente, ela era uma atividade de nobres; a posse de cavalos, carros de batalha e armas de bronze estava limitada a esta parcela da sociedade, ficando os camponeses com um papel secundário na dinâmica guerreira, suprindo-os com provisões e servindo-os durante a batalha em diversas tarefas. Entretanto, a partir do declínio dos ritos e hierarquias tradicionais, somada ao surgimento de uma maior dureza nas batalhas, as demonstrações de bravura ou generosidade, típicas das lutas entre nobres, deram lugar ao combate focado na vitória e na conquista de territórios, o qual exigia uma mobilização cada vez maior de recursos tanto material quanto humano. Também, a direção das batalhas, antes também uma ocupação de nobres, passou para especialistas em tática e estratégia.¹⁷

A busca por maior eficácia está no seio das transformações, porque passou o modo de fazer a guerra, em especial com o surgimento da espada, da besta e da cavalaria, explicitados anteriormente. Em oposição aos carros de combates anteriormente utilizados, a esta última, possuía maior mobilidade e velocidade, passando a substituí-los principalmente a partir do século IV AEC. Ainda, data deste período a adoção de calças e túnicas, em imitação aos povos nômades, os quais facilitavam a montaria.¹⁸

¹⁶ GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974, p. 69-70.

¹⁷ *Ibid.*, p. 70-71. Data deste período a obra conhecida como "A Arte da Guerra", de Sun Tzu.

¹⁸ MORTON, William Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986, p. 50.

A maior transformação ocorrida na guerra foi à importância conferida ao uso da infantaria. Em terrenos montanhosos, pantanosos ou em região de lagos e rios, os carros de combate eram pouco eficazes e mesmo a cavalaria tinha pouca utilidade por não poder evoluir com eficácia. Primeiramente nos reinos de Jin, localizado em região montanhosa, e em Wú e Yuè, em região com lagos e cursos de água, os camponeses, que anteriormente serviam como criadagem nas lutas entre nobres nas Primaveras e Outonos, passaram a ter papel decisivo nos combates, dando origem a grandes exércitos em fins do século III AEC.¹⁹ A partir da aquisição desta importância na guerra, os camponeses receberam concomitantemente um melhor status dentro da sociedade.

O Estado centralizado é contemporâneo de uma promoção do campesinato a uma classe de cultivadores independentes e de combatentes. O direito à terra e às honras conquistadas nos campos de batalha seguem-se muito de perto.²⁰

Já afetadas pelo combate imprimido contra elas pelos governos centrais, adicionado à perda de importância no cenário social chinês, "as grandes famílias, cujas linhagens se haviam perpetuado desde a alta antiguidade, são arruinadas, afastadas do poder e, por fim, destruídas"²¹. Com o declínio da alta nobreza e o reforço paralelo do poder central, um grande número de pequenos nobres afluíram às cortes. Ministros e membros importantes da administração atraíram à sua volta estes homens, o que lhes servia como fonte de prestígio. É nesse meio que se desenvolvem, "[...] nos séculos IV e III [AEC], a reflexão política e moral, a ciência dos estratagemas, etc."²². Nestes séculos, ocorreu também um rápido desenvolvimento no plano econômico e das invenções técnicas.

A partir da fomentação, por parte dos monarcas, do arroteamento de diversos terrenos, regiões como a Planície Central, o vale do Wéi e a bacia de Chéngdū, no Sichuân, transformaram-se em áreas de agricultura contínua. Tão importante quanto seu papel na guerra, o trabalho do camponês era incentivado e as técnicas se desenvolveram com o uso de estrume como adubo, diferenciação entre os tipos de solo, atenção às datas de colheita e drenagem de pântanos e terrenos salgados, o que constitui um

¹⁹ GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974, p. 71; MORTON, William Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986, p. 50.

²⁰ GERNET, *op. cit.*, p. 71.

²¹ *Ibid.*, p. 81.

²² *Ibid.*, p. 84.

dos aspectos mais importantes desta política de desenvolvimento agrícola. Houve ainda grandes empreendimentos de rega, valorizando as novas terras e fornecendo água em períodos de seca. Estas melhorias técnicas tiveram forte impacto no crescimento da população chinesa.²³

Data destes séculos, o primeiro surto demográfico do mundo chinês. Embora não haja documentação referente ao povoamento nas Primaveras e Outonos, "tudo indica que era muito disperso e que, mesmo na zona onde as cidades eram mais numerosas, ao longo do Rio Amarelo e na Planície Central, as técnicas agrícolas não permitiam senão fracas densidades de população"²⁴. Por outro lado, textos do século III AEC revelam um rápido desenvolvimento de povoamentos, que se prolongou pela época dos Hân Anteriores, explicando os números obtidos no primeiro recenseamento conhecido da história: 57.671.400 habitantes no ano 2, "[...] número pouco maior que o encontrado no conjunto do Império Romano na mesma época"²⁵.

Os arroteamentos e a valorização das novas terras contribuíram para que o poder central dos reinos se libertasse das grandes famílias através de novos recursos, de impostos cobrados dos cultivadores e do controle direto sobre os homens, já que os agricultores fixados nas novas terras não dependiam da alta nobreza, além de permitir uma ampliação das circunscrições administrativas. Intrincado ao desenvolvimento das técnicas, está à difusão do emprego do ferro; ferramentas feitas com ele foram substituindo àquelas de madeira e pedra, permitindo lavouras mais profundas e facilitando o trabalho de desbravamento empreendido pelos camponeses.²⁶ Apesar disto, seu acesso não era generalizado, fazendo com que mesmo na época dos Hân ainda fossem usadas enxadas de pedra devido ao seu preço.²⁷

Enquanto no Ocidente o ferro foi forjado antes de ser fundido, o mundo chinês, graças à sua experiência nos trabalhos com o fogo, parece ter começado por fundi-lo, sem passar pela fase de forja.²⁸ "É possível que o aperfeiçoamento dos arreios e a fundição do ferro, que só se tornaram conhecidos na Europa séculos mais tarde, no fim do período medieval, tenham,

²³ MORTON, op. cit., p. 50.

²⁴ GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974, p. 72.

²⁵ GERNET, op. cit., loc. cit.; MORTON, William Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986, p. 50.

²⁶ GERNET, op. cit., loc. cit.

²⁷ MORTON, op. cit., p. 51.

²⁸ GERNET, op. cit., p. 73.

na verdade, vindo da China"²⁹. A primeira menção encontrada referente a um objeto de ferro data de 513 AEC, a qual implica que a técnica de fundição já fosse dominada e de emprego corrente. Os testemunhos arqueológicos, entretanto, são mais tardios e surgem apenas a partir de 400 AEC, época em que a fundição de ferro se configurava quase como uma indústria. Embora fossem mais quebradiços e menos cortantes que os objetos de bronze, os de ferro tinham vantagem devido a poderem ser produzidos em abundância, sobretudo no Shānxī e no Shānxī, regiões ricas no minério.³⁰

Desde o século II AEC, os chineses sabiam fabricar o aço, enquanto o ocidente precisaria esperara pelo fim da Idade Média para ver os primeiros ensaios de fundição do ferro. Como nos diz Gernet,

[...] esta assincronia, mais do que um avanço e um atraso, revela, sobretudo a originalidade das tradições tecnológicas das diferentes civilizações, explica-se completamente pela experiência adquirida na fundição do ferro dentro do mundo chinês (é por causa da ausência de cobre e de estanho que se recorrerá primeiramente ao ferro) e pelo aperfeiçoamento dos foles na época dos Reinos Guerreiros.³¹

Nos transportes também ocorrem inovações. A principal delas foi a substituição da coleira flexível – a qual tinha risco de estrangular o animal e, por um longo tempo, foi a única forma de atrelagem conhecido no resto do mundo – pelo tirante de peitoral, permitindo que um único cavalo fizesse aquilo para o que se usava até quatro anteriormente. Ainda, se difundiu o hábito de dar uma ligeira inclinação aos raios em relação ao plano da roda, aumentando sua resistência a choques laterais.³²

"Se a época dos Reinos Guerreiros é uma das mais ricas da história em inovações técnicas, isso se deve sem dúvidas às necessidades criadas pelas guerras cada vez mais encarniçadas"³³. Para aumentar o poderio militar de seus reinos e garantir sua independência, os príncipes, além da preocupação em desenvolver a produção agrícola, passaram a se apropriar e explorar as terras que circundavam as zonas cultivadas, usualmente florestas ou zonas de pântano ou mato, onde os camponeses anteriormente tinham permissão para caçar e pescar para dali retirar recursos minerais, animais e

²⁹ MORTON, op. cit., loc. cit.

³⁰ GERNET, op. cit., p. 73-74.

³¹ GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974, p. 74.

³² *Ibid*, p. 74-75.

³³ *Ibid*, p. 75.

vegetais. Também, para aumentar suas rendas, surgem impostos sobre as lojas dos mercados centrais e suas mercadorias.³⁴

Enquanto nas épocas anteriores o comércio havia se restringido apenas a produtos de luxo, como a seda, pérolas e jade, agora os mercadores passaram a comercializar produtos de consumo generalizado como cereais, sal, metais, madeira, peles e couro. Estes formam o grupo social que mais participa do enriquecimento do Estado, aliando-se aos chefes dos reinos e, por vezes, servindo como conselheiros, tendo exercido grande influência no pensamento político.³⁵

Com o surgimento desta nova dinâmica, as capitais dos reinos deixaram de ser meramente a sede do poder político e tornaram-se grandes centros comerciais. Escavações realizadas nestas cidades "revelaram o alargamento de suas cintas de muralhas no fim da época dos Reinos Guerreiros [...]. As guerras do século III [AEC] tiveram muitas vezes por objetivo a conquista destes grandes centros comerciais"³⁶.

A partir do desenvolvimento do comércio, difundiu-se o uso de moedas metálicas, cujos exemplares mais antigos remontam ao século V AEC. Estas se apresentavam de quatro formas diferentes, as quais circulavam em áreas geográficas bem definidas e correspondiam a grandes unidades econômicas. Nos reinos de Hán, Wèi e Zhào, nascidos da divisão de Jin, eram utilizadas moedas em forma que imitava enxadas de ferro; em Yān, Qí e partes de Zhào, tinham forma de faca, com orifícios em uma das extremidades para facilitar seu transporte; em Chǔ, eram utilizadas moedas de cauri, variedade arcaica que reunia funções múltiplas de ornamento, jóia e talismã; e, em Zhōu, Qín e parte de Zhào, eram utilizadas moedas circulares com um orifício no meio, variedade que sobreviveu ao longo da história chinesa.³⁷ Apesar de em Qí, o próprio Estado proceder à fundição das moedas, é possível que as em forma de enxada e faca, as quais muitas vezes trazem os nomes da cidade em que foram emitidas, se devessem à iniciativa de mercadores abastados.³⁸

"Os efeitos do desenvolvimento econômico não se limitam aos territórios chineses. Nos dois últimos séculos antes do Império, intensificam-

³⁴ Ibid.

³⁵ GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974, p. 75-76; MORTON, William Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986, p. 51.

³⁶ GERNET, op. cit., p. 76-80.

³⁷ GERNET, op. cit., p. 80-81; MORTON, op. cit., loc. cit. p. 51.

³⁸ GERNET, op. cit. p. 81.

se as relações comerciais com populações vizinhas"³⁹; Yān, situado no nordeste, comerciava com as tribos da Manchúria; Zhào e Qín, a norte e oeste, com os nômades das estepes; Chǔ, ao sul, com as populações aborígenes. Esta expansão comercial ocorrida nos reinos periféricos favoreceu a colonização chinesa em regiões limítrofes como a Manchúria, a Mongólia e as atuais províncias do sul e sudoeste, abrindo caminho às grandes expansões ocorridas posteriormente com os Qín e os Hàn.

PAIXÃO, Rud Eric. Development of China during the eastern Zhōu period.

ABSTRACT: Founded in 1046 BCE, supplanting the Shāng dynasty, the Zhōu were the longest dynasty in Chinese history and one that most contributed to the formation of their civilization, especially during its eastern period, so named due to the shift of capital from Hào jīng to Luò yáng. This period of the Zhou Dynasty is divided in two parts: "Spring and Autumn" and "Warring States"; although this division does not cover all of Eastern Zhōu time, these were periods in which significant changes occurred in various spheres of Chinese society, creating the foundation for the formation of the centralized state founded by the Qin and configuring common aspects of the Chinese mentality.

KEYWORDS: Ancient History; China; Zhōu period.

REFERÊNCIAS

- GERNET, Jacques. *O mundo chinês*. Vol. 1. Lisboa: Edições Cosmos, 1974.
- GRANET, Marcel. *A civilização chinesa*. Vol 1. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1979.
- MORTON, William Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.
- PRUZEK, Jaroslav. *Chinese statelets and the northern barbarians in the period 1400-300 B.C.* Dordrecht - Holanda: D. Reidel Publishing Co., 1971
- WATSON, Willian. *A China antiga*. Lisboa: Verbo, 1969.

³⁹ Ibid.

ESCRavidÃO E CRIMES NO BRASIL: ASPECTOS SOBRE A PRESENÇA ESCRAVA NA CIDADE DE FRANCA NO SÉCULO XIX

Elvis de Almeida DIANA
Welton Johny Dilio de SOUSA*

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo analisar as relações entre a escravidão e a criminalidade, passando por alguns acontecimentos e fatos, estabelecidos na cidade de Franca, interior de São Paulo no período que corresponde ao século XIX, ou seja, época em que o país ainda era imperial. Para tanto, utilizaremos documentos referentes ao período, tais como registros judiciais fornecidos pelo Arquivo Histórico Municipal de Franca. Além disso, nos utilizaremos de uma bibliografia sobre o assunto tratado, com o intuito de se realizar a maior conexão possível com as fontes selecionadas. De início, pensou-se em se realizar um panorama sobre a escravidão, realizando-se, desse modo, um breve histórico sobre o tema.

UNITERMOS: Escravidão; crimes; Franca do século XIX.

BREVE HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

"A escravidão foi uma instituição social de trabalho compulsório, na qual o trabalhador era uma mercadoria (comprado e vendido, alugado emprestado, penhorado, doado, leiloado)" (LIBBY; PAIVA, 2005, p.11). O trabalho escravo foi utilizado de forma massiva nas atividades de cunho econômico e social, pelo menos durante sua vigência no Brasil. O básico era a forma de compensação estabelecida ao escravo, como por exemplo, habitação, alimentação e vestimenta. Os senhores, por doarem tais "benefícios" aos escravos, pensavam ser generosos e bondosos, achavam estar agindo como um pai que protegia, cuidava e disciplinava seus filhos e, a essa relação, foi dado o nome de paternalismo— um tipo de admissão consciente ou não, da dependência mútua entre senhores e escravos.

Mas a obediência por parte dos escravos não era obtida de modo dócil e tranquilo. "O trabalho compulsório só foi possível por meio do emprego da força física" (LIBBY; PAIVA, 2005, p. 11). O Estado tinha o pleno direito de aplicar a pena de morte a pessoas consideradas uma ameaça à manutenção

* Graduando em História pela UNESP/ Franca, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marisa Saenz Leme

da ordem social, mostrando um exemplo claro da legitimidade do castigo violento.

As resistências por parte dos escravos também eram fato nesse período e manifestavam-se por meio de desobediência e revoltas. Elas ocorriam de modo coletivo e individual. As resistências coletivas eram caracterizadas pela diminuição do ritmo de trabalho, por danos a implementos de trabalho ou à maquinaria, por maus tratos a animais de carga, e, destruição das plantações, geralmente por meio de incêndios. Já as resistências individuais, embora sendo raras, apresentavam-se na forma de suicídio e na matança dos próprios filhos recém-nascidos. Além de atentados contra a família senhorial.

Esses modos de resistência constituem o eixo norteador deste trabalho. O intuito é analisar como e onde se deram essas formas de violência por parte dos escravos contra seus senhores, nas mais diversas partes do Brasil imperial, e também, mais especificamente, na cidade de Franca, interior de São Paulo. O que justifica esse trabalho é a importância que se percebeu em tratar o tema das relações entre senhores e escravos, não só como um fato próprio das grandes cidades da época, sendo também algo que acontecia no interior, além de se perceber a amplitude das relações entre os cativos e os senhores.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE ESCRAVIDÃO E CRIMINALIDADE

Os crimes cometidos pelos escravos contra os senhores aconteceram em diversas partes do país. Podemos citar entre estes trabalhos, o de Suely Queiroz (QUEIROZ, 1977 apud MARTINS, 2009, p. 3) considerado um dos pioneiros sobre o tema. A autora se utiliza dos processos judiciais da cidade de Campinas do século XIX, para afirmar que os escravos não eram totalmente submissos ao senhor, havendo ocorrências de agressões físicas dos escravos contra estes. De acordo com Suely, são poucos os registros destas ocorrências, pois muitas das infrações sequer chegaram ao conhecimento da Justiça.

No trabalho de Maria Helena Machado sobre as cidades de Campinas e Taubaté entre 1830 e 1888 (1987), percebe-se o aumento de crimes contra pessoas, mais especificamente contra os proprietários de escravos nas lavouras da província de São Paulo no período que corresponde à década de 1870, época da crescente crise do escravismo. Para Maria Helena, os crimes representam os resultados do aumento da pressão em relação ao trabalho compulsório dos escravos, causada pela crise já mencionada, além da tentativa por parte dos escravos de diminuir a autonomia dos senhores.

Ao contrário de Suely Queiroz e Maria Helena Machado, Leila Mezan Algranti (ALGRANTI, 1988 apud MARTINS, p. 3) percebe uma diferença muito maior nos números de prisões de negros em relação às verificadas nos dois trabalhos anteriores, sendo que estas constituíam a porcentagem de 80% relacionada aos escravos. Os estudos tem como foco o Rio de Janeiro entre 1810 e 1821. A maior parte desses processos mostrava que os delitos eram cometidos contra a ordem pública, o que levava a maior preocupação da polícia.

Em outro trabalho significativo sobre os crimes de escravos, Maria Tereza Pereira Cardoso (CARDOSO, apud MARTINS, p. 4) faz uma pesquisa sobre esses acontecimentos no Rio das Mortes na primeira metade do século XIX. A autora verifica que o número de crimes de cunho particular é maior do que os crimes de caráter público e policial. Havia uma grande participação afro-descendente nestes processos. Cardoso também busca os motivos que teriam levado à realização destes atos por parte dos cativos e, desse modo, chega à conclusão de que a lei branca era, na maioria das vezes, burlada.

Ivan Vellasco (VELLASCO, 2004, apud MARTINS, p.4), também pesquisando sobre o Rio das Mortes no período compreendido entre 1800 e 1890, encontra a participação escrava em 10% dos crimes, porcentagem parecida à que foi encontrada por Maria Helena Machado (MACHADO, 1987 apud MARTINS, p. 4) e Celeste Zenha (ZENHA, 1984 apud MARTINS, p. 4). O percurso que a criminalidade traça, mostra duas elevações na primeira metade do século, uma em 1810 e outra em 1830. Após 1840 a criminalidade escrava se torna inferior à das demais camadas, o que, para a região estudada, reflete uma diminuição do contingente escravo na segunda metade do século e o exercício de um controle mais rigoroso sobre esta população.

Acerca de tudo isso que temos tratado, vemos a partir da leitura do texto de Ricardo Alexandre Ferreira "Livres, escravos e a construção de um conceito moderno de criminalidade no Brasil Imperial", que a historiografia se utiliza de insurreições, sedições e rebeliões como formas de abordagem, a fim de que através do conhecimento dos crimes, possa-se assim da mesma maneira se conhecer e interpretar "práticas, costumes e estratégias de sobrevivência" (DIAS apud FERREIRA; 2009, p. 340), fatos estes que eram protagonizados por diferentes homens e mulheres em territórios e épocas também distintos.

Ainda aqui, Ferreira nos apresenta a dificuldade encontrada pelo Estado para se realizar toda uma interpretação das ocorrências em território brasileiro. Contudo, antes mesmo disto, este autor se ocupa em levantar questões que motivam o estudo de tal tema: "Como as autoridades administrativas imperiais concebiam o tema da criminalidade? Como

operavam os diversos interesses? O que se entendia por 'criminalidade escrava' no âmbito administrativo?" (FERREIRA, 2009, p. 341).

Em âmbito nacional o que vemos é uma leitura e uma tentativa de interpretação dos fundamentos jurídicos do Brasil a partir daquilo que foi pensado pelo Estado e elaborado pelo Trono. José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878) visa tal interpretação e propõe alterações que giram em torno do quadro institucional do Estado, pois pensa que reformas deveriam ocorrer em relação aos cargos dos ministros para a melhor administração das províncias, já que estes ocupavam diversas funções.

Havia toda uma preocupação com a segurança pública e a tudo aquilo que se apresentava como crime, como homicídios, ferimentos dentre outros tipos de acontecimentos que eram mencionados, ainda que de forma rápida, a fim de que estas notícias se tornassem conhecidas. Contudo, além desse fato, os ministros se preocupavam com estas menções, pois de certa forma elas mostravam toda uma falha de comunicação entre as vilas e a capital do Império, o que dificultava um estudo mais elaborado de todos os crimes que marcavam o território brasileiro.

Estas dificuldades acabavam por se confirmar quando tocamos no quesito impunidade, afinal, esta só poderia ser avaliada a partir de mapeamentos dos crimes e dos autores destas ações. Ferreira nos aponta que esta constatação é um esforço de Bernardo Pereira de Vasconcelos ao elaborar um relatório em 1837; porém todas estas questões passariam pelo envio de cada província onde ocorreram estes acontecimentos.

Desta forma, percebemos todo um esforço para se determinar estas ocorrências, principalmente quando foi apurado que crimes contra a segurança pessoal eram mais frequentes do que aqueles cometidos contra a propriedade. Além disso, vemos um projeto para a criação de um novo código penal que substituiria as Ordenações Filipinas, o que também se mostra como um grande avanço ao Império ao se pautar por leis próprias, abandonando aquelas que eram propostas por Portugal.

Além destes apontamentos, Ferreira aborda também a composição do júri, pois pode-se notar que eles seguiam (principalmente) modelos anglo-saxões mas com características européias de forma geral. Todavia, Vasconcelos critica alguns juízes, como o juiz de paz, quando diz que ao serem eleitos, devem cuidar para que tenham competências cíveis e criminais, o que não raras vezes era cargo de pessoas leigas em assuntos jurídicos.

Esses argumentos traduzem todo um jogo de interesses que marcam o processo de mudanças sofridas pelo Código do Processo Criminal, embora não sejam elaboradas a partir de fatos isolados. Estas reformas vão resultar

também em mudanças sofridas nos cargos, quando este juiz de paz passa a ser gradualmente substituído por novos cargos que vão sendo criados, como o de subdelegado, delegado e chefe de polícia. Assim sendo, tais reformas se mantiveram até o final do período imperial, ainda que problemas anteriores se mantivessem com o novo Código.

Este novo Código é datado de 1830, porém, mesmo em 1840 é percebida a ineficácia das novas leis, o que contribuía para a permanência da impunidade. Mas foi Paulino José Soares de Souza que explicou todas as ocorrências a partir de uma diferença que provinha da sociedade, ou seja, classificando a criminalidade a partir das diferenças entre a população do interior e do litoral. Mas em meados da década de quarenta, os ministros já se mostravam bastante otimistas em relação aos crimes ocorridos, já que melhoras começavam a ser perceptíveis se comparadas ao período do início das regências e o início do reinado de D. Pedro II.

Entretanto, se melhoras eram notadas em relação às rebeliões nas províncias, vê-se uma maior quantidade nos conflitos inter-familiares, como aqueles que são constatados no relatório de 1846, elaborado pelo Ministro José Joaquim Fernandes Torres, ao tratar, por exemplo, das disputas entre as famílias Militão e Guerreiro, na Bahia. Ferreira ainda diz:

Além destas ocorrências, o ministro destacou a generalizada prática de crimes 'puramente individuais' em todas as províncias, principalmente nas regiões mais remotas onde, segundo ele, 'as povoações ainda pouco ilustradas tem como recurso a prática brutal do punhal e do bacamarte, e não as leis, para vingar-se de seus inimigos pessoais'. (FERREIRA, 2003, p. 358).

Mas é a partir da década de cinquenta que se vê um aumento na criminalidade, de forma que a cada novo relatório enviado pelas províncias, percebia-se uma padronização nos crimes cometidos em lugares distintos, mas considerados violentos no sentido em que são geralmente ferimentos e homicídios, sobrepondo-se àqueles cometidos contra a propriedade. Mas também o perfil dos criminosos foi traçado e, num primeiro momento eram separados aqueles que eram cometidos por escravos daqueles que eram praticados pelo restante da população, embora se contasse um número maior de criminosos livres do que cativos. Aqui é interessante notar que na província de São Paulo, o Ministério da Justiça divulgava separadamente o número de réus cativos em relação aos réus livres e libertos, situações que mostravam crimes como a posse de armas de fogo e facas, práticas de jogos, abusos na ingestão de bebidas alcoólicas, problemas relativos a amantes, etc. Em todos estes casos, via-se a presença de cativos, na qual as

autoridades faziam transparecer que eram questões ocasionais e sem maior importância.

As mudanças nas formas de castigo dos escravos também são percebidas conforme o passar do tempo. As torturas, marcas de ferro quente e coisas semelhantes foram proibidas pela Constituição de 1824, assim como as penas de açoites. (MALHEIRO, 1976, p. 41)

ESCRavidÃO E CRIMINALIDADE EM FRANCA

No século XIX, segundo Ferreira em seu texto "Escravidão, criminalidade e cotidiano – Franca 1830-1888", aponta-nos que as Posturas Municipais deviam regular todas as ações dos indivíduos no transcorrer do dia-a-dia. Ao tratar de tais questões, percebemos todo um conjunto de propostas e posturas que deviam ser seguidas. Mas em relação à polícia, devia-se, de acordo com José Antônio Pimenta Bueno, fazer uma distinção entre competências administrativas e judiciárias, pois no campo administrativo cabia à polícia utilizar-se da autoridade e estar em vigilância para a manutenção da ordem; já no campo judiciário, a polícia devia encarregar-se de desvendar crimes que não puderam ser prevenidos, de forma que os criminosos fossem, juntamente com todos os indícios, encaminhados aos tribunais. "Daí a importância de se iniciar pelas posturas municipais a análise da intervenção das autoridades na relação entre senhores e escravos". (FERREIRA, 2003 p.59)

Entre 1831 e 1888, Franca teve cerca de cinquenta artigos do código de posturas municipais com a finalidade de regular as ações relacionadas aos senhores e escravos, de maneira que estabelecesse as devidas punições às infrações cometidas por escravos.

Todo tipo de prevenção se mostrava necessário, sendo qualquer atitude suspeita como possuir armas de fogo, espadas, estar fora de sua vila ou povoado em horário distinto daquele previamente estipulado, entre outras tantas situações. A todo este tipo de ocorrência o cativo seria açoitado, variando a quantidade de chicotadas em determinado período conforme as reformas nas leis. Em outras ocasiões, vemos a substituição de castigos por multas, que seriam somadas às despesas do período em que o prisioneiro esteve encarcerado.

Todavia, mesmo aqueles que tinham sido escravos e se encontravam em liberdade (os ex-escravos), deviam satisfações acerca de suas atitudes e seus deslocamentos, sob pena de serem presos em casos de reincidência de infrações cometidas.

O liberto devia estar munido de um passaporte que o autorizasse a se deslocar, de forma que até mesmo a validade de tal autorização estivesse demarcada. Pois de acordo com as Posturas Municipais de Franca, estas ações são justificadas pelo fato de que "os Pretos podem ser os incitadores e provocadores de tumultos e comoções a que se podem abalar os que existem na escravidão". (Posturas Municipais de Franca, 1858, folha 32, apud FERREIRA, 2003, p. 61)

A pena de açoites para os escravos, juntamente com a pena de morte, era estabelecida pelo Código Criminal embasado na lei de 10 de junho de 1835, para os escravos ou escravas que assassinassem seus senhores, lhes envenenavam ou lhes causassem algum tipo de violência física. (SANTOS, 1995)

Ao mesmo tempo em que tudo isso ocorria, percebe-se também casos, na cidade de Franca como o que trataremos aqui, que mostram o contrário do que se disse no parágrafo anterior. O caso em particular trata-se do assassinato do forro liberto Vicente por Domingos Pinto da Silva, José Ignácio de Oliveira e Mariano de Oliveira. Foi selecionado para tal análise o documento sobre o inquérito e sentença dos assassinos, mas como este estava em estado bastante deteriorado, utilizou-se para servir de guia a obra "O Negro na História de Franca", de Wanderley dos Santos(1995). O auto de corpo apresenta as descrições da vítima, que por sinal foi marcado por grande violência:

[...] cadáver de estatura ordinária, cor preta, ventre volumoso, extremidades inchadas, hálito insuportável, faltando algumas orelhas que julgaram terem sido cortadas, falta o lábio superior e com os dentes da frente faltando, faltando a inferior e bastante partes do pescoço e por esta enorme causa saindo grande número de bichas, tendo sobre o umbigo uma esfolação de cor pálida do tamanho de três polegadas de circunferência faltando o membro viril e testículos, tendo uma cova em a virilha esquerda, faltando carnes deste lugar e das coxas do mesmo lado, que também presumiria terem sido cortadas, acharam as coxas e pernas com diferentes impolas (sic), provenientes da corrupção; acharam sobre as nádegas grandes sinais de sangue que mostravam provir de surra, pois ainda mostravam sinais de instrumento contundente: acharam pouco acima do tornozelo esquerdo, um vergão que o circulo [...]

O ato foi realizado no adro da Igreja Matriz, hoje centro da cidade e a vítima teve como ponto de sepultamento este mesmo local. Tinha por volta de 50 anos de idade. Os assassinos foram sentenciados à pena de morte,

por enforcamento, que foi realizado no dia 15 de abril de 1852. O ato de enforcamento foi precedido de um cortejo que ia desde a recém-inaugurada delegacia até o ponto de forca, nas paragens das Candeias, Palestina e Casa Seca, lugar que na época era considerado longe da área urbana.

Os delituosos eram José Ignácio de Oliveira, nascido em Franca, 35 anos, jornalista e casado desde 1835 com Maria Joaquina da Conceição; Domingos Pinto da Silva, natural de Bambuí, Minas Gerais, 30 anos, casado com Maria Rita e Mariano Antônio de Oliveira, 40 anos, jornalista, de Franca, casado com Lucinda da Silva, desde 1835. Saber quem são os assassinos é importante para termos uma noção de onde vinham e o que teria motivado esse crime, mas infelizmente os documentos não descrevem os motivos que teriam levado estes homens a matar o forro Vicente.

Pode-se ver a constatação do auto da execução:

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigésimo da Independência do Império do Brasil à quinze dias do mês de abril do dito ano, nesta vila Franca do Imperador, na sétima comarca da Província de São Paulo, em o lugar da forca aonde foi designado onde foi vindo o juiz Municipal Capitão Joaquim da Rocha Neiva, comigo escrivão do seu cargo a diante nomeado o algoz Antônio dos Santos Amaro, autor da sentença de morte dada contra os réus..., do qual foram intimados no dia de ontem, recolhidos ao oratório e assistidos com todos os socorros espirituais e temporais necessários, e sendo aí, fez o dito algoz execução dos referidos pacientes que depois verificou por exame praticado pelos peritos nomeados Guido Eugênio Nogueira, João José Dias Canoas estarem verdadeiramente mortos pelos sinais que apresentaram ...etc. (SANTOS, 1995)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atos de criminalidade no Brasil Imperial foram muitos, desde delitos cometidos por negros, em maior ou menor grau, aos seus senhores, com o intuito de buscarem melhores condições de vida e tentarem sair da condição em que se encontravam, como também as exceções cometidas por alguns senhores aos seus cativos, tendo também estes senhores suas conseqüências judiciais.

A partir da análise da escravidão no Brasil e chegando à recém fundada cidade de Franca, pôde-se perceber também que, por meio do caso analisado, a justiça também se aplicava aos homens livres quando estes cometiam algum tipo de delito contra um cativo. Os três assassinos do forro

Vicente pagaram perante a lei pelas conseqüências de seus atos, sendo condenados à morte, como podemos observar no estudo do documento acima utilizado.

DIANA, Elis de Almeida e SOUSA, Welton Johny Dilio. Slavery and crime in Brazil: Aspects regarding the presence on slave city of Franca in the nineteenth century.

ABSTRACT: This study aims to analyze the relationship between the slavery and criminality, discussing some events and facts that happened in Franca, a city of São Paulo State, in XIX century, time when Brazil still was an imperial government. For it, we will use documents from that period, like judicial files that were given by Arquivo Histórico Municipal de Franca. Furthermore, we will use a bibliography about the same subject to improve the possible connection with selected sources. In the beginning, it was thought to introduce an overview about slavery time, making, in this way, a brief history on the subject.

KEY WORDS: Slavery; crimes; city of Franca in XIX century.

FONTE

1º Ofício Criminal. Processo Criminal nº 191 de 1848. Caixa nº 10. Arquivo Histórico Municipal de Franca.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Edusp, 2007.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Livres, escravos e a construção de um conceito moderno de criminalidade*. In: *História (São Paulo)*. Dossiê: História, direito e justiça. Versão On-line ISSN 1980-4369. Franca, v. 28, nº. 2, 2009, PP. 339-376.

_____. *Escravidão, criminalidade e cotidiano: Franca 1830-1888*. Franca [s.n.], 2003.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico jurídico e social*. 3ª ed., em 2 v. Petrópolis: Vozes, 1976.

MARTINS, Lídia Gonçalves. *Escravidão, criminalidade e justiça: um balanço da historiografia recente*. Disponível em:

http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/ldia_goncalves_martins. Acesso em: 15/06/2010.

SANTOS, Wanderley dos. *O Negro na História de Franca*. Franca: Prefeitura Municipal, Fundação Municipal Mário de Andrade, 1995.

ESSA TAL PÓS-MODERNIDADE: "TODO PENSAMENTO VEM E VAI, TODO SENTIMENTO SE DESFAZ" ¹

Nivea Lins SANTOS*

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre o que se entende por pós-modernidade e seus possíveis desdobramentos no capitalismo globalizado da contemporaneidade. Os laços líquidos permeiam desde as relações comerciais até as relações afetivas, sendo então, a efemeridade uma característica marcante do nosso tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-modernidade, consumismo, efemeridade, globalização, capitalismo.

A pós-modernidade pode ser caracterizada pela resignificação da temporalidade e do espaço; para Frederic Jameson ela é o desdobramento cultural do capitalismo em um mundo globalizado.

Enquanto na modernidade coexistiram temporalidades ainda plurais, com embates e mesmo diálogos entre o "tradicional" e o "novo", na pós-modernidade do século XXI o espaço ganha maior relevância que o tempo, pois o tempo é reduzido ao presente; há o desaparecimento do senso de passado e futuro. Tudo que está a nossa volta abraça a idéia de efemeridade e, além disso, reafirma que o mais importante não é o objeto, e sim o evento, o momento vivenciado em si mesmo.

Cabe aqui lembrar que na modernidade houve uma espécie de "caos totalizante", da qual a única característica segura da modernidade era a sua insegurança. A nova paisagem cotidiana, associada a engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, zonas industriais, crescimento urbano, jornais, telégrafos, telefones, dentre outros, contribuiu para sustentar uma atmosfera de "[...] agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e auto-desordem [...]".²

¹ Frase tirada da letra da música *Justamente* do grupo musical Mombójo.

* Aluna do 4º ano de graduação em História do período diurno, pela Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da UNESP – Franca/SP.

² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 8ª ed., 1990, p. 18.

que deu origem à sensibilidade moderna. A "destruição do velho" era uma premissa para que se desse espaço às novas perspectivas modernas:

A modernidade viveu num estado de permanente guerra à tradição, legitimada pelo anseio de coletivizar o destino humano num plano mais alto e novo, que substituisse a velha ordem remanescente, já esfalfada, por uma nova e melhor. Ela devia, portanto, purificar-se daqueles que ameaçavam voltar sua intrínseca irreverência contra seus próprios princípios.³

A primeira e segunda revoluções industriais impulsionaram um notório processo de urbanização e de novas tecnologias para a produção de capital; mas, além disso, juntamente com a Revolução Francesa, elas propiciaram, fundamentalmente, novas maneiras de se interpretar o mundo e de se estabelecer relações com a natureza. Notoriamente acarretaram um forte impacto em todos os âmbitos das sociedades europeias, que de uma forma ou de outra atingiram diversas partes do mundo.

Quando Baudelaire afirmou em seu artigo *The Painter of Modern Life*, no ano de 1863, que essa modernidade "[...] é o transitório, o fugidivo, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável [...]"⁴, ele concebeu que dessa tensão, aparentemente contraditória, a modernidade estaria na relação dialética entre a efemeridade (o constante e acelerado processo de "destruição") e as práticas e características ditas imutáveis, eternas da humanidade. O filósofo Marshall Berman já salientou que:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. [...] É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz.⁵

Ao que parece essa tensão entre o transitório e o imutável ainda é sentida em nosso mundo contemporâneo; porém, existem algumas dinâmicas diferenciadas entre o dito moderno e o pós-moderno que merecem ser pensadas. Como bem já ressaltou Frederic Jameson, houve no modernismo e, agora, no pós-modernismo a preocupação com o "novo", no

³ BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 26.

⁴ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: edições Loyola, 1993, p. 21.

⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 8ª edição 1990, p. 24.

entanto, o mundo pós-moderno busca essencialmente a experiência de eventos (extremamente fragmentados), e não de novos mundos propriamente ditos:

O modernismo também se preocupava compulsivamente com o Novo e tentava captar sua emergência (e para isso inventou mecanismos de registro e impressão semelhantes a uma foto de baixa velocidade histórica); o pós-moderno, entretanto, busca rupturas, busca eventos em vez de novos mundos, busca o instante revelador depois do qual nada mais foi o mesmo, busca um "quando-tudo-mudou" [...] ou melhor, busca os deslocamentos e mudanças irrevogáveis na representação dos objetos e do modo como eles mudam. Os modernos estavam interessados no que poderia acontecer depois de tais mudanças e nas suas tendências gerais: pensavam no objeto em si mesmo, substantivamente, de modo essencialista ou utópico. Nesse sentido, o pós-modernismo é mais formal, e mais "distráido", como poderia dizer Benjamin; apenas cronometra as variações e sabe, bem demais, que os conteúdos são somente outras imagens.⁶

Vale lembrar que a pós-modernidade não é um fenômeno de ordem social totalmente novo, afinal, mesmo sem partir de uma perspectiva teleológica, ele se desenvolveu (e ainda se desenvolve) a partir de características da modernidade; o mundo pós-moderno é muito mais uma variante das modificações constantes do próprio capitalismo globalizado. Isto significa que globalização e pós-modernidade estão intimamente interligadas; as polarizações sócio-econômicas causadas pelo caráter efêmero dos mercados livres fazem com que as pessoas se sintam obrigadas a acompanhar freneticamente as rápidas mudanças desse nosso mundo cada vez mais tecnológico e, por sua vez, desigual. Sobre isso Hobsbawm fez uma importante constatação:

[...] a globalização acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema. Este surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema instabilidade econômica como as que se criaram com os mercados livres globais na década de 1990,

⁶ JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática S.A., 1996, p. 13.

está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século.⁷

Sendo assim, ainda tendo como base as reflexões de Hobsbawm, desde a época da Primeira Guerra Mundial até a atualidade, o mundo não conseguiu vivenciar momentos de paz e tranquilidade que durassem muito tempo. É evidente que todo este período de transição do século XX para o século XXI não pode ser analisado como um bloco único, seja do ponto de vista cronológico, seja do geográfico e histórico. Entretanto, nota-se que a tão defendida democracia, os valores ocidentais e os direitos humanos não são produtos tecnológicos em via de exportação. Se de fato fossem ter-se-iam dinâmicas político-sociais muito parecidas entre a Europa, a Ásia e a África, por exemplo, e não as complexas desigualdades e tensões extremamente perceptíveis entre os países de tais continentes.

É complicado periodizar a pós-modernidade; porém, a partir do momento em que os movimentos da contracultura de 1960 começaram a perder força, quando a utopia revolucionária de mudar o mundo não fazia mais tanto sentido, quando o fim da Guerra Fria trouxe a sensação do capitalismo ser o grande vencedor, podemos perceber que novas perspectivas foram pensadas. Difícil refletir e definir sobre algo que ainda estamos vivenciando, mas a pós-modernidade possui algumas características marcantes que se mostraram bem aparentes após e, mesmo durante, esses acontecimentos. Características tais como: desistência de "ideologias"; não há mais a percepção de sujeito universal, e sim da pluralidade cultural, dos indivíduos; as relações humanas se dão de forma mais líquida; há uma espécie de egoísmo individualista, valorização frequente do eu; o passado se dissolve e há pouca esperança no futuro; a glorificação do instante presente se tornou nosso maior aliado.

Tudo é muito incerto no mundo pós-moderno, das relações comerciais às relações afetivas. Incerteza e desconfiança governam nossa época. O "novo" gera medo, mas também altas expectativas; esse processo é contraditório em si mesmo. Acabamos vivendo sempre em expectativa de que o melhor está por vir e que há sempre algo melhor pelo que esperar, o que dificulta a construção de algo mais concreto em todos os âmbitos de nossas vidas. A nossa parada final é sempre desconhecida porque o itinerário é recomposto a cada estação. Nas palavras de Bauman:

⁷ HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

Um número sempre crescente de homens e mulheres pós-modernos, ao mesmo tempo em que de modo algum imunes ao medo de se perderem, e sempre ou tão freqüentemente empolgados pelas repetidas ondas de "nostalgia", acham a infidelidade de sua situação suficientemente atrativa para prevalecer sobre a aflição da incerteza. Deleitam-se na busca de novas e ainda não apreciadas experiências, são de bom grado seduzidos pelas propostas de aventura e, de um modo geral, a qualquer fixação de compromisso, preferem ter opções abertas. Nessa mudança de disposição, são ajudados e favorecidos por um mercado inteiramente organizado em torno da procura do consumidor e vigorosamente interessado em manter essa procura permanentemente insatisfeita, prevenindo, assim, a ossificação de quaisquer hábitos adquiridos, e exercitando o apetite dos consumidores para sensações cada vez mais intensas e sempre novas experiências.⁸

Vivemos, portanto, em uma panela de pressão, em que tudo muda muito rápido. Os grandes meios de comunicação estimulam essa lógica, pois a cada segundo surgem novas informações que se não as acompanharmos, inevitavelmente, seremos vistos como fracassados e sentiremos que nossas vidas estarão deslocadas. Liberdade é poder consumir, consumir rapidamente tudo o que está a nossa volta; a questão não é simplesmente consumir para acumular bens, e sim para usá-los e descartá-los porque as novidades aparecem constantemente. O ritmo frenético de se desvencilhar de tudo nos tornou contraditoriamente prisioneiros das supostas variedades e rotatividades que nos cercam. Assim também se transformaram as relações humanas. O desejo e a satisfação imediatos deixaram o ser humano cada vez mais descompromissado.

A pós-modernidade aglutinou um grande número de fenômenos, de espetáculos, como já analisou Guy Debord em *A sociedade do espetáculo*. Ela é uma dominante cultural, em que tudo vira espetáculo, projeção de imagens ideais para nossas vidas reais: "[...] a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é o real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente."⁹ Esse processo se dá de forma hipnótica; o mundo pós-moderno estimulou espectadores que se perdem na contemplação de imagens inatingíveis e fugazes, para que esses mesmos espectadores tenham a sensação de que estão sempre "atualizados" com o "novo"; porém, somos espectadores de ideais movediços, que de fato nunca conseguimos

⁸ BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 22-23.

⁹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 15.

alcançá-los em sua plenitude. Tudo é efêmero demais para nos tornarmos satisfeitos pelo que somos e fazemos.

SANTOS, Nivea Lins. Such as post-modern: "Every Thought come and go, all feeling vanishes"

ABSTRACT: The purpose of this paper is to reflect about what is meant by post-modernity and its possible developments in the contemporary global capitalism. The permeate from the liquid bonds trade to the relationships, and then the ephemerality hallmark of our time.

KEYWORDS: Post-modernity, consumerism, ephemeral, globalization, capitalism.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 8ª edição 1990.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: edições Loyola, 1993.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JAMESON, Fredric. *Modernidade singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática S.A., 1996.

ILUSTRAÇÃO E ANTIESCRAVISMO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO DE JOSÉ BONIFÁCIO

Jaqueline Stafani ANDRADE

Patrícia Monique SILVA*

RESUMO: O presente artigo pretende explorar alguns dos aspectos fundamentais do pensamento antiescravista de José Bonifácio de Andrada e Silva, bem como as influências da filosofia iluminista por ele experimentadas e a forma com a qual foram adaptadas ao contexto brasileiro de inícios do século XIX.

UNITERMOS: Ilustração, Escravidão, Antiescravismo, José de Andrada e Silva, Brasil.

No século XVIII a escravidão que até então encontrava respaldo econômico, social e religioso, passou pelo crivo da perspectiva iluminista e liberal, tornando-se então alvo de críticas oriundas de diversos segmentos intelectuais. Contudo, sendo a escravidão uma instituição naturalizada na estrutura e funcionamento da sociedade vigente na Europa Ocidental e respectivas possessões coloniais, a construção do ideário antiescravista foi o resultado de um gradativo amadurecimento dos argumentos contrários. Foi só a partir da década de 1780 que os discursos ganharam maior adesão em vista dos estudos empreendidos pelos fisiocratas franceses e economistas ingleses; além da forte influência exercida pelas notícias provenientes dos Estados Unidos sobre a libertação dos escravos promovida pelos missionários Quakers.

Na França, até meados do século XVIII, a crítica à escravidão fora feita por um número reduzidíssimo de pensadores. [...]. Este quadro, no entanto, sofreu uma mudança radical com Montesquieu [...]. Isto porque, o Espírito das Leis, de 1748, de uma forma que até então não havia sido feita, condenou a escravidão sob os argumentos de que era uma instituição incompatível com a moral e, portanto, uma violação do direito natural, contrária ao espírito da monarquia, incoerente com o direito civil, inconciliável com o cristianismo e com um rendimento inferior ao do trabalho livre.¹

* Graduandas do terceiro ano do curso de História, pela UNESP – FCHS Campus Franca, sob a orientação da Profª. Drª. Marisa Saenz Leme

¹ ROCHA, Antonio Penalves, 2000, p.44

Dentre os pensadores iluministas que se destacaram na censura à escravidão encontram-se Adam Smith (1723-1790), Montesquieu (1689-1755), Condorcet (1743-1794), Raynal (1713-1796), Pierre Poivre (1719-1786), Rousseau (1712-1778), entre outros que serviram de base às críticas que passaram a ser formuladas, a partir da década de 1820, por ilustrados luso-brasileiros. Como argumenta Antonio Penalves Rocha durante o Simpósio Internacional *A Revolução Francesa e o seu impacto na América Latina*, as ideias liberais, ao serem transpostas para o Brasil, foram ajustadas ao contexto histórico, adquirindo especificidades.

A Ilustração estabelecida em território brasileiro, como ressalta Maria Odila Leite Dias, possuía um caráter utilitário, norteado pela busca de soluções pragmáticas aos entraves do Império, uma vez que a grande maioria destes ilustrados teve participação na vida pública, fato este bem expresso na figura de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Em seu artigo *Idéias Antiescravistas e Ilustração na sociedade brasileira*, o historiador Antonio Penalves Rocha busca examinar a tradução das ideias antiescravistas na sociedade brasileira de início do século XIX. Para tanto, o autor analisa textos tidos como pioneiros da crítica à escravidão no Brasil, escritos a partir de 1817. Os textos utilizados são de autoria de João Severiano Maciel da Costa², Antônio José Gonçalves Chaves³, José Bonifácio de Andrada e Silva⁴ e José da Silva Lisboa⁵.

Para Penalves Rocha,

[...] esses textos permitem conhecer o ponto máximo que o antiescravismo pôde alcançar, na época, dentro dessa sociedade. Além do mais, desde a Vinda da Família Real ao Brasil, os letrados passaram a participar dos quadros da burocracia governamental, posição essa que mantiveram depois da Independência, isto é, participavam do único grupo capaz de promover mudanças institucionais na escravidão.⁶

Em conclusão, o autor encontra uma valorização de determinados temas da literatura ilustrada à qual os brasileiros tiveram contato; tal

² Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre os modos e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar, 1821.

³ Memória ecônomo-políticas, 1822.

⁴ Representação à Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura, 1825.

⁵ Da Liberdade ao Trabalho, 1851.

⁶ ROCHA, Antonio Penalves, 2000, p.40

valorização revela as preocupações destes homens enquanto homens livres e inseridos na elite.

O que há de genuíno é o caráter assumido pelo antiescravismo no Brasil. Aqui ele foi assimilado por alguns letrados ligados ao governo, os quais se limitaram a pleitear reformas da escravidão a serem efetuadas pelo Estado em benefício da sua própria conservação e da prosperidade nacional, visando garantir a preservação do *status quo* da elite; tanto foi assim que esses autores criticaram a escravidão negra sem nada discutir sobre os destinos dos homens negros escravizados.⁷

Apesar de o autor apontar para a insistência das preocupações de teor econômico na fala desses letrados, há de se destacar a contribuição de José Bonifácio de Andrada e Silva a esse respeito, que além de tais aspectos contemplou outros.

Nascido em Santos, capitania de São Paulo, em 1763 na segunda família mais rica daquela região, aos vinte anos partiu para Portugal em razão de seus estudos na Universidade de Coimbra, um dos centros de formação de ilustrados luso-brasileiros, na qual cursou Direito, Matemática e Filosofia. Além disso, em 1789, já fazia parte da Academia das Ciências e Letras de Lisboa – referencial da ilustração lusitana. Segundo a historiadora Ana Rosa Clocllet da Silva,

Neste país, pôde vivenciar os efeitos mais imediatos da Revolução Francesa e, embora não tenha chegado a presenciar o 'Terror Robespieriano', a experiência revolucionária francesa seria, [...] um exemplo recorrente e central na formulação da sua opinião sobre o despotismo e os governos democráticos.⁸

Dadas as invasões francesas ao Reino de Portugal durante os anos de 1808 e 1809 e a Vinda da Família Real para Brasil, Bonifácio permaneceu em Portugal até 1819, quando retornou. Regressava ao Brasil, *“um homem público com pensamentos políticos solidamente embasados, tanto pela sua formação intelectual, quanto pelas suas experiências mais concretas de vida, marcada pela ocorrência de grandes acontecimentos históricos daquele período”*.⁹

Em consonância, Maria Odila reforça esta ideia ao apontar que

⁷ ROCHA, Antonio Penalves, 2000, p.64

⁸ SILVA, Ana Rosa Clocllet da, 1999, p.29

⁹ *Ibid.*, p.31

[...] a partir da viagem mineralógica pelo interior de sua capitania, em 1820, [...] parece voltar-se com uma nova visão, profunda e realista para o que considerava certas deformações da sociedade brasileira, com as quais não seria possível construir uma nação livre: a miséria e exploração dos índios e a escravidão negra.¹⁰

Dessa forma, ambas as autoras, Cloctet e Maria Odila, vão ao encontro da abordagem de Antonio Penhalves Rocha referente ao discurso antiescravista de Bonifácio, presente na *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, documento a ser pomenorizado mais a frente, na qual o autor encontra uma adesão do ilustrado “[...] aos mais bem acabados termos do antiescravismo do século XVIII europeu, o que pode ser verificado na sua condenação da escravidão”.¹¹

Com a Revolução Constitucionalista do Porto de 1820 e desdobramentos, D. João VI viu-se obrigado a voltar para Portugal em abril de 1821, fato este que, segundo Cloctet assinalou uma maior atuação de José Bonifácio na cena política do país, sendo chamado, em junho do mesmo ano, a presidir as eleições para o governo provisório da província de São Paulo.

De acordo com Cloctet, “as influências de sua formação essencialmente liberal, que teve como referência o contexto europeu de finais do século XVIII e início do XIX, manifestar-se-iam em diversos de seus escritos, datados desta fase [...]”.¹² Após sua participação ativa nos desdobramentos que levaram à independência do Império do Brasil em 1822, José Bonifácio foi nomeado ao cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, assumindo posteriormente lugar na Assembléia Constituinte do Brasil; período em que atuou como deputado redigiu à Assembléia duas Representações, dentre as quais destacamos a referente à questão escravagista.

Suas ideias reformadoras foram alvo de críticas tanto por parte dos grupos vinculados aos interesses absolutistas, quanto aos liberais mais radicais. Pois, “o fato de abordar, juntamente com as questões mais conjunturais, os problemas estruturais do país, como a escravidão e a legislação agrária, causava também uma crescente oposição dos setores mais conservadores da Assembléia Constituinte [...]”.¹³

¹⁰ DIAS, Maria Odila Leite. 1968. p.155.

¹¹ ROCHA, Antonio Penhalves. 2000, p. 50.

¹² SILVA, Ana Rosa Cloctet da. 1999, p.32.

¹³ *Ibid.*, 1999, p.36

Em *Representação à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* de 1823, demonstra a necessidade da construção de uma nação sem a mácula da escravidão. Utilizando-se de discursos tanto econômicos quanto humanistas, Bonifácio exprimiu seu imperativo de constituição de uma nação una, partindo da abolição à gradativa adaptação destes escravos na sociedade, propondo medidas calcadas em um apoio governamental apontado em determinados artigos constitutivos de seu texto.

No estudo promovido por Ana Rosa Cloctet da Silva quanto ao pensamento andradino, a pesquisadora atenta para o modo com o qual, a partir da preocupação com a integridade da unidade imperial do Brasil, Bonifácio tratou os diversos elementos fundamentais na construção da Nação.

[...] a independência política, em 1822, representaria a própria quebra da unidade entre o Brasil e Portugal [...]. O rompimento com a ‘ascendência europeia’ significava a necessidade de se construir uma identidade numa nação que, emergindo de uma situação colonial, ‘continuará a ter no sistema escravista, as bases de sua sustentação econômica.’¹⁴

Dessa forma, na concepção de Bonifácio, a escravidão atuava como um entrave de proporções interna e externa à consolidação dessa identidade nacional, pois “como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?”¹⁵

A escravidão se apresentava como obstáculo interno ao minar as bases da sociedade civil idealizada por Bonifácio, uma vez que destoava das ideias de direito natural e dos componentes morais provenientes da Ilustração, além de comprometer a formação de um todo “[...] homogêneo e compacto que não se esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política”¹⁶; por fim, barrava a consolidação de uma economia de livre mercado. Além disso, externamente, a escravidão mostrava-se uma ameaça em três sentidos: primeiro, por obstar o desenvolvimento de uma marinha condizente com as demandas exigidas por um Império de vasto território, já que o tráfico de escravos atraía os investimentos para si; segundo, por comprometer a segurança política da Nação, afinal, a maioria dos cativos não

¹⁴ SILVA, Ana Rosa Cloctet da. 1999, p.145.

¹⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. 2005, pp. 47-48.

¹⁶ *Ibid.*, p.49.

era incorporada às forças armadas; e terceiro por implicar em um impasse quanto ao reconhecimento da Independência do Brasil junto à Inglaterra.

Ana Rosa Cloctet encontra na insistente pressão inglesa um dos motivos do envio do texto *Representação...* de Bonifácio à Assembleia Constituinte de 1823. Essa pressão se dava desde 1807 não só pelo antiescravismo da "sensibilidade humanitária" dos missionários *Quakers*, pois,

[...] é possível identificar um particular motivo pelo qual a pressão inglesa pelo fim do tráfico de africanos para o Brasil aumentara, a partir de 1807. Referimo-nos ao fato de que a abolição daquele tráfico para as colônias britânicas do Caribe, [...] levava o governo inglês a prever uma conseqüente diminuição da mão-de-obra disponível e o encarecimento da produção de açúcar, principal produto daquelas coloniais. Tal fato acarretaria uma perda competitiva em relação ao açúcar brasileiro nos mercados europeus, caso o Brasil continuasse contando com a abundante oferta de mão-de-obra escrava.¹⁷

Contudo, o documento elaborado por Bonifácio também levava em conta justificativas jurídicas, religiosas e econômicas que apontassem que a escravidão, na verdade, era contrária aos interesses da sociedade que se constituía e, portanto, "[...] inerentemente antagônica com o projeto de Nação liberal"¹⁸ que se procurava consolidar. Assim questionava, *qual de vós quererá ser tão obstinado e ignorante, que não sinta que o cativo perpétuo é não somente contrário à religião e a sã política, mas também contrário aos nossos futuros interesses, e a vossa segurança e tranqüilidade pessoal?*¹⁹

Ainda que cite apenas Pierre Poivre, o discurso de Bonifácio, segundo Cloctet, se baseava também nas concepções de outros autores como Montesquieu e Rousseau. Se o pensamento andradino apontava a escravidão como um pecado, também lhe atribuía o motivo da degradação moral da sociedade brasileira:

Que educação podem ter as famílias, que se servem destes entes infelizes, sem honra, nem religião? De escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? [...]; nós tirizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais, e eles nos inoculam toda a sua imoralidade, e todos os seus vícios.²⁰

¹⁷ SILVA, Ana Rosa Cloctet da. 1999, p.205.

¹⁸ *Ibid.*, p.214

¹⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. 2005, p. 89.

²⁰ *Ibid.*, p. 53.

Nesse sentido, a par das ideias de Montesquieu, Bonifácio exprimiu a necessidade de se equiparar as leis e os costumes, a fim de romper com os vícios do "antigo despotismo" no caso, a escravidão, que maculava as "leis positivas" que deveriam fundar a Nação Liberal. Afinal, a seu ver, "se o antigo despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queria que fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar".²¹

Como se observa seu discurso foi constantemente pontuado pela preocupação em dar coesão a "[...] tantos elementos discordantes e contrários, e em amalgamar tantos metais diversos [...]"²², tal preocupação também se estende aos escravos que, quando libertos, poderiam "[...] vir a ser nossos irmãos, e nossos compatriotas"²³. Essa perspectiva, como aponta Penalves, diferenciava Bonifácio dos demais ilustrados antiescravistas do início do século XIX, pois o mesmo propunha um projeto emancipatório, ainda que a ser executado gradativamente:

Torno a dizer porém que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos.²⁴

E sugere Bonifácio que "[...] os forros aumentados, para ganharem a vida, aforarão pequenas porções de terras descobertas ou taperas, que hoje nada vale".²⁵

Em Rousseau encontra respaldo para invalidar a legitimidade da escravidão, pois segundo o filósofo, o homem nasce livre e isto lhe é um direito inerente, conseqüência de sua natureza e, portanto, não pode ser igualado à propriedade ou "coisa", a não ser que isto atenda ao bem de todos, o que não ocorreria, afinal, o escravo seria prejudicado ao perder "todos os direitos naturais". Dessa forma, Bonifácio coloca que,

A sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens; mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, e o que é pior,

²¹ DOLHNIKOFF, Miriam. 2005, p. 47.

²² *Ibid.*, p. 49

²³ *Ibid.*, p. 63

²⁴ *Ibid.*, p. 63.

²⁵ *Ibid.*, p. 49

dos filhos deste homem e dos filhos destes filhos? Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos iludais, senhores, a propriedade foi sancionada para o bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de pessoa a coisa, na frase dos juristas? Não é pois o direito de propriedade, que querem defender, é o direito da força, pois que o homem, não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade.²⁶

Ainda que se mostrasse simpático às ideias de Rousseau, José Bonifácio defendeu um projeto emancipacionista que, diante da sociedade escravista no qual estava inserido, fatalmente sofreu limitações em determinados aspectos. Desse modo, como ressalta Ana Rosa Clochet da Silva,

[...] se, por um lado, a escravidão era inerentemente antagonista ao projeto de construção de uma Nação liberal – com ele confrontando tanto na sua concepção filosófica, marcadamente influenciada pela filosofia do século XVIII, quanto na percepção dos seus aspectos políticos, econômicos e sociais mais concretos –, por outro lado, a sua manutenção temporária revelava-se uma condição necessária para a própria concretização daquele projeto.²⁷

Outro elemento presente nos discursos adotado tanto por intelectuais contrários, grupo no qual se encontra Bonifácio, quanto consintos à escravidão é a referência constante ao Haiti, devido aos acontecimentos desencadeados pelos cativos. Para Clochet tal frequência discursiva refletia a preocupação real de uma elite que se entendia ilhada por um “mar de escravos” em razão das possíveis discrepâncias entre a quantidade de escravos em relação à minoria branca. Contudo, Antonio Penaves Rocha destaca outra dimensão desta “haitinização” da elite; para ele, a ideia da revolta tornava-se um recurso retórico utilizado pelos antiescravistas, a fim de convencer sobre a necessidade de se reorganizar a estrutura escravista – sendo o único meio de conter sublevações.

Reinaldo Nishikawa, por sua vez, no artigo *O Haiti é aqui? Práticas escravistas; discursos antiescravistas no Brasil (1790-1840)*, também reforça a ideia de que tal referência assumia um caráter retórico nos discursos

políticos da época e, para tanto, se contrapõe à opinião de que a Revolução do Haiti tenha repercutido enquanto pressão política para o fim da escravidão no Brasil. Nishikawa argumenta que este acontecimento, ao contrário, favoreceu a permanência da escravidão, pois diminuiu a concorrência da economia açucareira, beneficiando as exportações brasileiras. Conclui, assim, que os argumentos antiescravistas se mostravam utópicos, pois em sua conjuntura “[...] a escravidão era muito lucrativa ao proprietário de escravos”.²⁸

Enfim, ao utilizar referências como a Revolução do Haiti, esses autores não buscavam incitar algum tipo de revolta, esse tipo de argumentação funcionava mais como retórica para persuadir e precaver os caminhos que seguiam a escravidão. Suas ideias demoraram a ser postas em práticas. O fim do tráfico ocorreu no Brasil, apenas em 1850 e o fim da escravidão em 1888.²⁹

Em suma, José Bonifácio com o texto *Representação...*, objetivava fundamentar uma Nação homogênea, na qual a escravidão fosse gradativamente eliminada e os libertos absorvidos pela estrutura civil; além disso, apresentou medidas que, se sancionadas, contribuiriam para a mitigação enquanto a escravidão permanecesse. Contudo, o projeto emancipatório de Bonifácio não condizia com os interesses enraizados na sociedade brasileira da primeira metade do século XIX e, mesmo após a sua morte em 1838, os debates em torno da questão escravista seriam recorrentes por todo o século XIX.

ANDRADE, Jaqueline Stafani; SILVA, Patrícia Monique. *Illustration and Antislavery: Considerations about the thought of José Bonifácio*.

ABSTRACT: This article aims at exploring some fundamental aspects of José Bonifácio de Andrada e Silva's antislavery thought, as well as the influences of the illuminist philosophy and the forms of adaptation to the Brazilian context in the beginning of XIX Century.

KEYWORDS: Illustration, Slavery, Antislavery, José Bonifácio, Brazil.

²⁸ NISHIKAWA, Reinaldo. 2005, p. 9

²⁹ *Ibid.*, 2005, pp. 9-10

²⁶ SILVA, José Bonifácio de Andrada e; citado em DOLHNIKOFF, Miriam. 2005, pp. 60-61.

²⁷ SILVA, Ana Rosa Clochet da. 1999, p.218

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. *Em nome de Deus*. In: Revista de História. 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/em-nome-de-deus>. Acesso em 18/06/2010.
- DIAS, Maria Odila L. *Aspectos da ilustração no Brasil*. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. 1968.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio de Andrade e Silva/ Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NISHIKAWA, Reinaldo. *O Haiti é aqui? Práticas escravistas; discursos antiescravistas no Brasil (1790-1840)*. In: Revista eletrônica História Hoje. São Paulo: ANPUH/ CNPq, vol. 3, nº 8, 2005, pp. 01-15.
- ROCHA, Antonio Penalves. *Idéias Antiescravistas da Ilustração na sociedade brasileira*. In: Revista Brasileira de História (Órgão oficial da associação Nacional de História). Dossiê: Brasil, Brasis. São Paulo: ANPUH/FAPEESP/Humanitas Publicações, vol. 2, nº. 39, 2000, PP. 37-68.
- ROCHA, Antonio Penalves. *A econômica política e a reação aos "abomináveis princípios franceses" no Brasil (1804-1827)*. Apartes de Ilana Blaj e Cecília Salles de Oliveira. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina: seminário internacional*. São Paulo: Nova Stella; EDUSP; Brasília: CNP, 1990, pp.319-332.
- SILVA, Ana Rosa Cloet da. *Construção da Nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*. 1823. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01688900#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17/06/2010.

MODERNIDADE X ROMANTISMO: A NAÇÃO ALEMÃ

Barbara Mariani POLEZ*

RESUMO: O presente artigo se propõe a expor os conceitos de nação e nacionalismo desenvolvidos durante o século XVIII e XIX, levando em conta e comparando a Revolução Francesa; um marco da história universal que inaugurou o sentido moderno do termo nacionalismo, e as idéias desenvolvidas acerca dessa temática no período posterior a Primeira Guerra Mundial na Alemanha.

PALAVRAS-CHAVE: nação – revolução – nazismo – romantismo - modernidade

A Revolução Francesa, que teve início em 1789, forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. Foi ela que inaugurou (em seu sentido prático) o conceito e o vocabulário do nacionalismo. O nacionalismo, como entendido no contexto atual, vem das últimas décadas do século XVIII, introduzido pela Revolução, movido por uma força dinâmica crescente (KOHN, 1949).

Muitas vezes e por muito tempo foram usados critérios simples como língua, etnia, território, história, traços culturais comuns, dentro outros, para explicar porque certos grupos se tornaram "nações"; sendo esta uma abordagem objetiva. Contudo, essa tentativa falhou, uma vez que esses critérios são em si mesmos ambíguos e mutáveis. Hobsbawm (1990) ainda afirma que não é possível reduzir a "nacionalidade" a uma dimensão única, seja política, cultural, etc.

Há pessoas que podem identificar-se como judeus mesmo que não partilhem da religião, língua, cultura, tradições, herança histórica, padrões grupais de parentesco ou de uma atitude em relação ao Estado judeu. (HOBSBAWM, 1990, p. 17 e 18)

Assim, para se estudar a "questão nacional" é mais proficiente abordar primeiramente o conceito de "nação". Dentre os aspectos abordados por Hobsbawm em relação à nação se encontra: o nacionalismo (na definição de Gellner¹) que fundamentalmente é um princípio que sustenta que a unidade

¹ Foi um filósofo e antropólogo social judeu-checo. Importante teórico da sociedade moderna e das diferenças que a distinguem das sociedades precursoras.

política e nacional deve ser coerente trata-se de um imperativo de legitimidade política; as fronteiras étnicas não se devem sobrepor às fronteiras políticas, nem devem separar os detentores do poder de um determinado estado das restantes populações, isto é, as populações aspiram estar reunidas sob a autoridade de governantes que pensam ser-lhes semelhantes.

A "nação" pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a alguma forma de Estado territorial moderno, o "Estado-nação"; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. (HOBSBAWM, 1990, p. 19)

Segundo Walter Bagehot², a história do século XIX é marcada pela "construção das nações". Sendo que, o interesse pelo estudo do nacionalismo surge após a Primeira Guerra Mundial, quando o mapa da Europa estava sendo, pela primeira e única vez, redesenhado de acordo com o princípio da nacionalidade. A partir do século XIX, dicionários e enciclopédias passaram a definir "nação" como comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo, tendo comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições. Portanto, o conceito de governo não foi ligado ao conceito de nação até o século XIX.

O primeiro significado da palavra "nação" indicava origem e descendência. Pátria, durante o século XVIII, era entendida como lugar, a terra onde se nascia, adquirindo, assim, uma conotação diferente de nação. Isso porque até o final do século XIX, a terra não era vinculada a um Estado. Dessa forma, a palavra "nação" se referia a pessoas que pertenciam a um mesmo Estado sem, porém, falarem a mesma língua. Assim, evidencia-se que o significado do termo "nação", em seu sentido moderno, é historicamente muito recente. As raízes do nacionalismo se encontram no passado, como em todo movimento histórico. As condições que levaram a formação do conceito levaram séculos para amadurecer, foram evoluções políticas, econômicas e intelectuais que ocorreram em diferentes momentos em países diversos (KOHN, 1949). Assim, a idéia de Nação, já presente nos pensadores do século XVIII e em Hegel, passou a caracterizar toda a política moderna e contemporânea. O Estado-Nação passa a ser a realidade política por excelência, em torno da qual gravitam os atos históricos, persistindo ainda hoje, embora com o acréscimo de diversidades e novidades. Durante e

² Britânico ensaísta e jornalista que escreveu extensivamente sobre literatura, política e economia.

após a revolução de 1789, esperava-se que o novo regime instaurado não expressasse somente os interesses de classe, mas também a vontade geral do "povo" que, por sua vez, era "a nação francesa". Assim, à maneira da Revolução Francesa, a nação igualava e punha no mesmo plano o "povo" e o Estado. Uma vez que, Hobsbawm considera a nação como escolha da cidadania com base na idéia do povo soberano (sendo este um conceito revolucionário), em ligação com o exercício do poder em seu nome, assim, prende-se o conceito de nação ao conceito de Estado.

[...] a nação era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa. (HOBSBAWM, 1990, p. 31)

Sendo assim, nação, Estado e povo se constituem como um mesmo elemento e, mais tarde, como não podia deixar de ser, o território foi vinculado à idéia de nação. Entretanto, a Revolução Francesa foi estranha ao princípio de nacionalidade, porque não havia ligação entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial e a identificação de uma "nação" em bases lingüísticas, étnicas ou em qualquer outra característica que permita o reconhecimento coletivo do pertencimento do grupo. A língua, em princípio, não tinha nada a ver com ser "inglês" ou "francês". Os especialistas franceses lutaram tenazmente contra as tentativas de fazer a língua falada um critério de nacionalidade³. Do ponto de vista revolucionário, o que a "nação" possuía em comum não era a língua e a etnicidade, mas, sim, o fato do "povo-nação" ter em comum a característica de ser contra os interesses particulares e a favor do bem comum contra o privilégio. Portanto, a "nação revolucionária" é diferente do Estado-nação. Contudo, sob uma perspectiva mais prática, se insistia na idéia de que uma tradição cultural compartilhada, representada especialmente pelo idioma francês, definia a nação francesa. Assim, o critério etnolingüístico de nacionalidade era freqüentemente aceito, pois "não há dúvida de que, para a maioria dos jacobinos um francês que não falasse francês era suspeito". (HOBSBAWM, 1990, p. 33) Com isso, durante a Revolução, os franceses insistiam na uniformidade lingüística, o que para a época era bastante excepcional. Em certo sentido, adotar o francês era uma das condições da plena cidadania francesa (e, assim, da nacionalidade). Os indivíduos que não fossem franceses poderiam se integrar à nação francesa desde que aceitassem as condições da mesma, o que incluía falar francês.

³ HOBSBAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Porém, contrariando alguns dos pressupostos sobre nação e nacionalismo identificados acima, estão as idéias de Adolf Hitler acerca da identidade, nação e Estado germânicos. Tais idéias foram estabelecidas no livro escrito pelo líder nazista denominado *Mein Kampf* (Minha Luta), dividido em dois volumes. As idéias expressas nessa obra não são exclusivas de Hitler, mas expressam as articulações científicas e intelectuais surgidas durante todo século XIX e XX. Contudo, o livro está longe de ser uma obra de teoria política. A ideologia de Hitler contida em *Mein Kampf* é identificada mais como uma estrutura solta de ação que se traduzia em "objetivos realizáveis" do que como um "programa" (GEARY, 2010).

Sem sutilezas de qualquer tipo, a obra repete várias vezes os preconceitos mais vulgares e as mentiras mais grosseiras. Usa indistintamente palavras que na verdade têm significado distintos (povo, nação, raça e tribo) e baseia a maioria dos seus argumentos não em evidências empíricas, mas em analogias (geralmente falsas). No pouco de estrutura que o livro possui, a primeira parte é vagamente autobiográfica e a segunda, um relato da história do início do NSDAP⁴. Como autobiografia e história, ele está cheio de mentiras [...]. (GEARY, 2010, p. 15)

Nesta obra, Hitler analisa a formação do Estado e sua finalidade a fim de expor como poderia e deveria se constituir uma nação de força e poder que fosse adequada as necessidades do povo germânico. Segundo ele, existem três tipos de grupos que possuem visões diferentes a respeito da função e organização de um Estado:

a) O grupo dos que vêem o Estado como uma reunião mais ou menos voluntária de indivíduos sob a mesma administração oficial. Esse grupo é o mais numeroso. Nas suas fileiras, encontram-se, sobretudo, os fanáticos pelo princípio da legitimidade, para os quais, nesses assuntos, a vontade dos homens não desempenha nenhum papel. Para esses, a simples existência do Estado dá-lhes direito a uma inviolabilidade sagrada. Para defender essa concepção idiota eles observam uma fidelidade de cão em relação à autoridade do Estado. [...]. O Estado, para estes indivíduos, não existe para servir aos homens, mas estes são destinados a adorar a autoridade do Estado, que se personaliza em qualquer empregado público. Para que esse Estado, objeto de uma verdadeira adoração, não se perturbe, é que o governo toma a si a defesa da ordem e da tranquilidade. [...] b- O segundo grupo é um pouco menor em

⁴ Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

número. Nesse grupo devem ser computados os que não acreditam que a autoridade do Estado seja a única finalidade do mesmo, mas condicionam-na a umas tantas exigências. Esses desejam não somente um Governo único, mas também, se possível, uma língua única, quando não por outras razões ao menos por motivos de técnica administrativa. A autoridade já não é a única, a exclusiva finalidade do Estado. [...] Os principais representantes dessas idéias encontram-se entre os burgueses, sobretudo entre os liberais-democratas. c) O terceiro grupo é o mais fraco em número. Vê no Estado um instrumento para realizar tendências vagas no sentido de uma política de força, por uma nação unificada e falando a mesma língua. A aspiração de uma língua única não se manifesta somente na esperança de se criar um fundamento capaz de produzir um aumento de prestígio da nação no exterior, mas, não menos, na falsíssima opinião de que, por esse meio, se conseguirá uma orientação definida na obra de nacionalização." (HITLER, 1926, p. 165-166).

Portanto, o que se observa nesse discurso é a negação de que a língua seria o fator essencial de unificação e formação da nação, o oposto do que ocorreu durante a Revolução Francesa. A adoção da língua alemã para a germanização, por exemplo, da Áustria eslava, não refletia para Hitler em uma germanização, pois pode-se germanizar um território, mas nunca um povo. Resumia-se apenas na adoção forçada da língua e, muito pelo contrário, na desgermanização, ou seja, um abastardamento da raça alemã.

É quase incrível que alguém pense ser possível transformar um negro ou um chinês em alemão somente por ter o mesmo aprendido a língua alemã e esteja disposto a falá-la por toda a vida e a votar em qualquer dos partidos políticos alemães. Os meios nacionalistas burgueses nunca se elevaram à compreensão de que semelhante processo de germanização redundaria em uma desgermanização. Quando, hoje, pela imposição de uma língua comum, se diminuem ou mesmo se suprimem as diferenças mais sensíveis entre os povos, isso representa um começo de abastardamento da raça e, no nosso caso, não uma germanização, mas a destruição dos elementos germânicos. (HITLER, 1926, p. 131)

O que se percebe, é que a nacionalidade (ou raça, na acepção de Hitler), se encontra determinada pelo sangue, não pela língua. Sendo assim, a função do Estado está na conservação e defesa da raça (cultura, nação) e, por conseqüência, a expansão de todas as forças latentes da mesma. Um Estado modelo é aquele quando, não somente corresponde às condições da

vida do povo que representa, mas também, quando dá suporte para a vida e existência material desse povo. Outra função do Estado seria promover a "higiene racial", que está baseada nas idéias de superioridade racial e antissemitismo que foram desenvolvidas no capítulo denominado "Povo e Raça", no qual afirma que os povos do mundo podem ser divididos em três grupos raciais: os criadores de cultura, os portadores de cultura (povos que imitam criações culturais de outros povos) e os destruidores de cultura. A raça dominante (o grupo de arianos) era a única capaz de criar cultura e, por isso, conquistava povos inferiores a fim de transmitir a eles os seus valores culturais. Porém, em um momento a raça dominante começou a se misturar com as raças inferiores, o que levou a deterioração racial que somente seria revertida com uma "higienização" feita pelo Estado. Sendo que, para Hitler, a superioridade ariana residia na capacidade para o trabalho, no cumprimento do dever público, no auto-sacrifício e no idealismo; características que não eram criadas pela sociedade, mas sim, determinadas geneticamente. E, portanto, os judeus não possuíam nenhuma delas, com um agravante a mais: não possuíam uma terra natal (uma nação própria, uma vez que para Hitler a idéia de nação estava vinculada a idéia de território), ou seja,

[...] o judeu era incapaz de se sacrificar por um objetivo maior da comunidade; era materialista e avesso ao idealismo. Por meio do marxismo e das finanças internacionais, os judeus tentavam subverter as verdadeiras nações e, na realidade, tomavam-se parasitas delas. [...] os judeus eram comparados com ratos, vermes, doenças, pragas, germes e bacilos. Quase tudo o que Hitler não gostasse era associado aos judeus: as decisões da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos de lutarem contra a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial; a derrota da Alemanha nessa guerra; a Revolução Russa; o marxismo internacional; a ganância dos bancos e as condições do Tratado de Versalhes. (GEARY, 2010, p. 18)

Em *Mein Kampf* também estava claro que o Estado nazista não seria democrático, uma vez que, para Hitler a competição entre os partidos políticos, na verdade, eram negociadas em proveito próprio. Além do mais, a política democrática aumentava e colocava em evidência as divisões internas de uma nação, ao invés de unificá-la; em consequência, ela não seria forte para resistir ao comunismo. Para impedir os entraves da constituição da nação, seria preciso um líder forte que reconheceria e expressaria a vontade popular e transformaria a nação em uma "comunidade do povo". Esses pressupostos acima estabelecidos só foram possíveis de serem desenvolvidos por uma característica única da Alemanha no pós-primeira

guerra: o modernismo reacionário (HERF, 1993). Este seria um paradoxo cultural da modernidade alemã, na qual foi aceita a tecnologia moderna ao mesmo tempo em que foi rejeitada a razão iluminista.

Nas teorias sociológicas do desenvolvimento da modernidade européia, predominam dicotomias: tradição ou modernidade, progresso ou reação, comunidade ou sociedade, racionalização ou carisma. Quando aplicadas à história alemã moderna, tais dicotomias sugerem que o nacionalismo alemão e o nacional-socialismo subsequente tenham sido fundamentalmente motivados pela rejeição da modernidade: os valores políticos da Revolução Francesa e as realidades econômicas e sociais criadas pela Revolução Industrial. A Alemanha, dizem-nos, rejeitava a modernidade cientificista. (HERF, 1993, p. 13)

Buscava-se unir reação política com avanço tecnológico, com isso incorporava a tecnologia moderna ao sistema cultural do nacionalismo alemão moderno; porém, dispensava os aspectos românticos e antirracionais. (HERF, 1993) O contexto que contribuiu e levou a esse desfecho contraditório na Alemanha foi que, diferentemente da Inglaterra e da França, sua industrialização foi tardia (ocorreu no século XIX) e rápida. E, complementando essa situação, a industrialização capitalista alemã aconteceu sem uma revolução burguesa, sendo assim, o liberalismo, a burguesia e o iluminismo permaneceram fracos e o Estado continuou autoritário. Mesmo que o embate entre tecnologia e cultura não tivesse se iniciado na república de Weimar, ele atingiu seu ápice neste período.

A confrontação entre o processo tecnológico e as tradições do nacionalismo alemão foi mais aguda em Weimar do que em qualquer outra época da história alemã moderna, anterior ou posterior, bem como do que em qualquer outro lugar da Europa após a Primeira Guerra Mundial. (HERF, 1993, p. 32)

Foi exatamente no período pós-Primeira Guerra que começaram a atuar alguns escritores da direita alemã, os quais defendiam uma ideologia nacionalista mais acertada com o tempo moderno do que com o conservadorismo. Como conjunto, esses pensadores eram conhecidos como intelectuais da "Revolução Conservadora" e se opunham a República de Weimar, pois a reconheciam como a causa da desgraça alemã: a guerra perdida, o Tratado de Versalhes, a inflação de 1923, os judeus e o liberalismo político. Portanto, a revolução conservadora deve ser entendida no contexto do problema geral alemão, ou seja, deve-se levar em conta a fraqueza da democracia e dos princípios liberais em uma sociedade que se

tornou altamente industrializadas, com muita rapidez. Desse modo, a base social da revolução conservadora seria a classe média compreendida em seu sentido mais abrangente. Ela incluía pequenos e médios fazendeiros, artesãos e lojistas e os profissionais liberais, como advogados, médicos, professores, funcionários públicos e engenheiros; que se uniam contra um mal comum: o rápido desenvolvimento do capitalismo industrial na Alemanha. Organizavam-se contra o avanço do capital, bem como contra a classe trabalhadora organizada e como solução para essa questão encontraram a nação-estado, uma vez que ela estava acima de todos os interesses de classe ou interesses pessoais egoístas, motivados pelo "idealismo" nacional. O Romantismo alemão teve uma contribuição decisiva na revolução conservadora, isso porque os intelectuais de direita eram românticos políticos.

Na tradição romântica alemã e nas respectivas variantes nietzschianas modernas, havia muita coisa que denegria o papel da razão na política e/ou que encarava a política acima de tudo, como ensejo para a auto-realização, para a experiência autêntica ou para identidades novas – concepções de política que o nacional-socialismo também advogava. O renascimento da nação também significaria a renovação da identidade pessoal. (HERF, 1993, p. 41)

Assim, os revolucionários conservadores eram nacionalistas que acreditavam na superioridade do Povo alemão, forte o suficiente para ultrapassar as barreiras da influência destrutiva do capitalismo, do liberalismo e do marxismo socialista. Isto é, de um lado se encontrava o Povo alemão (comunidade de sangue, raça e tradição cultural), do outro a ameaça do americanismo, do liberalismo, do materialismo.

O nacionalismo servia como uma religião secular que prometia uma alternativa a um mundo que sofria de excesso de racionalização capitalista e comunista. [...] O idealismo nacional devia triunfar sobre os interesses egoístas dos sindicatos e a filosofia materialista dos partidos de esquerda. (HERF, 1993, p. 49-50)

Embora Hitler não tenha escrito sobre o assunto, ele foi praticante dessa tradição modernista revolucionária, tentando unificar a tecnologia com a alma alemã. Ele teve o intuito de pôr em prática a revolução que esses intelectuais buscavam, eles compartilhavam uma visão da política como realização estética, o irracionalismo e antissemitismo e, principalmente a

idéia de que a Alemanha estava mergulhada em um estado de degeneração irreversível (se continuasse seguindo o caminho da república de Weimar).

Parte do gênio de Hitler consistiu em convencer seus seguidores de que ele ia levar a cabo uma revolução cultural e romper a tendência rumo ao desencantamento do mundo, ocasionada pelo liberalismo e pelo marxismo, sem fazer a Alemanha recuar para a impotência pré-industrial. (HERF, 1993, p. 61)

É importante ressaltar que em nenhum lugar da Europa o modernismo e o romantismo tiveram um embate e se complementaram de forma tão consistente, nem pôde se industrializar sem passar por uma revolução burguesa, ou o combate do iluminismo foi o elemento formador da identidade nacional como aconteceu na Alemanha durante o século XIX e XX. Os revolucionários conservadores objetivavam uma revolução político-cultural que revitalizasse a nação, contudo eram reacionários na medida em que rejeitavam e se opunham aos princípios da Revolução de 1789.

Os românticos de direita faziam parte da corrente principal do nacionalismo alemão, recorriam a emoção, a paixão, a ação e comunidade para criticar a razão "sem alma"; a alternativa para o liberalismo político e a sociedade capitalista era o Estado. Portanto, a junção da tecnologia a visão do nacionalismo alemão proporcionou uma matriz cultural que parecia restaurar a ordem naquilo que esses pensadores viam como a realidade caótica do pós-guerra. (HERF, 1993) Sendo assim, no seu mais amplo significado, a palavra "nacionalismo" designa a atitude mental que confere à entidade nação um altíssimo posto na hierarquia de valores. O nacionalismo é uma identidade formal suficientemente poderosa para poder unir lealdades pré-existentes: mito de origem comum, raça, língua, religião e território. Todavia, se esses fatores podem fortalecer a consciência de nacionalidade, o mito de origem comum é indispensável: nenhum grupo lingüístico ou cívico pode desenvolver o fenômeno de nacionalismo. Logo, o sentimento nacional é um estado de espírito, resultante do meio social e da educação/cultura.

POLEZ, Barbara Mariani. *Modernity X Romanticism: The German Nation*.

ABSTRACT: This article aims to explain the concepts of nation and nationalism, developed during the eighteenth and nineteenth century, taking into account and comparing the French Revolution, a milestone in world history that ushered in the modern sense of the term nationalism, and the ideas developed about this theme in the period after World War I in Germany.

KEYWORDS: nation – revolution – nazism – romanticism - modernity

REFERÊNCIAS

- GEARY, Dick. *Hitler e o nazismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GEARY, Patrick J. *O Mito das Nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. 1926.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KOHN, Hans. *Historia del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.

PENSANDO O ROCK: LED ZEPPELIN, CULTURA E POLÍTICA

Ricardo Sinigaglia ARRUDA*

RESUMO: Neste artigo analisaremos as relações do rock com a contracultura, tendo o grupo inglês *Led Zeppelin* como foco para estudar, principalmente, a orientalização oriunda da contracultura dos anos 60, que a partir dos anos 70 assume um novo caráter, menos político e mais adequado à consolidação do rock na indústria cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Rock, *Led Zeppelin*, orientalismo, globalização.

O *Led Zeppelin* foi a principal banda dos anos de 1970 com inúmeras referências. O objetivo deste artigo é buscar compreender e problematizar a referência oriental no *Zeppelin*. Sendo assim, destacar-se-á três importantes questões para entender a música da banda: 1) Trazer a referência da contracultura no *Zeppelin*, pois este é um dos momentos que se percebe a entrada do "oriental" em sua música, dentre outras questões culturais que também comporão a música do *Led*, estabelecendo uma comparação para compreender o porquê da despolitização na música da banda em foco; 2) Compreender o fenômeno da globalização a fim de perceber como o Ocidente busca referências em aspectos Orientais; 3) Analisar a música *Kashmir*, que nos servirá como exemplo para analisar melhor a questão do orientalismo.

Em 1965, em meio à invasão inglesa, ao sucesso de Bob Dylan:

Em San Francisco, um grupo de músicos, apoiados e inspirados pela crescente comunidade da contracultura, fomentava um estilo musical destinado a tornar-se um rock dos mais criativos e culturalmente exótico da América. (FRIEDLANDER, 2002, p. 267)

Esse rock dos anos de 1960 criticou amplamente a sociedade conservadora, podemos citar algumas bandas do período como o *Jefferson Airplane*, o *Big Brother and the Holding Company* (tendo Janis Joplin como vocalista), *Greatful Dead*, dentre outras. Essas bandas tinham referência do folk-rock de protesto de Bob Dylan, com o padrão rítmico 2/4 das primeiras

* Graduando em História pela Unesp/Franca, sob a orientação do Professor Doutor José Adriano Fenerick

músicas dos *Beatles* e da primeira geração do rock. Além disso, não moravam em mansões como Lennon ou McCartney e ficavam perto de seus públicos. Outras questões que caracterizavam esses jovens eram suas vestimentas e seus hábitos nada conservadores, como o uso de drogas alucinógenas ou a leitura de textos de pensadores orientais (de Buda a Ghandi) – de certo modo, como um escapismo espiritual a fim de negar o *status quo* do mundo ocidental.

Todavia, as drogas alucinógenas (haxixe, LSD, mescalina, entre outras) possuíam um sentido político, afinal, os *hippies* usavam-nas como forma de expandir a mente e libertar-se da sociedade conservadora que se encontravam. As drogas alucinógenas, neste momento, - embora seja um assunto altamente controverso mesmo para os músicos que as usaram no período, - passaram a ser vistas como um símbolo da criatividade artística, diferentemente do álcool, das anfetaminas e dos barbitúricos que causavam violência e insensibilidade.

Poesia, jazz e folk também faziam parte do repertório, bem como uma *filosofia sexual* sem preconceitos, vista principalmente nas músicas de Janis Joplin, que apoiava amplamente a liberdade feminina e a liberdade sexual. Era uma forma coletiva de negar valores sociais do ocidente, algo gerado pela tensão política entre a contracultura dos anos de 1960 e a sociedade conservadora que se colocava nos Estados Unidos e em outros países. Negavam também o *status quo* da URSS, buscavam algo alternativo a tudo, tanto ao capitalismo como ao comunismo oficial. Todo esse ativismo político tem repercussões na música da contracultura acreditando que poderiam quebrar padrões sociais conservadores, através de uma transformação coletiva, e não mudar apenas a si próprios, como aconteceu nas décadas seguintes.

O rock da contracultura dos anos 60 foi largamente experimentado pelos salões de San Francisco. Era o famoso *underground*, espaço de criação desses músicos, onde tecnologias eram experimentadas para a criação de novos sons e novos modos de lidar, inclusive, com o público, tornando-se uma maneira de negar valores sociais vigentes. Esses artistas aproximaram o público dos músicos no palco, numa relação em que a platéia não ficava mais sentada e, por conseguinte, podiam dançar com a nova música. A improvisação era muito comum pelos, portanto, shows de três horas, eram normais. A livre distribuição de LSD também ocorria em larga escala. Normalmente, em alguns intervalos ou no fim dos shows, textos orientais eram lidos como forma de liberdade espiritual. Era o espírito de liberdade e a negação da sociedade regrada que se colocava no

underground. Foi nesse ambiente que também surgiram os jogos de luzes psicodélicas (FRIEDLANDER, 2002, p. 271-274).

Foi neste contexto cultural que a indústria fonográfica estabeleceu uma nova estratégia de mercado, na qual o *underground* foi um dos elementos chaves para testar novos produtos musicais. Afinal, essa música passou a ser divulgada e seus espectadores cresciam.

Esse é um dos momentos em que podemos reparar alguma ação da indústria cultural. O festival *Monterey Pop*, por exemplo, foi organizado por um grupo de artistas e executivos da indústria fonográfica. Paul McCartney é a contradição viva que podemos explorar, pois, ao mesmo tempo em que o *Beatles* defendia o LSD, McCartney também é um dos organizadores do evento e, desta maneira, faz tanto o papel de um *hippie*, quanto de executivo da indústria cultural a fim de divulgar o rock de San Francisco e apontar o que vende ou não. Duzentos mil fãs com trajes *flower power* se fizeram presentes. Ravi Shankar, músico indiano (mestre da cítara), fez a sua participação na tarde de domingo, oferecendo refúgio espiritual para os presentes. Assim, a indústria fonográfica observava que tipo de música os jovens mais gostavam para levá-las ao estúdio, para reproduzir em série e vender. O que esvaziaria, pouco tempo depois, toda a força criativa e contestatória da contracultura.

A venda do novo estilo de rock, faz surgir revistas como a *Rolling Stone* e, apesar do amadurecimento social como aborda Friedlander, de engajamento contra a Guerra do Vietnã, bandas como *Jefferson Airplane*, que faziam letras de crítica social desaparecem do cenário.

Neste sentido, ocorre uma despolitização da contracultura, por meio da cooptação pela Indústria Cultural, quem não fizesse o que a indústria cultural queria, saía de cena. O *Creedence Clearwater Revival*, que possui elementos conservadores em sua música, passa a fazer enorme sucesso e vender para o mundo, apesar de também ter elementos (diluídos) da contracultura em sua música. A lógica é fazer o som de San Francisco continuar nos shows com as luzes psicodélicas e com o colorido de seus cartazes, esquecendo-se de suas críticas sociais. O *Greatful Dead* passou a diminuir o tempo de suas músicas e “perder” o aspecto de experimentação para que fossem incluídas nas rádios, afinal, era preciso fazer músicas de três minutos. Porém, seus shows duravam três horas, dessa maneira, davam lucros para a indústria fonográfica. O rock da contracultura dos anos de 1960 tornou-se industrial, como conclui Friedlander:

Culturalmente, os valores transmitidos de integridade e idealismo humanitário foram subseqüentemente ultrapassados por outros objetivos, o egoísmo e a ganância das décadas seguintes. Os

anos 70 deram início a geração do eu, e as letras das músicas logo desviaram-se da crítica social para temas menos políticos: sexo, drogas e rock and roll. Neste meio tempo, o som de San Francisco desaparecia de forma avassaladora enquanto os anos 70 começavam (FRIEDLANDER, 2002, p. 282)

É nesse contexto dos anos de 1970 que o *Led Zeppelin* se insere. Suas referências musicais são da década anterior, porém, os músicos da banda são *hippies* na maneira de se vestir, vagamente em sua música. Sua preocupação é ganhar dinheiro e enriquecer de maneira individual. O ideal coletivo de mudar o mundo se perde. Não há preocupação de crítica social e política em suas canções, definidas por um crítico da época, como pseudo-profundas. No entanto, o *Led Zeppelin*, devido a seu vínculo à contracultura, tem capital cultural para ficar entre as "melhores bandas", numa contradição em relação à indústria fonográfica, pois ao mesmo tempo em que estavam inseridos em sua lógica de lucros, o grupo inglês tinha uma certa autonomia para experimentações musicais. Entenda-se que o *Zeppelin* foi uma banda que imitava a contracultura em seus aspectos externos (modo de vestir, relações com as drogas etc.), era destituída de algum posicionamento político mais radical, mas, apesar disso, possuía certa autonomia criativa do ponto de vista musical. A própria diversidade da banda mostra isso, afinal, compunham *blues*, *rock'n roll* ao estilo de Chuck Berry, músicas com sons orientais ou celtas e etc. Como coloca Danielle Cumming:

Led Zeppelin é considerado uma das primeiras bandas de *hard rock*, e o modelo para o *heavy metal*. A principal força criativa do *Led Zeppelin* era o guitarrista, o compositor e produtor Jimmy Page. Page formou o *Led Zeppelin* em 1968 com o baixista e músico de estúdio John Paul Jones, o vocalista Robert Plant, e o baterista John Bonham. Enquanto o som do *Led Zeppelin* é caracterizado por riffs de guitarra de Page, a pesada combinação entre baixo e bateria, a potência vocal de Plant, o estilo versátil de Page, Plant e Jones deram ao *Led Zeppelin* flexibilidade musical, o que não existe em nenhuma outra banda de *hard rock* do período (CUMMING, 2005, p. 12)

Além disso, como lembra Friedlander, o *Zeppelin* possuía um excelente produtor, em um período em que a indústria fonográfica expandia e se tornava mais forte economicamente falando. O lema *sexo, drogas e rock'n roll*, que esvazia o conteúdo político da contracultura, combinou-se com a indústria fonográfica e, em 1973, o *Zeppelin* era responsável por 10% do lucro da *Atlantic Records*, pois produzia em série aquilo que a nova juventude, a segunda geração pós-Guerra, queria. Porém, grande parte

desta juventude não mais se importava com conteúdos políticos, como a geração anterior, que ainda queria músicas que questionassem o mundo. O próprio Jimmy Page chega a afirmar não achar que a música deva ter conteúdos políticos e morais, esvaziando, assim, todo ativismo político da contracultura. Porém, a crítica política aqui não deve ser entendida como músicas que relacionam a política com Estado, mas sim músicas provocativas, como faziam Little Richards ou Chuck Berry, músicas que eram contra sociedade conservadora (nos costumes, nos status quo) de um modo geral.

Como referência dos *hippies*, o *Led* traz o orientalismo, mesmo que de forma despolitizada ou como mera curiosidade para servir à indústria cultural, afinal a fuga aqui é individual e os valores são outros (mais ligados ao hedonismo pessoal). Todavia, o orientalismo musical vende, não há mais uma questão de embate social/cultural. Portanto, façamos uma breve pausa nessas questões musicais para entender como que o Ocidente buscou referências no mundo oriental e qual impacto disso para que depois entendamos como isso pode ser lido na música *Kashmir* da banda em questão.

Há, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a descolonização da África e da Ásia. Esse período é conhecido como período "pós-colonial" e, apesar de acontecer de variadas formas por todo o globo, esse movimento nos faz pensar algumas questões importantes para entender o *Led Zeppelin*, banda de origem inglesa e com influências da contracultura, pois é com a descolonização que indianos, por exemplo, saem de seus locais de origem para imigrar em massa para as nações ocidentais, como a Inglaterra, e as trocas culturais que ocorrem por conta disso mudam o padrão das culturas nacionais, tomando influências de culturas orientais e ocidentais. Esse movimento é um dos pilares da contracultura, dada à facilidade do contato através do processo "pós-colonial", mas antes entendamos como se dá essa referência em um plano teórico.

Durante o século XX, as teorias sociológicas passam a predominar nos estudos das Ciências Humanas. Não é mais o homem individual do Iluminismo, cuja identidade única e imutável está em questão, pois esse sujeito não existe para os estudiosos deste século. O que passa a se buscar é o conhecimento sobre a antítese dessa ideia de única identidade, o sujeito sociológico. Este sujeito não é autônomo como aquele do Iluminismo, o sujeito sociológico só existe na relação do mundo que está inserido. As concepções de mundo deste dependem da sua vivência. Todavia, na pós-modernidade, outro sujeito é colocado em questão, e este só se entende a partir do sujeito sociológico, pois, o homem pós-moderno tem suas

identidades deslocadas graças à ampliação dos meios de comunicação e a globalização. Sendo assim, a sociedade muda constantemente e não existe mais uma identidade de grupo, mas sim identidades, que sofrem deturpações. A entrada do oriente nas antigas metrópoles ocidentais faz com que as identidades nacionais sejam deslocadas. Como a contracultura inseriu padrões estéticos orientais em sua música, como fez os *Beatles*, por exemplo, ela descentrou a identidade musical ocidental, de modo que bandas de *rock* após 1970 não conseguiram se desvencilhar desta referência porque o orientalismo vendia e dava lucro.

Nenhum dos homens da contracultura tornaram-se orientais, mas buscaram resinificar essas formas, criando alternativas para a sociedade conservadora. Logo, a identidade e unidade nacional estava deturpada nos Estados Unidos, como no caso de San Francisco, o conservadorismo era questionado a todo momento. Buscava-se uma sociedade que se colocasse como alternativa ao mundo conhecido e suas formas de *status quo*, para tanto, buscava-se deslocar a identidade ou os valores conservadores para negá-los, como é o caso da liberdade sexual e do feminismo nas músicas de Janis Joplin.

Esse momento "pós-colonial", no qual a cultura asiática e africana invadem as suas antigas metrópoles, desloca identidades nacionais. Como atesta Stuart Hall, nesse momento, temos o fortalecimento das identidades locais e o fenômeno da assimilação das culturas orientais pelo ocidente, que resinifica aquela cultura, portanto, quando escutamos a "música indiana" na canção *Battle of Evermore* do *Led Zeppelin*, não temos música puramente indiana, mas algo que foi resinificado e transformado em elementos um pouco diferente do que era. Por exemplo: se havia algo espiritual na música da Índia, ao ser levada para o *Zeppelin*, a música terá apenas um caráter comercial, perdendo sua religiosidade anterior. No entanto, é importante frisar que durante o movimento da contracultura, a música indiana possuía caráter de refúgio espiritual; sendo assim, podemos dizer que o caráter não é igual ao que possuía na Índia, mas ainda assim espiritual. É importante colocar que, mesmo na contracultura, a música oriental era resinificada para alimentar o espírito dos *hippies*. Todavia, o fenômeno da assimilação cultural é irreversível e novas expressões culturais surgem. Porém, leva-se em consideração que cada local resinifica o "oriente" de maneiras diferentes, logo, a música indiana será apropriada de diferentes formas nas diversas partes do mundo. Sendo assim, o sujeito pós-moderno possui inúmeras identidades através desse fenômeno global, onde as fronteiras tornam-se muito pequenas e o espaço do mundo "diminui". Deixemos claro, no entanto, que o movimento da "contracultura" buscou referências na cultura oriental

através do movimento "pós-colonial", afinal, como atesta Cumming, existem momentos no século XIX em que indivíduos traduzem filósofos orientais.

Esse fenômeno global dilui as identidades nacionais e faz o ocidente ficar descentrado. A contracultura, no nosso caso, foi responsável por tal descentralização, afinal questionou toda a forma de *status quo* e todas as formas de conservadorismo existente, inclusive as identidades que eram conservadoras, como, por exemplo, o ideal de homem americano ou o consumismo. No entanto, a música desse grupo passou a ser cada vez mais consumida pelo público jovem e a indústria fonográfica cooptou-a, produzindo-a em série. Dessa maneira, no *Led Zeppelin*, o importante é o som da música e não mais o pano de fundo político social em que aquilo é produzido, ocorre um esvaziamento, e o elemento social da música possui outras preocupações quando pensamos na década de 1970. É importante se inserir totalmente na indústria cultural e não mais fazer a música para questionar uma visão conservadora de mundo. É importante, do ponto de vista do mercado de música, ter um visual caricato da Janis Joplin, pois os elementos externos (moda) contraculturais dessa cantora, ainda podiam ser vendidos. No entanto, não são importantes os questionamentos sociais que estão inseridos nas músicas e no comportamento rebelde espontâneo de Janis Joplin. Esses homens e mulheres da contracultura, contraditoriamente, queriam mudar o mundo, mas acabaram sendo cooptados pela indústria fonográfica e o panorama político sumiu e o individualismo entrou em cena, como colocado anteriormente. Sendo assim, a música do *Led Zeppelin* não mudou mais o mundo que a contracultura desestabilizou (se levamos em consideração a idéia de sujeito pós-moderno) por um curtíssimo período de tempo, mas deixou o mundo estável, pois sua preocupação não era política e, sim, lucrar. Não era mais importante desestabilizar *status quo*.

Como disse John Paul Jones, o *Zeppelin* estava livre para experimentar, por isso usavam música Celta, Árabe, Indiana, o *blues*, o *country*, etc. No entanto, tudo isso já não era mais *experimentação de fato*, pois tais procedimentos já tinham sido usados por outros músicos, anteriormente. O *Zeppelin* apenas reproduziu o que os *Beatles* fizeram, por exemplo. Mesmo quando Friedlander diz que Page ganhou uma disputa com a indústria fonográfica, não deixando que colocassem seus nomes por causa das críticas da mídia no álbum *Led Zeppelin IV* substituindo o nome por símbolos, podemos fazer uma relação direta com o álbum *Sgt. Peppers* dos *Beatles* e perceber que Page apenas imitou os ídolos da geração anterior. Sendo assim, Page nada mais fez do que algo vendável, dentro de uma estratégia contracultural de venda.

Kashmir é uma canção, portanto, extremamente criativa do ponto de vista musical, mas que não traz novidades de questionamento social ou mesmo cultural, no entanto, podemos perceber nessa música a referência oriental que se deu na contracultura devido ao contato Oriente/Ocidente no período "pós-colonial".¹ A idéia principal da música foi de Robert Plant, quando este foi para Marrocos, local que representava o exótico e o remoto. Todavia, o esvaziamento político do *Led Zeppelin* faz Plant demonstrar da onde veio essa sua idéia para *Kashmir*: "O local, o cheiro, as cores era muito intoxicante, como a música. No rádio eu podia ouvir muita música pop egípcia como *Oum Kalsoum*, e dependendo da onde eu estava, música bárbara (...)" (CUMMING, p. 14).

A afinação da guitarra de Page na música em questão revela algumas posturas que remetem ao Oriente, na própria tentativa de deixar o som da guitarra "orientalizado". A afinação tradicional da guitarra EADGBE² leva em conta a corda grave para a mais aguda. Page, no entanto, afina o instrumento em DADGAD (uma afinação "aberta", em ré), lembrando a afinação de uma cítara, instrumento que ficou muito popular no Ocidente com o já citado Ravi Shankar. Como atesta Cumming, o som da cítara não pode ser reproduzido fielmente na guitarra, primeiro pelo design deste instrumento e pelo fato da guitarra ter uma lógica de afinação temperada, totalmente diferente do instrumento indiano, modal e com possibilidades de micro-tons. A afinação tradicional da cítara é um tom abaixo do que está posto, à exceção da corda G que permanece igual nos dois modelos oriental ou ocidental. Logo, não se faz música oriental, mas a referência dos músicos está no Oriente.

Outra questão que se pode perceber em *Kashmir*, é a mistura de culturas que o *Led Zeppelin* faz em função de um orientalismo desprovido de maiores conteúdos, posto que a idéia inicial de Plant, veio de suas impressões marroquinas e, por outro lado, a afinação da guitarra de Page procura se aproximar da cítara, instrumento indiano. Além disso, as músicas tradicional-modais (indiana ou marroquina) possuem um caráter espiritual que dificilmente o pop-rock conseguiria reproduzir ou mesmo se aproximar. Assim, o sentido de *Kashmir* no *Led Zeppelin* é outro, mais calcado no "exotismo", demonstrando o esvaziamento contracultural da banda, e ao mesmo tempo indicando permanências de um experimentalismo provenientes da década de 60, ainda presente naquela que foi considerada a principal banda dos anos de 1970. O *Led Zeppelin*, assim, pode ser visto

¹ Não é o objetivo do artigo apresentar todas as influências orientais em *Kashmir* e nem fazer uma análise teórica muito aprofundada.

² EADGBE é uma forma de simplificação de MI LÁ RÉ SOL SI MI, respectivamente.

como um ponto de convergência entre o experimentalismo do rock pop dos 60 e a consolidação dos clichês do pop-rock dos 70 em diante.

Analisando o DVD *No Quarter (Undeleted)* de 1994, é importante perceber como Jimmy Page e Robert Plant apresentam a música *Kashmir*. Começando pelo fato de que há de um lado músicos da *London Metropolitan Orchestra* e, do outro lado, músicos marroquinos e indianos, que se fundem nos dois ex-integrantes do *Led Zeppelin* que ficam no centro, entre os músicos. Essa questão pode demonstrar que a identidade da banda é a junção de duas diferentes culturas, mas que se torna uma só, formando um tipo de música, com referências orientais e ocidentais, não tendo uma identidade ocidental solidificada. Isso está conectado ao fato de se ter um sujeito pós-moderno, com múltiplas identidades, afinal a oriental descentra a ocidental. Aos 2'10" da música, para demonstrar a fusão de identidades e a hibridação cultural, temos um músico marroquino que toca um instrumento de percussão em conjunto com músicos da orquestra e em meio a gemidos de Plant, num tom erótico, mas que já não tem significado algum dentro da subversão da contracultura. Além disso, aos 4'09" da apresentação, um violinista da orquestra toca de forma completamente "orientalizada" seu instrumento, contudo é importante lembrar que o violino é um instrumento africano e apropriado pelo ocidente, logo, não é "orientalizado" e sim "ocidentalizado". A forma, porém do músico tocar com o violino aos ombros é um modelo criado no ocidente, pois, na África, sentava-se e tocava-se o instrumento em pé, apoiado nas pernas. Por conseguinte, o violino mostra essa fusão de identidades entre Ocidente/Oriente presente no *Led Zeppelin*, que faz questão de demonstrar isso ao fazer com que o violinista demonstre o som oriental, mas com a postura clássica ocidental de ter o violino nos ombros. Outra importante questão é perceber que os músicos de Marrakech (Marrocos) estão de terno e gravata, vestimenta ocidental, ou seja, os músicos estão descaracterizados de seus "trajes tradicionais", mas tocam instrumentos marroquinos. Ao fim da apresentação se tem músicos europeus de um lado e indianos e marroquinos do outro, como se o oriente fosse algo único e homogêneo e o europeu diferente dos outros dois. Porém, Índia e Marrocos são dois locais diferentes, localizados em continentes diferentes e com culturas completamente diferenciadas (KASHMIR, 1994, online).

Plant, contudo, assim como os outros membros da banda, nunca foi para Caxemira (*Kashmir*), ou seja, ele se baseou em um local para pensar outro. Isso também denota o caráter do "exotismo", pois a Índia é um local muito mais conhecido pelos ocidentais, no qual o lado místico chama a atenção. Sendo assim, o exótico entra como um elemento da indústria cultural apenas, um diferencial para o sempre o mesmo.

Led Zeppelin foi uma banda completa e compôs canções criativas do ponto de vista musical, porém, não inovou (no sentido de radicalizar posições) do ponto de vista sócio-cultural. Teve a sua Janis Joplin de calças, teve o seu Keith Moon e o Hendrix, de forma caricata. A banda não possuía pontos subversivos, apenas reproduzia de forma serial tudo aquilo que foi feito pela contracultura e atendiam os desejos da indústria fonográfica. Todavia, aquilo que foi apropriado pela contracultura do oriente, permaneceu no *Zeppelin*, de forma a demonstrar que a banda possuía inúmeras influências/identidades e que esse mosaico de culturas seria permanente. Porém, é importante pensar que esse orientalismo utilizado pela contracultura como elemento contra a sociedade conservadora, traduzia-se no *Led Zeppelin* como um "exotismo", despido, assim, de todo sentido político que possuía na contracultura. O orientalismo, assim, passa a denotar apenas um local exótico e não uma ação contracultural, de transformação do *status quo* do Ocidente.

ARRUDA, Ricardo Sinigaglia. Thinking rock: Led Zeppelin, culture and politic.

ABSTRACT: In this article we analyse the relations between rock and counterculture. Taking the English band Led Zeppelin as the focus, the article studying, mainly, the orientalism, that was present in the counterculture of 60's, that 70's taking another character, more appropriate for the consolidation of rock in the cultural industry and less politic.

KEYWORDS: Rock. Led Zeppelin. orientalism. globalization.

REFERÊNCIAS

CUMMING, Danielle. *Led Zeppelin and Carlo Domeniconi: truth without authenticity?* Graduate and pos doctoral studies. McGill University, Montreal, 2005.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. São Paulo: Record, 2002.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 11. Ed, 2006.

KASHMIR. 2004 (11:53). col e som. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=DO1Bh7rZrog>. Acessado em: 10 de Nov. 2010.

TELE-VISÃO: A DISPUTA IMAGÉTICA NO CAMPO CULTURAL

Carlos Alexandre Silva RODRIGUES*

RESUMO: O campo de batalha que configura o lugar em que residem as formas culturais tem como principal objeto de disputa a imagem. A imagem não no seu sentido literal, privilegiada à visão apenas, e sim imagem captada por todos os sentidos do corpo humano, imbricada na mente e na forma do sujeito viver e se posicionar em sociedade. O objetivo deste artigo é estabelecer um breve debate a cerca das tensões existentes entre as hegemonias culturais, as possíveis formas de resistência a ela e a maneira que esse choque cultural acaba por se traduzir em choques políticos e sociais na história contemporânea. Tendo como principal organizador desse quadro, os veículos de comunicação e a Cultura da Mídia fomentada por eles.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, indústria cultural, hegemonia.

Ao analisarmos a maneira que um determinado grupo de pessoas ou certa população que compõe a sociedade de um local se relaciona com os meios de comunicação e os conceitos, certamente colhemos indícios e elementos fundamentais que contribuem para que se possa revelar como a cultura desse mesmo ambiente é estabelecida e dinamizada. A tele-visão, ou seja, de acordo com o prefixo "tele", a visão de longa abrangência que se possa ter de uma cultura, é o elemento que possibilita a relação sócio-cultural observada e que faz com que uma cultura industrializada que lança mão de tecnologias para se disseminar, possa ser dominante dentro do campo das formas culturais.

A fim de não entrar no mérito do conceito de cultura propriamente dita e sim levar em consideração a ideia de que ela "[...] é um elemento construtivo de outros processos sociais, não o seu reflexo ou representação"¹ como salienta Terry Eagleton a respeito do pensamento de Raymond Williams, arrolamos ao decorrer deste artigo, algumas linhas teóricas de estudos culturais, capazes de elucidar como decorre essa dinâmica cultural a partir da manipulação de uma forma de comunicação midiática de longo alcance que representa uma hegemonia no cenário de disputas em que se localizam diversas formas culturais.

* Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP

¹ EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução: Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates, 2003, p.55.

Calçados, então, em um corpo teórico que encontramos em estudos de autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Richard Hoggart, Rodrigo Duarte e Douglas Kellner, se tornaram possíveis análises de elementos atuais da Cultura de Mídia e sua relação com formas culturais como a música, cinema e televisão, e o caráter influente que elas possuem sobre a sociedade.

INDÚSTRIA CULTURAL E MÍDIA

Quase sempre quando nos deparamos com algo veiculado pela mídia como filmes, músicas, programas de rádio e televisão, não temos a preocupação de pensar se tal produção possui a intenção de evocar alguma reflexão como, por exemplo, a respeito das atuais formas de comunicação cultural, se elas buscam lutar contra uma hegemonia de produções que obedecem a uma linha mercadológica ou então se seu conteúdo obedece à dinâmica de uma cultura dominante, estabelecida de forma rápida e alienante de acordo com padrões pré-formatados. E sim cada vez mais a velocidade das informações e o objetivo de lucro posto em primeiro plano, fazem com que a subjetividade seja deixada de lado na maioria das produções que se possa ter contato e a cultura é menos problematizada.

Os estudos da Escola de Frankfurt, nos quais são feitas análises no âmbito da teoria crítica da sociedade, integrando assim estudos de comunicação e cultura artística, são considerados inaugurais no que dizem respeito a estudos desse tema relacionado à problemática apontada. Desta maneira, não poderiam deixar de auxiliar a presente reflexão sobre os conceitos que buscam tencionar as produções culturais e a sociedade enquanto consumidora dessas.

Tais estudos levam em consideração a maneira que o capitalismo e suas formas de produção industrial se apropriaram também das formas de produção cultural estabelecendo assim a tão comentada Indústria Cultural (termo cunhado por T.W. Adorno e Max Horkheimer). As pessoas consumidoras dessa cultura industrializada – geralmente oriundas da classe trabalhadora – buscam prazer no lazer que é ouvir uma música, por exemplo, e muitas vezes devido à exaustão do trabalho operário, acaba por não refletir sobre aquilo que esta sendo veiculado.

Nas palavras de Theodor Adorno, um dos principais autores frankfurtianos que vivenciou o período de manipulação cultural na Alemanha nazista, e que de certa forma teve isso como centro de seu pensamento,

O prazer acaba por se congelar no aborrecimento, porquanto, para continuar a ser um prazer, não deve mais exigir um esforço e, por isso, tem de se mover rigorosamente nos trilhos gastos das associações habituais. O Espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação [...] ²

A expressão “congelar no aborrecimento” a qual se refere Adorno, se traduz em um próprio conceito criado por ele: a regressão da audição, referente às produções musicais, mas que pode ser aplicada de maneira análoga a qualquer produção cultural. Nele há a incapacidade do indivíduo de encarar uma produção artística com subjetividade, ele a consome de maneira automática, sem alguma reflexão sobre ela, ou por conta dos mais variados significados e valores que o mercado fonográfico a atribuiu. Havendo assim, o que o autor chama de “fetichismo” por parte do consumidor em relação à produção. Sobre isso diz Adorno:

[...] a regressão da audição (foi) consequência direta da padronização que sofre(u) a música desde o tempo áureo do nazismo. Dotadas de harmonias melodiosas, as músicas de sucesso, em função de sua ampla difusão e intensa reprodução fetichizada, condicionam o caráter auditivo dos indivíduos e convencionalizam os gostos e as necessidades de lazer e entretenimento da grande massa alienada [...] estas reproduzidas e massificadas tornam os indivíduos consumidores passivos, destituídos de qualquer senso crítico e avaliativo com relação à mercadoria musical consumida. ³

Outros estudos que têm uma alta parcela de contribuição aos trabalhos que abordam a cultura popular são os estudos Culturais Britânicos do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham – correspondente à sigla em inglês CCCS. Estes também elaboraram um corpo teórico que busca tencionar a cultura popular e os domínios hegemônicos desta espécie.

Richard Hoggart, um dos principais autores e fundadores da Escola de Birmingham – *Cultural Studies* – assim como Adorno, acredita haver no campo das formas culturais um domínio hegemônico da parte de quem as cria, de maneira que o modelo industrial em que são feitas essas formas faz

² ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, W. *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. In: _____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.113.

³ ADORNO, T. W. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998. P.334.

com que as mesmas deixem de problematizar seus conteúdos, abrindo assim, campo para que essa cultura seja consumida de maneira alienada. Considera, ainda, o problema da dominação cultural até mesmo mais sério e de difícil resolução que as tensões do âmbito da dominação econômica, existentes, por exemplo, na relação entre patrão e operário no ambiente de trabalho. Em suas palavras:

O problema assim colocado é talvez mais difícil de resolver que aquele que se colocava aos dirigentes operários do século passado, porque a exploração cultural é sempre menos visível que a exploração econômica: o inimigo está em todo lugar e em lugar algum e não se presta nem mesmo à figuração, o que torna o combate mais fácil.⁴

Na realidade, apesar de Hoggart em sua fala fazer distinção entre as duas formas de exploração do indivíduo, vemos que há uma feliz união entre o setor da produção industrial tradicional e a produção industrial cultural. Era preciso que o operário sofresse a exploração econômica e a exaustão do trabalho, como em suas ideias reflete Adorno e Horkheimer, para que aspectos ideológicos também fossem imbricados no trabalhador. Como aponta o filósofo Rodrigo Duarte a respeito dessa ligação:

[...] o surgimento da indústria cultural "clássica" se deu num contexto de grande dependência com relação aos setores de ponta do capitalismo de então (Adorno e Horkheimer mencionam os setores do aço, petróleo, eletricidade e química). Essa dependência, na prática, se dava em função das repercussões, sobre a produtividade, daqueles aspectos ideológicos mais diretamente ligados ao trabalho mecanizado⁵.

É preciso salientar que, o que Duarte chama de Indústria Cultural "clássica", é o modelo alienante de cultura sem sofrer alterações da globalização moderna⁶.

Entretanto, voltemos atenciosamente nossos olhares aos Estudos Britânicos não apenas devido ao caráter crítico que esses possuem em relação às formas de cultura popular, e sim pela inovadora maneira de

⁴ HOGGART, Richard. *La culture du pauvre*. Paris: Les Éditions de minuit, 1970. Longman: dictionary of contemporary English. n. ed. Barcelona: Cayfosa, p. 401

⁵ DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 2003, p. 175.

⁶ Ver DUARTE, Rodrigo. op.cit.

abordar o aspecto do caráter resistente que uma produção cultural pode possuir.

Estes, por sua vez, enxergam outra funcionalidade para as culturas veiculadas pela mídia. Além do caráter de dominação social, atribuem também às formas de cultura a possibilidade de serem usadas como ferramenta que possibilite a resistência e a luta contra dominação de alguma hegemonia.

Os Estudos Culturais Britânicos, foram assim vinculados a um projeto político de transformação social em que a localização de formas de dominação e resistência, ajudaria o processo de lutas políticas, tamanha era a "credibilidade" depositada por esses estudiosos às formas culturais. Afinal, como afirma Marcos Napolitano se referindo a música como um possível exemplo desse tipo de forma cultural:

Mais do que um produto alienado e alienante, servido para o deleite fácil de massas musicalmente burras e politicamente perigosas, a história da música popular no século XX revela um rico processo de luta e conflito estético e ideológico.⁷

Esses estudiosos das "subculturas", cujo conceito – intitulado por eles próprios – se refere justamente a uma minoria consumidora e produtora de um campo cultural mais crítico e questionador. Analisavam grupos sociais, sobretudo na Inglaterra, seguidores de uma nova tendência contrapostos às convenções sociais burguesas. Douglas Kellner – realizador também de diversos estudos nos quais encontramos elementos das idéias britânicas e crítico dessa tendência – expõe em linhas gerais o foco desses estudos localizados envolta dos conflitos sociais, e assim afirma:

[...] as lutas focalizadas pelos estudos culturais críticos são contra a dominação e a subordinação. [...] Portanto, esses estudos situam a cultura num contexto sócio-histórico no qual esta promove dominação ou resistência, e critica as formas de cultura que fomentam a subordinação.⁸

Uma vez que as idéias desse artigo gravitam em torno do campo dinâmico que é o campo cultural em que, produtos da indústria cultural

⁷ NAPOLITANO, Marcos. *História & Música – história cultural da música popular* / Marcos Napolitano. – 2 ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2005, p.18

⁸ KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.49.

disputam o alcance de seus significados imagéticos com formas de manifestações que ofereçam resistência ao *establishment* cultural, as formulações do filósofo norte-americano Douglas Kellner – voltadas também às culturas com esse potencial de embate – foram fundamentais também para que pudéssemos pensar nesses conceitos de massificação cultural e subversão desse quadro.

O conceito difundido pelo filósofo norte-americano – “Cultura da Mídia” – além de assolar o campo das formas culturais e atingir movimentos com potencialidade para se opor ao sistema, praticamente dita regras e tendências influentes no cotidiano e comportamento da vida em sociedade. Segundo Kellner:

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos, ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade.⁹

Sobre o molde de opiniões de comportamentos a que se refere Kellner, Rodrigo Duarte também tem a acrescentar quando diz que, além disso, os significados imagéticos “irradiados via satélite”¹⁰ são capazes de embutir sonhos às pessoas, mesmo que elas se encontrem no maior estado de exploração e miséria, usando como exemplo a sobreposição que sofreu o sonho do socialismo quando o capitalismo, promovendo a globalização cultural, através de seus recursos imagéticos, vendeu o sonho ocidental de felicidade, “desmoronando”¹¹ – apropriando-se das palavras do sociólogo alemão Ulrich Beck, citado por Duarte em sua obra – os ideais de esquerda. Nas palavras de Beck:

[...] o desmoronamento do bloco oriental foi possivelmente um resultado da globalização cultural. A “cortina de ferro” e o serviço militar de tutela dissolveram-se até o nada na era da televisão. A emissão de reclames, freqüentemente desdenhados pela crítica da cultura no Ocidente, transformando-se, por exemplo, em meio à carência e ao racionamento, numa promessa, na qual o consumo e liberdade política se fundiam entre si.¹³

⁹ KELLNER, Douglas. op. cit., p.9.

¹⁰ DUARTE, Rodrigo. op. cit., p.154.

¹¹ Apud DUARTE, Rodrigo. op. cit., p.155

Todavia, para Kellner, assim como para os estudiosos da CCCS, há a possibilidade de “resistir aos significados e mensagens dominantes”¹² e

[...] criar sua própria leitura e seu modo de apropriar-se da cultura de massa, usando a cultura como recurso para fortalecer-se e inventar significados, identidade e forma de vida própria.¹³

Para Douglas Kellner, portanto,

[...] é de vital importância entender o papel da cultura numa vasta gama de lutas sociais, tendências e desenvolvimentos em curso. [...] as situações locais, nacionais e globais dos nossos dias são articuladas entre si por meio dos textos da mídia; esta em si mesma, é uma arena de lutas que os grupos sociais rivais tentam usar com o fim de promover seus próprios programas e ideologias [...]¹⁴

E assim ressaltando sobre a arena de lutas em que se encontra a cultura, o filósofo Douglas Kellner aponta uma maneira de se estar preparado diante dessas tentativas de promoções de ideologias dizendo:

Aprendendo como ler e criticar a mídia, resistindo à sua manipulação, os indivíduos poderão fortalecer-se em relação à mídia e à cultura dominante. Poderão aumentar sua autonomia diante da cultura da mídia e adquirir mais poder sobre o meio cultural, bem como os necessários conhecimentos para produzir novas formas de cultura.¹⁵

Podemos concluir em face da reflexão não-monolítica aqui proposta sobre o campo cultural e sua influência na organização social, então, que não existe uma estática na imagem que se tem sobre cultura e os significados imagéticos que ela reproduz. O que se deve ter em vista é que as formas culturais atuam de acordo com a maneira que o público que as consome: de maneira alienada e alienante *in totum* ou procurando encaixá-las em um quadro de tensões político-ideológicas.

As transformações na história contemporânea acontecem também nesse momento de assimilação cultural. É preciso urgentemente se ter consciência que atualmente se investe, a cada dia, milhões em recursos

¹²KELLNER, Douglas. op. cit., p.11

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid, p.32.

¹⁵KELLNER, Douglas. op. cit., p.10

tecnológicos de venda de imagens e significados, a fim de se manter uma hegemonia de pensamentos políticos e sociais, sem se ter a ilusão que isso se dá de maneira explícita ou como um golpe revolucionário. Como afirma Rodrigo Duarte:

[...] os meios eletrônicos não têm a função de "criar" uma realidade fictícia, mas apenas de auxiliar na confusão entre o real e o ilusório artificialmente produzido com objetivos ideológicos.¹⁶

Portanto, os céticos que consideram ser teoria conspiratória o alerta sobre a dominação cultural a que se submetem os meios midiáticos reproduzindo constantemente imagens de enorme alcance, seguidoras de uma hegemonia, se não fizerem "um exame sério e minucioso da cultura contemporânea"¹⁷, continuarão auxiliando e sonhando sonhos de outros.

RODRIGUES, Carlos Alexandre Silva. Tele-Vision: The imagetical contest in the cultural field.

ABSTRACT: The battlefield that sets the place where reside cultural forms has the image as main object of the contest. It's not about image in its literal sense, that privileges only sight, but about image captured by all senses of the human body, that one which is embedded in mind and in subject's way of live and social position. This article aims to provide a brief discussion about tensions among cultural hegemonies, the possible forms of resistance against it and, finally, the way that culture shock results in political and social shocks in contemporary history. We have as main organizer of this picture, the communication vehicles and Media Culture fomented by them.

KEYWORDS: Culture, cultural industry, hegemony.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, W. *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. In: _____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.

¹⁶ DUARTE, Rodrigo. op. cit., p.182

¹⁷ KELLNER, Douglas. op. cit., p.32

DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 2003.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. Tradução: Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

HOGGART, Richard. *La culture du pauvre*. Paris: Les Éditions de minuit, 1970. Longman: dictionary of contemporary English. n. ed. Barcelona: Cayfosa.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música – história cultural da música popular* / Marcos Napolitano. – 2 ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2005.

A MODERNIDADE EUROPEIA

É imprescindível pensar o nazismo como um fenômeno genuinamente moderno, que surge de circunstâncias possíveis somente na modernidade.

Marshall Berman nos diz que esta é um período de rápidas transformações pelas quais a humanidade é impelida a atravessar. Buscando compreender um pouco mais acerca deste processo, este autor aponta que a passamos por turbilhão de mudanças há cerca de cinco séculos, e que no curso de tantos séculos, a modernidade desenvolveu uma "nova história e uma variedade de tradições próprias" (BERMAN, 2007). Berman divide o período em questão em três fases.

Na primeira fase, do século XVI ao XVII as pessoas estavam somente começando a experimentar a própria vida e compreenderiam claramente o que as cercava. Na segunda fase, que começa com a onda revolucionária de 1789, a Revolução Francesa e suas ecoas, há o desencadeamento de convulsões em todos os níveis da vida social, mas a mudança ainda não se concretiza plenamente por inteiro. As pressões que vieram essa fase levam a "formação de viver em duplo mundo simultaneamente", sensação que faz com que a gente se desdobre a procura de modernidade e de modernização, sendo este último termo o nome dado ao processo que leva a modernidade, compreendida enquanto mudança incessante. A terceira e última fase, relativa ao século XX, onde há a expansão do processo de modernização para o resto do mundo, até o ponto em que "a vida de um determinado indivíduo em

Aluno do 4º ano de História pela UNESP – Campus de Franca, E-mail: silva.rosacato@gmail.com

VANGUARDA NAZISTA: O NACIONAL-SOCIALISMO COMPREENDIDO ATRAVÉS DA ASSIMILAÇÃO ALEMÃ DA MODERNIDADE.

Rosa Aparecida do Couto SILVA*

RESUMO: Neste artigo pretendo pensar o fenômeno do nacional-socialismo como reação às mudanças trazidas pela modernidade européia. Neste sentido, pretendo retomar o surgimento do sentimento de nacionalidade alemã, vinculando a apropriação nazista deste à ideia de vanguarda.

PALAVRAS-CHAVE: Nazismo, modernidade, Kultur, vanguarda.

A MODERNIDADE EUROPÉIA

É imprescindível pensar o nazismo como um fenômeno genuinamente moderno, que surge de circunstâncias possíveis somente na modernidade.

Marshall Berman nos diz que este é um período de bruscas transformações pelas quais a humanidade é impelida a atravessar. Buscando compreender um pouco mais acerca deste processo, este autor aponta que a passamos por turbilhão de mudanças há cerca de cinco séculos, e que no curso de tantos séculos, a modernidade desenvolveu uma *"rica história e uma variedade de tradições próprias"* (BERMAN, 2007). Berman divide o período em questão em três fases.

Na primeira fase, do século XVI ao XVIII, as pessoas estariam somente começando a experiência moderna e não compreendem claramente o que as atingiu. Na segunda fase, que começaria com a onda revolucionária de 1790, a Revolução Francesa e seus ecos, há o desencadeamento de convulsões em todos os níveis da vida social, mas o mundo ainda não se configura moderno por inteiro. As pessoas que viveram essa fase tiveram a *"sensação de viver em dois mundos simultaneamente"*, sensação que faz emergir e se desdobrar a ideia de modernismo e de modernização, sendo este último termo o nome dado ao processo que leva à modernidade, compreendida enquanto mudança incessante. A terceira e última fase, refere-se ao século XX, onde há a expansão do processo de modernização para o resto do mundo, até o ponto em que *"a ideia de modernidade, concebida em*

* Aluna do 4º ano de História pela UNESP – Campus de Franca. E-mail: silva.rosacouto@gmail.com

DUARTE, Rodrigo. *op. cit.*, p. 162.
KELLNER, Douglas. *op. cit.*, p. 27.

HOGGART, Richard. *op. cit.*, p. 162.
KELLNER, Douglas. *op. cit.*, p. 27.

KELLNER, Douglas. *op. cit.*, p. 27.
KELLNER, Douglas. *op. cit.*, p. 27.

KELLNER, Douglas. *op. cit.*, p. 27.
KELLNER, Douglas. *op. cit.*, p. 27.

RICHARDS, Carlos Alexandre Silva. *Tele-Vision: The ideological contest in the cultural field.*

ABSTRACT: The article discusses the place where media culture forms and its impact on the main subject of the contest. It's not about image in its liberal sense, but regarding the image itself, as a result of the human body, that one touch is made and that in essence it is captured by all senses of the human body. This article aims to understand the role of the media in the social position. This article aims to provide a theoretical framework about the media and cultural hegemony, the possible forms of resistance against it and, finally, the way that culture affects results in political and social shocks in contemporary history. We have as main organizer of this picture, the communication vehicles and Media Culture invented by them.

KEYWORDS: Culture, cultural industry, hegemony.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, W. *A indústria cultural: o espcio cultural como mistificação das massas.* In: _____, *Dialética do esclarecimento.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
_____. *Prismas: crítica cultural e sociedade.* São Paulo: Ática, 1996.

* DUARTE, Rodrigo. *op. cit.*, p. 162.
KELLNER, Douglas. *op. cit.*, p. 27.

inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas." (BERMAN, 2007).

O processo de modernização, como nos diz David Harvey (HARVEY, 1998, pg 22), apresenta-se como uma série de transformações fugidias, efêmeras, que pretendem romper com todas e quaisquer condições históricas precedentes e caracteriza-se por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes. A modernidade joga a humanidade em vendaval de mudanças que precisam ser entendidas e racionalizadas.

Essa racionalização para a compreensão do mundo de dentro do próprio processo modernizador é tentada pelos pensadores iluministas durante o século XVIII, essa tentativa recebe o nome de "projeto da modernidade", terminologia pega de empréstimo por Harvey a Habermas (HARVEY, 1998, pg. 23).

O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, libertação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. (HARVEY, 1998, pg. 23)

O Iluminismo, enquanto projeto modernizador pretendia o desenvolvimento das ciências, da racionalidade e da liberdade humana.

Entretanto o século XX, com suas guerras mundiais, seus campos de concentração e suas bombas atômicas colocaram em xeque a crença na possibilidade de vitória desse projeto e, ainda sob a luz de Harvey, "há a suspeita de que projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana" (HARVEY, 1998), citando a tão famosa tese de Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*.

Como coloca Mark Mazower, o século XX europeu, em suas primeiras décadas, é marcado por depressões econômicas avassaladoras, pela queda do liberalismo, pela extinção da democracia em várias partes do continente e pela destruição da esquerda organizada. Essa descrença na visão Iluminista de mundo, juntamente com outras crises que o século XX nos trouxe, abriu

espaço para a instauração de governos autoritários que buscaram tentar organizar, de certa maneira, o caos em que se encontravam diversas nações.

O debate na arena política europeia se colocava principalmente no seio da direita, que se dividia entre "velha" e "nova". A direita tradicional, denominada por Mazower como "velha direita", queria voltar a uma época "pré-democrática", elitista e autoritária, temia, sobretudo, a política de massas. A "nova direita", onde podemos colocar o nacional-socialismo de Hitler e o fascismo italiano, diferencia-se por ter alcançado o poder através de processos democráticos,

[...] seu instrumento foi o partido, que lhe conferiu legitimidade e poder numa época de sufrágio universal, assim lhe permitindo suplantar e enfraquecer conservadores obsoletos, menos habituados com o novo jogo da política de massas. (MAZOWER, 2001 pg. 41)

Na Alemanha, a "nova direita" era explicitamente nacionalista e antisemita, rechaçava a igualdade universalista do liberalismo, e toda a cultura judaica, para exaltar a peculiaridade nacional, e a pretensa superioridade da raça alemã, latentes em sua "Kultur". São conhecidas as conseqüências da exacerbação desse nacionalismo.

A IDENTIDADE ENTENDIDA ATRAVÉS DA DIFERENÇA: KULTUR X ZIVILISATION

Pode ser útil para se compreender o fenômeno do nacional-socialismo uma retomada do desenvolvimento da idéia de "Kultur" alemã, que se contrapôs tão fortemente à idéia de "civilização" genuinamente ocidental, mais especificamente francesa e cortesã. Kultur pode ser compreendida como a essência da nacionalidade alemã, ou como o estandarte que pretendeu ser levado ao resto do mundo, como símbolo da especificidade de um povo que reclamava o reconhecimento de suas características como próprias e únicas.

Para percebermos como se deu o desenvolvimento deste conceito, as contribuições do sociólogo alemão Norbert Elias podem ser esclarecedoras. Elias, pretendendo formular uma história dos costumes, parte do estudo do desenvolvimento da ideia de "cultura" como a compreendemos no ocidente, sempre contrapondo suas conclusões à realidade alemã, que lhe serve de parâmetro comparativo. É interessante perceber como o conceito de "Kultur" alemão surge no século XVIII, como um contraponto, ou como antítese do

conceito de "Civilização", que irradiava da corte francesa para as outras cortes européias.

Norbert Elias nos diz que o conceito de Kultur nasce no seio da classe média alemã, uma classe relativamente pobre, quando comparada à burguesia francesa e inglesa. Essa classe média era formada por "servidores do estado", ou seja, professores, clérigos, burocratas, etc., que não tinham acesso direto e efetivo à vida política e que não se viam representados, ou não se sentiam contemplados numa sociedade de corte, bastante estratificada, onde os grandes aristocratas falavam o francês como símbolo de status e viam na corte francesa o exemplo de civilidade a ser seguido. Desta maneira:

No topo, por quase toda a Alemanha, situavam-se indivíduos ou grupos que falavam francês e decidiam a política. No outro lado, havia uma intelligentsia de fala alemã que de modo geral nenhuma influencia exercia sobre os fatos políticos. De suas fileiras saíram basicamente os homens por conta dos quais a Alemanha foi chamada de terra de poetas e pensadores. E deles, conceitos como Bildung (crescimento pessoal) e Kultur receberam seu cunho e substância especificamente alemães. (ELIAS, 1994, pg. 34)

A palavra "Civilização" era compreendida pela "intelligentsia" alemã como representativa de costumes voltados simplesmente para a aparência, como algo externo, superficial e vazio. Já o conceito de "Kultur" representaria exatamente o contrário, é profundo, relaciona-se com o desenvolvimento intelectual e espiritual, não é passível de racionalização. Algumas das características do comportamento na sociedade de corte como, por exemplo, o controle dos sentimentos individuais pela razão ou o comportamento reservado e a eliminação de todas as expressões plebeias, eram encaradas como atitudes superficiais que não condiziam com homens que preferiam a educação sólida e colocavam a virtude antes da honra.

Segundo Elias, ocorre uma mudança na maneira como o conceito de Kultur é apropriado quando a classe média passa, paulatinamente, a ocupar cargos de poder.

Com a lenta ascensão da burguesia alemã, de classe de segunda categoria para depositária da consciência nacional e, finalmente – muito tarde e com reservas – para classe governante, de uma classe que, no início, foi obrigada a se ver e ou legitimar principalmente se contrastando com a classe superior aristocrática de corte e, em seguida, definindo-se contra nações concorrentes, a antítese entre Kultur e Zivilisation, com

todos os seus significados correlatos, muda de significação e função: de antítese primariamente social torna-se primariamente nacional. (ELIAS, 1994, Pg 47)

Desta maneira, Kultur deixa de ser um conceito que define uma classe específica para permear o imaginário nacional alemão.

A Primeira Guerra Mundial traz um novo impulso a esse conceito e à antítese que ele carrega, uma vez que "uma guerra foi travada contra a Alemanha em nome da 'civilização', e por causa da autoimagem que os alemães tiveram que redefinir na situação criada pelo tratado de paz." (Elias, 1994, pg. 27).

A TECNOLOGIA E A ALMA ALEMÃ: O PARADOXO NAZISTA

Podemos dizer que o nacional-socialismo foi como a "alma" ou a "Kultur" alemã assimilou as mudanças trazidas pela modernidade e, sobretudo, pela derrota na guerra. Analisemos um pouco mais essa premissa, sob a luz das reflexões de Jeffrey Herf.

Herf nos diz que devemos ter em conta que não há uma "modernidade em geral", que seja comum a todos os locais, mas processos modernizadores específicos pelos quais passam nações ou localidades específicas. Ao se debruçar sobre a realidade alemã, o autor parte da tese que a direita conservadora, e depois nazista, alemã, não negou a modernidade como um todo, mas somente os ecos da Revolução Francesa, assimilando as mudanças trazidas pela outra face da modernidade, ou seja, a Revolução Industrial e o conseqüente desenvolvimento tecnológico.

O argumento básico de Herf é o seguinte:

[...] antes e depois de os nazistas terem tomado o poder, uma das correntes importantes dentro da ideologia conservadora e subsequentemente nazista era aquela que buscava conciliar as idéias antimodernistas, românticas e irracionais existentes no nacionalismo alemão com a mais óbvia manifestação da racionalidade de meios-e-fins, isto é, com a tecnologia moderna. (HERF, 1993 pg. 13)

O autor chama de "modernismo reacionário" a ideologia de uma direita pré-hitlerista que, contudo, prolongou-se até o fim do regime nazista. Essa ideologia recebe essa terminologia, justamente por descartar o bucolismo voltado para o passado e buscar desenvolver a Kultur alemã, negando o racionalismo moderno, mas assimilando a necessidade de desenvolvimento tecnológico. Combinavam reação política com progresso tecnológico.

O "modernismo reacionário", via na violência dos campos de batalha a libertação rumo à outra vida. Enxergava a violência como força transformadora e necessária, como a vontade convertida em ação para a mudança. Foi um movimento, que segundo Herf, exigia a predominância do impulso da alma em contraposição à racionalidade capitalista, por um lado, e comunista, por outro; configurava-se, portanto, como uma terceira via.

O nacionalismo, neste sentido, funcionou quase como uma "religião secular", justamente por não ceder espaço a racionalizações. A simples vontade de ação, forte, intensa e transformadora em favor da nação e da Kultur alemã era o que realmente interessava. O nacionalismo configurou-se como a alternativa mais "sensata" encontrada por uma classe média atemorizada pelo bolchevismo, e pelo capitalismo globalizante. O nacionalismo tinha a função, portanto, de ser uma saída unificadora.

Ainda seguindo os passos de Jeffrey Herf, o modernismo reacionário engendrou a união de paradoxos racionalmente inconciliáveis. A essência da modernidade nazista encontra-se justamente nesta façanha de dar continuidade ao projeto de unir anticapitalismo e crítica à racionalidade iluminista à lógica do desenvolvimento tecnológico, essencialmente racional.

Neste sentido, é de grande curiosidade compreender como se deu essa união entre opostos conflitantes.

Herf aponta que,

A realização dos modernistas reacionários dentro da revolução conservadora foi haverem transformado em virtude a necessidade da adoção da técnica, transformação que realizaram ao transferir a tecnologia da esfera da Zivilisation para a esfera da Kultur. Ao fazê-lo, podiam abraçar a tecnologia sem adotar uma visão de mundo racionalista em política e cultura. (HERF, 1993 pg. 54)

Essa mescla de opostos teria ocorrido principalmente pelas mãos de pensadores como Jünger, Sombart, Schmitt e Spengler, que não necessariamente participaram do Partido Nazista, mas teriam preparado, de certo modo, a base teórica que fundamentaria a ação de Hitler, em conformidade com os ideais do Volk alemão.

Esses pensadores publicavam seus ideais em jornais e revistas de circulação considerável e, segundo Herf, a maioria das obras publicadas contribuiu de alguma maneira para extrair a tecnologia do reino da Zivilisation e incorporá-la ao reino da Kultur.

Abundavam referências à técnica como virtude da raça nórdica, ao progresso tecnológico como manifestações da alma alemã. Na ideologia

nazista a tecnologia foi transformada em arte, foi estetizada: "As rodovias da Alemanha tinham que ser muito mais que um feito de engenharia; deviam ser 'expressão da essência alemã'". (HERF, 1993, pg 227)

A estetização da tecnologia, da guerra e da política assume papel de grande importância como ferramenta de sustentação da ideologia nazista.

Partindo da premissa que colocamos no início deste tópico, de que o nacional-socialismo foi à maneira com a qual a alma alemã assimilou as mudanças trazidas pela modernidade e pela derrota na guerra, poderíamos considerar o nazismo como uma vanguarda? Pensemos mais calmamente nestes termos.

NAZISMO COMO VANGUARDA: REAÇÃO E MUDANÇA

O termo "vanguarda" possui sua origem nos campos de batalha, numa época em que a guerra ainda não havia sido revolucionada pela tecnologia.

Segundo Eduardo Subirats:

[...] originalmente, o termo 'vanguarda' designava uma estratégia militar. As vanguardas definiam uma preponderante função destrutiva: romper frentes, destruir infra-estruturas, bater retaguardas, desarticular e inutilizar as formas de subsistência do inimigo. Esse conceito militar de vanguarda designava uma dissolução geral de tudo quanto fora sólido em proveito de um princípio arcaico de violência e poder. (...) A destruição vanguardista expressou sempre a virtude exemplar de um originário princípio constituinte de poder. (SUBIRATS, 1993. pg. 10)

O termo foi assimilado pelos movimentos artísticos modernistas de fins do século XIX e início do século XX para designar o desejo de mudança, e a sensação de insatisfação com as conjecturas que se apresentavam. Neste sentido, o uso do termo militar não foi de maneira alguma desprezível, uma vez que as vanguardas artísticas lograram ser a "linha-de-frente" da revolução cultural. Várias foram as maneiras com que a "criatividade destrutiva" se tornou manifesta, desde o cubismo de Picasso, que foi buscar em máscaras africanas sua inspiração para o novo, até a negação da própria arte, colocada em prática pelos dadaístas, no período entre guerras. São bastante numerosas as faces que assumiu a modernidade através das vanguardas.

Podemos pensar ainda, vanguardas como movimentos de transformação política, se a considerarmos como um guia, que nega o

passado e justifica teleologicamente a ação transformadora, como foi o caso do bolchevismo na Rússia.

Subirats nos diz que,

[...] as vanguardas foram sempre radicalmente ubíquas, contraditórias e polissêmicas quanto ao seu projeto ou projetos sociais. A dialética de ruptura e dissolução das linguagens, e de experimentação e instauração de uma ordem nova, formal e civilizatória, que atravessa sua época heróica, está cheia de ambigüidades e contra-sensos. As vanguardas históricas conformam um horizonte aleatório, sejam elas consideradas como projeto artístico ou como utopia civilizatória. (SUBIRATS, 1993. pg. XX)

As vanguardas podem ser compreendidas também como a maneira com a qual os artistas assimilaram as turbulentas mudanças trazidas pela modernidade, respeitando-se, obviamente, realidades, localidades e necessidades distintas.

Sendo essa força que reclama transformação, dentro de suas próprias ambigüidades e paradoxos, proponho pensarmos o fenômeno de nacional-socialismo como um movimento de vanguarda, que na figura de Hitler e do Partido Nazista, pretendeu romper radicalmente com a memória recente da perda da guerra e do humilhante acordo de paz de Versalhes, e instituir, uma nova maneira de enxergar o homem alemão.

A ação dessa "vanguarda", se deu principalmente pela resignificação de mitos antigos e a criação de outros novos, como a ideia de "raça ariana" ou "nórdica", que hereditariamente teria a grandeza greco-romana. Esses mitos agiram como fatores unificadores e reforçadores de identidade.

O Nazismo leva a cabo a fusão entre política e arte, e cria uma nova concepção de estética, puramente alemã. Essa estetização da política, juntamente com o darwinismo social em voga, cria um "homem ariano modelo". Este novo homem era saudável, forte, criativo e deveria colocar a coletividade ariana à frente de toda a individualidade, deveria apreciar a limpeza e a beleza das formas. Este homem era personificado em esculturas e outras obras de arte, que retomavam os padrões da antiguidade clássica. O Neoclassicismo se tornou a expressão artística oficial do regime hitlerista.

A mais aguda contraposição ao modelo de homem ariano, no discurso nazista, era o judeu degenerado, integrante de um povo sujo e deformado que disseminou o germe capitalista, povo apátrida, responsável por toda a decadência pela qual passava a Europa. A estética nazista era reta e uniforme, ao ponto de agir como uma droga anestésica que suprimiu a individualidade. Guinsburg diz-nos que,

Essa planificada extinção dos indivíduos acabou ressentida pela população alemã como uma libertação do peso das responsabilidades, da necessidade dura de pensar, tomar decisões, formar uma visão pessoal do mundo e reinventar a vida. (GUINSBURG, 2002, pg. 670)

A inovação artística expressa pela maioria das vanguardas, também era considerada, arbitrariamente, arte de judeus, degenerada e esquizofrênica.

Para J. Guinsburg, a doutrina hitlerista "propagava que o 'ariano', por definição, forte e belo, estava ameaçado pelo judeu, enquanto doença sócia biológica transmitida simultaneamente através do sangue e da cultura" (GUINSBURG, 2002, pg. 659).

Através de grandes exposições de arte, o nazismo propagava sua visão de homem ao mesmo tempo em que preparava ideologicamente a oportunidade de colocar em prática a solução radical para o caso dos judeus, ou seja, o extermínio em massa, fazendo o uso, principalmente, das câmaras de gás. Era necessário erradicar o câncer judaico que impedia o desenvolvimento da "raça nórdica". A solução encontrada foi o holocausto.

Finalmente, a vanguarda nazista, através da ênfase no nacionalismo, significou novamente, a noção de Kultur. Assumindo uma nova postura estética e assimilando parte do fenômeno da modernidade (de maneira conservadora), transformou, naquele momento, a visão que o povo alemão tinha de si mesmo.

O Nazismo foi, portanto, uma espécie de vanguarda contra uma das faces da modernidade, além das reações com as próprias vanguardas.

SILVA, Rosa Aparecida do Couto. Nazi Vanguard: National Socialism understood through the assimilation of German modernity

ABSTRACT: In this article I mean to consider the phenomenon of National Socialism as a reaction to the changes brought by European modernity. In this regard, I intend to resume the emergence of German national feeling, linking the Nazi appropriation of it to idea of vanguard.

KEYWORDS: Nazism, modernity, Kultur, vanguard.

REFERÊNCIAS

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1994.
- GUINSBURG, J (org.). *O Expressionismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1998.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- MAZOWER, Mark. *O continente sombrio: A Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SUBIRATS, Eduardo. *Vanguarda, mídia, metrópole*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.